

MEMÓRIA E IDENTIDADE LOCAL EM ICAPUÍ, CEARÁ

Ana Maria Goulart Bustamante

Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
Programa EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social
Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho
Professora Doutora

Rio de Janeiro
2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Bustamante, Ana Maria Goulart.

Memória e identidade local em Icapuí, Ceará / Ana Maria Goulart Bustamante. Rio de Janeiro: UFRJ-IP, 2005.

207 f.

Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Tese (Doutorado em Psicossociologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Psicologia, Programa EICOS de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, 2005.

1. Identidade local. 2. Memória social. 3. Nomes geográficos. 4. Psicossociologia – Teses. I. Rocha-Coutinho. Maria Lúcia (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa EICOS. Instituto de Psicologia. III. Memória e identidade local em Icapuí, Ceará.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MEMÓRIA E IDENTIDADE LOCAL EM ICAPUÍ, CEARÁ

Ana Maria Goulart Bustamante

Tese submetida ao corpo docente do Programa EICOS – Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social – de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Prof. Maria Lúcia Rocha-Coutinho _____ Orientadora
(Professora Doutora)

Prof. Marta de Azevedo Irving _____
(Professora Doutora)

Prof. Jacyara Carrijo Rochael Nasciutti _____
(Professora Doutora)

Prof. Elielma Ayres Machado _____
(Professora Doutora)

Prof. Roberto Schmidt de Almeida _____
(Professor Doutor)

Rio de Janeiro

2005

A Lucila e Antônio, meus pais,

A Betty e David, em outro país.

AGRADECIMENTOS

São tantas as pessoas a quem desejo agradecer depois de longos anos de compreensão e apoio, mas em primeiro lugar a minha orientadora, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, cuja presença, desde o primeiro momento, representou para mim grande iluminação. Deu-me tudo. Primeiramente, a experiência marcante dos cursos de Cultura Brasileira e de Análise de Discursos, onde já se anunciava tudo de que eu precisaria adiante. Depois, com sua clareza e tranquilidade, Maria Lúcia deu-me até mesmo o tema, pois antes de mim enxergou meu interesse pelo que observara em Icapuí, me incentivando sempre a prosseguir, apresentando-me as ferramentas e o instigante campo da análise de discursos.

Sou muito grata à professora doutora Jacyara Rochael Nasciutti, que também me acompanhou de perto nas descobertas ao longo do curso e desta pesquisa. Ela e a professora doutora Myriam Moraes Lins de Barros, a quem agradeço nesta oportunidade, muito contribuíram para a construção deste trabalho. Minha gratidão ainda se estende à professora doutora Marta Irving e ao professor Roberto Schmidt de Almeida, que, paralelamente à tese, igualmente me incentivaram e despertaram a curiosidade ao longo dos últimos anos. Agradeço ainda à professora doutora Elielma Ayres Machado, ao professor doutor Ricardo Ferreira Ribeiro e ao professor doutor Yves Lesbaupin pela disposição de se juntar aos que vêm me ajudando a construir este estudo. No campo pessoal, sou imensamente grata à minha família e aos meus amigos, particularmente meus pais e irmãos, pelo apoio incondicional. Todas essas pessoas tiveram paciência infinita com meus limites e minhas demandas e são, também por isso, merecedoras de minha especial gratidão.

Meu maior agradecimento se destina às pessoas que entrevistei em Icapuí, pois me receberam com respeito e me entregaram suas declarações com confiança. Em Icapuí, a pesquisa só foi possível porque contei desde o primeiro instante e permanentemente com o apoio de Francisco Rebouças Neto e de sua mulher, Rosiane Rebouças, além de Rosinere Ferreira – as duas, irmãs, com justiça reconheço como assistentes desta pesquisa, pois me apoiaram e me prestaram uma ajuda valiosa no trabalho de campo. Além delas, tive o apoio de Arimatéia, mas também de Luís Cirino, Alexandre, Lourdes Rebouças e sua família, Maria do Carmo e todas as artesãs de Morro Pintado, Manuel de Freitas Filho, Dedé Teixeira, Marta Seleda Rebouças e sua mãe, Maria de Fátima, Lucila, Idélia e família, Lucinha, Meirinha, sua mãe, Francisquinha, sua avó, Maria, e seu avô, José. Todos me receberam com muita gentileza, me apoiaram e lhes sou muito grata. Agradeço em especial ao Francisco, à Neide e a sua família pela boa recepção, e a todos os amigos que me apoiaram durante os períodos que passei em Icapuí.

Quero aproveitar para expressar ainda minha gratidão acumulada a todos que de algum modo contribuíram para conduzir meu interesse para o campo de estudos de comunidades e ecologia social, principalmente por seu exemplo de atuação e seriedade na discussão dos temas socioambientais, éticos e políticos. Na esfera familiar, devo muita inspiração a minhas irmãs Fatima, Teita, Patrícia, Paula, a meu irmão José Guilherme, a Faustino Teixeira e a João Roberto Correa, que, mesmo à distância, pois vivem em outras cidades, me estimulam a curiosidade ao trazerem as informações mais recentes de seus respectivos campos de atuação. Fora da família, tenho especial apreço pelo incentivo de primeira hora encontrado nas professoras Neuma Aguiar, com quem trabalhei em projetos no Instituto Universitário de Pesquisas (IUPERJ), e Leni Silverstein, com quem profissionalmente avancei alguns passos na percepção dos temas socioambientais, na década de 1980, quando a Ashoka iniciou sua

rede de empreendedores sociais no Brasil. Devo agradecimentos também a Carla Pereira, a Marise Figueiredo e aos amigos que encontrei no IUPERJ, entre eles Ana Adelaide Barroso, Beatriz Garrido, Bia Alda Maria e Lincoln Nogueira.

Tony Gross, Mary Alegretti, Kátia Drager Maia, Mônica de Roure, Suzana Pádua, Eduardo Baptista, Dener Giovanini, Marcos Dá-Ré e todos que por meio destas pessoas me trouxeram importantes contribuições não podem deixar de ser mencionados nessa trajetória, assim como Graça Coutinho de Góes, Sylvia Paixão, Luiz Costa-Lima, generoso mestre, e Maria Helena Rouanet, minha insubstituível orientadora no mestrado em Literatura Brasileira na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi pela sensibilidade de Maria Helena, orientadora mesmo depois de concluído o mestrado, que pude dirigir minha carreira acadêmica para um desejado doutorado interdisciplinar no EICOS, a meu ver um acerto. Lembro ainda o decisivo por oportuno incentivo da professora doutora Consuelo da Cunha Campos e do professor doutor Jorge Wanderley (*i.m.*).

Devo agradecimentos ainda aos que tão bem me atendem nas bibliotecas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e de vários centros da UFRJ. Sou grata especialmente a Odicéa, da biblioteca do IBGE na Avenida Chile, à Edna Moraes, à Regina Fucci e à Nádyia Maria, da Biblioteca Central do IBGE, no CDDI, além de toda a equipe da Biblioteca Setorial da Diretoria de Geociências (DGC), em Parada de Lucas. Na DGC, em Lucas, devo agradecimentos a todos que me apoiaram nas pesquisas sobre Icapuí, municípios, nomes geográficos, e me incentivaram a prosseguir, em especial Moema de Carvalho Augusto, Cláudio João Barreto dos Santos, Isabel Teixeira, mas também todos os colegas do grupo de trabalho que contribuíram direta ou indiretamente para enriquecer esta pesquisa, em especial Dulce Mendes, Márcia Mathias e Paulo da Silva Santos. Agradecimentos sinceros a Guido Gelli, Luís Mário Gazzaneo, Sandra Márcia Melo, Lydia Vales, Celso Monteiro Pinto, Irma Barros, Maria Léa Aguiar, Marcelo Benedicto, Maciel Torquato, Dayse Diuana, Happy Carvalho, além de Sílvia Maia, Carlos Peixoto, Sílvia Schwartz e Cíntia Carvalho, pelo incentivo e pelas valiosas indicações bibliográficas. Àquelas pessoas que não mencionei ou não agradei à altura da contribuição que sabem me ter dado, registro meu pedido de desculpas pela injustiça cometida antes de estender meus sentidos agradecimentos. Em tempo, agradeço a Paulo da Silva Santos e a Márcia Popini o apoio na finalização da apresentação.

No EICOS e na UFRJ, foi um grande estímulo contar com a ajuda (e a biblioteca) das professoras Tânia Barros Maciel, Jacyara Rochael Nasciutti e Maria Ignácia D'Ávila, a quem agradeço muitíssimo. Aos funcionários da secretaria do programa, agradeço porque neles encontrei apoio e amizade desde a inscrição no concurso e, depois, ao longo de todos os períodos letivos: Yeda, Jaciara, Marta, Luís, Marisa, Ricardo. Agradeço também a todos do Laboratório de Imagens do EICOS, em especial Paulo Affonso, pelo companheirismo ao longo dos projetos e atividades de que participamos. Às colegas Glória Maria Moreira, Lysianne Frota, Juliana Guedes, Christiana Baptista, Suzana Hertelendy, Ana Lúcia Pacheco, agradeço o companheirismo, a Raquel Bittar, a acertada sugestão da orientadora, a Vladimir Elias, o exemplo de bom humor.

Os primeiros mestres e incentivadores precisam ser evocados, em agradecimento pelo que representam na minha formação intelectual e profissional: Tony Gross, Afrânio Coutinho, Luiz Costa-Lima, Eric Alliez, Muniz Sodré, Sylvia Paixão, Mônica de Roure, Luís Eduardo Baptista, José Carlos Monteiro, Donaldson Garschagen, Renata Guerra, Trajano,

Antônio Nélcio Abreu (Chinho), Jesus Amaral, Jorge Carlos de Andrade, Antônio Sérgio Mendonça, Moacy Cirne, Wolney Redon, Orsely, Ovídio, Tonico Amâncio, José Serra. Apesar da menção, nenhum deles pode ser responsabilizado por minhas falhas.

Por fim, expresso meu agradecimento aos amigos e permanentes fontes de inspiração e incentivo: Mônica de Roure, Sancler Boiron, Eugênio Cardoso, Raquel Abi-Sâmara, José Valério, Rachel Affonseca Costa, Eduardo Losicer, Lourival Nogueira Filho, Vadson e Adam, Tite de Lemos (*i.m.*), Márcio Rolo, Hélio Hara, Jamil Damous, Aníbal João Melo, Cathie Lower, Ruth Miale, Guy e Marília Marier, além dos participantes do filme *Arigó* (e do livro), entre os quais destaco Antônio Duarte, Tidi e Jacyara, pela generosidade e confiança.

Antes de ser meu, este trabalho pertence a todos vocês, que me apoiaram.

RESUMO

BUSTAMANTE, Ana Maria Goulart. *Memória e identidade local em Icapuí, Ceará*. Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS, 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

O objetivo deste estudo, *Memória e identidade local em Icapuí, Ceará*, é explorar os modos como se expressam alguns processos de construção de identidade em relação ao lugar no município de Icapuí, Ceará. Para isso, entrevistamos alguns de seus habitantes no ano de 2002. As entrevistas foram transcritas na íntegra e estes textos serviram para a análise de discursos. Icapuí é um município de aproximadamente dezesseis mil habitantes criado em 1985 e durante vinte anos administrado com métodos participativos, priorizando a educação e a saúde. A memória constitui um dos aspectos fundamentais explorados neste estudo e se combina com as manifestações culturais na construção das identidades, em grande parte, com o apoio de marcos fixados pela memória coletiva e pela geografia. No extremo leste do litoral do estado do Ceará, na divisa com o estado do Rio Grande do Norte, os habitantes de Icapuí transformaram por completo a realidade local depois que o município se desmembrou de Aracati, um dos mais antigos e importantes centros econômicos regionais. Antes, porém, essa população foi duas vezes vítima da arbitrariedade de governos federais autoritários. Primeiro, teve o nome alterado, na década de 1940, e depois teve cancelada a primeira emancipação legalmente conquistada, na década de 1960. Por isso, Icapuí se apresenta como exemplo da fragilidade dos poderes locais diante do autoritarismo no Brasil, mas também como exemplo do quanto podem alcançar os esforços de uma pequena população determinada a conquistar sua autonomia e a construir cidadania para todos os seus habitantes.

ABSTRACT

BUSTAMANTE, Ana Maria Goulart. *Memória e identidade local em Icapuí, Ceará*. Orientadora: Maria Lúcia Rocha-Coutinho. Rio de Janeiro: UFRJ/EICOS, 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

The aim of this work, *Memory and local identity in Icapuí, Ceará*, is to explore the means by which some processes of identity construction express themselves in relation to the municipality of Icapuí, Ceará, Brazil. For such, we interviewed some of its residents in the year 2002. The interviews were fully transcribed, and the resulting texts were submitted to a discourse analysis. Icapuí is a city created in 1985 that has been adopting, for 20 years, participative methods of public administration, giving priority to education and health for all the population, around 16,000 inhabitants. Memory is one of the main aspects we explore in this study, since it interacts with other cultural expressions to construct identities, in great part, based on the landmarks established by collective memory and geography. Located in the eastmost of the State of Ceará, in the boundary of the State of Rio Grande do Norte, Icapuí had its local reality totally transformed after its emancipation from Aracati, one of the oldest cities of the Northeastern Region of Brazil. Before the emancipation, the population of Icapuí was negatively affected by decisions of federal authorities during dictatorship governments that, first, in the 1940's, changed its name from Caiçara to Icapuí, and, later, in the 1960's, cancelled the first emancipation after it was reached. Icapuí is, therefore, an example of the weakness of the local forces before dictatorships, but it is also an example of how far can reach the efforts of a small population determined to conquer its autonomy and to construct citizenship for all its residents.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 (5 páginas)

Linha do tempo de Icapuí (documento produzido por gestores e lideranças locais em evento de planejamento da Administração Municipal de Icapuí), 2002.

Anexo 2 (4 páginas)

Passos do labirinto (relatório produzido pelo Grupo de Artesãos de Morro Pintado com acompanhamento de Rosinere da Costa Ferreira, Icapuí), 2003.

Anexo 3 (17 páginas)

CEBs e emancipação: a formação da experiência política de icapuí a partir das Comunidades Eclesiais de Base (monografia de Marta Sileda Rebouças, Carlos Alberto Pereira da Silva e José Luiz Rebouças Viana, Mossoró: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), 2004.

Anexo 4 (3 páginas)

“Governo federal oficializa nova área do semi-árido”, em *Folha de S. Paulo*, 10-11 de março de 2005.

Anexo 5 (1 página)

Mapa Municipal Estatístico: Icapuí-CE. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

Anexo 6 (5 páginas)

Excerto do projeto apresentado no exame de qualificação de doutorado, 2004.

Anexo extra (20 páginas)

Fotolegendas de campo. Icapuí, Ceará (*slides* e textos sobre Icapuí, Ceará), 2005.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

- 2.1. Reparação e renomeação
- 2.2. Território e identidade
- 2.3. Tradição e nomeação
- 2.4. Memória e identidade

3 DISCURSO E MEMÓRIA COLETIVA

- 3.1. Memória individual, memória coletiva e discurso
- 3.2. “Nunca estamos sós”: grupo, memória e discurso
- 3.3. Identificação com os grupos
- 3.4. Memória pessoal e memória social
- 3.5. Tempo e memória
- 3.6. Tempo e transformação social
- 3.7. Espaço e memória coletiva

4 ICAPUÍ – CIDADE E IDENTIDADE

- 4.1. Descobrimento de Icapuí
- 4.2. Entre dois lugares: identidade em questão
- 4.3. Praias: identidade e território
- 4.4. Contribuição icapuiense
 - 4.4.1. Cultura e patrimônio cultural icapuiense
 - 4.4.2. Outras contribuições locais
- 4.5. Chico Bagre e a invenção das tradições

5 PESQUISA DE CAMPO

- 5.1. Procedimento
- 5.2. Análise dos resultados
 - 5.2.1. Identificações locais em processo
 - 5.2.1.1. Nascer, crescer, viver no lugar
 - 5.2.1.2. Valores ligados à família
 - 5.2.2. Identificação com as tradições
 - 5.2.2.1. Construindo a nova tradição
 - 5.2.2.2. Memória e identidade icapuiense
 - 5.2.3. Identidade e mudança social: o outro em transformação
- 5.3. Conclusão

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

*Em tudo quanto fazes, sê só tu.
Em tudo quanto fazes, sê tu todo.*

Fernando Pessoa

1 INTRODUÇÃO

As questões ligadas à identidade local têm despertado algum interesse no campo das ciências humanas e sociais, depois de uma profunda e prolongada atenção à questão dos nacionalismos e da construção das nacionalidades. A eficácia dos discursos sobre a nação, produzidos desde o surgimento dos estados nacionais, e da noção de cidadania a eles associada explica porque ainda hoje as nações são sentidas como importante fonte de identidade pela grande maioria das pessoas. O mundo, contudo, que desde o fim do século XVIII se organiza em estados nacionais, a partir do século XX, passou a redesenhar-se em blocos regionais de nações sob o impacto das mudanças impostas pela globalização econômica em todos os pontos do planeta. Esta reordenação de forças provocou grandes transformações no espaço do exercício da cidadania e jogou luzes novas sobre duas questões que, no contexto descrito, serão abordadas neste trabalho: a memória das comunidades e a identidade de lugar¹.

Nosso objetivo neste estudo, intitulado *Memória e identidade local em Icapuí, Ceará*, é explorar os modos como se expressam alguns processos de construção de identidade em relação ao lugar, a partir do discurso de cidadãos residentes no município de Icapuí. A memória é um dos aspectos fundamentais dessa exploração, pois todos os demais componentes do processo de construção de identidade dos grupos em âmbito local, inclusive a relação com o território e a auto-imagem da comunidade, se apóiam na memória para se combinarem com outras manifestações culturais², entre elas a arte e a

¹ Por não ser nosso objetivo específico aprofundar a discussão sobre os usos mais adequados das expressões *lugar, local, território, paisagem, espaço*, que podem ser entendidos como centrais em outros estudos, vamos utilizá-las aqui em coerência com os autores referidos, resumindo suas idéias quando necessário.

² Trabalhamos com a idéia de cultura (cf. Geertz, 1989) como rede de significados tecida pelos seres humanos e à qual eles estão amarrados.

história, no resgate da identidade local e da memória coletiva. O fator geográfico terá especial relevo porque permite a leitura interdisciplinar numa abordagem que leva em conta o espaço e o território onde se dá a construção da identidade em estudo.

Situado no extremo leste do litoral do estado do Ceará, em sua divisa com o estado do Rio Grande do Norte, Icapuí é um município com mais de dezesseis mil habitantes, que vivem principalmente da pesca. Essa população teve sua realidade transformada por completo desde a instalação, em 1985, após um plebiscito, do município que abarca três distritos desmembrados do município cearense de Aracati: Icapuí (sede), Ibicuitaba e Manibu. Um dos mais antigos e importantes centros regionais do Nordeste, Aracati chegou a sediar o governo da província do Ceará e só perdeu importância a partir da segunda metade do século XX, com o assoreamento do porto e a construção de estradas que viabilizaram o transporte rodoviário alternativo.

Os governantes de Aracati sempre ofereceram forte resistência à separação de Icapuí e saíram vitoriosos quando o governo militar cancelou a primeira emancipação, que havia sido conquistada em 1959. O nome de Icapuí como município, com seus três distritos, chegou a constar oficialmente, durante quatro anos, na Divisão Territorial do Brasil, pesquisa anual publicada periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre 1959 e 1965, a população aguardava simplesmente a instalação formal do município. Este não foi o único golpe contra os direitos da população desse território durante os regimes autoritários. Antes do cancelamento da criação do município pelo governo militar em 1965, Icapuí já tivera seu nome modificado, sem consulta à população, ou às lideranças locais, para atender à lei criada pela ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. As duas situações não foram restritas a Icapuí e esta questão por si poderia justificar esta pesquisa, não tivesse Icapuí, além disso, se tornado um município conhecido por ter revertido totalmente a situação e se transformado em exemplo de

cidadania em vários sentidos, entre eles educação e saúde universalizadas e administração local participativa.

Sabemos que a vida cotidiana é vivida em grande parte no espaço, não necessariamente físico, que fornece o sentido de pertencimento a uma comunidade. Este pode ser geográfico, como, por exemplo, um bairro, ou psicossocial, como, por exemplo, colegas de profissão (Campos, 1996). Seria possível mesmo afirmar que todo o efeito da existência das instituições dirige-se à criação ou à manutenção da comunidade do segundo tipo, psicossocial, de que podem ser exemplos as nações, as “comunidades de imaginação”, descritas por vários autores, mas também tudo aquilo que se tornou instituído e tem existência material reconhecida na vida social. A psicossociologia não só reconhece a importância das instituições na organização da vida social, mas faz delas um de seus mais importantes interesses no direcionamento de seus estudos (Nasciutti, 1996).

Há uma infinidade de formas de se conceituar cidadania, mas, seja qual for a abordagem escolhida, a questão territorial não pode ser desprezada quando se deseja ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar para a cidadania concreta (Santos, 1997, p.122), construída com base em instituições. Daí a importância de se procurar conhecer melhor as instituições capazes de desvelar as vozes locais e os silêncios que as envolvem, e que fazem chegar a cidadania concreta a cada cidadão, em cada localização. O tempo deve ser também aí um dado a ser considerado.

O Estado-Nação, do mesmo modo que o núcleo familiar, comumente fornece referências tão constantes que se cria uma segunda natureza humana, principalmente com relação a essas duas instituições: a família e a pátria. Estas são percebidas como tão “naturais” que sequer se incentiva a reflexão a seu respeito como instituições passíveis de transformação, ainda que elas o sejam, em razão de sua própria existência depender dos movimentos sociais. Sabemos, contudo, que as instituições culturais “naturalizadas” se

constroem pelas culturas nacionais, ligadas a símbolos e representações, mas intrinsecamente caracterizadas por serem discursos, ou seja, modos de produzir sentidos sobre a nação com os quais podemos nos identificar, construindo, assim, identidades e referências territoriais a elas associadas.

No caso do Brasil, o romantismo literário foi um dos principais consolidadores das imagens, tradições e discursos do estado-nação, desde aquela época dividido entre a crítica e a exaltação da natureza selvagem que, ora se “engole”, ora se alega que “compensa de sobra” (Taunay, 1882, em Rouanet, 1991, p.112) os problemas decorrentes do atraso da civilização (Rouanet, 1991). O indígena, símbolo supremo da população do Brasil ao longo dos tempos, representa em grande parte este sentimento nativista, desde Alvarenga Peixoto, no século XVIII, ao nacionalismo romântico de José de Alencar, no século XIX, e à antropofagia de Oswald de Andrade no modernismo do início do século XX. Atualmente, ele está expresso, por exemplo, na defesa dos recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais indígenas, em oposição à industrialização e à urbanização do modelo europeu.

Os discursos sobre a nação veiculados no contexto do romantismo cultuavam a visão edênica da natureza e falavam de um indígena que existira, mas ironicamente demonstravam pouco interesse pelo indígena de sua própria época – quadro geral que, com pequenas alterações, se repetiu muitas vezes e, ainda hoje, se reproduz (Pádua, 2002). Despojado de suas terras e de seu modo de vida e de expressão, o indígena foi extinto ou expulso, internou-se no país e, desse lugar, desde então, resiste com dificuldade às várias ameaças trazidas pelo avanço da civilização.

O quadro geral, como dissemos, quase não se modifica, e a imagem do país que predomina quando o tema é cultura, com raras exceções, esteve quase sempre ligada à selva e ao selvagem. Os brasileiros, no entanto, convivem mal com essa representação,

pois destroem a mesma natureza, o mesmo selvagem que afirmam prezar e que lhes forneceram sua representação mais duradoura. Alguns autores, como Ricardo Arnt (1994), acreditam que os brasileiros só vão se livrar dessa ambivalência que elogia e lamenta quando conseguirem estabelecer com a natureza relações práticas positivas, expressas na maior valorização da cultura e de outros aspectos da identidade de lugar.

Na revisão da literatura, a seguir, veremos como as narrativas sobre a nação, as memórias que conectam seu presente com seu passado e as imagens que dela são construídas produzem sentido, mas se transformam sob a influência da globalização econômica. Analogamente, existem os discursos voltados para produzir sentidos sobre outros níveis de territorialidade, outros grupos, num lugar que se institui enquanto tal em função do investimento em sua datação e identificação, ou seja, de sua inserção no tempo e no espaço de cidadania.

Pode acontecer de uma dessas “comunidades de sentido” se apoiar mais na paisagem do que na tradição, ou, ao contrário, mais na tradição do que na paisagem, mas, em geral, é na história e na cultura que repousa primordialmente a identidade, quando é movida pela participação. Ainda que a paisagem também seja um aspecto determinante, não é assim compreendida ou apresentada, a não ser quando fechamos nesse quadro a memória coletiva e partimos para uma nova compreensão do problema com a ajuda da localização, da geografia.

Sem nos determos além do necessário para nossa finalidade no presente trabalho em aspectos da realidade do município de Icapuí depois de 2004³, vamos nos concentrar neste estudo na análise do discurso de alguns moradores do município de Icapuí acerca, principalmente, da questão da construção de uma identidade de lugar e da sua memória

³ Depois de quase vinte anos na administração do município de Icapuí, o Partido dos Trabalhadores (PT) deixou a prefeitura no fim de 2004, depois de perder as eleições municipais. Em 2005, assumiu um prefeito do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

sobre a passagem de Icapuí de distrito a município, entre outros aspectos, tendo em vista que o objetivo de nossa tese é melhor entender os processos de construção da identidade local, no caso, da identidade icapuiense.

Relembrando a infinidade de acepções de espaço já existentes, Milton Santos (1997) afirma:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia *está* no espaço assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político institucional e com o cultural-ideológico (p.1).

Nossa análise vai se concentrar no âmbito local, pois nesse nível de gestão têm emergido novas formas de interação entre governo e sociedade, modelando novos padrões de governo, com base na gestão democrática. Segundo Santos Júnior *et al.* (2004), a gestão democrática se apóia fundamentalmente em três características: maior responsabilidade dos governos municipais em relação às políticas públicas e às demandas dos seus cidadãos; reconhecimento de direitos sociais; abertura de canais para a ampla participação cívica da sociedade. Lado a lado com isso, uma nova visão de cidade vem sendo difundida pelos organismos internacionais como parte da agenda liberal de reorganização do estado nacional, e nela têm enorme importância as idéias de descentralização e de protagonismo urbano como estratégias para o enfrentamento dos efeitos do ajuste imposto pela globalização liberal.

É nesse contexto que cresce o interesse pela análise dos efeitos da ação social e das diferentes práticas junto aos grupos interessados no âmbito local. Do ângulo do indivíduo, aqui observado em sua passagem a sujeito, a cidadania só deixa de ser uma abstração quando é exercida aqui e agora, por meio do sentimento de pertencimento (referência) e da

participação (inserção) em comunidades que, se fortalecidas em redes municipais, agregam valor à identidade local e contribuem para concretizar a cidadania nesse nível.

Simultaneamente ao que foi exposto, vem crescendo o interesse por questões ligadas à propriedade intelectual de bens culturais em razão do valor econômico que podem adquirir. Já existem leis e atos normativos que protegem direitos coletivos ao uso de nomes geográficos, inclusive para fins comerciais, como no caso das designações geográficas. Para aferir o valor que pode ser associado a um nome de lugar (e seus derivados), tomemos o caso exemplar de um país, Tuvalu, sem fonte de renda mais significativa na atualidade que o aluguel do domínio reservado ao país na internet. Formado pelas letras *tv*, o domínio foi disputado no mercado de divulgação de produtos ligados às emissoras de televisão e passou a render preciosos e inesperados *royalties* para Tuvalu⁴.

Antecipando as considerações finais, desejo comentar que a intensa convivência com as geociências nos últimos anos e um interesse antigo pelas questões ligadas ao espaço me incentivaram a aproximar-me daquela que Milton Santos acredita ser a grande ciência, a geografia, não fosse a incompreensão de que é vítima, num quadro de generalizada precariedade do ensino. Veja-se o caso do imenso campo interdisciplinar sinalizado pela toponomástica, por exemplo. Totalmente inexplorado, para não dizer injustiçado, pode ser este um campo especialmente talhado para a abordagem de aspectos psicossociológicos da relação entre território, memória e identidade, que se estabelece também através desse símbolo dos mais expressivos, que é o topônimo, ou nome geográfico. As listas de países com suas capitais, de afluentes de rios, de picos culminantes que fomos quase todos obrigados na infância a decorar só se apresentam assim tão inférteis porque os nomes

⁴ Renato Janine Ribeiro (2000) comenta que, sem ter esse país-arquipélago da Oceania outra fonte de renda significativa, os *royalties* recebidos pela cessão da terminação *.tv* na internet se transformaram num trunfo, pois permitem pagar a filiação à Organização das Nações Unidas e participar dos foros internacionais nos quais se discute a proteção aos países, entre os quais se inclui, que por estarem muito próximos do atual nível do mar se encontram ameaçados de submergir por completo como consequência das mudanças climáticas.

geográficos ainda não encontram tratamento à altura do seu potencial de reflexão e de construção de significado, além de rememoração, tão ligada à memória coletiva que atua na construção de identidade coletiva e individual.

Esta pesquisa, intitulada *Memória e identidade local em Icapuí, Ceará* se organiza em cinco partes, a primeira das quais é a presente Introdução. Seguem-se dois capítulos em que fazemos a revisão bibliográfica e situamos os fundamentos da discussão teórica. Os dois capítulos que se seguem contêm a descrição do problema, dos métodos e dos resultados da pesquisa de campo. Finalmente, tecemos algumas considerações finais.

No Capítulo 2, são compilados os fundamentos teóricos relacionados às noções de território, identidade local e globalização, entre outras. Fazemos uma revisão bibliográfica dos marcos teóricos sobre os quais se apóiam as discussões apresentadas e outros comentários relativos ao objeto principal da tese, uma abordagem psicossociológica dos processos de construção da identidade local, mais especificamente da identidade icapuiense. Para tanto, estamos, inclusive, fazendo uso, em capítulo posterior, de uma análise de discurso de alguns entrevistados residentes em Icapuí. Esperamos que a revisão bibliográfica possa apoiar nossas discussões sobre os principais temas deste estudo e, ao mesmo tempo, explorar as relações possivelmente existentes entre os vários conceitos utilizados e questão da identidade de lugar.

Assim, o Capítulo 2 traz as idéias de alguns autores que se dedicaram a melhor entender o processo de globalização e a revalorização da cultura frente às forças da globalização. De igual modo, são trabalhadas as noções de cidadania e participação comunitária, uma vez que elas são forças atuantes na construção da identidade de lugar do sujeito, de sua noção de pertencimento e de sua localização no âmbito mais amplo, nacional e global.

Maurice Halbwachs e seus conceitos de memória individual, memória coletiva, espaço e tempo são abordados no Capítulo 3. São exploradas as interseções dessas noções com as questões de identidade e memória coletiva, relacionando-as com a transformação social. Acreditamos que Halbwachs fornece a chave para interligar memória, tempo e espaço. Destaca-se, em sua teoria, a relação feita pelo autor da memória coletiva com a paisagem, ou a geografia, por meio do discurso.

No Capítulo 4, que pode ser entendido como uma antecipação de alguns resultados da pesquisa de campo, o município de Icapuí é apresentado, tanto em termos fisiográficos quanto culturais, apontando-se as ambigüidades na construção das identidades ligadas ao território e aos topônimos de outrora e de hoje. A realidade de Icapuí é mostrada a partir de vários ângulos, inclusive o das contribuições de organizações locais na descrição do patrimônio histórico e da cultura icapuiense. Um dos destaques desse capítulo é a versão local do descobrimento do Brasil, alimentada pela informação confirmada por muitos historiadores sobre a visita de Pinzón à costa cearense meses antes de Cabral chegar à Bahia. Pinzón viajava em nome da Espanha e as terras estavam em território português, de acordo com o Tratado de Tordesilhas. Segundo alguns, esse motivo explicaria o desconhecimento desse episódio pela maioria dos brasileiros.

O Capítulo 4 faz referência a documentos importantes encontrados no decorrer da pesquisa, muitos deles produzidos com a utilização de métodos participativos. Um desses documentos é a *Linha da vida de Icapuí* (Anexo 1), título da cronologia icapuiense traçada por gestores e lideranças locais em 2002, em evento de planejamento da Prefeitura Municipal de Icapuí que contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A cronologia se inicia em 1982 e tem marcos como a construção da primeira escola realizada em mutirão e o papel fundamental da União dos Estudantes Praianos. Encontrei também documentos ainda em fase de produção, como é o

caso do *Levantamento participativo de prioridades para conservação do patrimônio natural e cultural de Icapuí*. Nesse caso, sem poder anexar um documento ainda em preparação, optei por resumir aqui a minuta do relatório, produzida em 2003 pela equipe da Secretaria de Meio Ambiente de Icapuí. Em ambos os documentos, foram usados métodos participativos.

Os documentos icapuienses citados foram coletados pelas assistentes de pesquisa Rosiane Rebouças e Rosinere Ferreira da Costa junto a gestores, lideranças e cidadãos de Icapuí no período entre 2002 e 2004. Não deixa de impressionar a quantidade de documentos a que tive acesso, muitos deles produzidos com métodos participativos, como o documento intitulado *Passos do labirinto* (Anexo 2). Embora compilado a meu pedido, a fim de subsidiar a pesquisa para o vídeo *Icapuí Labirinto* (2004), o documento ganhou complementações por sugestão do grupo de artesãs de Morro Pintado, que cederam o relatório recentemente apresentado à instituição compradora da produção do grupo. Assim, à descrição, passo a passo, do modo de fazer a tradicional renda de agulha conhecida como labirinto, junta-se o relatório de avaliação produzido em agosto de 2003 pelas artesãs, que descreve suas dificuldades, as propostas de melhoria, a tabela de preços das peças de labirinto, praticada desde 2000, e um resumo das principais dificuldades enfrentadas no relacionamento com a instituição compradora, inclusive a proposta de renegociação.

No Anexo 3, incluímos a monografia produzida por Marta Sileda Rebouças, Carlos Alberto Pereira da Silva e José Luiz Rebouças Viana, intitulada *CEBs e emancipação: a formação da experiência política de Icapuí a partir das Comunidades Eclesiais de Base* (2004). O trabalho foi apresentado pelos alunos de José Glebson Vieira na disciplina Introdução à Antropologia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Ainda no Capítulo 4, as canções de Chico Bagre e seu papel na construção das tradições complementam as informações histórico-culturais.

No Capítulo 5, apresentamos o trabalho de campo, com a descrição dos métodos, objetivos, como foram realizadas as entrevistas, bem como o resultado da análise dos discursos resultantes da transcrição das entrevistas, a partir de categorias por nós estabelecidas. Tais categorias foram sugeridas, em grande parte, pelo próprio discurso de nossos entrevistados, em especial pelos valores por eles destacados, como território, família, tradição, memória e mudança social. Território e família são as referências mais palpáveis e mais próximas da maior parte das pessoas ouvidas. A tradição e a memória, ao contrário, existem apenas à medida que são compartilhadas e institucionalizadas. A mudança social, resultado da compreensão e da interação de todo esse conjunto, se inscreve no discurso e é analisada na terceira categoria por meio das transformações do Outro descritas pelos entrevistados.

Foi principalmente na produção dos capítulos 4 e 5 que precisei contar com a assistência de Rosiane Rebouças e Rosinere Ferreira da Costa, que sempre responderam com solicitude a minhas demandas e, com grande frequência, chegaram mesmo a tomar a iniciativa de contribuir para a pesquisa, indicando e facilitando meu contato com as pessoas, produzindo e enviando documentos, apoiando a pesquisa (e a pesquisadora) de todas as maneiras. Sua contribuição, somada à de Francisco Rebouças Neto, Arimatéia e todos os amigos da rede local, tornaram a experiência da pesquisa de campo um agradável encontro com o jeito de trabalhar do icapuiense, sempre tranquilo, efetivo e participativo.

Por fim, no Capítulo 6, traçamos nossas considerações finais. A ele se seguem as Referências Bibliográficas e os Anexos.

Para finalizar esta Introdução, lembramos Milton Santos (1997) ao afirmar que, graças ao movimento social, o lugar está sempre mudando de significação. Para

materializar essa diferença, o autor propõe distinguir *localização* e *lugar*, afirmando que cada *localização* é um feixe de forças sociais se exercendo em um *lugar*. Desse ponto de vista, cada *localização* é também “um *momento* do imenso movimento do mundo apreendido em um ponto geográfico, um lugar” (p.2). Estamos cientes de que estamos descrevendo aqui uma realidade local restrita, datada e observada segundo os critérios que elegemos em consonância com os objetivos do programa no qual esta pesquisa se insere. A fim de reduzir ao máximo as perdas decorrentes dessa limitação, procuramos acatar a maior parte das sugestões recebidas dos moradores, entrevistados e colaboradores durante a viagem de campo.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

*Icapuí é meu e teu.
Icapuí somos nós,
Icapuí sou eu.*

Júnio Santos & Ray Lima, 2004

- 2.1. **Reparação e renomeação**
- 2.2. **Território e identidade**
- 2.3. **Tradição e nomeação**
- 2.4. **Memória e identidade**

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1. Reparação e renomeação

O movimento de reparação que idealmente se segue a um prolongado regime de exceção tem sido responsável, em vários países, pela condenação de ditadores e torturadores. No Brasil, vem resultando na indenização de vítimas e familiares de vítimas dos excessos da ditadura militar que governou o país de 1964 a 1985, embora jamais consiga devolver, por exemplo, o ambiente das universidades, que se perdeu com a debandada dos professores perseguidos e exilados. O movimento estudantil contrabalançou a tendência e, junto com outros movimentos e organizações civis, sem dúvida contribuiu para nossa compreensão do que é hoje a sociedade brasileira. Nenhuma reparação tem sido reclamada, porém, pelos danos causados pelas mudanças aos habitantes de cidades que foram renomeadas em consonância com mudanças ideológicas de governo ou em cumprimento a determinações arbitrárias de regimes autoritários.

Um exemplo rápido e ilustrativo do impacto em questão é o que afeta o habitante de São Petersburgo que, sem se mudar, passa a viver em Petrogrado, depois em Leningrado e novamente em São Petersburgo. Independentemente de sua orientação política, o cidadão com toda certeza carregará o peso material da mudança de nome da cidade e, conseqüentemente, do gentílico – ou adjetivo pátrio – de seus habitantes. Se a questão fosse pouco importante, como tendem a presumir alguns, nem haveria motivo para cidadãos protestarem contra as mudanças. Não faltam relatos de grupos, inclusive no Brasil, que se organizam para restaurar formalmente o antigo nome de um lugar, pela

tradição que sugere e por sua relação com a identidade. No caso de São Petersburgo, a forma germânica deu lugar à versão russa, Petrogrado, em 1914, num contexto de fervor patriótico ligado à eclosão da primeira guerra mundial. Em 1924, após a morte de Lenin, o nome foi alterado para Leningrado, com o qual a cidade conviveu até o plebiscito que, em 1991, decidiu pela restauração do nome mais antigo.

O tipo de reparação representado nos muitos casos de restauração de nomes antigos de lugares e até de formas antigas de grafia de nomes de lugares também indica não ser a toponímia assunto irrelevante, como poderia um leigo julgar à primeira vista. Assim, vê-se, por exemplo, o município de Paty do Alferes, que teve restaurada a grafia original, com y, por força da Lei Estadual 1.506, de 24 de agosto de 1989, e de Campos dos Goytacazes que, depois de se chamar simplesmente Campos, teve restaurado, pela Lei Estadual 4.559, de 16 de outubro de 1988, o complemento tradicional, com a grafia antiga. O movimento se verifica em outros países, bastando apenas lembrar os exemplos da Índia, onde vêm sendo restabelecidos os nomes que as cidades tinham antes da dominação britânica, e do México, que vem restaurando seus antigos topônimos indígenas.

Se recapitularmos a história recente do Brasil, assumindo um ponto de vista que valoriza os nomes geográficos, encontraremos, no que tange aos nomes de áreas da divisão territorial do país, uma grande mudança toponímica que mexeu com vários municípios e distritos em 1943, mas não se tem notícia de movimentos de restauração dos nomes tradicionais nesse caso. A referida grande mudança toponímica se inseria no esforço de sistematização da divisão do território, pois não havia uniformidade no tratamento da ordenação territorial. Para bem uniformizar, era preciso evitar os nomes repetidos, que criam ambigüidades indesejadas, daí a mudança implementada pelo IBGE, em seus primórdios, mas determinada pelo Decreto-Lei Nº 311, de 1938, que se tornou conhecido como a Lei Geográfica do Estado Novo.

A recomendação do governo era que se preservasse, tanto quanto possível, a identidade com o nome anterior, numa provável tentativa de atenuar o impacto da mudança imposta sobre as populações. Esse é o caso de Pedra Branca (MG), município que teve o nome alterado para Pedralva. Antônio Nélcio Abreu (conhecido como Chinho), editor do jornal local de cultura *O Centenário* (publicado mensalmente desde 1984), conta que a mudança de nome para Pedralva não agradou, embora o adjetivo *alva* fosse sinônimo e mantivesse a identidade com *branca*, “mas não havia muito espaço para protestos na ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas” (correspondência recebida de Abreu, 2004).

Milton Santos (2001) se refere a essa alteração dos topônimos ao narrar fatos relacionados a sua infância em entrevista para o livro *Território e sociedade*:

Quando tinha 8 meses, meus pais foram para a zona do cacau, para Ubaitaba, que então se chamava Itapira. Isso foi antes de o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) decidir que duas cidades não podiam ter o mesmo nome. Como tinha uma Itapira aqui, em São Paulo, a da Bahia teve que mudar o nome. Arranjaram outra combinação indígena, que deu por resultado Ubaitaba, que é também Itapira, em uma outra versão (p.73).

O trecho citado se encontra na segunda parte do livro, intitulada “Território da vida” (a primeira se intitula “Território da geografia”). Trata-se, com certeza, de uma declaração de cunho eminentemente pessoal, pois tudo leva a crer que o geógrafo Milton Santos era conhecedor do contexto e nessa condição poderia ter esclarecido que a alteração do nome do município de Itapira se deu em função da entrada em vigor de uma lei que gerou muitos outros casos semelhantes. Por ora, tomemos a (leve) indignação sugerida na declaração do geógrafo como mais um indício da importância dos topônimos e de sua relação com a memória e os processos de construção de identidade.

Mais que uma alteração de topônimos, em 1943 foi promovida a sistematização da nomenclatura da estrutura territorial brasileira. Orquestrada pelo IBGE, a iniciativa

interferiu em identidades locais ao determinar que se alterasse o nome de inúmeros municípios e distritos num curto período de tempo. A alteração era muito mais abrangente, no entanto, pois a iniciativa envolveu várias questões: a uniformização de data para revisão do quadro territorial em todo o país, a racionalização dos limites, a superposição sistemática da divisão judiciária à divisão administrativa, a definição exata da constituição territorial dos municípios e distritos, inclusive mediante o levantamento de mapas municipais, a fixação do conceito de zona “urbana”, “suburbana” e “rural”¹, além da referida sistematização da nomenclatura, de que faz parte a padronização da toponímia de distritos e cidades, primeiramente nos estados e, mais tarde, no conjunto do país. Tal fato se deu porque

Até 1938, a legislação concernente ao assunto se caracterizava pela absoluta falta de sistemática, adotando as Unidades da Federação as regras e princípios que julgavam convenientes, sem nenhum espírito de unidade e coordenação. Daí decorriam anomalias e incoerências (IBGE, 1951, p.X, XI).

Icapuí, município focalizado em nosso estudo, recebeu esse nome em substituição a Caiçara em 1943 (Decreto Nº 1.114 de 30 de dezembro de 1943), quando ainda era distrito do município de Aracati. Na mudança dos topônimos, a orientação era que se criassem novas combinações morfológicas, de preferência nomes indígenas, respeitando-se peculiaridades da identidade local (Freitas Filho, 2003). No mesmo município de Aracati, o distrito de Areias também teve o nome alterado e passou a designar-se Ibicuitaba, que significa “aldeia do areal” (p.207).

Freitas Filho (2003) se refere à Resolução Nº 61, de 24 de julho de 1939, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia². Além da eliminação das duplicatas de nomes, em todo o país, a resolução sugere normas quanto à nomenclatura das

¹ Ainda hoje, esses conceitos são permanentemente redefinidos, pois envolvem grande complexidade.

localidades brasileiras e inclui, entre as medidas relativas aos nomes de cidades e vilas, “a preferência da adoção de nomes da língua indígena regional ou relacionada a fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos” (IBGE, 1943, p.436).

O mencionado município de Pedra Branca, em Minas Gerais, que tinha um homônimo no Ceará, passou a designar-se Pedralva, alterando o nome mas mantendo a referência à grande pedra branca que se destaca nas montanhas em frente à sede municipal. Também no caso de Itapira, tornada Ubaitaba, o significado original do nome foi mantido, se aceitarmos o que afirma o geógrafo baiano³. No caso de Icapuí, porém, parece não existir essa equivalência de sentido entre o antigo e o novo topônimo, que foi muito provavelmente cunhado por legisladores ou estudiosos, do mesmo modo que Cuipiranga, outro nome de distrito criado pela mesma lei no atual território de Icapuí e igualmente sem equivalência de sentido com nomes tradicionais do lugar.

O nome Icapuí⁴ tem sido traduzido como “coisa ligeira” ou “canoa veloz”, significado bem diferente, portanto, do antigo topônimo, Caiçara, mesmo admitindo não ter este ainda significação unanimemente fixada. Localmente, a população costuma dizer que *caiçara* é um nome indígena que significa “cerca velha”, mas Câmara Cascudo detalha que seu significado, no Nordeste, no século XVIII, é “curral” (Cascudo, 1972, p.222). Teodoro Sampaio (1928), autor do clássico *O tupi na geografia nacional*, cuja primeira edição circulou por volta de 1900, é uma provável fonte da versão defendida pelos habitantes:

² Cf. *Divisão territorial dos Estados Unidos do Brasil*. IBGE, Rio de Janeiro, 1942, p.436-437.

³ Não encontramos referências que confirmassem ser Ubaitaba uma “outra versão” de Itapira, que significa “a pedra empinada”, segundo Teodoro Sampaio (1928, p.282).

⁴ Pouco antes da conclusão deste estudo, Maria do Carmo Gaspar de Oliveira me entregou o livro de Márlcio Falcão, *Pequeno dicionário toponímico do Ceará* (1993), que traz etimologia distinta para o nome Icapuí: ICÁ (roça) + APU (farto) + Y (rio) = rio das roças fartas (p.48). Em tempo, agradeço sua contribuição.

Aos paus retirados da queimada e dispostos em cerca ou trincheira em torno da roça ou da habitação davam o nome – *caiçara*, que, muitas vezes, aparece sob forma contrata – *caiça* ou *caçá*, nos nomes compostos (Sampaio, 1928, p.151).

Em outra publicação, Cascudo (2002) afirma que *caiçara* é uma “barraca apenas com a cobertura vegetal [de folhas de coqueiro] e os lados livres” (p.22). Myriam Mesquita (1963), na publicação *Tipos e aspectos do Brasil*, do IBGE, define *caiçara* como o “pescador que vive quase exclusivamente dos produtos da pesca” (p.85) e lembra que o sentido da palavra também abrange os arraiais de pesca. Berta Ribeiro (1984) descreve o *caiçara*, morador rural das áreas costeiras, como um remanescente do modo de vida arcaico e livre que a autora atribui ao caipira. A autora cita Mussolini (em Ribeiro, 1984), que localiza o *caiçara* geograficamente na faixa costeira, nos interstícios das grandes cidades ou em pontos segregados do litoral, áreas não atingidas ou já abandonadas pelas frentes agrícolas (p.108). Cabe acrescentar aqui que Caiçara, distrito do município de Aracati, tinha homônimos no Rio Grande do Norte e em outras unidades da federação.

Diegues (2004), no entanto, com base em fontes etnográficas recentes, traz uma nova definição ao descrever *caiçara* como um tipo de armadilha de pesca feita de galhos depositados ordenadamente no fundo de estuários e lagunas. À maneira de um recife artificial, a *caiçara* reúne ao seu redor várias espécies de peixes, de idade variada, que são capturados pelos pescadores (p.154). O autor lembra que a técnica foi observada por Bourgoignie na África ocidental, onde recebe o nome de *akadjd*, e cita também suas próprias obras anteriores, além de Marques (em Diegues, 2004, p.154), em que se registra a existência de variedades de *caiçara*. Diegues ressalta que os modelos variam de acordo com a distância da barra em que são instaladas, havendo também as *caiçaras redondas* ou *de camarinha*, que abrigam comunidades marinhas complexas (estoques multiespecíficos).

O uso freqüente dessa técnica resulta em grande conhecimento dos pescadores sobre as espécies atraídas pela *caiçara*, desde seus hábitos alimentares e ciclo de vida até as fases de colonização dos galhos da *caiçara* pelas diferentes espécies que pescam. A esse respeito, Berta Ribeiro (1987) menciona o interesse recente de botânicos e zoólogos em pesquisar e documentar o saber milenar acumulado, pois estão convencidos de que as complexas relações das culturas ancestrais autóctones com seu ambiente tendem a assumir crescente importância em razão de seu potencial de contribuição para a formulação de políticas adequadas de preservação de imensos ecossistemas ameaçados, como é o caso do amazônico (p.65). As tecnologias locais, como também os sistemas de classificação de plantas e animais, são objeto de estudo de antropólogos dedicados à etnociência, em colaboração com biólogos.

A referida Resolução Nº 61, editada em 1939 pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, não era explícita quanto aos critérios para a escolha do município que, tendo um homônimo, teria o privilégio de manter o topônimo, possivelmente o mais antigo dentre eles, mas, de qualquer modo, deixava espaço para interpretações divergentes. Além disso, tudo indica que os processos de renomeação dos municípios, na ausência de orientação específica, a não ser quanto a algumas sugestões e restrições, desconsideraram a participação da população ou de seus representantes. O impacto da mudança sobre os processos de identificação local e a baixa probabilidade de que a renomeação tenha resultado de um processo participativo podem ser inferidos pelo texto publicado em 16 de fevereiro de 1947 no *Diário de Belo Horizonte*, que assim apresenta uma carta recebida de Pedra Branca, do poeta e jornalista João Carneiro de Resende:

Escreve-nos o Sr. João Carneiro de Resende, de Pedra Branca, que, como outras cidades mineiras, deseja o seu nome de batismo, que o de crisma não é aceitável. Depois de algumas considerações de ordem pessoal, diz: “Pedralva foi um nome

imposto pela “ditadura” a 14.000 “almas”. Pedra Branca (não é mais bonito?) foi arrancada da nomenclatura toponímica, sem que fosse ouvido um só de seus filhos. Nem prefeito, nem Vigário, nem professora, nem funcionário público, ninguém sabia que ia ser perpetrada tamanha afronta à população, que moureja, com dignidade, neste recanto da terra mineira e que como resultado disso, deu nas urnas vitória esmagadora a Milton Campos e triunfo completo à U.D.N. (*Diário de Belo Horizonte*, 16-02-1947, seção de cartas dos leitores).

O documento permite ao leitor conhecer as instâncias de poder local que, no entender do escritor, poderiam ter influído na escolha: prefeito, vigário, professora, funcionário público, população trabalhadora da terra mineira, eleitores. A indignação e a sugestão de que deveria ser obedecida a expressão das urnas poderiam ser interpretados como sinais do restabelecimento da confiança nas instituições democráticas, também revelado na liberdade para usar a palavra ditadura, que o jornal, porém, cuidadosamente ainda colocou entre aspas (mesmo inseridas dentro de outras aspas), para se referir ao governo. O restabelecimento das regras democráticas trouxe a situação de volta à normalidade, mas não trouxe a restauração da nomenclatura alterada em 1943. Com isso, em Icapuí, como em Pedralva, Ubaitaba, Ibicuitaba e em uma infinidade de lugares, a população se identifica com um nome local cuja tradição foi totalmente construída a partir de sua invenção, em 1943, sobre a ruína e o desaparecimento do nome tradicional que o antecedeu⁵.

Vem de longa data a *tendência mudancista*, para citar a expressão usada por Waldemar de Almeida Barbosa (1968), em seu artigo sobre as mudanças da toponímia mineira, no qual classifica como “alarmante a preocupação iconoclasta dos legisladores de acabar com aquelas denominações locais tão características e tão tradicionais sem a menor atenção à vontade popular” (p.139). O autor destaca, no entanto, que “Às vezes, há reação por parte dos moradores, pedidos, abaixo-assinados e, então, volta a denominação

⁵ Uma das preocupações do Grupo de Peritos em Nomes Geográficos da Organização das Nações Unidas é preservar o conhecimento das tradições anteriores. Seguem nessa direção os esforços dos países que preservam os nomes de lugares e suas tradições.

anterior” (p.140). Barbosa (1968) compara ainda a importância do nome de uma localidade à da bandeira, ambos ligados à identidade de um grupo:

Quando, ao se proclamar a República, adotou-se aquela bandeira constituída de linhas horizontais verdes e amarelas com um grupo de estrelas em um retângulozinho à esquerda no alto, o argumento que convenceu Deodoro de tamanha estultície foi este: a bandeira nacional é qualquer coisa ligada à alma do povo. Que se substitua o emblema da monarquia por outro, mas permaneça a bandeira que a nação se acostumou a admirar e a respeitar, foi o argumento decisivo. Da mesma forma, o nome de uma localidade, por mais feio que possa parecer a estranhos, está intimamente ligado à alma do povo que o adotou, à sua história, às suas lendas; não deixa de ser uma fonte de crueldade inventar um nome sonoro e poético para substituir o primeiro, sem qualquer consulta aos moradores (p.143).

O autor ainda cita vários autores que ergueram sua voz contra as mudanças injustificadas, o que Augusto de Lima Júnior (em Barbosa, 1968) descreveu como “depredação toponímica do arrivismo inculto e iconoclasta” (p.148). Destacamos algumas citações, como a de Salomão de Vasconcelos (em Barbosa, 1968), que reclama da “mania hoje reiterada do Legislativo mineiro e dos estatísticos apressados, de mudar, com a maior facilidade, a toponímia antiga de lugares, serras ou povoados, tão expressivamente indicados pelo linguajar dos íncolas e pelos acidentes da natureza, por nomes arrevezados e inexpressivos, tumultuando cada vez mais o trabalho dos pesquisadores” (p.148).

Joaquim Ribeiro da Costa (em Barbosa, 1968), que foi diretor do Departamento Estadual de Estatística, ressalta o impacto da mudança sobre os moradores ao declarar: “Como membro da comissão encarregada dos estudos para essas alterações na toponímia de nosso estado, foi-me dado sentir as resistências com que foram recebidos pelas respectivas populações” (p.148). A rejeição é também tema do comentário de Nélson de Sena (em Barbosa, 1968), em sua ponderação sobre as constantes mudanças dos topônimos mineiros:

Às vezes, o nome moderno, o batismo oficial, a nova designação que recebe uma povoação, um arraial, uma vila ou uma cidade, são repelidos pelo povo, que persevera em usar o nome primitivo, o nome da tradição, com que já está habituado instintivamente, desde largos anos. E assim acontece o inconveniente de alguns mapas de Minas trazerem duplicada a mesma localidade, em diferente posição geográfica (pp.147-148).

Sena (em Barbosa, 1968) cita como exemplo o caso do antigo Bonfim (de Montes Claros), que é a moderna cidade de Bocaiúva, dado como simples povoação, enquanto Bocaiúva figura no local em que está a antiga vila de Jequitaiá, no norte mineiro, criando dificuldades para os pesquisadores.

As mudanças, no entanto, tendem a refletir também valores e padrões culturais, como mostra Burke (2005) em artigo sobre os nomes de ruas e praças ao redor do mundo. O autor explica que as pessoas, em diferentes países, têm maneiras diferentes de recordar o passado. Dá como exemplo os britânicos, que preferem cultivar o mito da continuidade, enquanto outros, como a França (e o Brasil), preferem o mito da revolução. Em Paris, lembra o autor, depois de 1793, a praça Luís XV se tornou a praça De La Révolution, a ponte Notre Dame foi renomeada ponte De La Raison, entre muitas outras mudanças similares. Eis sua justificativa:

Porque existe, na mente humana, uma forte associação entre lembranças e lugares específicos, essa política de mudança de nomes era uma idéia inspirada, e não admira que tenha sido imitada em cidades de todo o mundo (Burke, 2005, p.3).

Com efeito, Burke (2005) reconhece, a tradição de nomear ou renomear lugares – por exemplo em honra de personagens famosos – remonta ao mundo antigo, como no caso da Alexandria, em homenagem a Alexandre o Grande, mas se tornou muito mais comum a partir do fim do século XVIII, quando se registram os casos de Bolívia e Colômbia, em homenagem a Simon Bolívar e Cristóvão Colombo, respectivamente, e a já mencionada Leningrado, para citar apenas alguns exemplos. Também se usam datas significativas da

história local ou nacional para rebatizar lugares: Buenos Aires tem a praça de Mayo, o Rio de Janeiro tem a rua Sete de Setembro, e a Cidade do México tem a avenida Veinte de Noviembre, que celebra a revolução de 1910. Em Londres, porém, observa o autor, as datas históricas estão ausentes dos nomes das ruas, praças e estações. Diz Burke (2005):

no Reino Unido (a despeito da importância da revolução de 1688 para a história do país), jamais houve necessidade desse tipo de evento. A ficção de continuidade sempre foi e ainda é extremamente importante para a cultura britânica (p.3).

No Brasil, parece ser uma tentativa de retomada das origens o prestígio emprestado aos nomes indígenas, que se verifica nas leis. Além da citada Lei Geográfica do Estado Novo, encontramos outros momentos em que a legislação brasileira recomenda dar preferência aos nomes indígenas. É o caso do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC (Lei No. 9.985, de 18/7/2000, e Decreto No. 4.340, de 22/8/2002), que também recomenda, além de toponímia indígena, nomes relacionados com as feições naturais mais relevantes na área designada. Desde o primeiro parque nacional criado no Brasil, Itatiaia, ao mais recentemente criado e de maior área do mundo, Montanhas do Tumucumaque, segue-se a recomendação legal, ao que se sabe, com boa aceitação pelos grupos sociais envolvidos.

A questão da alteração de nomes de lugares, ou renomeação, é relevante e preocupa especialistas de todo o mundo que, desde a década de 1960, se reúnem quinzenalmente no âmbito das conferências mundiais promovidas pelo Conselho Econômico e Social (EcoSoc) da Organização das Nações Unidas (ONU), com a participação regular de mais de dezenas de países afiliados. Por esse motivo, a Resolução 9 da VI Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos (CNUPNG), realizada em 1992, além de reconhecer o significado cultural e histórico dos nomes geográficos, ressalta

que sua alteração deliberada pode significar perda de patrimônio cultural e histórico, e também

Desencoraja a mudança desautorizada de nomes geográficos que já tenham sido fixados por entidade legalmente constituída e sejam reconhecidos nacionalmente (United Nations, 2004, p.39, em tradução livre da autora).

A primeira conferência, realizada em 1967, em sua Resolução 4, reconhece que a padronização nacional de nomes geográficos traz benefícios práticos e econômicos para as nações individualmente, e faz várias recomendações quanto aos métodos de coleta e padronização. A importância das formas usadas localmente e da informação fornecida por fontes locais é salientada quando se listam as características e atributos de um nome geográfico que devem ser compilados, entre os quais se destacam as formas usadas e informadas por fonte local no modo de escrever, pronunciar e interpretar seu significado. Esses atributos se igualam em importância a outros mencionados na resolução, que incluem a grafia do nome em documentos cadastrais e escrituras de terras, a grafia em mapas antigos e modernos e em outras fontes históricas, a grafia em relatórios censitários, índices de topônimos e outros documentos relevantes, além da grafia usada por outros serviços administrativos e técnicos.

Também recomenda a Resolução I/4 que “o significado de termos genéricos usados localmente seja claramente definido” e “que se ouçam pelo menos duas fontes locais independentes” (United Nations, 2004, p.34). Tudo isso se soma à recomendação de incluir não apenas o contexto histórico, mas também a história relacionada com o uso do nome, indicação de uso de artigo definido (a Bahia, a França, mas Portugal, Vitória), partículas como as preposições e contrações de preposição e artigo que ligam os termos genérico e específico de um nome geográfico, como no caso do rio Amazonas que, em

mapas históricos, aparece sempre como rio das Amazonas, ou o caso de Chapadão do Bugres, município cujos habitantes exigem que não seja chamado de Chapadão dos Bugres, com a partícula no plural, segundo relato colhido entre técnicos ligados à coleta e à representação de nomes geográficos em cartas editadas pelo IBGE. Isso revela a necessidade de se preparar toda uma gramática relativa ao uso local dos nomes geográficos, ou, em outras palavras, fomentar a coleta e a padronização desse conjunto, que constitui importante patrimônio comum de uma população.

Na conferência mais recente, realizada em 2002, os delegados dos países afiliados mais uma vez destacaram, na Resolução 9, a importância dos nomes geográficos como parte do patrimônio histórico e cultural de uma nação. A referida resolução ainda exorta os países que ainda não o fizeram a promover a coleta sistemática de seus nomes geográficos e traz a recomendação mais importante para nossa argumentação ao pedir que se promova e amplie a compreensão, pelo grande público, da importância dos nomes geográficos tradicionais em relação ao patrimônio e à identidade local, regional e nacional. Embora estejamos cientes de que uma tese não se dirige ao grande público, entendemos que este trabalho pode contribuir para chamar a atenção de legisladores e executores das políticas públicas, bem como juízes e procuradores públicos, para a importância desta questão, uma vez que eles já estão sendo chamados a decidir sobre direitos nesse campo.

Sendo este um trabalho acadêmico, cabe apenas escolher a abordagem mais adequada para compreender a idéia de “tradição” contida na expressão “nomes geográficos tradicionais”. De resto, manteremos sempre a referência aos resultados das iniciativas da ONU em relação ao tema dos nomes geográficos, mas também à obra de autores como Hobsbawm & Ranger (1984) e Carvalho (1990), que tratam da questão da construção das tradições pelos estados nacionais. Também merece destaque, para menção posterior, o fato

de que a resolução VIII/9 equipara patrimônio e identidade local, além de fazer referência a três níveis de identidade de lugar – local, regional e nacional.

A Carta de Goiânia (2003) – escrita em conjunto por representantes do Ministério Público, que promoveram o evento no qual o documento foi produzido, do Instituto do Patrimônio Histórico e da Unesco, entre outros importantes órgãos – considera que os princípios do direito ambiental são aplicáveis às ações de promoção e defesa do Patrimônio Cultural brasileiro. Lembra ainda que, segundo estabelece a Constituição Federal, o Patrimônio Cultural do Brasil é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Isso inclui as formas de expressão e entre estas propomos incluir a nomenclatura toponímica do país.

Segundo a Resolução 32, e a partir das considerações, aplicam-se ao Patrimônio Cultural, em especial, os princípios da prevenção, da precaução, do desenvolvimento sustentável, da participação e do poluidor-pagador. A Resolução 33 segue pelo mesmo caminho, e afirma que é objetiva a responsabilidade por danos ao Patrimônio Cultural que, pela Resolução 10, “não deve limitar-se apenas à materialidade documental ou monumental de seus bens móveis e imóveis, mas também, e no mesmo grau de importância, na singularidade do imaterial, consubstanciado no acervo de ritos, crenças, tradições, costumes, fazeres e comportamentos” (Carta de Goiânia, 2003). Outra vez, acreditamos que aqui se incluem os ritos de nomeação e as tradições representadas pelos nomes dos lugares.

A Carta de Goiânia (2003) define que “os bens culturais, não por dominialidade estatal, mas em oposição ao regime puramente privado, são bens públicos pela destinação à fruição pública. É público por seu conteúdo finalístico, em sentido objetivo e no sentido em que o domínio é coletivo e não estatal” (p.1). Assim, pode-se dizer ser um bem cultural

o nome geográfico, que só se fixa quando conta com um nível razoável de aceitação comum. Com efeito, se o uso não for compartilhado por uma determinada quantidade de indivíduos, um nome de lugar terá pouca serventia num esforço de localização.

Numa iniciativa voltada para monitorar a qualidade da informação toponímica, a Resolução 4 da III Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos pede que se forneça o máximo de informação sobre a fonte do nome geográfico e, sob esse ponto de vista, classifica os nomes em três tipos: coletados em campo, coletados em documentos ou especialmente outorgados (Nações Unidas, 2004, p.37). A distinção é importante e, no caso deste trabalho, interessa-nos especialmente o primeiro tipo, pelo grau de participação da sociedade local, e o terceiro tipo, ao contrário, pelo baixo ou inexistente grau de participação civil que pressupõe.

Diferente abordagem sugere Antônio Houaiss (1982), quando classifica em camadas os topônimos brasílicos em seu “Prefácio-estudo” ao *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*:

É de suspeitar que três camadas distintas de topônimos tupis – ou brasílicos – coexistem hoje em dia: a dos topônimos dos próprios brasílicos de antes e durante os primeiros séculos de imposição colonial, a dos topônimos “tupinambizados” da língua geral de intercurso, que talvez reproduzissem os processos originais, talvez lhes acrescentassem ou diminuíssem algo, estilizando-os, e a dos topônimos tupinizados em operação consciente de composição por parte de tupinófonos, tupinizantes ou tupinólogos – sem considerar defasagens regionais, como a amazônica, que deve repetir com certa modernidade o que ocorreu em outras áreas dois séculos antes (Houaiss, 1982, p.10).

2.2. Território e identidade

No início da relação do homem com o território, essa relação era direta, o que não deixava dúvidas sobre ser o território um forte componente da identidade. Segundo Santos (2000), “em todas as manifestações essenciais da sua existência, os moradores pertenciam àquilo que lhes pertencia, isto é, o território” (p.62). Ainda para este autor,

Isso criava um sentido de identidade entre as pessoas e o seu espaço geográfico, que lhes atribuía, em função da produção necessária à sobrevivência do grupo, uma noção particular de limites, acarretando, paralelamente, uma compartimentação do espaço, o que também produzia a idéia de domínio (Santos, 2000, p.62).

O mesmo autor esclarece que “não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado” (Santos, 2001, p.26), e parece ser precisamente esse o terreno onde se dão os processos de identificação do sujeito, inclusive a social. O social, segundo Barus-Michel (2004), é aquilo que liga os indivíduos, sua referência estruturante, “é o que partilham e reconhecem em comum os indivíduos tornados membros da unidade criada (grupo, coletivo, sociedade)” (p.55). Para a autora, “o social pode tornar-se suporte de fenômenos psicológicos da mesma forma que o indivíduo: um sujeito social” (p.53).

Na Antiguidade, afirma Fustel de Coulanges (2002), o chão era verdadeiramente sagrado para o homem, pois era habitado pelos deuses. Segundo este autor, “Estado, Cidade e Pátria não eram abstrações como entre os povos modernos; representavam, de fato, todo o conjunto de divindades locais com o culto cotidiano e com as crenças que agiam fortemente sobre as almas” (Coulanges, 2002, p.219). A identificação com a região, o povo, a tribo, a religião (muito mais relacionada com território do que permite supor o

atual senso comum⁶) é um equivalente, na época moderna, dessa relação com o território que, no fim do século XVIII, passou a ser intermediada, no mundo todo, pelo estado-nação.

Giddens (2002) lembra a relevância do conceito de estado-nação também para a sociologia:

A modernidade produz certas formas sociais distintas, das quais a mais importante é o estado-nação. Observação banal, é claro, até que nos lembremos de que a sociologia tende a considerar a “sociedade” como seu objeto. A “sociedade” do sociólogo, pelo menos quando aplicada ao período da modernidade, é o estado-nação, mas essa em geral é uma equação velada em vez de explicitamente teorizada (p. 21).

Para Stuart Hall (2000), o final do século XX se caracteriza por uma mudança estrutural que “está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (p.9). Diante dessa mudança, estaria ocorrendo, no fim do século XX, uma “crise de identidade” para o indivíduo pois, como explica o autor, há uma perda do “sentido de si” estável, ou um duplo deslocamento causado pela “descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos” (Hall, 2000, p.9).

O processo de mudança é tão fundamental e abrangente que, segundo Hall (2000), enseja a pergunta se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Giddens (2002) se refere a essa reflexividade, lembrando que

Além de sua reflexividade institucional, a vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencalhe – mecanismos que descolam as relações

⁶ Cf. Coulanges, Fustel de. *A cidade antiga*. “Cada família, tendo o seus deuses e o seu culto, devia ter também o seu lugar na terra, o seu domicílio isolado, a sua propriedade” (p.68).

sociais de seus lugares específicos, recombinao-os através de grandes distâncias no tempo e no espaço (p.10).

Ianni (1996) acredita que, “em boa parte, as crises que atingem nações e nacionalidades, províncias e regiões, parecendo internas, são também determinadas pelo surto de globalização” (pp.43-44), que tem como base o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no mundo. A dinamização das forças produtivas, em escala mundial, agiliza os deslocamentos e as realocações. Num contexto de constante inovação tecnológica, muitos trabalhadores são expulsos do processo produtivo, nas fábricas urbanas e nas atividades agropecuárias, de mineração e de extrativismo.

Para Ianni (1996), os próprios horizontes mentais de uns e outros, na cidade e no campo, se alteram, recriam e alargam (p.62). As noções de espaço e tempo modificam-se com base nas conquistas dos novos meios de comunicação, informação, análise e decisão. Os recursos da eletrônica e da informática transformam os significados dos dias e noites, semanas e meses, estações e ciclos. O que é local situa-se simultaneamente na província, nação, região e mundo. As divisas e fronteiras mudam de significado, deslocam-se ou apagam-se (Ianni, 1996). Graças aos satélites, estamos em relação uns com os outros como aponta Warf (em Santos, 2002a), pois “para um satélite, cada lugar está a mesma distância dos outros” (p.200).

É assim que, no mundo globalizado, como consequência (e também como condição), a identidade nacional aos poucos deixa de ser a referência mais forte do sujeito. Em substituição, se esboçam outras formas de identidade social e cultural, que podem se expressar nas redes mundiais ou fortalecer a identidade local, isto é, a que pode se desenvolver nos diferentes lugares. Alguns entendem que a globalização propõe uma identidade supra-nacional, mas em seu bojo parece estar sendo fortalecida também uma identidade intra-nacional, ou local, que se manifesta nos diferentes lugares.

Lembrando Milton Santos (2002a), o mundo é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. É assim que “o território termina por ser a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local” (Santos, 2002a, p.338). Em resumo,

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.

A ordem global serve-se de uma população esparsa de objetos regidos por essa lei única que os constitui em sistema. A ordem local é associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território, regidos pela interação.

No primeiro caso, a solidariedade é produto da organização. No segundo caso, é a organização que é produto da solidariedade. A ordem global e a ordem local constituem duas situações geneticamente opostas, ainda que em cada uma se verifiquem aspectos da outra (Santos, 2002a, pp.338-339).

A identidade é um complexo mosaico de interseções do sujeito com o mundo. Desse modo, ele tem, ao mesmo tempo, além de uma identidade só sua, todas as suas demais identidades culturais, entre as quais a chamada identidade nacional ou local. Para perceber a força dessas identidades, segundo Gellner (em Hall, 2000), basta pensar como “A idéia de um homem sem uma nação parece impor uma grande tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas” (p.48). A tensão se deve ao fato de que, embora sejam construídas, as identidades culturais são percebidas como elementos estáveis. Sua transformação no mundo contemporâneo afeta, assim, aspectos da identidade pessoal, vista como coesa em torno de um eu coerente, e provoca um deslocamento, ou uma fragmentação, do sujeito, como aponta Hall (2000).

A transformação dos estados nacionais no fim do século XX, tanto pela formação de blocos econômicos quanto pelo acesso simultâneo a novas tecnologias e telecomunicações (a esse respeito, ver Santos, 2000; Ianni, 1996; Giddens, 2002), sugere estar havendo uma transformação também da identidade de lugar nesse nível, a identidade nacional. Por se

inserir num mosaico de identidades culturais, o fenômeno pode ser estudado em vários aspectos, mas nosso foco aqui será em como se dá a construção da identidade de lugar diante das transformações (e não necessariamente enfraquecimento) da identidade nacional na contemporaneidade, juntamente como surgimento da idéia de uma identidade global. Para justificar o interesse desse estudo, valem-me mais uma vez as palavras de Milton Santos (2000), para quem

não há como regular a cidadania mundial, a qual será apenas uma possibilidade distante e condicionada pelas realidades nacionais (p.113).

A construção da identidade cultural convive com o processo de identificação vivido pelo sujeito e está representada no que Hall (2000) chama de lealdade, ou seja, em tudo aquilo que, ao ser feito, determina um aspecto da identidade do sujeito. Morin (2001) explica esse fenômeno como princípio da inclusão do sujeito, o pertencimento aos grupos. Halbwachs (1999) se refere a isto como lealdades ao grupo. Pode-se pensar na participação e no exercício da cidadania no lugar em que se mora como equivalentes, em nível local, dessa lealdade, desse aspecto da construção da identidade. Quanto maior é a participação do sujeito, tanto em duração como em intensidade, mais a identidade cultural se fortalece e retroalimenta o processo.

O sentimento de pertencimento é descrito por Barus-Michel (2004) como algo do nível afetivo que faz com que os membros de um grupo possam dizer “nós”. O social, como vimos, é aquilo que interliga os indivíduos, sua referência estruturante, é o que partilham e reconhecem em comum os indivíduos tornados membros da unidade criada, seja ela um grupo ou uma sociedade ou qualquer coletivo. Ao unir indivíduos que se reconhecem associados, o social sempre o faz num projeto, ou, como ressalta Barus-Michel (2004), “O social já é um projeto”, pois “É para o ato que os homens se associam”

(p.56). A produção, explica ainda a autora, é um sinal do social que se insere na realidade. Essa produção retroage sobre o social, sobre o sentimento de pertencimento, sobre a regra ou o código que ela leva a transformar (Barus-Michel, 2004, pp.56-57).

No Brasil, condições de colonização muito específicas construíram, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda (1995), uma nação de desterrados em sua própria terra. Desse modo, como assinala Orlandi (1984), “procuramos nos conhecer conhecendo como a Europa conhece o Brasil” (p.19). Entretanto, como destaca a autora, o europeu nos constrói como seu “outro” mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o “outro” da Europa, mas o outro “excluído”, sem semelhança interna. Enquanto isso, os europeus nunca se situam na posição de nosso “outro”. Por isso, como aponta Orlandi (1984), “O discurso das descobertas é um discurso sem reversibilidade” (p.47).

Segundo esse discurso, a Europa é sempre o “centro”⁷ e, pela parcela que nos cabe da civilização ocidental, somos narrados em uma história, a da colonização. É como se nossa história tivesse seus antecedentes na Europa, e o Brasil fosse um “exílio” europeu, mas só nós os temos como nossos “outros” absolutos. Orlandi (1984) ainda lembra que “o efeito ideológico – colonialista – não nasce do nada. Sua materialidade específica é o discurso” (p.47). E nós, brasileiros, trazemos inscrito o discurso da descoberta no próprio nome do nosso país, Brasil, na língua que falamos, no calendário e em tantos outros sistemas e símbolos que usamos, mas ele está também presente em nosso silêncio e em tudo que isso implica.

É assim que o silêncio intervém no jogo da memória, com o já-dito implícito. Orlandi (1984) lembra que “Também o que não é falado significa” (p.49), e esta outra vertente do não-dito se origina do fato de que a linguagem é política (pois o sentido tem sempre uma direção, é dividido) e de que todo poder, em seu trabalho simbólico, é

acompanhado de um silêncio. Assim como ocorre com a linguagem, continua a autora, “o silêncio não é transparente e significa multiplamente” (Orlandi, 1984, p.50). Em sua perspectiva, “importa menos saber o que ficou silenciado e mais a própria política da palavra: que ‘x’ se disse para não se dizer ‘y’?”, ou “o que o colonizador *não* está dizendo quando está dizendo ‘x’?” (Orlandi, 1984, pp.51-52).

Em seu comentário sobre a descoberta da América, Todorov (1990) declara estar interessado em falar da descoberta que o *eu* faz do *outro*. Para o autor, “é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente. [...] Somos todos descendentes diretos de Colombo, é nele que começa nossa genealogia” (Todorov, 1996, p.6). Para justificar, Todorov (1996) destaca que, com Colombo, os homens descobrem a totalidade de que fazem parte pois, até então, “formavam uma parte sem todo” (p.6). Outros autores mencionam à sua maneira esse salto; na prática, podemos dizer que ocorre uma mudança de referencial de conseqüências muito profundas para a humanidade.

No diário de sua primeira viagem à então desconhecida América, logo depois de descobrir terra firme e gente nativa, os caraíbas, Colombo (1991), no relato da quinta-feira, 11 de outubro de 1492 – que curiosamente também inclui o que ocorreu no dia seguinte, quando os navegantes desembarcaram nas atuais Bahamas, mais exatamente na ilha Watlings, que na língua dos índios se chamava Guanahani e foi então batizada de San Salvador –, escreve:

levarei daqui, por ocasião de minha partida, seis deles [caraíbas] para Vossas Majestades, para **que aprendam a falar** (p.45) [grifo nosso].

⁷ A posição central da Europa nos mapas do mundo mais difundidos, especialmente no Brasil, mostra que a representação cartográfica está entre os discursos que contribuem para consolidar a Europa no centro.

Tzvetan Todorov (1996) observa, a esse respeito, que “esses termos [em grifo] chocaram tanto os vários tradutores franceses de Colombo que todos alteraram o texto para: **que aprendam nossa língua**” (p.30) [grifo nosso].

Também o personagem Caliban, da peça *A tempestade* (*The Tempest*, 1611), de William Shakespeare (a tradução aqui utilizada foi publicada em 1991), é um selvagem que “não sabia falar” antes das lições de Próspero, segundo palavras do próprio Próspero (obviamente interessado nesse ponto de vista, graças ao qual mantém seu domínio sobre a ilha, outrora território exclusivo de Caliban). Muitos autores (entre eles Rodó, 1900, 1909, e Morse, 1988) comparam Caliban aos povos ibero-americanos de ontem e de hoje.

Na última cena do primeiro ato da peça de Shakespeare (1991), em revide à agressão e ao que chama de “ingratidão” do selvagem, diz Próspero a Caliban:

Tive pena de ti. Penei para fazer-te falar e ensinar-te a cada instante uma coisa ou outra. Quando desconhecias o que eras e apenas te exprimias por grunhidos, eu recobri teus gestos de palavras, para que assim pudesses decifrá-los (p.47).

Caliban inicialmente admite que deve sua “voz” a Próspero, mas esclarece sua pouca serventia a não ser para expressar uma fala posicionada e dirigida a Próspero. E é desse lugar de quem fala pela voz do outro que Caliban impreca:

Tu me ensinaste a falar e meu único proveito foi aprender a amaldiçoar. Que a peste vermelha te carregue por teres me ensinado a tua língua (Shakespeare, 1991, p.47).

Segundo Orlandi (1984), os europeus padronizam o conhecimento sobre o Brasil, criam um discurso sobre nossa origem, que nós absorvemos de tal forma que, por fim, “não é o discurso do Brasil que define o brasileiro, mas o discurso sobre o Brasil” (p.48). Com isso, o discurso sobre o Brasil determina o lugar de onde devem falar os brasileiros ou então não lhes dá voz. Em nosso imaginário, porém, lembra a autora, não nos

identificamos com os índios, mas tampouco reivindicamos o português como igual. Em seu entender, “Somos mistura, trânsito, circulação entre os lugares, perfis moventes” (Orlandi, 1984, p.20). Isto porque, para Orlandi (1984),

a identidade é um *movimento*, tanto no seu modo de funcionamento (entre o eu e o outro) como em sua historicidade (devir, mas também multiplicidade na contemporaneidade etc.) (p.46).

O lugar onde se vive é, de fato, o único espaço onde seria possível usufruir de uma acalentada cidadania global, no entender de Milton Santos (2000). Para o autor, se o cidadão do lugar pretende se fazer também cidadão do mundo, deve saber que não há como regular a cidadania mundial, pois ela é condicionada pelas realidades nacionais. Ser cidadão de um país de território extenso e sociedade muito desigual, como é o caso do Brasil, explica Santos (2000),

pode constituir apenas uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. Esse é o caso brasileiro, em que a realização da cidadania reclama, nas condições atuais, uma revalorização dos lugares e uma adequação de seu estatuto político (p.113).

Como lembra Giddens (2002), o exercício da cidadania em todos os âmbitos – local, nacional, regional e mundial – tem seus limites decididos no jogo das forças dominantes em escala global. Em contrapartida, “ao forjar suas auto-identidades, independentemente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas conseqüências e implicações” (p.9).

Giddens (2002) lembra que o eu não é uma entidade passiva. Igualmente, “o território não é um dado neutro nem um ator passivo” (Santos, 2000, p.80). Segundo Santos (2000), instala-se hoje a esquizofrenia do lugar (e do território), pois, ao mesmo

tempo que acolhe os vetores da globalização, que nele se instala com uma nova ordem, o território abriga também a contra-ordem que é produzida, gerando pobres, excluídos e marginalizados que não se subordinam de forma permanente à racionalidade hegemônica. Nessa insurreição, o papel do lugar em que se vive é determinante porque, além de um quadro de vida, ele é um espaço de experiência renovada, o que permite reavaliar as heranças e indagar sobre o presente e o futuro: “A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo” (p.114).

Santos (2000) assim defende a cidadania em sua obra *Por uma outra globalização*”, que, segundo o autor, deveria ser buscada nos recursos do lugar:

a possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente, desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação político-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países (p.113).

Ao afirmar que o território é também o uso que se faz dele, Santos (2000) enfatiza a importância da participação individual na construção da identidade local, algo que se dá por meio da interação dos indivíduos com os lugares e com todos aqueles que com eles compartilham esse espaço. Usar e conhecer o território inclui também conhecer as técnicas, os meios, e renovar permanentemente a experiência, pois não se pode esquecer que “o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte)” (p.160). Podemos concluir, com Santos (2000), que

É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares (p.112).

2.3. Tradição e nomeação

A nomeação é uma prática social e uma prática discursiva. Também pode ser vista como uma tradição inventada, expressão assim definida por Hobsbawm & Ranger (1984):

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado [...], mais especificamente ao passado histórico apropriado (p.12).

Os topônimos indígenas se prestam bem a essa invenção porque estão associados aos nomes genuinamente americanos, como os que Colombo encontrou em sua primeira viagem e logo tratou de substituir pelos de sua predileção: as ilhas Guanahani e Haitê, por exemplo, ganharam os nomes de San Salvador e Hispaniola (Mendonça, 1952).

Hobsbawm & Ranger (1984) utilizam o termo “tradição inventada” (p.12) num sentido amplo mas, destacam, claramente definido. O termo inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de uma maneira mais difícil de se localizar no tempo. Seu objetivo primordial não é estudar as chances de sobrevivência de uma tradição inventada, mas sim o modo como elas surgem e se estabelecem.

O passado histórico no qual a nova tradição se insere não precisa ser remoto, o que explica o fato de muitas tradições serem até bem recentes. O exemplo se encontra em todos os rituais que cercam as datas comemorativas do Reino Unido, em que mesmo a carruagem dourada que a família real utiliza nessas ocasiões, a despeito do quanto seja sugestiva de épocas anteriores, foi fabricada no início do século XX. Até para as

revoluções e os movimentos progressistas, que por definição rompem com o passado, o passado tem relevância. Isto porque, mesmo quando terminam abruptamente em uma data determinada, tal como a Revolução Francesa, em 1789, existe um tempo anterior para confirmar a transformação radical que esta revolução representa. Contudo, por fazerem referência a um passado histórico, as tradições inventadas caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial (Hobsbawm & Ranger, 1984).

A utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas sugere uma continuidade histórica, um passado antigo (Carvalho, 1990). Embora sejam reações a situações novas, as tradições inventadas assumem a forma de referência a situações anteriores ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É justamente o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável, ao menos alguns aspectos da vida social, que torna a invenção da tradição importante numa discussão sobre identidade de lugar hoje, ou, para fazer uso do termo cunhado por Baczko (em Carvalho, 1990), o pertencimento a uma “comunidade de imaginação” (p.13). Segundo Carvalho (1990),

Um símbolo estabelece uma relação de significado entre dois objetos, duas idéias, ou entre objetos e idéias, ou entre duas imagens. Embora o estabelecimento dessa relação possa partir de um ato de vontade, sua aceitação, sua eficácia política, vai depender da existência daquilo que Baczko chamou de comunidade de imaginação ou comunidade de sentido. Inexistindo esse terreno comum, que terá suas raízes seja no imaginário preexistente, seja em aspirações coletivas em busca de um novo imaginário, a relação de significado não se estabelece e o símbolo cai no vazio, se não no ridículo (p.13).

A “comunidade cívica”, sugerida por Robert Putnam (em Gohn, 2004) é caracterizada “por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (p.17). A

comunidade cívica é responsável pela cultura cívica de participação, mas a ação governamental também é decisiva na conformação da cultura cívica. Na problematização dessas variáveis, Gohn (2004) e outros autores defendem a adoção da chamada “governança”⁸ (p.18), que pode simplificarmente ser lida como o equilíbrio entre os arranjos institucionais que regulam a relação entre governo, sociedade e mercado.

Evocando as três categorias superpostas sugeridas por Hobsbawm & Ranger (1984), temos as seguintes espécies de tradições: (A) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social (ou admissão) no grupo; (B) as que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e (C) as tradições cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. Abordaremos em nosso estudo não apenas os aspectos relacionados com as tradições do tipo A, que acreditamos estar expressa no etnônimo⁹, gentílico ou adjetivo pátrio correspondente ao topônimo, como no vocábulo *carioca* ou *icapuiense*, expressão de uma identidade coletiva. As tradições do tipo B legitimam instituições ou relações de autoridade e estão exemplificadas no próprio topônimo Icapuí, com a instituição do distrito e do município desse nome e, conseqüentemente, do cidadão icapuiense. O tipo C abrange as tradições cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de idéias, e se exemplifica no significado de canoa veloz para Icapuí – forjado, em dois sentidos: inventado e construído.

Talvez os dois sentidos – inventado e construído – possam ser expressos na palavra imaginado, ou no produto do que Baczko (em Carvalho, 1990) chamou de “comunidade de

⁸ O relatório da Comissão sobre Governança Global, formada em 1992 pela Secretaria Geral da ONU, define: governança é a totalidade de maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus problemas comuns (em Irving *et al.*, 2005, no prelo). A discussão sobre governança vem crescendo mais e mais em importância, pois tem sido incluída em negociações e acordos internacionais.

⁹ O gentílico também se designa etnônimo, étnico ou nome pátrio – substantivo ou adjetivo – e se recomenda escrever em português com letra inicial minúscula (ABL, 1999). Em língua inglesa, por exemplo, ocorre o contrário, pois os gentílicos são grafados com iniciais maiúsculas, do mesmo modo que os topônimos.

imaginação” (p.13). O termo nos remete de imediato para as “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson (1989), em sua obra sobre os estados nacionais. A expressão depois foi parafraseada por Néstor García Canclini (2003) no título do livro *A globalização imaginada*.

É no imaginário, segundo Carvalho (1990), que as sociedades definem sua identidade e objetivos, determinam inimizades, organizam o tempo – o passado, o presente e o futuro da comunidade. Por isso, a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. Como assinala o autor,

É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. (Carvalho, 1990, p.10)

A manipulação do imaginário social é especialmente importante em momentos de mudança política e social, lembra Carvalho (1990), momentos de redefinição de identidades coletivas (p.11). Com o exemplo da consagração tardia de Tiradentes, Carvalho (1990) mostra claramente como se construiu um mártir da independência segundo interesses da República. Na passagem para o Brasil republicano, o governo se valeu de símbolos, alegorias, rituais, mitos, para alimentar o imaginário nacional, conduzindo-o segundo um plano arquitetado. Os mitos políticos, não custa lembrar, são peças fundamentais para plasmar visões de mundo e modelar condutas – sabem disso os governantes, que costumam investir nessas construções.

Nem sempre, porém, o mito encontra condições de se desenvolver do modo planejado, no entender de Halbwachs (1990) e de outros autores. Só têm penetração pensamentos e lembranças que encontram um terreno comum, afirma Carvalho (1990). O autor destaca, na vasta produção simbólica da Revolução Francesa, o uso do tratamento

cidadão. No Brasil, o uso da expressão, de enorme força igualitária, se iniciou com a República. Na correspondência oficial, a saudação protocolar “Deus guarde Vossa Excelência”, reveladora de valores monárquicos e católicos, foi substituída por “cidadão presidente” ou, para citar alguns exemplos levantados pelo autor, “cidadão”, ou “cidadão general” (p.12).

Orlandi (1984) afirma que o ato de nomear é ilustrativo do silêncio constitutivo, ou seja, a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer “x”, pois toda fala necessariamente silencia. “Toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito” (p.49), diz a autora, para quem o silêncio pode significar de duas maneiras distintas – como o silêncio constitutivo, mencionado anteriormente, e como o “silêncio local” (p.50). Este último é o caso, por exemplo, da censura, que se produz quando alguns sentidos são proibidos de circular (Orlandi, 1984). Não é desnecessário destacar que as renomeações podem envolver os dois modos de significação do silêncio.

Ao contrário do Paraguai, onde ainda hoje se preserva o guarani como segunda língua, no Brasil, fora das áreas especiais indígenas, as línguas indígenas só aparecem em algumas palavras do vocabulário diário e na toponímia, espalhada pelo país todo, sugerindo a influência desses povos, desde sempre, nos processos de nomeação (muitas vezes, já o vimos, como resultado de tradição inventada). É preciso distinguir nesse conjunto variadíssimo as diferentes formas de incorporação de um topônimo indígena.

Retomando o modelo proposto por Houaiss (1982), vamos admitir que a primeira camada temporal da toponímia indígena que se fixou tenha sido coletada de forma direta pelos primeiros visitantes europeus, na maioria dos casos. Ela foi, contudo, alterada, de certo ponto de vista, pois os indígenas que habitavam o território brasileiro na época do “descobrimento” não usavam a escrita, nem mapas, nem papel. A nomeação, nesse

período, podia ser bastante subjetiva e inexata, como no caso mais que comentado do nome América, por decisão de uma única pessoa atribuído num mapa ao continente descoberto por Colombo e usado ainda hoje. Muitas vezes, como se pode ver, embora com alguma imprecisão, só o nome sobrevive para representar o lugar à época, num mapa ou num relato de viagem. Nos primeiros mapas e censos brasileiros, já aparecem os topônimos indígenas¹⁰, ao lado de nomes do calendário católico e dos nomes portugueses.

Há países que mostram facilmente seu padrão de ocupação na distribuição geográfica da toponímia. É o caso dos Estados Unidos, onde, um tanto simplificada, podemos dizer que os nomes geográficos de origem britânica estão na costa nordeste, na área das treze colônias originais, com suas várias “Novas” – York, Jersey. No Sul, ficaram marcas da ocupação francesa, como em Louisiana. O nome da Flórida é remanescente da presença espanhola. No oeste, predominam os nomes mexicanos, e no interior encontram-se muitos nomes indígenas. No Brasil, o padrão não é tão óbvio, mas destacamos a presença francesa no Maranhão, que deixou inclusive o topônimo São Luís, a presença alemã na região Sul e nas serras do Sudeste, mas nada que se imponha mais do que a toponímia indígena. Uma abordagem da toponímia indígena deverá, porém, antes de tudo, detectar o padrão da prática social dessa nomeação em cada tempo e lugar, ou seja, analisar a distribuição dessa toponímia tendo em mente os três tipos apontados por Houaiss (1982).

A língua geral, falada por portugueses e indígenas nos dois primeiros séculos de exploração da colônia brasileira por Portugal, era uma derivação do tupi normatizada pelos jesuítas portugueses, que a usavam na catequese. O uso da língua geral pelos primeiros exploradores contribuiu para fixar topônimos tupis, especialmente nas regiões no caminho

¹⁰ Segundo Girão (em Fleury, 2002, p.102), o topônimo Mucuripe, de origem indígena, aparece pela primeira vez na cartografia brasileira no mapa das capitanias hereditárias, em 1574, sendo, desse modo, o mais antigo dos nomes indígenas na nomenclatura geográfica do Brasil.

das bandeiras. Em alguns casos, essa toponímia do tupi jesuítico vinha se sobrepor a termos indígenas já usados pelos autóctones, como ocorreu no caso do atual rio Tietê, em São Paulo (Sampaio, 1928). Os indígenas que ali viviam chamavam o rio de Anhembi, mas os exploradores pouco a pouco alteraram para Tietê, que, segundo o autor, quer dizer “rio verdadeiro”¹¹ em língua geral. O nome passou a servir de transmissor de um conhecimento necessário a outros exploradores, segundo conta Sampaio (1928):

Referem-se os mais antigos viajantes e escritores que os índios davam ao rio que passa aqui, em São Paulo, o nome Anhembi, que também por algum tempo se chamou Rio Grande de Anhembi. Entretanto, mais tarde, já depois que as bandeiras começaram a descer por esse rio, foi-lhe a denominação mudada para Tietê (curso d'água verdadeiro), como que já traduzindo ou procurando significar o papel que esse rio passou a desempenhar na história dos descobrimentos. [...] Demais disso, só ele se prestava a uma navegação regular, conduzindo ao íntimo do continente. Ao norte, ficavam rios impraticáveis (pará-ahyba ou paraná-ahyba), ao sul, outro grande rio, imprestável também (Paraná-panema). [...] Essa denominação Tietê, substituída à primitiva Anhemby, exprime, pois, um progresso ou o resultado de um conhecimento mais completo do país interior (p.24).

Os bandeirantes, que levavam ao interior do Brasil o poder de Portugal nos primeiros dois séculos da colonização, “não lhe propagavam, todavia, a língua, a qual, só mais tarde, se introduzia com o progresso da administração, com o comércio e os melhoramentos” (p.24). O padre Vieira escreve, em *Obras várias*, I, em 1694: “a língua que nas ditas famílias [dos portugueses e índios em São Paulo] se fala é a dos índios e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola” (em Sampaio, 1928, p.52).

Em 1697, sabe-se que o bispo de Olinda precisou pedir um intérprete para conversar com Domingos Jorge Velho. No registro¹² que fez do encontro com o vencedor de Palmares e desbravador do Piauí, o bispo declarou sua incompreensão do fenômeno ao escrever que Jorge Velho nem falar sabia. Dois séculos depois de Colombo, os habitantes

¹¹ Cardoso (1961) não concorda com o significado, nem com a origem tupi do vocábulo Tietê.

¹² Em VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p.346.

do Novo Mundo ainda tinham sua língua materna incompreensível para os falantes das línguas européias, confundida com grunhidos. Até o século XVIII, havia três falantes de tupi para cada falante de português no Brasil, mas muito tempo depois disso, ainda predominava o tupi em algumas capitanias, como São Paulo, Amazonas e Pará. No Rio Grande do Sul, até meados do século XIX, se falava tupi em diversas regiões, especialmente no oeste (Sampaio, 1928).

Assim, no estudo dos nomes indígenas, o pesquisador precisará considerar de modo distinto as regiões alcançadas pelos bandeirantes, que falavam predominantemente o tupi e fixaram essa segunda camada (ou rede de informação) de topônimos indígenas. Desse modo, receberam nomes tupis algumas regiões, e o conservam ainda, sem que nelas jamais tivesse habitado uma tribo tupi, como no planalto central. Em outras regiões centrais, onde a catequese não penetrou ou chegou mais tarde, houve espaço para nomes de procedência tapuia (que quer dizer “bárbaro” em tupi, ou seja, não-tupi) (Sampaio, 1928, pp.54-55). Nesses casos se inclui o vale do Jaguaribe, no Ceará, onde se encontram topônimos como Quixadá, Quixelô e Quixerá. Tudo isso está resumido na descrição da distribuição geográfica que faz Sampaio (1928):

Tomando uma carta do país e examinando-a ao que diz respeito às denominações geográficas, reconhece-se, para logo, o **predomínio do tupi em toda a região litoral**; nota-se que ele **penetra fundo nos sertões pelo vale dos grandes rios**, onde se tornou **fácil o acesso** do lado do mar; nota-se mais que ele **assinala**, através dos divisores das grandes bacias fluviais, **o trajeto costumeiro dos bandeirantes ou descobridores**; reconhece-se também que ele persiste como vestígio indelével da catequese, onde quer que, ou isoladamente, ou seguindo uma série de estações intermediárias, penetrou o cristianismo pelo trabalho apostólico dos missionários (p.54) [grifos nossos].

De modo geral, portanto, o tupi deixa marcas nos topônimos do litoral e das margens dos rios navegáveis. Os nomes não-tupis estão no interior, nos terrenos mais áridos, nas baixadas interiores. No vale do Amazonas, encontra-se mais o nheengatu, modalidade do

tupi do Norte, e no vale do rio da Prata se expandiu o guarani, um tupi mais contrato (Sampaio, 1928). Essa explicação resolve algumas questões na sucessão das camadas temporais nas regiões Sudeste e Nordeste, mas, em outras regiões, pode haver outros padrões. Os termos de toponímia indígena, inclusive tupi, continuam se desenvolvendo e, mesmo sem serem criados por estudiosos nos gabinetes, topônimos novos permanecem surgindo.

Muitos topônimos novos podem conseguir chegar aos mapas, mas somente com algum esforço será possível compreender, de um lado, as forças envolvidas nos mecanismos de nomeação de lugares e, de outro, a delicada atividade de coleta de dados toponímicos. Existem contextos nos quais o suporte local pode representar um salto de qualidade na confiabilidade dos dados, mas para esse aprimoramento ocorrer é indispensável a valorização do envolvimento da comunidade e, além disso, a existência de uma identidade local que fortaleça o processo.

Magalhães (1974) reporta a tendência das pessoas de adotar nomes indígenas para si próprios durante o surto nacionalista que se seguiu à proclamação da independência. O sentimento anti-português gerado pela guerra de independência motivou várias mudanças de nomes pelos mais exaltados. O autor garimpou algumas preciosidades da seção de anúncios de um jornal da época.

Da vila de Maragogipe, Manoel da Silva e Sousa Coimbra, querendo mostrar-se grato ao país que o recebeu de tenra idade e protegeu com alguma fortuna adquirida com o suor de suas fadigas, declara que “dora em diante o seu nome será Manoel da Silva Carahy, por ser este último o nome da primeira fazenda que possui e conserva” (Magalhães, 1974, p.40).

Não havia outra motivação para a mudança a não ser o desejo de, pelo nome, posicionar-se contra a dominação portuguesa. A honestidade de propósitos é demonstrada em outro trecho de anúncio, da mesma seleção:

Protesta o sobredito não prejudicar com tal mudança os direitos de outrem, nem tão pouco alterar as obrigações e direitos que lhe resultarem das diferentes relações em que até o presente se tem achado debaixo daquele primeiro nome. *Manoel Dendê Bus* (Magalhães, 1974, p.40).

Num comentário mais restrito à toponímia da *Divisão territorial*, ou seja, a nomes de estados, municípios e distritos do Brasil, a ditadura de Getúlio Vargas, em 1943, usou a mudança dos topônimos, entre outros recursos, na busca de controlar melhor tão vasto e diverso território. A chamada Lei Geográfica do Estado Novo, já aqui mencionada, promoveu uma grande sistematização da divisão territorial brasileira. O esforço envolveu uma mudança toponímica para, entre outros problemas, evitar a duplicidade de nomes, que podia confundir as informações.

Entre as recomendações relativas à mudança de topônimos, incluía-se a preferência pelos topônimos indígenas. No Ceará, de um total de dezessete nomes de municípios e distritos alterados, doze foram substituídos por nomes de procedência indígena (IBGE, 1951). O nome de Icapuí, alterado nessa ocasião, sugere ter “procedência” indígena, mas não se pode avaliar superficialmente essa origem, como tem sido feito muitas vezes em vários outros casos semelhantes.

Como já foi mencionado (no fim do item 2.1.), a Resolução 4 da III Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos (1977) pede que se forneça o máximo de informação sobre a fonte do nome geográfico e orienta sua classificação em três tipos: coletados em campo, coletados em documentos, ou especialmente outorgados. Também recomenda que se monitore o grau de confiabilidade dos nomes, juntamente com a indicação de perfeição (*completeness*) e aceitação (*currency*) (p.37). Quando for apropriado, ainda recomenda a resolução mencionar documentos anteriores que estejam atualmente superados no que tange aos nomes.

Voltamos a lembrar Barbosa (1968), quando cita artigo de Antônio Osmar Gomes, publicado em Salvador BA, para falar da tendência de se mudarem nomes vernáculos para os equivalentes indígenas. Diz o autor: “Depois de terem nossos antepassados massacrado e dizimado os indígenas, depois de terem os governos sucessivos procurado destruir o que restava de sua influência em nossa toponímia surgiu a tendência [...] de criar vocábulos indígenas para substituir nomes vernáculos” (p.149). Passamos a informação apenas para relacioná-la com a classificação sugerida pela ONU, indicando que a prática criticada por Barbosa é a designação indígena do terceiro tipo, de nomes fixados por atribuição especial, não pela população ou com sua participação, como sugere a Resolução III/4 da CNUPNG (1977), já citada.

Assim, existem diferentes momentos e “origens” da toponímia indígena encontrada na divisão territorial. Muitas vezes, o topônimo indígena resulta de uma tradução feita em gabinete e imposta sem consulta à população local. O oposto também se verifica, quando um topônimo originalmente indígena é traduzido para o português na hora de ser representado nos mapas, como os exemplos listados por Cardoso (1961).

Não se pode esquecer também que povos indígenas, de grande diversidade lingüística, habitam o Brasil hoje e fixam novos topônimos. Isso torna a toponímia indígena brasileira um campo em permanente mudança, demandando, assim, que a coleta de topônimos seja feita com o máximo de respeito à identidade e às tradições associadas aos lugares e que se utilize a classificação recomendada por Houaiss (1982) para as fontes. Acrescente-se ainda ser desejável adotar métodos que considerem o grau de envolvimento local nos processos de nomeação e valorizem o envolvimento de organizações locais na coleta de informações.

2.4. Memória e identidade

Herrera (1986) afirma que, além de servir para identificar uma locação e endereço de comunicação, os nomes de lugares também expressam tangivelmente a atividade humana de investir uma paisagem de significado e memória. Baseia-se nisso a recomendação de muitos autores e grupos organizados de se evitar a renomeação de lugares.

O topônimo é um dos pontos de apoio para a construção de identidades e, por mais que alguns nomes sejam impostos, seu uso implica certo consentimento. A prova disso é que, havendo liberdade, certos topônimos não se firmam, e a situação gera a necessidade de renomeação, como ocorreu com Cuipiranga, topônimo que substituiu oficialmente Tibau, em Icapuí, mas não foi adotado pela população local, que continuou a usar o nome antigo. Depois, o nome foi substituído por Manibu, que teve boa aceitação e ainda é usado.

A identidade de um grupo se constrói a partir de um conjunto de percepções e de visões de mundo que transparece no próprio processo de experiência histórica do grupo, ao atuar coletivamente, aliado às representações simbólicas que também constroem ou adotam (Gohn, 2004). A identidade representaria, desse modo, a cultura política de um grupo, percebida como “o conjunto de valores, crenças, atitudes, comportamentos sobre a política, entendida como algo além daquela que se desenrola nos parlamentos, no governo ou no ato de votar” (p.82). A cultura política pública se constrói, assim, na argumentação e no debate dos temas e problemas públicos.

A cultura política, no entanto, envolve também “símbolos, signos, mitos e ícones que expressam e catalizam os sentimentos, as crenças compartilhadas sobre a ação dos indivíduos, agindo em grupos, em função da política” (Gohn, 2004, p.82). O símbolo, como lembra Carvalho (1990), estabelece uma relação de significado entre dois objetos,

duas idéias, entre objetos e idéias, ou entre duas imagens (p.13). O estabelecimento dessa relação depende de um ato de vontade, mas também de aceitação, pois o símbolo só será eficaz em termos políticos se existir um terreno comum, com raízes no imaginário preexistente ou nas aspirações coletivas por um novo imaginário. Um símbolo cairá no vazio ou no ridículo se não estabelecer uma relação entre idéias reconhecíveis por uma “comunidade de imaginação” (cf. Bazcko em Carvalho, 1990, p.13).

Assim sendo, um nome local é sempre um projeto. Do mesmo modo, o social, ao unir indivíduos que se reconhecem associados o faz sempre num projeto, aprovado um pouco por inércia, mas em grande parte por simpatia, solidariedade, pertencimento consentido. Marcos históricos e nomes geográficos simbolizam esse projeto e fazem parte da memória social associada a um lugar. Do mesmo modo que as instituições, esses pontos de apoio contribuem para a construção da identidade do sujeito, ajudam-no a orientar-se entre suas lembranças, apoiado numa memória coletiva representada nesses marcos coletivamente consentidos.

Certo estudioso de topônimos do início do século – Cavalcanti (1918) – preparou um estudo dos nomes de municípios que considerava pouco indicados. Em seu artigo, exortou os contemporâneos a tomarem posição quanto a isso e, entre os argumentos, mencionou a importância, para um sujeito, de sua identidade pátria, dada pelo gentílico, que em geral é palavra derivada diretamente do topônimo (ou, mais raramente, de elementos significativos da tradição local, p.ex. *potiguar* para os nascidos no Rio Grande do Norte, *carioca* para os da cidade do Rio de Janeiro). A identidade local, assim, pode ser vista como o conjunto das tradições e dos elementos físicos em sua inter-relação com os cidadãos e seus direitos.

No caso do nosso país, se o topônimo *Brasil* sempre forneceu a pista para a localização da madeira, hoje praticamente extinta em consequência da exploração

predatória, o etnônimo *brasileiro* completa a declaração de desinteresse pelo manejo estratégico dessa riqueza vegetal. Usamos generalizadamente o gentílico *brasileiro* sem refletir sobre sua origem, nem sobre a origem do nome *Brasil*, mas ambas as palavras se impuseram pelo uso. *Brasileiro* era o nome que se dava (pejorativamente) ao português que enriquecia com o comércio do pau-brasil e depois retornava para Portugal.

A palavra *brasileiro* constitui exceção à norma de formação de etnônimos e gentílicos, que resultaria em *brasilense*, *brasiliano*, *brasílico*, *brásílio*, sinônimos aceitos para a palavra *brasileiro* (Houaiss, 2004). A julgar pelo título de obras sobre toponímia,¹³ é, ao contrário, o vocábulo *brasileiro*, usado desde o século XVIII¹⁴, segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, que parece não ter aceitação para expressar a origem dos nomes geográficos indígenas, ou seja, não é lido como sinônimo de indígena, mas, pelo contrário, pode se opor ao nativo, mesmo sendo sinônimo de *brasileiro*. A maior parte das referências bibliográficas utilizadas neste estudo usa a forma *brasílico* para se referir ao indígena do atual território do Brasil (p.ex. Cardoso, 1961; Drumond, 1965; Houaiss, 1990).

Neste capítulo, a partir da apresentação de exemplos de alguns municípios, apontamos para a importância da memória e dos discursos nos processos de construção de identidade de lugar, especialmente quando se trata de municípios de criação mais recente, como é o caso de Icapuí. Isso também se verifica, como apontamos, quando se muda o nome de um lugar, pois a renomeação pode servir para construir/reconstruir tradições, tanto quanto é capaz de destruí-las.

No próximo capítulo, vamos fazer uma breve explanação dos conceitos de Halbwachs, que, acreditamos, podem trazer importantes luzes para a compreensão da

¹³ Mencionamos *A toponímia brasilense* (Mendonça, 1952), *Toponímia brasílica* (Cardoso, 1961) e *Contribuição do bororo à toponímia brasílica* (Drumond, 1965).

política do lugar e dos processos pelos quais a memória contribui para construir identidades e tradições.

¹⁴ Segundo o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (1990), a palavra brasileiro (com s) já está registrada em 1706, e brasileiro (com z) em 1771. A mesma obra data em 1377 o nome Brasil.

3 DISCURSO E MEMÓRIA COLETIVA

Quando se chega a Tecla, pouco se vê da cidade, escondida atrás dos tapumes, das defesas de pano, dos andaimes, das armaduras metálicas, das pontes de madeira suspensas por cabos ou apoiadas em cavaletes, das escadas de corda, dos fardos de juta. À pergunta: Por que a construção de Tecla prolonga-se por tanto tempo?, os habitantes, sem deixar de içar baldes, de baixar cabos de ferro, de mover longos pincéis para cima e para baixo, respondem:

– Para que não comece a destruição. – E, questionados se temem que após a retirada dos andaimes a cidade comece a desmoronar e a despedaçar-se, acrescentam rapidamente, sussurrando: – Não só a cidade.

Se, insatisfeito com as respostas, alguém espia, através dos cercados, vê guindastes que erguem outros guindastes, armações que revestem outras armações, traves que escoram outras traves.

Qual é o sentido de tanta construção? – pergunta. – Qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade? Onde está o plano que vocês seguem, o projeto?

Mostraremos assim que terminar a jornada de trabalho; agora não podemos ser interrompidos – respondem.

O trabalho cessa ao pôr-do-sol. A noite cai sobre os canteiros de obras. É uma noite estrelada.

– Eis o projeto – dizem.

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1972

3.1. Memória individual, memória coletiva e discurso

3.2. “Nunca estamos sós”: grupo, memória e discurso

3.3. Identificação com os grupos

3.4. Memória pessoal e memória social

3.5. Tempo e memória

3.6. Tempo e transformação social

3.7. Espaço e memória coletiva

3 DISCURSO E MEMÓRIA COLETIVA

3.1. Memória individual, memória coletiva e discurso

*Quando era criança
Vivi, sem saber,
Só para hoje ter
Aquele lembrança.

É hoje que sinto
Aquilo que fui.*

Fernando Pessoa, 1933

Uma amiga americana, Cathie Lower, me contou ter conhecido o notável físico Albert Einstein (1879-1955). O criador da teoria especial da relatividade passou os últimos vinte anos de vida na cidade de Princeton, New Jersey, onde minha amiga cresceu. No início da década de 1950, quando Cathie tinha entre dois e cinco anos de idade, sua mãe costumava levá-la para passear nos jardins da universidade, onde várias vezes encontraram aquele senhor de cabelos brancos, vestido com um sobretudo de cujo bolso retirava balas de hortelã para dar às crianças. Cathie acrescentou que muitas vezes sua mãe a alertara, dizendo para não se esquecer daquele homem, por ser alguém muito importante. Cathie ainda me contou que até lhe pareceu natural atribuir grande importância a alguém que fornecia às crianças apreciadas balas de hortelã, com listras brancas e vermelhas, dando mais sabor ao passeio no jardim.

Ao me contar isso, na década de 1970, Cathie estava reconstituindo uma lembrança de infância. Poderíamos dizer que se tratava de uma lembrança individual, pois registrara, além do homem de cabelos brancos e o bolso cheio de balas de hortelã, até seu próprio pensamento do momento, sua incompreensão de criança com relação à razão por que a

mãe valorizava aquele encontro. Ao narrar o fato para mim, porém, sua memória já tinha promovido a fusão do ponto de vista da criança com o do grupo familiar, que incluía a mãe, e o da cidade de Princeton, que se orgulhava de receber o célebre cientista desde a segunda guerra mundial.

Segundo Halbwachs (1999), esse tipo de memória só é possível porque, com seu grupo familiar, Cathie conseguiu manter viva a lembrança, ou seja, rememorou várias vezes o homem das balas de hortelã, até tornar-se adulta. A prolongada convivência com a mãe e com os grupos que testemunharam aspectos desse fato em sua época permitiu que Cathie, tempos mais tarde, entendesse o ponto de vista não só de sua mãe e da cidade de Princeton, mas de todos os grupos (em alguns dos quais agora eu também me incluía) que davam grande valor à lembrança de um contato pessoal com o célebre físico, ou da simultaneidade de um momento importante em termos pessoais e coletivos.

Na vida de cada um de nós repercutem os abalos provocados por acontecimentos notáveis, entre eles a própria divulgação das descobertas de Einstein. Só mais tarde, contudo, quando cada um desses acontecimentos tomar lugar na série dos fatos históricos e institucionais é que vai se tornar possível relacioná-los com as diversas fases de nossa vida. Para Halbwachs (1999), só isso já bastaria para comprovar claramente a que ponto é artificial e exterior a nós a operação de nos relacionarmos com as divisões da vida coletiva como a pontos de referência, pois, como mostra o exemplo de Cathie Lower, o indivíduo só se relaciona com esses sinais exteriores com a condição de afastar-se de si e assumir o ponto de vista do grupo que valoriza aquele fato, data, nome ou pessoa (Halbwachs, 1999).

Einstein transformou a física no século XX, mas suas teorias repercutiram no pensamento filosófico e científico da época atual de maneira inequívoca, demarcando um novo período técnico e cultural. Ao introduzir a relatividade e a dimensão temporal, trabalhando com a velocidade da luz, Einstein inaugurou a variável tempo-espacial. Diz-se

que Halbwachs (1999) representa a revolução einsteiniana na sociologia quando, em lugar de ver o tempo como um meio estável no qual os fenômenos se desenrolam, afirma que a memória depende do quadro de referência no qual evoluem o grupo e o indivíduo (Duvignaud, 1999, em Halbwachs, 1999). O “eu” e sua duração se situam, assim, no ponto de encontro de duas séries diferentes: a que se atém aos aspectos vivos e materiais da lembrança e aquela que reconstrói o passado. A rememoração pessoal situa-se, portanto, no ponto de encontro das solidariedades múltiplas nas quais estamos engajados, sem escapar da trama da existência social atual.

Em resumo, os pontos de divisão do tempo coletivo, embora tenham origem nos pensamentos individuais, se impõem de fora a todos nós. As lembranças históricas evocam certos acontecimentos que deixaram um traço profundo no pensamento da coletividade, principalmente quando suas instituições são alteradas. Evidentemente, por estarmos então engajados no grupo, nada do que nele ocorreu enquanto dele fizemos parte nos é completamente estranho. Mesmo a vida de uma criança mergulha muito mais do que se imagina nos grupos sociais. Contudo, embora possamos imaginar esses eventos, não poderíamos nos lembrar deles. Para Halbwachs (1999), a memória individual se apóia na história vivida, não nessa história aprendida.

3.2. “Nunca estamos sós”: grupo, memória e discurso

Haverá na terra verdadeira solidão? Não estamos todos cercados por inúmeros objetos, por infinitas formas da Natureza e o nosso mundo particular não está cheio de lembranças, de sonhos, de raciocínios, de idéias, que impedem uma total solidão?

Cecília Meireles, 1966

Para completar, ou formar, uma lembrança de um evento do qual já estamos informados, evocamos testemunhos, a começar pelo nosso próprio testemunho. Em cada pessoa, porém, é como se houvesse dois seres (e é por isso que qualquer um pode entender a expressão “não acredito no que vejo”): o ser que testemunha e o que não testemunha, mas talvez tenha visto no passado ou conheça por meio dos depoimentos de outros. Os depoimentos que reunimos, embora com algumas divergências, concordam no essencial e, por isso, podemos reconstruir um conjunto de lembranças. O fato de outra pessoa também se lembrar aumenta a confiança que temos na lembrança (Halbwachs, 1999).

O autor lembra que, justamente pela falta de testemunhas, nossas lembranças mais pessoais são as mais difíceis de recuperar. Na verdade, entre as lembranças que evocamos à vontade e as que nos fogem encontra-se uma variedade de graus. As lembranças que nos parecem puramente pessoais apenas se distinguem das outras porque exigem condições mais complexas para serem lembradas. A diferença, portanto, é apenas de grau de complexidade. Tais lembranças seriam menos acessíveis porque os grupos que as trariam para nós estão mais distantes e só estamos em contato com eles de modo intermitente.

Nossas lembranças são coletivas, esclarece Halbwachs (1999), mesmo quando se trata de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, pois, na realidade, “nunca estamos sós” (p.26). Em pensamento, estamos sempre nos deslocando de um grupo para outro ao adotar seu ponto de vista na consideração das impressões do que acontece. Se um homem entra em sua casa desacompanhado, não significa que lá esteja só, a não ser em aparência, pois, nesse mesmo intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social e ele nunca deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade.

Também ao rememorar, a reconstrução se opera a partir de dados ou noções comuns. Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado

para obter uma lembrança. Além dos depoimentos dos outros, que nos ajudam a lembrar, também é preciso que nossa memória não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja pontos de contato suficientes entre umas e outras para que a lembrança possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.

Halbwachs (1999) explica a questão da ideologia no sistema da linguagem em termos das relações entre grupo e memória. Segundo o autor, quando nos lembramos, a memória vem posicionada em relação a um ou a vários grupos aos quais nos vinculamos ao viver o momento rememorado. Além de termos lembranças comuns com essas pessoas, são elas que nos ajudarão a nos lembrarmos delas. Para melhor nos recordarmos, adotamos momentaneamente seu ponto de vista, entramos em seu grupo, do qual continuamos a fazer parte.

Podemos dizer que fazemos parte de um grupo se encontramos em nós muito das idéias e maneiras de pensar a que não teríamos chegado sozinhos e através das quais permanecemos em contato com o grupo. É porque esses dados e noções comuns passam de nosso espírito para o dos outros e vice-versa que eles vão se encontrar tanto no nosso espírito quanto no dos outros, e isso só é possível se fizemos e continuamos a fazer parte da mesma sociedade. Para Halbwachs (1999), é assim que uma lembrança é, ao mesmo tempo, reconhecida e reconstruída.

As testemunhas, sem dúvida, contribuem; contudo, para confirmar ou evocar uma lembrança, elas não são necessárias e, além disso, não seriam suficientes. Mesmo quando se trata de um fato de realidade indiscutível, do qual existem provas, inclusive de que o testemunhei, posso não me lembrar de nada, não encontrar dele qualquer recordação viva. Aquelas pessoas que serviriam para completar e dar precisão às minhas lembranças têm, portanto, um papel inteiramente ilusório e complementar, pois é preciso que as lembranças

tenham se conservado em meu próprio espírito. Por mais que desse fato me pintem um quadro vivo, ele jamais constituirá uma lembrança.

O testemunho dos outros pode, contudo, modificar a impressão que tenhamos guardado de um fato antigo, ou pessoa outrora conhecida. Assim, a algumas lembranças reais, junta-se uma massa compacta de lembranças fictícias. Essas imagens se fundem intimamente com nossas lembranças, porque nossa memória não é uma *tabula rasa*, e nos sentimos capazes de perceber, por nossas próprias forças, como num espelho turvo, alguns traços e contornos (talvez ilusórios) que nos devolveriam a imagem do passado. Assim como é preciso introduzir um germe num meio saturado para que ele cristalize, do mesmo modo é preciso trazer uma semente de rememoração para que esse conjunto de depoimentos exteriores a nós se transforme numa massa consistente de lembranças.

Isto não quer dizer que a lembrança, ou uma de suas partes, deva subsistir em cada pessoa, mas sim que, ao permanecer em contato com um grupo, a pessoa continua a ser capaz de se identificar com ele e de confundir o passado dele com o seu. Em outras palavras, como no caso descrito, a lembrança do velho Einstein das balas de hortelã só pode ser evocada porque, desde o momento do fato, Cathie Lower não perdeu o hábito de se lembrar dela como membro do grupo do qual sua mãe e ela própria faziam parte, isto é, colocando-se no ponto de vista da testemunha e usando todas as noções comuns aos membros do seu grupo.

Diferente é o caso do professor que reencontra um aluno. Ele não vai se lembrar de tudo o que o aluno se lembra porque uma classe é um grupo efêmero, que não mais existe materialmente e no qual nem aluno nem professor pensam mais. De fato, cada um dos membros desse grupo era definido, aos olhos de um aluno, por seu lugar no conjunto dos demais, e não por suas relações, que ignorava, com outros ambientes. Como todas as lembranças que podem nascer no interior da classe se apóiam umas sobre as outras, e não

em recordações exteriores, a duração dessa memória é limitada pela duração do grupo. As lembranças que podem subsistir são aquelas que envolvem comunidades mais duráveis e menores, como, por exemplo, alunos que tenham um meio social comum. A situação seria outra, segundo Halbwachs (1999) se o professor compartilhasse de um grupo permanente com algum aluno, como um clube, por exemplo.

Em resumo, quando não nos lembramos de algo de que outros se lembram é porque uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu. Se não conseguimos pensar num determinado objeto, é porque a condição desse pensamento é a existência do grupo, e o grupo não existe mais, nesse caso. De fato, um grande número de lembranças reaparecem porque outras pessoas nos fazem recordá-las. Além disso, pode-se falar em memória coletiva, mesmo quando essas pessoas não estão materialmente presentes, como, por exemplo, quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo (e ainda hoje o consideramos nosso), do ponto de vista desse grupo. Tudo isto aponta para a idéia de que “só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (p.36).

Será que existem lembranças que reaparecem sem que se relacionem a um grupo? Se apenas uma dessas pudesse ser comprovada, isso mostraria que a memória coletiva não explica todas as lembranças ou a evocação por si mesma de qualquer lembrança. Haveria, na base de toda lembrança, o chamado a um estado de consciência puramente individual que Halbwachs (1999) denomina intuição sensível¹.

¹ Para Charles Blondel (em Halbwachs, 1999), essa intuição sensível não é toda a percepção, mas é dela preâmbulo indispensável e condição para não confundirmos a reconstituição de nosso próprio passado com a que possamos fazer de nosso vizinho (Halbwachs, 1999, p.36).

3.3. Identificação com os grupos

Muitas vezes, por estarmos bem afinados com nosso grupo, atribuímos a nós mesmos idéias e reflexões ou sentimentos que nos foram inspirados pelo grupo. Por vibrarmos em uníssono, mal distinguimos o ponto de partida das vibrações, se está em nós ou nos outros. Elas correspondem tão bem à nossa maneira de ver que nos espantaríamos de saber que não é de nossa autoria. A arte do orador talvez consista justamente em criar esse tipo de ilusão naqueles que o ouvem, isto é, de que as convicções e sentimentos que desperta não lhes foram sugeridos de fora, mas nascidos deles mesmos, como se o orador adivinhasse o que se elaborava no segredo de suas consciências. Cada grupo social se empenha em manter esse tipo de persuasão junto a seus membros, e poucas pessoas seriam capazes de discernir, naquilo que pensam, a parte dos outros (Halbwachs, 1999).

Ao cedermos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. A maioria das influências sociais que obedecemos nos passam despercebidas, mas a complexidade de nossos sentimentos e a dosagem de nossas opiniões não são mais que a expressão de acasos que nos colocaram em relação com grupos diversos ou opostos. Uma mudança de lugar ou de profissão que não rompa inteiramente os laços que nos ligam a antigos grupos traz complexidade às influências sociais porque estão mais entrecruzadas, são mais numerosas. Desenredá-las é difícil também porque percebemos cada meio à luz do outro, ou dos outros, ao mesmo tempo que à sua própria luz.

Como os diferentes meios se afrontam, temos a impressão de não estarmos engajados neles. Assim, no primeiro plano, registramos a estranheza da situação em que nos encontramos, que basta para absorver o pensamento individual. O acontecimento se posiciona como uma tela entre o pensamento individual e os pensamentos sociais cuja

conjugação o elaborou, só podendo ser plenamente compreendido por mim e por nenhum dos membros do grupo além de mim. No sentido exposto, esse acontecimento me pertence. Mas, como vimos, essas lembranças que nos parecem puramente pessoais apenas se distinguem das outras porque exigem condições mais complexas para serem lembradas (Halbwachs, 1999).

Há várias formas de incluir os grupos. Uma criança que se perdeu na floresta por um descuido pode nem precisar ter falado sobre o evento a seus pais, mas pode, por sua mudança de atitude, menos descuidada ou mais alegre ao rever os pais, chamar a atenção dos pais para a “sombra” que passou sobre ela.

É possível que a memória coletiva tire sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens. Essa massa de lembranças comuns, em que umas se apóiam sobre as outras, vai aparecer para cada um dos membros do grupo em lembranças de intensidade variável. Uma forma de dizer isso é admitir que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, mas este ponto de vista muda conforme o lugar ocupado pela pessoa no grupo, e o próprio lugar ocupado no grupo muda de acordo com as relações que a pessoa mantém com outros meios.

A diversidade de combinações com que essas lembranças se manifestam nos diversos membros do grupo se explica por uma combinação de influências que são todas de natureza social. Como são extremamente complexas, algumas dessas combinações não dependem de nós para reaparecer. A sucessão de lembranças se explica sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, pelas transformações desses meios – cada um tomado à parte e em seu conjunto.

Há grupos que estão associados, podendo uma pessoa estar ao mesmo tempo em um e em outro. Em outros casos, as relações entre eles são tão reduzidas que não nos ocorre seguir os caminhos tão pouco visíveis pelos quais se comunicam. Podemos, por exemplo,

percorrer muitas vezes certos caminhos entre um e outro sem que nos ocorra procurar por eles, sobretudo se não pudermos contar com as indicações dadas por pessoas que passam pelos mesmos caminhos, porque elas não se preocupam em ir aonde conduziriam os outros.

Pode parecer estranho que nossas lembranças mais pessoais resultem da fusão de tantos elementos, tão diversos e afastados entre si. Halbwachs (1999) disse algumas vezes e repete que “num estado de consciência verdadeiramente pessoal, reencontramos, aprofundando-o, todo o conteúdo do espírito visto de um certo ponto de vista” (p.51). Entenda-se como conteúdo do espírito todos os elementos que assinalam suas relações com os diversos meios.

A lembrança também aparece pelo efeito de várias séries de pensamentos coletivos emaranhados, e não podemos atribuí-la exclusivamente a uma delas. Gostamos, contudo, de supor que ela seja independente (e opomos sua unidade à sua multiplicidade), mas isso equivale a supor que um objeto pesado que se encontra suspenso no ar por uma quantidade de fios entrecruzados mas imperceptivelmente finos esteja se sustentando por si mesmo, no vácuo.

3.4. Memória pessoal e memória social

Uma pessoa dizia uma graça, antigamente, e aquilo ficava no arquivo da família: havia uma risada garantida para todos os seus descendentes. Uma risada particular, privativa, assinada, com certos direitos autorais.

Cecília Meireles, 1966

A mesma imersão no grupo que muitas vezes faz com que julguemos nossas as opiniões do grupo nos empresta uma memória coletiva, formada por lembranças de coisas diretamente vividas, mas também por lembranças imaginadas, que nos chegam por intermédio das diversas correntes coletivas nas quais estamos inseridos. Halbwachs (1999) reconhece que pode parecer estranho falar, mesmo como metáfora, da memória de um grupo, pois tendemos a pensar na memória como uma faculdade ligada a um corpo ou a um cérebro individual.

Vamos admitir que a lembrança tenha duas maneiras de se organizar. Numa dessas formas, as lembranças se agrupam em torno de uma pessoa definida que as considera de seu ponto de vista. Na outra forma, as lembranças se distribuem no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais. Assim, o indivíduo participaria de dois tipos de memória e, conforme aquela de que participe, poderá adotar duas atitudes totalmente diferentes e até contrárias. De um lado, existem as lembranças que tomam lugar no quadro de sua personalidade ou de sua vida pessoal. Das que são comuns com outras pessoas, ele vai considerar somente os aspectos que lhe interessam e que o distinguem das outras pessoas. De outro lado, o indivíduo pode se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter as lembranças impessoais, pois elas interessam ao grupo.

As memórias individual e coletiva se interpenetram freqüentemente. A memória individual pode apoiar-se na memória coletiva para confirmar algumas lembranças ou mesmo preencher lacunas, deslocando-se nela e se confundindo momentaneamente com ela. Ainda assim, ela vai seguir seu próprio caminho, apenas assimilando e incorporando todo o aporte exterior à sua substância. Já a memória coletiva envolve as memórias individuais, sem se confundir com elas, e evoluindo segundo suas leis (as da memória coletiva). Mesmo quando algumas lembranças individuais penetram na memória coletiva,

o que às vezes ocorre, mudam de figura tão logo são inseridas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Halbwachs (1999) distingue, assim, dois tipos de memória: uma interna (ou pessoal) e outra externa (ou social), ou, ainda, poderíamos dizer, uma memória autobiográfica e uma memória histórica². A primeira se apóia na segunda, pois toda história pessoal faz parte da história social, se bem que às vezes pareça ser o oposto o que acontece. A segunda é bem mais ampla, mas só representa o passado de forma bem esquemática e resumida, enquanto a memória de nossa vida nos apresenta um quadro bem mais denso e contínuo.

Na verdade, os fatos históricos que conhecemos, assim como os nomes de lugares e de pessoas, as datas consagradas, todos são fórmulas que resumem uma longa seqüência de detalhes. Halbwachs (1999) os compara a epitáfios dos acontecimentos do passado, igualmente curtos, generalizantes e pobres de sentido, pois a história se assemelharia a um velho cemitério de espaço exíguo e insuficiente para novas sepulturas se não substituíssem as mais antigas.

Carregamos todos, portanto, além de nossas lembranças pessoais, essa bagagem de lembranças históricas que podemos ampliar pela conversação ou pela leitura, mas trata-se de uma memória emprestada. Nosso único recurso para tentar reconstituir com integridade a lembrança de um acontecimento seria juntar todas as reproduções parciais (e deformadas) feitas pelos membros do grupo que testemunharam o fato. Mas as lembranças pessoais de cada pessoa são inteiramente dela, estão inteiramente nela. Para Halbwachs (1999), elas só podem se tornar lembrança coletiva ao preço de perder sua individualidade, pois só é possível considerar um evento de dois pontos de vista mutuamente exclusivos: o individual ou o do grupo.

² Halbwachs (1999) considera, contudo, inadequado falar em memória histórica, pois a história, que registra depois o que a memória preservou enquanto existiu uma testemunha viva daquela época, pressupõe a inexistência de testemunhas vivas.

Nas datas e nomes que a tradição dos grupos a que pertencemos destaca, reencontramos nosso passado, pois ele foi atravessado por isso tudo. Mas esses sinais exteriores só podem ser alcançados se nos afastarmos de nós mesmos. Sobre a “memória da nação”, afirma Halbwachs (1999):

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que eu fazia parte foi o teatro de certos acontecimentos, dos quais digo que me lembro, mas que não conheci a não ser pelos jornais ou pelos depoimentos daqueles que deles participaram diretamente. Eles ocupam um lugar na memória da nação. Porém eu mesmo não os assisti. Quando eu os evoco, sou obrigado a confiar inteiramente na memória dos outros, que não vem aqui completar ou fortalecer a minha, mas que é a única fonte daquilo que eu quero repetir (p.54).

O autor explica que esses acontecimentos deixaram marcas profundas, não apenas porque naquele momento as instituições foram modificadas, mas porque sua tradição subsiste de forma muito viva em determinado grupo ou classe social e em certos homens que conheceram pessoalmente as testemunhas. São, no entanto, apenas noções ou símbolos para ele, pois lhe chegaram sob uma forma mais popular, explica Halbwachs (1999), o que lhe permite imaginá-los, mas não se lembrar deles.

3.5. Tempo e memória

O tempo até o qual recuamos nosso pensamento (ou nossa lembrança) varia conforme o grupo. O tempo só é perceptível pela memória. Do ponto de vista dos indivíduos, temos que cada um é membro de vários grupos e tem seu olhar mergulhado sucessivamente em vários tempos coletivos. Assim, a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamentos que têm sua origem nos próprios grupos, sendo a

consciência individual apenas o ponto de encontro dos tempos coletivos (Halbwachs, 1999).

Cada um de nós assiste como espectador ao desenrolar de sua vida psíquica: é como se, no interior de cada um de nós, nossos estados de consciência se sucedessem como ondas que se empurram umas às outras. Mas, enquanto o pensamento avança sem cessar, muda sem parar de um estado afetivo para outro, a memória nos obriga a nos determos, a nos afastarmos momentaneamente desses fluxos e nos engajarmos numa corrente oblíqua. É então, e somente então, que o pensamento se desloca no tempo.

Desse modo, sem a memória, e fora dos momentos em que nos lembramos, não teríamos consciência de estarmos no tempo e de nos transportarmos através da duração. Na corrente das impressões, Halbwachs (1999) diferencia as correntes do pensamento e da memória: as primeiras não nos fazem sair de nós mesmos, estão ligadas ao nosso corpo, e não nos abrem perspectiva sobre o passado. As segundas se originam e se desenvolvem nos diversos grupos a que nos ligamos.

A sucessão do tempo, embora faça pesar sobre nós certo constrangimento, é apenas a ordem necessária segundo a qual se encadeiam os fenômenos da natureza material do organismo. As datas estão encobertas pelas divisões sociais, pois, aos quadros gerais dos grandes fatos da astronomia e da física terrestre, a sociedade sobrepõe outros que se ajustam sobretudo às condições e aos grupos humanos concretos. Desse modo, a natureza deixa cada vez mais para a sociedade a organização da duração.

Assim, não devemos lamentar se somos desorganizados com nossos hábitos, pois a dificuldade que experimentamos se deve mais à uniformidade que pesa sobre nós. Somos obrigados a regular nossas atividades pelos ponteiros de um relógio e a ser avaros com nosso tempo, para não perder oportunidades e vantagens oferecidas pela vida em sociedade. O mais penoso, possivelmente, é sentir-se eternamente forçado a considerar a

vida e seus acontecimentos sob o aspecto da medida e não apenas no que diz respeito à própria idade. Esta é expressa em anos vividos, mas também em anos de vida que restam. Desse modo, considerando a vida uma página em branco, dividida em partes iguais de tantas linhas, é como se os anos que estão diante de alguém se contraíssem, pois cada um representa um percentual cada vez menor do tempo passado, que só faz aumentar.

Todo ser dotado de consciência tem o sentimento da duração, pois nele se sucedem estados diferentes. Sendo esses estados distintos, seria até possível perceber, dentro dessa seqüência, divisões naturais, correspondentes à passagem de um estado a outro. Além disso, o fato de haver muitos retornos regulares na natureza faz com que um indivíduo isolado seja capaz de, por suas próprias forças e a partir dos dados de sua própria experiência, atingir a noção de um tempo mensurável (Bergson, em Halbwachs, 1999).

Nosso pensamento, contudo, se encontra também com o dos outros em torno de alguns objetos, e é no espaço que imagino a existência sensível daqueles com quem, pela voz ou pelos gestos, me relaciono. Assim, os cortes que se produzem na minha duração também se estendem à duração deles e tendem a estender-se ainda às durações ou consciências de outros homens, ou de todos no universo. Entre esses momentos sucessivos e comuns se desenrola uma espécie de tempo vazio, “invólucro comum das durações vividas” pelas consciências pessoais (Halbwachs, 1999, p.93). Os homens concordam com esse tempo provavelmente porque, fora dos astros, como exemplo de referências naturais, e dos relógios, como exemplo de referências artificiais, não é possível encontrar pontos de referência definidos que valham para todas as consciências.

Se não tivessem outro modo de medir o tempo, um velho e uma criança que vivessem lado a lado não se entenderiam nem sobre os pontos de divisão, nem sobre a grandeza dos intervalos escolhidos como unidade comum, pois cada um tem uma percepção bem diferente da duração. Essa comparação é extrema, mas, de fato, é melhor

usar mudanças e movimentos de corpos naturais para guiar as divisões do tempo e nos entendermos sobre elas com as outras pessoas. Esses pontos de referência comuns são, na verdade, a ocasião de constatar que existe uma relação de simultaneidade que se reproduz a intervalos regulares que nos foi conveniente considerar como iguais.

Assim, embora tenham origem nos pensamentos individuais, as divisões convencionais do tempo se impõem a nós de fora. No intervalo entre dois cortes que correspondem aos pontos de referência, há somente pensamentos individuais, separados em correntes de pensamento, cada uma com sua duração própria. Em suma, o tempo, concebido como algo que se estende ao conjunto dos seres, é apenas uma criação artificial, obtida pela adição, combinação e multiplicação de dados emprestados às durações individuais, e somente a elas.

Por trás da teoria de Halbwachs (1999) se pode divisar a existência, de um lado, de tantas durações quanto indivíduos, e, de outro, um tempo abstrato que compreenderia todas as durações individuais. Esse tempo é vazio, e as divisões que traçamos no ponto onde várias durações individuais se cruzam não se confundem com os estados que percebemos e que são simultâneos. O tempo nos interessa apenas porque nos presta um serviço ao nos permitir conservar e lembrar de acontecimentos que se produziram. Mesmo quando não nos lembramos de uma data, lembramo-nos de todo um quadro de dados temporais associados a uma lembrança que nos ajuda a localizá-la.

Um tempo indefinido, indiferente a tudo que o localize, não ajudará em nada a memória. Sem dúvida, parece que nós apelamos a uma representação desse gênero quando dividimos o tempo em intervalos iguais. Os dias, as horas, os minutos, os segundos não se confundem, no entanto, com divisões de um tempo homogêneo: eles têm, com efeito, uma significação coletiva definida. Estes são, desse modo, pontos de referência dentro de uma

duração da qual todas as diversas partes estão dentro do pensamento comum, e não podem ser substituídos um pelo outro.

O único meio de permanecermos num tempo real é colocarmo-nos no ponto de vista das consciências coletivas. O tempo da vida social, em seu conjunto, no entanto, escoa no interior de um tempo dividido em meses, anos, horas, e mesmo entre regiões em que esse tempo é diferente, é possível fazer comparações graças a um quadro de correspondências, um mapa de fusos horários. Mas quando estamos no tempo de um lugar, não estamos no tempo de um outro.

Sabemos bem que os dias e as horas não são divisões arbitrárias, e que não se pode modificá-las à vontade, como em mecânica se desloca a origem, ou como se passa a um outro sistema de eixos. A divisão do tempo é uma tradição que não podemos ignorar, pois todo grupo tem necessidade de distinguir e reconhecer as diversas partes de sua duração. Pode-se dizer até que há tantos grupos quantas são as origens dos diferentes tempos, e nenhum deles se impõe a todos os grupos. Mesmo a alternância entre dia e noite, que pode parecer uma divisão fundamental, um ritmo elementar do tempo que seria o mesmo para todas as sociedades, só parece ser assim porque o é de fato para um grupo como a família, e não existe comunidade à qual estejamos apegados tão estreitamente.

Assim, podemos dizer que os grupos, de um modo geral, dividem o tempo da mesma maneira porque todos eles herdaram, sob esse aspecto, a mesma tradição. Essa divisão se adapta ao curso da natureza porque foi estabelecida por pessoas que observaram o movimento dos astros e do Sol. Como a vida de todos os grupos se desenvolve nas mesmas condições astronômicas, todos podem acompanhar o ritmo desse tempo social. Entretanto, de um grupo para outro, as divisões do tempo têm sentidos diferentes, e há tantos calendários quanto há grupos diferentes. Quando se estabelece o vencimento de uma

dívida para a Páscoa, por exemplo, isso quer dizer que o grupo econômico ainda não está desligado da sociedade religiosa.

3.6. Tempo e transformação social

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, em cada segmento riscado por arranhões...

Italo Calvino

Quando dizemos que uma família é antiquada, estamos falando de interpenetrações e contaminações, pois a vida de um grupo pode refletir a vida de outras sociedades com as quais ele esteve em contato. É assim que um fato notável que nasça em qualquer região do corpo social pode ser tomado como ponto de referência por qualquer grupo para determinar as épocas de sua duração, o que comprova que os limites traçados entre as diversas correntes coletivas são arbitrários.

Dizemos que um mesmo acontecimento pode afetar várias consciências coletivas distintas ao mesmo tempo, entendendo que nesse momento essas consciências se aproximam e se unem numa representação comum. Entretanto, cada um vai interpretá-lo à sua maneira e lhe dar um sentido. Para que este sentido seja o mesmo, é preciso que as consciências estejam confundidas, mas, nesse caso, será um novo grupo esse formado pela fusão das suas consciências (idem, p.115-116). Caso contrário, essa fusão é apenas aparente, e, em seguida, os grupos se separam. Como afirma Halbwachs (1999),

Um povo que conquista outro pode assimilá-lo: mas então ele mesmo se torna um outro povo, ou pelo menos entra em outra fase de sua existência (p.116).

Os acontecimentos dividem o tempo, mas não o preenchem. Por isso, é uma ilusão pensar que o tempo é mais longo somente porque inclui uma quantidade maior de acontecimentos. Na verdade, o tempo é apenas uma série sucessiva de fatos ou uma soma de diferenças.

É freqüente dizer que a existência nas grandes cidades tem um ritmo mais rápido que o das pequenas povoações. Entretanto, é o habitante da grande cidade que tem essa idéia porque ele representa para si a cidadezinha como uma cidade na qual a atividade é menor. Seria como comparar uma região industrial com o campo, no qual as ocupações são reguladas pelo curso da natureza, sem que se possa acelerar o crescimento do trigo, por exemplo. Ou seja, nesse lugares, o tempo é aquilo que tem de ser e, para esses homens, o pensamento assume uma conduta em consonância com as suas necessidades e tradições (Halbwachs, 1999).

Camponeses levados para a cidade, no entanto, se assustam com o ritmo precipitado da vida, pois imaginam a cidade como um vilarejo tomado por uma febre de atividade e excitação excessiva das pessoas. Mas o tempo não é nem muito rápido nem muito lento; antes, ele é o que deve ser, pois está em conformidade com as necessidades da vida urbana. Os pensamentos que preenchem esse tempo podem ser mais numerosos, mas são também mais breves e incapazes de criar raízes nos espíritos, pois um pensamento só ganha consistência quando se estende por uma duração satisfatória (Halbwachs, 1999).

A noção de rapidez, aplicada ao tempo, não oferece uma significação definida. Ao contrário, quando nos recordamos, o pensamento pode percorrer longos intervalos de tempo em instantes, como se usássemos botas de sete léguas e pudéssemos saltar por cima de vastos períodos, divisando apenas de passagem as representações do passado que deveriam ocupar esse intervalo (Halbwachs, 1999).

O tempo serve de quadro comum para o pensamento de um grupo que não se altera durante esse período. Se, ao longo desse tempo, o grupo não mudou de natureza e manteve as mesmas referências, o pensamento das pessoas do grupo pode explorar as diversas partes de seu movimento contínuo, movendo-se num meio em que todos os acontecimentos se concatenam. Mas esse tempo não se confunde com os acontecimentos que ali se sucederam, do mesmo modo que não pode ser reduzido a um quadro homogêneo e inteiramente vazio (Halbwachs, 1999).

Dizemos que um indivíduo se comporta com a ajuda da memória do grupo, mas continua a sofrer essa influência mesmo quando dele está distante, bastando que ainda consiga se posicionar do ponto de vista de seus membros, de se envolver em seu meio e seu tempo, de se sentir no coração do grupo. Mesmo quando um grupo se dissolve, é possível mantê-lo como referência (Halbwachs, 1999).

O conjunto dos indivíduos e as imagens que eles podem enumerar a fim de reconstruir a lembrança de um grupo não constituem o grupo e sua realidade. Ao contrário, o que constitui o grupo é uma ordem de idéias que se particulariza, em certa medida, na personalidade de seus membros, mas que é impessoal o suficiente para conservar sua importância para um de seus membros mesmo na falta dessas outras personalidades, ou no caso de sua substituição por outras. Não é, portanto, a partir das pessoas que se chega ao elemento estável e permanente do grupo, que se torna possível reconstruí-lo, mas, antes, é a partir do elemento estável que se pode reconstruir a imagem dos membros do grupo (Halbwachs, 1999).

Basta que se conservem em torno de nós as condições que permitem nos recolocarmos na corrente de pensamentos de um grupo, mesmo quando faltam as pessoas nas quais pensamos, para rememorar um grupo com o qual tivemos idéias comuns. Nossas relações com algumas pessoas se incorporam a conjuntos mais amplos, que tendem a

ultrapassar as imagens que conhecemos e quase a se despersonalizar. Como o que é impessoal é também mais estável, o tempo de vida de um grupo é um meio semidespersonalizado, e sua lembrança não se confunde com as imagens particulares e passageiras que o atravessam (Halbwachs, 1999).

A retomada do passado pode ser bastante distante no tempo, mas não é ilimitada e jamais vai ultrapassar uma linha que se desloca à medida que as sociedades de que participamos entram num novo período de existência. Enquanto um grupo não se modifica, o tempo que sua memória abrange pode se alongar e ser acessível em toda a sua extensão. Quando ocorre uma transformação, um novo tempo começa para o grupo e só então sua atenção se afasta daquilo que foi e não é mais (Halbwachs, 1999).

O tempo antigo pode, contudo, subsistir e conviver com o novo tempo para os membros menos abalados pela transformação, como se o antigo grupo não se deixasse absorver inteiramente pelo novo grupo que nasceu de sua substância. Assim, se a memória atinge regiões distantes do passado é porque as duas partes do grupo organizam seu pensamento em torno de centros de interesse que não são mais completamente os mesmos (Halbwachs, 1999).

Para que um novo grupo se edifique, é preciso uma série de esforços em comum, conflitos e sacrifícios, encontros e consentimentos, descobertas feitas em conjunto. O tempo dedicado aos fundamentos dessa construção é bem mais movimentado do que os longos intervalos dedicados a dar-lhe acabamento. No começo, como num canteiro de obras, existe entusiasmo; depois, teremos responsabilidade pelo construído, sentiremos orgulho. Algumas construções podem ficar inacabadas e permanecer aguardando que retomemos as obras. Em outras, podemos sentir tédio por voltar a trabalhar no mesmo lugar, dia após dia (Halbwachs, 1999).

Na atividade de construção, existe sempre mais inquietude do que alegria. Assim, o período em que estabelecemos as bases de um novo grupo é repleto de pensamentos intensos e destinados a durar. Por isso, em várias sociedades, sobrevive assim o espírito dos fundadores, por mais curto que tenha sido o período de construção. Nesse primeiro momento, o grupo está sujeito a dois perigos: retrair-se demais e não manter contato com grupos exteriores, ou se expandir demais e se deixar absorver por um grupo exterior. Decorre daí que o grupo acaba alternando períodos em que procura se afastar de outros com períodos em que se deixa dominar por ele(s). Graças a esses contrastes, essa fase vai se diferenciar das seguintes e permanecer gravada na memória (Halbwachs, 1999).

Quando uma sociedade é submetida a uma transformação profunda, a memória parece atingir as lembranças desses dois períodos por caminhos diferentes. Na verdade, há dois tempos, nesse caso, nos quais se conservam dois quadros de pensamento. Assim, para encontrar a cidade antiga no meio das novas ruas da cidade atual, não se recua do presente ao passado, seguindo, no sentido inverso, a série de demolições e novas construções que modificaram pouco a pouco o aspecto da cidade. Em lugar disso, nos guiamos pelo mapa da cidade antiga, pela memória dos que nela viveram (Halbwachs, 1999).

Poucas sociedades em que vivemos não deixaram algum traço de si mesmas nos grupos mais recentes em que estamos mergulhados. A subsistência desses traços é, aliás, o que explica a permanência e a continuidade que nos permite, a qualquer momento, penetrar na antiga sociedade através do pensamento. Todos esses tempos subsistem, lado a lado, mas não se interpenetram. Não há um tempo universal e único, mas sim uma multiplicidade de grupos, cada um com sua duração própria (Halbwachs, 1999).

Do ponto de vista dos indivíduos, cada um é membro de vários grupos e tem seu olhar mergulhado sucessivamente em vários tempos coletivos. Assim, a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamento que têm sua origem nos próprios grupos,

sendo a consciência individual apenas o ponto de encontro dos tempos coletivos (Halbwachs, 1999).

3.7. Espaço e memória coletiva

A cidade não é feita de degraus e tetos de zinco, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado.

Italo Calvino

Um grupo, quando inserido num espaço, o transforma à sua imagem e ao mesmo tempo se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem. Os objetos materiais com os quais estamos em contato diário nos oferecem uma imagem de permanência e estabilidade como se fossem uma sociedade silenciosa e imóvel, o que nos dá uma sensação de ordem e quietude, contribuindo, aliás, para nosso equilíbrio mental. Quando algum acontecimento nos obriga a mudar para um novo entorno material, atravessamos um período de incerteza, como se nossa personalidade tivesse ficado para trás, pois “as imagens habituais do mundo exterior são inseparáveis do nosso eu” (Halbwachs, 1999, p.131).

Quando o grupo se fecha no meio que construiu, a imagem do meio exterior e das relações estáveis passa para o primeiro plano da idéia que tem de si mesmo. Essa imagem penetra todos os elementos de sua consciência e participa da própria inércia das coisas. Assim, mesmo que o indivíduo isolado não se submeta, é o próprio grupo que se submete à influência da natureza material e participa do seu equilíbrio. Mesmo quando um grupo se

separa, seus membros dispersos permanecem unidos através do espaço porque pensam no ambiente material em que se reuniam (Halbwachs, 1999).

Nosso entorno material tem, na verdade, a nossa marca e a dos outros, pois nos lembra as pessoas que geralmente víamos nesse quadro. Mesmo quando vivemos sós, nossa cultura e nosso gosto na escolha e na disposição dos objetos se explicam em larga medida pelos elos que nos ligam a inúmeras sociedades, mesmo sensíveis ou invisíveis. Não se trata de dizer que as coisas fazem parte da sociedade, mas, antes, que, ao circularem no interior dos grupos, esses objetos descortinam horizontes a todo instante, lembrando-nos sobre “costumes e distinções sociais antigas” (Halbwachs, 1999, p.132).

É como se o estilo do mobiliário fosse uma linguagem que sou capaz de compreender. Cada objeto me lembra uma maneira de ser comum a muitos homens e, ao determos nossa atenção em cada objeto, é como se explorássemos a fundo um pensamento em que se confundem as relações de vários grupos. Assim, mesmo não sendo parte da sociedade, mesmo sem falar, os objetos materiais do entorno têm um sentido que compreendemos (Halbwachs, 1999).

É assim que as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar recebe a marca do grupo e vice-versa, de tal modo que todas as ações do grupo se podem traduzir em termos espaciais. O lugar ocupado pelo grupo é simplesmente a reunião de todos os termos. E cada detalhe, cada aspecto do lugar tem um sentido inteligível para os membros do grupo porque cada um deles corresponde a aspectos da estrutura e da vida da sociedade em que o grupo está inserido, pelo menos no que nela há de mais estável (Halbwachs, 1999).

Os acontecimentos excepcionais também têm lugar no quadro espacial, pois marcam o momento em que os vínculos que ligavam o grupo a um lugar se tornam mais claros, justamente por estarem prestes a se romper. Nesse momento o grupo toma consciência,

com mais intensidade, daquilo que ele era havia muito tempo (Halbwachs, 1999). No caso de cidades, províncias e povos, cria-se uma nova unidade que os funde, ampliando conseqüentemente o tempo comum, que talvez avance mais para o passado, ao menos para uma parte do grupo, que participa de tradições mais antigas. Um acontecimento grave sempre provoca mudança nas relações do grupo com o lugar. O grupo pode se modificar em extensão, como quando morre um de seus membros, ou mudar de lugar, por razões econômicas, por exemplo. Nesse caso, “não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo” (Halbwachs, 1999, p.134).

Assim, segundo a teoria da memória coletiva de Halbwachs (1999), cada sociedade recorta o espaço a seu modo, e há tantas maneiras de representar o espaço quantos sejam os grupos. Isto se dá porque, seja dentro dos limites de uma cidade ou de um apartamento, um grupo sempre imprime de algum modo sua marca sobre o território e evoca suas lembranças coletivas no interior de um quadro espacial assim definido, com zonas que se podem dizer ativas ou passivas, de acordo com os direitos que exercem ou que são suprimidos das pessoas. Se for, por exemplo, uma sociedade religiosa, poderá dividir o espaço entre lugares sagrados e profanos, se for um grupo econômico, o limite pode ser entre vendedores e clientes, ou entre lugares ocupados por senhores e por escravos. De qualquer modo, cada sociedade precisa “constituir um quadro fixo no qual encerra e localiza suas lembranças” (Halbwachs, 1999, pp.159-160).

Assim, quando precisamos nos lembrar de acontecimentos ou pessoas do passado, jamais saímos do espaço. Segundo Halbwachs, é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, consegue nos dar a ilusão de não mudar através do tempo e de reencontrar o passado no presente. É o território, portanto, o espaço coletivo, o quadro fixo que vai permitir guardar e recuperar as lembranças.

Como se viu neste capítulo, o território tem papel fundamental na construção da memória, da tradição e da identidade de lugar. Têm papel fundamental também, para estas construções, marcos temporais compartilhados, entre outras representações coletivas. Vamos nos aprofundar, a partir de agora, no caso do município de Icapuí, procurando observar como os conceitos propostos por Halbwachs podem contribuir para uma melhor compreensão da experiência política deste município e, mais especificamente, como a memória coletiva pode atuar na construção da identidade e da tradição de um lugar. Antes de passarmos às lembranças coletivas de Icapuí, coletadas a partir de entrevistas realizadas com alguns de seus habitantes e que constituem o Capítulo 5 de nossa tese – Pesquisa de Campo –, traçaremos, no próximo capítulo – Icapuí, cidade e identidade –, um breve retrato do município de Icapuí e de suas tentativas de construir e manter uma tradição e identidade próprias, principalmente através da manutenção de seu patrimônio natural e cultural.

4 ICAPUÍ – CIDADE E IDENTIDADE

*Salve terra de um povo que é grande
Generoso e feliz de verdade
Que no afã do trabalho se expande
A grandeza sem par da cidade*

[Início do refrão] *Icapuí, rincão ditoso
Do Ceará torrão natal,
Há no teu seio esplendoroso,
[Fim do refrão] *Icapuí, nosso ideal**

*Salve terra dos verdes coqueiros,
Que se embalam aos ventos dos mares,
Hoje a ti, todos nós, altaneiros,
Elevamos os nossos cantares.*

[Repete-se o refrão]

*Salve terra! Pela autonomia
Esperavas com fé renovada.
Os teus filhos ergueram-se um dia
E tornaram enfim libertada.*

[Repete-se o refrão]

*Salve terra tão bela e querida
Nós saudamos a tua vitória.
Haverás de crescer forte e unida
E terás um futuro de glória!*

[Repete-se o refrão]

*Salve terra de praias e dunas,
Pelas quais o teu mapa é bordado!
Tu és livre entre livres comunas
Para o bem e o progresso do estado.*

[Repete-se o refrão]

Hino de Icapuí, de Marcondes de Oliveira e Orlando Rebouças, 1959

4.1. Descobrimento de Icapuí

4.2. Entre dois lugares: identidade em questão

4.3. Praias: identidade e território

4.4. Contribuição icapuiense

4.4.1. CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL ICAPUIENSE

4.4.2. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES LOCAIS

4.5. Chico Bagre e a invenção das tradições

4 ICAPUÍ – CIDADE E IDENTIDADE

4.1. Descobrimento de Icapuí

Um aspecto interessante da história do Ceará é a visita de Vicente Yañez Pinzón, desconsiderada pelos historiadores do Brasil mas não pelos cearenses. Em alguns lugares do Ceará,¹ entre eles Icapuí (e Aracati), a passagem de Pinzón é contada como o legítimo momento inaugural da presença ibérica no Brasil, anterior à chamada descoberta por Portugal, em 22 de abril de 1500, quando a esquadra de Pedro Álvares Cabral atingiu Porto Seguro. A história das navegações registra e há documentação da passagem de Vicente Yañez Pinzón por pontos da costa cearense poucos meses antes, em janeiro de 1500, na mesma época da terceira expedição de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, isto é, às terras americanas. A visita de Pinzón é aceita e relatada por vários autores; teria ocorrido em Ponta Grossa, no atual território de Icapuí,² e/ou em outros lugares da futura costa nordestina, mas apesar de admitida, não recebe destaque na chamada História do Brasil, numa clara demonstração do quanto a cronologia rememorada “oficialmente” por um estado-nação serve ao jogo de claro-escuro entre lembrar e esquecer a que se refere Ernst Renan (em Rouanet, 1997) em seu clássico *Qu'est-ce qu'une Nation?* Para o autor, a comunidade nacional se “reúne” nos esquecimentos coletivos, como na memória coletiva.

¹ Freitas Filho (2003) discorre longamente sobre as várias interpretações dos registros de viagem de Pinzón para concluir “de modo insofismável” (p.44), que o cabo visitado por Vicente Yañez Pinzón é a praia de Ponta Grossa, em Icapuí. As outras possibilidades são a ponta do Mucuripe e o cabo de Santo Agostinho.

² Ponta Grossa pertenceu ao território de Aracati até 1984 e, com a emancipação, passou a pertencer a Icapuí.

Em 1929, o historiador Capistrano de Abreu escreve que a viagem de Vicente Yañez Pinzón é “de autoridade indiscutível” (em Ribeiro & Moreira Neto, 1992, p.75), mais provavelmente tendo atingido, no entanto, o cabo de Santo Agostinho, enquanto que Varnhagen e outros optam por Mucuripe, ambos no território do atual estado de Pernambuco. Thomaz Pompeu Sobrinho (em Freitas Filho, 2003, pp.30-31) é de outra opinião e crê não haver dúvidas quanto a ser a atual Ponta Grossa (ou Jabarana), antigo Cabo Corso, o cabo de Santa María de la Consolación, lugar onde Pinzón aportou (e, dias depois, Diego Lepe). Darcy Ribeiro e Moreira Neto (1992) afirmam:

O que é certo, e não contestado por qualquer fonte, é que tanto Pinzón quando Lepe, que em duas viagens autônomas fizeram o mesmo itinerário, quase na mesma época, entre a Espanha e as costas da América do Sul, chegaram ao litoral do Brasil em janeiro de 1500, o que lhes dá anterioridade à expedição de Pedro Álvares Cabral que, como se sabe, aportou no litoral da Bahia em fins de abril de 1500 (p.75).

As luzes no Brasil sempre voltadas para a viagem de Cabral, por ser a primeira de uma esquadra portuguesa, ofuscaram a história de Pinzón e de Colombo. Pinzón esteve na primeira viagem de Colombo, em 1492, no comando da Niña, um dos três barcos que atingiram o Novo Mundo.

Colombo descreve e nomeia os acidentes geográficos observados nas terras que inicialmente se pensou serem as Índias, pois tinha forte ligação com os nomes. Homem muito religioso, mesmo para seu tempo, Cristóvão Colombo fez seu caminho para a América sempre convencido de estar cumprindo uma missão, lembra Todorov (1993). Para o bem da Igreja e do cristianismo de Roma, Colombo queria chegar à terra de onde viria ouro suficiente para empreender a reconquista de Jerusalém. O projeto das cruzadas, embora tivesse sido abandonado desde a Idade Média, moveu Colombo a inaugurar a

época moderna, com o descobrimento da América, como observa Todorov (1993), que, contudo, se desculpa pela simplificação dos termos:

Paradoxalmente, é um traço da mentalidade medieval de Colombo que faz com que ele descubra a América e inaugure a era moderna [...] como se aquele que faria nascer um mundo novo já não pudesse mais fazer parte dele (p.10).

Para nosso tempo, é difícil associar o empreendedor de sucesso da primeira viagem à América com crenças supersticiosas e desinformação, mas isso não era incomum para a mentalidade medieval. Além disso, como dizia um ditado da época, bastava enfrentar uma vez o mar para aprender a rezar. Colombo cumpria religiosamente a determinação de nunca viajar aos domingos, por ser dia de guardar-se para Deus, e foi capaz de um raciocínio simplista como confiar na equivalência entre milhas árabes e milhas italianas. Todorov (1993) lembra que esse engano de tradução acabou por ser o principal responsável pela sustentação do ânimo de enfrentar a viagem transoceânica, desse modo imaginada mais curta.

Colombo dedica grande atenção aos nomes próprios, a começar pelo seu: Cristobal Colón, que em português se traduziu por Cristóvão Colombo. Do mesmo modo que para muitos de seus contemporâneos, para ele os nomes, ou pelo menos os das pessoas excepcionais, devem ser “à imagem de seu ser” (p. 26). Assim, o navegador alterou a grafia de seu nome várias vezes ao longo da vida, como informa Frei Bartolomé Las Casas (em Todorov, 1993), até chegar finalmente a Cristobal, que significa carregador de Cristo, e Colón, que quer dizer repovoador em espanhol antigo. Seu nome era a sua missão: evangelizar e colonizar. Em português, a tradução de Colón para Colombo enfraquece a associação do nome com o radical da palavra colônia. Em inglês, igualmente, a opção pelo nome em latim, Columbus, não favorece a associação imediata.

A importância que Colombo atribui aos nomes é patente pois, além de escolher cuidadosamente e modificar até o limite seu próprio nome, ocupou-se detidamente em dar nomes às partes do mundo que estava visitando. No início, homenageou, nessa seqüência, “Deus, a Virgem Maria, o rei de Espanha, a rainha, a herdeira real” (p. 27), e foi pródigo nas nomeações. Deu nome a cada uma das ilhas que visitou, aos cabos, baías e rios, e, inclusive, ao rio a que o comandante Vicente Yañez Pinzón dera o próprio nome, rebatizado de rio de Graça por Colombo.

Assim, Colombo renomeou lugares cujo nome já conhecia em língua caraíba e renomeou também o que outro europeu havia nomeado por assumir ter esse direito, pois fora o primeiro a ali chegar. Ele renomeou, inclusive, lugares que ele mesmo nomeara, em seu ímpeto de dominar pela nomeação a beleza natural tão impressionante que se tornava difícil capturar e expressar adequadamente. Segundo Todorov (1993),

os nomes próprios constituem um setor muito particular do vocabulário: desprovidos de sentido, servem somente para denotar, mas não servem, diretamente, para a comunicação humana; dirigem-se à natureza (o referente), não aos homens; são, à semelhança dos índices, associações diretas entre seqüências sonoras e segmentos do mundo. A parte da comunicação humana que prende a atenção de Colombo é, pois, precisamente o setor da linguagem que serve unicamente, pelo menos num primeiro momento, para designar a natureza (p.28).

Pelo resto do vocabulário, ao contrário, como aponta Todorov (1993), Colombo demonstra muito pouco interesse e revela sua concepção ingênua da linguagem, que sempre vê os nomes confundidos com as coisas, incapaz de conceber que as medidas sejam convenções, que um mesmo termo possa ter significados diferentes segundo os diferentes contextos. Foi esse o motivo da confusão das milhas árabes e italianas e de outros equívocos, como alguns que se reproduzem há quinhentos anos em substantivos de uso aceito, mesmo com restrições, como a palavra “índios” para designar os povos nativos americanos, já que Colombo pensava ter chegado às Índias.

De qualquer modo, voltando à questão central aqui, é certo que Vicente Yañez Pinzón chegou às costas brasileiras – ao cabo que recebeu o nome religioso de Santa María de la Consolación – antes de Cabral aportar na Bahia. Só resta dúvida quanto à exata localização desse acidente geográfico hoje, sendo Icapuí, mais exatamente Ponta Grossa, uma das possibilidades.

4.2. Entre dois lugares: identidade em questão

Por ironia, depois de ser criado como capitania hereditária cujos donatários não se interessaram em ocupar, o Ceará só passou a existir como parte do Brasil no período em que Portugal esteve incorporado ao Império Espanhol.³ A mesma União Ibérica que abalou o orgulho dos portugueses favoreceu a expansão territorial do Brasil, pois esta deixou de ser contida pela linha do Tratado de Tordesilhas. Além disso, em sessenta anos de domínio, a Espanha não enviou representantes para a colônia brasileira anexada, criando-se uma situação de suspensão de autoridade numa terra onde a lei já era fraca diante das forças naturais e indígenas.

O escritor José de Alencar escolheu a singularidade desse período histórico, em que os portugueses, instalados no Brasil, se sentiram muito distanciados do poder da metrópole, para situar a ação de seu romance *O guarani* (1857), um dos fortes representantes da literatura no projeto de construção da nacionalidade brasileira. Alencar – aliás, cearense – foi sempre um aguerrido defensor de um projeto de nação brasileira para

³ Após a morte de Dom Sebastião no Marrocos, sem deixar herdeiros, Portugal enfrentou uma crise dinástica e o trono passou para o mais próximo na linha de sucessão, Filipe II, da Espanha, perdendo, desse modo, a

o qual contribuiu com muitas outras obras que, a exemplo de *O guarani*, foram publicadas em folhetim no Rio de Janeiro e acompanhadas pelos leitores dos jornais diários, despertando interesse comparável ao das telenovelas no fim do século XX. Depois, transformada em ópera por Carlos Gomes, a história do encontro entre nativos e europeus nas terras de D. Mariz ainda pôde fortalecer-se como representação da cultura brasileira no circuito de ópera europeu. *Il Guarany* (1870), com libreto em italiano, foi apresentado no Teatro alla Scala de Milão com sucesso comparável ao das grandes óperas da Europa em sua época.

“Lealdade” é o título do Capítulo II de *O guarani* (Alencar, 1995), no qual o escritor – que faz uma obra de ficção baseada em personagens que realmente viveram no Brasil da época – descreve o fidalgo português D. Antônio de Mariz e seus feitos, entre os quais a participação na fundação da cidade do Rio de Janeiro e explica que “Em recompensa do seu merecimento, o governador Mem de Sá lhe havia dado uma sesmaria de uma légua com fundo sobre o sertão” (p.19). Alencar narra como a derrota dos portugueses em Alcácer-Quibir e o domínio espanhol que se seguiu modificaram a vida de D. Mariz: “fidalgo leal, entendia que estava preso ao rei de Portugal pelo juramento da nobreza, e que só a ele devia preito e menagem” (p.19). Assim, quando em 1582 D. Filipe II da Espanha foi aclamado no Brasil sucessor da monarquia portuguesa, “o velho fidalgo embainhou a espada e retirou-se do serviço” (p.19).

Decidido a guardar lealdade até a morte aos reis de Portugal, o fidalgo retirou-se para a sesmaria e lá se estabeleceu, em terras que entendia serem portuguesas. Diz D. Mariz, ao iniciar a construção de sua cidadela, em abril de 1593:

sua autonomia o reino português, sob a bandeira da União Ibérica, que perdurou de 1580 a 1640, data da chamada Restauração.

Aqui sou português. Aqui pode respirar à vontade um coração leal, que nunca desmentiu a fé no juramento. Nesta terra que me foi dada pelo meu rei, e conquistada pelo meu braço, nesta terra livre, tu reinarás, Portugal, como viverás n'alma de teus filhos. Eu o juro!" (p.19).

Criou-se, assim, pela simples força de um juramento, um fragmento do império português na América. Nesse ambiente, José de Alencar vai promover o grande encontro dos povos europeu e guarani, inaugurando um novo território de Ceci e Peri depois da grande inundação que destrói a fortaleza dos Marizes.

Barroso (1959) conta que a técnica da navegação a vela, bem como o regime de ventos e correntes a que estava submetida, obrigava os navios que saíam da Europa na direção sudoeste a navegarem diretamente para o cabo de São Roque ou o de Sebastião. Foi, portanto, a partir desses pontos que os primeiros colonizadores contornaram e nomearam a costa em direção ao sul. Durante um século, a colonização brasileira se concentrou ao longo dessa linha litorânea entre Itamaracá, ao norte, e São Vicente, ao sul. Os esforços para estender a presença portuguesa até o Maranhão e o estuário do rio Amazonas, ao norte, não tiveram sucesso inicialmente, e, por um período, o Ceará constituiu um trecho vazio na linha costeira ocupada pelos portugueses. Logo à frente, no Parnaíba, aventureiros franceses contrabandeavam pau-brasil (em IBGE, 1959).

Como se viu, a visita de Vicente Yañez Pinzón (como a de Diego Lepe), em termos práticos, não resultou em ocupação. Ao contrário, como expõe Capistrano de Abreu (1930), a colonização do Ceará se deu pelo interior, e não pelo mar. Foram baianos e paulistas que iniciaram a sua ocupação, "procurando terrenos apropriados à criação do gado" (p.223). Nas palavras de Capistrano de Abreu (1930),

O gado desenvolvendo-se, em circunstâncias normais, de modo espantoso, foi chegando quase até a marinha. Os fazendeiros, que a princípio só faziam remessa para a Bahia, dirigiram-se depois para o Recife, e até para o Aracati e Fortaleza. Caminhos ligaram o sertão e o litoral (p.229).

Assim, foi “por dentro” que se chegou à colonização da costa onde hoje se situa Icapuí, ou seja, primeiramente houve o povoamento do sertão e depois do litoral. Isso pode ajudar a explicar a condição de “periferia” em que prolongadamente se encontrou o trecho das praias junto da divisa com o estado do Rio Grande do Norte, hoje território de Icapuí. Aracati era, então, um forte centro urbano de comércio, com porto de grande movimento e extensas áreas dedicadas à pecuária. Ao longo do vale do Jaguaribe, em seu caminho para o mar, as criações de gado bovino se espalhavam, contribuindo para estabelecer tradições como a roupa de couro do vaqueiro sertanejo e a charqueada junto das salinas à beira-mar. Um traço remanescente dessa história era a classificação de Icapuí, bem como de Aracati, município também litorâneo, na microrregião denominada Sertão do Vale do Jaguaribe.

Enquanto Aracati lutava para superar Fortaleza, cidade com a qual disputou por um tempo o posto de capital do Ceará, dedicava pouca ou quase nenhuma atenção a Areias, onde se inseria a atual Icapuí. Esse distanciamento da sede municipal, reforçado pelas próprias dificuldades de transporte, empurrava aquela população em direção ao estado vizinho. Logo depois da divisa entre o Ceará e o Rio Grande do Norte se encontrava Mossoró (RN), centro urbano com mais recursos do que Aracati, tanto na época como agora, e ao qual os habitantes das comunidades da atual Icapuí sempre recorreram, por exemplo, quando precisaram de hospitais. A ligação com Mossoró se fortaleceu com o tempo, pois deterioraram-se as condições do porto de Aracati, enfraquecendo economicamente o município que hoje se contenta em ostentar uma pretensa liderança nacional em quantidade de templos católicos *per capita*.

A divisa entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, na verdade, ficou indefinida ao longo de todo o século XIX. Em 1793, a rainha D. Maria assinou uma provisão real a pedido dos membros da Câmara de Aracati, que alegavam precisar de

maior terreno para o crescimento de tão importante centro econômico regional. Criou-se, assim, uma área de litígio pois, tradicionalmente, aquele trecho entre Mossoró e Tibau era considerado terra potiguar. Com a decisão da rainha, o Ceará passou a exercer poder administrativo sobre as localidades de Grossos, Matos Altos, Jurema e Tibau, mas a região continuou a receber assistência espiritual do vigário de Mossoró, Antônio Joaquim Rodrigues, que realizava os principais atos religiosos e recolhia os respectivos emolumentos em algumas dessas terras declaradas cearenses (Freitas Filho, 2003).

Na época, era fortemente reconhecida a presença da igreja, responsável pelos registros de nascimentos, casamentos e mortes. Por isso, a situação criava um conflito de jurisdição intolerável para o Ceará, ainda que as regiões em questão fossem precariamente assistidas pelo curato cearense de Aracati. Freitas Filho (2003) atribui a essa situação a própria decisão de se instalar a paróquia em Areias, contrariando a tendência natural de privilegiar “Caiçara, cabeça de Distrito [de Praias] desde 1833” (p.151).

A indefinição da divisa entre as províncias instigava intrigas desde o século XVIII, especialmente entre donos de terras das regiões limítrofes. Eram freqüentes as denúncias de invasão, abalando ambas as províncias. No início do século XX, o envio de tropas cearenses para Grossos, região que o Rio Grande do Norte já defendia com um razoável contingente, quase se transformou num conflito armado. O presidente da república, Rodrigues Alves, mandou as tropas retornarem aos quartéis enquanto a questão corria na Corte Federal pelas mãos dos juristas Rui Barbosa, defendendo os interesses potiguares, e Mateus Nogueira Brandão, na defesa do Ceará. Devido à disputa, foi levantada farta documentação sobre o litígio, enriquecida ainda pelos três acórdãos⁴ que constituem a sentença definitiva do Supremo Tribunal, a qual deu ao Rio Grande do Norte a posse das terras até o morro do Tibau, na costa atlântica (Freitas Filho, 2003).

A partir de então, a divisa das províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte deslocou-se definitivamente para a região de Areias, cujos habitantes pleitearam por isso *status* de paróquia, o que lhes foi concedido pelo bispo, mais preocupado com a preservação do território do que com a manutenção dos padrões de concessão, que exigiam mais do que Areias tinha então a oferecer. Areias foi sede da paróquia e chegou a registrar uma fase de prosperidade, mas enfrentou problemas quase incontornáveis, como a grande epidemia de malária, em 1939, e, entre 1963 e 1966, o soterramento da casa paroquial e de parte da igreja pelas dunas de areia carregadas pelo vento (Freitas Filho, 2003).

Em 8 de dezembro de 1942, um ato diocesano transferiu a sede da paróquia de Areias para Caiçara (Freitas Filho, 2003). Freitas Filho (2003) menciona os “irreverentes rumores” (p.228) de que a transferência fora concedida depois do pagamento de cinqüenta mil réis, de um fundo levantado por uma comissão da povoação de Caiçara. O autor pergunta, então, se essa transferência já não revelava a intenção de estruturar o distrito de Caiçara, a fim de viabilizar seus anseios de emancipação política. O próprio Freitas Filho (2003) dá a resposta ao reconhecer que a instituição da paróquia de Areias tivera “o intento explícito de legitimar limites territoriais ao leste” (p.156) da província do Ceará, questionados, como se viu, pela ação do pároco de Mossoró.

Pouco depois, em 1943, é promovida a mudança dos topônimos: Areias torna-se Ibicuitaba, nome indígena que, segundo Freitas (2003), quer dizer “aldeia do areal”. Caiçara passa a chamar-se Icapuí. O novo topônimo seria uma corruptela da expressão tupi *Igara-puí – y* (água), *caá* (mato), *puí* (rápido) –, significando “campos relvosos por onde a água escoia com rapidez”, ou “coisa ligeira”, que muitas vezes se entende como “canoa veloz” (Freitas Filho, 2003, pp.235-236). No *Dicionário toponímico do Ceará* (Falcão,

⁴ Datados de 30-9-1908, 2-1-1915 e 17-7-1920.

1993), encontra-se Icapuí, nome indígena formado por *icá* (roça), *apu* (farto), *y* (rio), com significado de *rio das roças fartas* (p.48).

Decisões governamentais podem afetar os habitantes direta e profundamente, especialmente no caso de governos autoritários. Em Icapuí, houve mais um momento em que decisões de regimes de exceção alteraram sua trajetória e, conseqüentemente, afetaram a identidade local de seus habitantes. A primeira, já referida, foi em 1943, sob o Estado Novo, quando o IBGE promoveu uma completa revisão da toponímia brasileira, para que não houvesse duas localidades com o mesmo nome em qualquer parte do país⁵. Depois, em 1965, no segundo ano do governo militar, que se manteve no poder por 21 anos, foi cancelada a criação do município de Icapuí, legalmente emancipado em 1959. Uma manobra de políticos locais conseguiu adiar a instalação do município até as eleições municipais seguintes, mas antes que elas se realizassem, uma nova lei (Lei Estadual Nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965) anulou a lei (Lei Nº 4.461, de 15 de janeiro de 1959) da primeira criação do município, desse modo arbitrariamente cancelada.

O cancelamento da emancipação do município foi um golpe que atingiu dezenas de outros municípios – na verdade, mais da metade dos municípios do Ceará, o que justifica a inclusão de também esse aspecto num estudo de identidade de lugar. De 148 municípios em 1960, o Ceará passou para 302, em 1963, e 303 em 1964. O brusco aumento logo se transformou em brusca queda, pois o número de municípios despencou para 142 em 1965. Junto com Icapuí, portanto, foram extintos outros 160 municípios cearenses que já contavam com território, nome e, por vezes, até governantes eleitos.

⁵ O Decreto-Lei Nº 311, de 2 de março de 1938 determinou que se evitassem os homônimos na toponímia de distritos e cidades da mesma unidade da federação: “Não haverá, no mesmo estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação.” Depois, a Resolução Nº 61, de 24 de julho de 1939, visando à sistematização da toponímia, sugeriu normas para a nomenclatura das localidades brasileiras: eliminação das duplicatas de nomes, em todo o país; redução dos nomes extensos; possível eliminação dos nomes estrangeiros ou de pessoas vivas; preferência pela adoção de nomes da língua indígena regional ou relacionados a fatos históricos da região, em caso de substituição de topônimos; conservação dos nomes já

Uma tabela publicada no *Anuário Estatístico do Brasil 1966* (IBGE) mostra que a diminuição do número de municípios do Ceará foi precedida em um ano por outra, ainda mais drástica, no estado do Amazonas, onde a redução foi de 296 municípios (em 1963) para 44 (em 1964)⁶. Também no Amazonas, o aumento foi muito brusco a partir de 1960, quando o estado contava com os mesmos exatos 44 municípios. No Ceará, o problema é um pouco mais complexo e demanda pesquisa adicional, enquanto as razões dos cortes no estado do Amazonas se encontram explicitadas no volume de 1965 da Divisão Territorial (introdução). Não foi encontrada explicação para a brusca mudança no Ceará.

O movimento não foi generalizado, porém, concentrando-se mesmo nos dois estados mencionados. Nos demais, tudo parece dentro da normalidade, sem reduções drásticas. Ao contrário, aliás, verificam-se casos de aumento da quantidade de municípios em alguns estados. No mesmo ano de 1964, por exemplo, foram criados 70 novos municípios no estado de São Paulo, 17 (e mais 31 em 1965) no Rio Grande do Sul, 15 no Paraná, e 8 em Santa Catarina, isto para nos restringirmos à região Sul (que, na data, incluía o estado de São Paulo). Estabelecendo-se uma comparação em termos regionais, o Norte reduziu de 412 para 160 a quantidade de municípios de 1963 para 1964 (redução de 61%, mas, como se viu, concentrada no estado do Amazonas) e o Nordeste reduziu de 303 para 142 (redução de 53%, quase toda concentrada no Ceará) de 1964 para 1965. As regiões Leste, Sul e Centro-Oeste apresentaram, ao contrário, aumento do número de municípios entre 1963 e 1965.

A variação do número total de municípios do país nesse período também permite entrever a extensão da cassação autoritária das emancipações municipais. O Brasil passou de 4.235 municípios em 1963, para 4.114 em 1964 (redução de 3%), e para 3.957 em 1965

consagrados pelas populações das localidades respectivas, que não contrariarem as disposições anteriores. (*Divisão Territorial do Brasil*, 1942, pp.436-437)

(redução de 4% desde 1964). A distribuição dessa redução, no entanto, como se viu, não foi homogênea e por algum motivo se concentrou no Ceará e no Amazonas. De qualquer modo, o fato é que algumas centenas de municípios brasileiros viveram uma situação semelhante à de Icapuí e poderiam (assim como o país todo) encontrar no exemplo deste município a motivação para recuperar essa história, ou mesmo a possibilidade de reescrevê-la. Em Icapuí, a identidade local parece que se preservou, ou se renovou, a tal ponto que seus habitantes conseguiram recuperar a autonomia vinte anos depois da frustração da primeira emancipação.

4.3. Praias: identidade e território

O território do município de Icapuí é uma faixa de cerca de quinze quilômetros de largura que se estende ao longo de 64 quilômetros do litoral brasileiro, no estado do Ceará, no limite com o estado do Rio Grande do Norte. A proximidade do mar e os hábitos praianos são uma realidade permanente no cotidiano de seus mais de dezesseis mil habitantes, que se espalham por pouco mais de vinte comunidades, organizadas administrativamente em três distritos, denominados Icapuí (sede), Ibicuitaba e Manibu.

A densidade populacional é maior junto da costa, marcada principalmente por praias, dunas, falésias e recifes formados a partir de rochas cristalinas ou blocos destacados das falésias. No interior, predomina a caatinga. Outros elementos característicos da paisagem e, como as falésias, associados à intensa dinâmica das marés, são os extensos bancos de areia, algumas lagoas costeiras e temporárias, além de um braço de mar (Barra Grande).

⁶ Na *Divisão territorial do Brasil 1964* se explica que o motivo da redução foi o descumprimento, pelo

A vegetação dessa faixa de praias varia desde pequenas formações de mangue (em Retiro Grande, Ponta Grossa e Peroba, entre outras localidades, como Barra Grande e Foz do Arrombado), passando por matas de tabuleiro e matas de borda de tabuleiro (de Retiro Grande a Barreiras), coqueirais (de Barreiras a Manibu), vegetação típica de dunas (de Ibicuitaba a Manibu), carnaubais (Morro Pintado, Berimbau e canal do Arrombado), e pode incluir até os bancos de algas marinhas (Barreiras, Barrinha e Placa), segundo o *Levantamento participativo de prioridades para conservação do patrimônio natural e cultural de Icapuí* (LPPCPNCI, 2003).

Os paredões multicoloridos das falésias, apreciados por moradores e visitantes, compõem sempre uma paisagem diferente, de formas alteradas devido ao permanente trabalho de erosão por intemperismo. Algumas falésias se encontram junto das praias, onde sofrem transformações diárias, sob a ação constante das marés, do vento, do sol e das chuvas: são as chamadas falésias vivas. Novas formas se desenham naturalmente e estimulam a imaginação dos observadores, que lhes dão nomes de acordo com sua semelhança com objetos vários – como a taça, a gruta, o labirinto. Além da irregularidade das formas, materiais de cores variadas se distribuem pelos paredões, parecendo criar um painel bordado de textura e colorido diversificados.

Quando o processo de erosão desgasta mais a parte inferior do paredão, as falésias vivas podem se quebrar. Seus pedaços que desabam sobre o mar, a areia ou os bancos de areia, com o tempo, mineralizam-se, criando formações semelhantes a recifes, como na praia de Ponta Grossa. Outras vezes, as falésias estão recuadas em relação ao mar e não sofrem ação tão intensa das forças naturais: são as chamadas falésias mortas, que podem ter à sua frente dunas grandes e pequenas, terrenos planos, nos quais se estendem imensas plantações de coqueiros ou carnaubais, praias ou bancos de areia mais ou menos extensos e

ricos em várias espécies de algas. A falésia interior, na área urbanizada, é chamada pela população local de “serra”. As dunas são chamadas de “morros”, como no caso de Morro Pintado, cujo nome se refere a uma grande duna de areia vermelha, bem ao lado de outra, de areia branca.

As praias icapuienses marcam o início do litoral do Ceará, logo após a divisa com o estado do Rio Grande do Norte, começando em Manibu (anteriormente chamada Tibau, depois Cuipiranga, nome que não se firmou, e, desde 1985, Manibu) e se estendendo até o outro extremo, onde estão Ponta Grossa e a enseada de Retiro Grande. No verbete sobre o município de Aracati, Ceará, a *Enciclopédia de municípios brasileiros* (IBGE, 1959) destaca a importância da pesca na economia local e registra a existência de dois pesqueiros no atual território icapuiense: Tremembé e Icapuí. Os pesqueiros que se seguem na linha litorânea cearense continuavam, em 2004, dentro do território do município de Aracati: Majorlândia, Canoa Quebrada, Fortim e Aracati, sede municipal.

Pela grande extensão de praias (o litoral do estado de Pernambuco, por exemplo, é apenas três vezes o icapuiense), Icapuí tem tão forte vocação para o turismo quanto seus vizinhos da costa nordestina, e já abriga mesmo algumas empresas do setor turístico, mas a economia local se baseia na pesca, especialmente da lagosta⁷. Outras atividades são a exploração de petróleo, na fazenda Belém, iniciada na década de 1990, as tradicionais agricultura (coco, caju, mandioca, milho) e pecuária (bovinos e caprinos), salinas remanescentes de um período de predomínio do setor salineiro na economia local, e a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), além de indústrias ligadas a essa produção local, como os frigoríficos e as beneficiadoras de coco.

⁷ Entretanto, as previsões otimistas que animaram o “ciclo da lagosta” em Icapuí, na década de 1980, vêm sendo revistas após a recente queda da produção, que repercute na renda do pescador e de todos os componentes da cadeia até a exportação. Medidas tomadas pelas autoridades para conter a pesca predatória da lagosta em todo o litoral nordestino não têm sido suficientes para impedir esse processo.

O município de Icapuí foi instalado em 20 de janeiro de 1985 após um processo de emancipação e desmembramento de Aracati, que envolveu fortemente a população dos três distritos, tendo encontrado resistência em Ibicuitaba, antiga sede distrital. Desde então, Icapuí produziu muitas experiências de sucesso no campo da educação, da saúde e da gestão pública. Um dos orgulhos locais – e talvez hoje o mais importante construtor de identidade icapuiense – é justamente a coleção de prêmios nacionais e internacionais⁸ que o município vem acumulando desde que a população fez sua primeira opção por priorizar a educação, a saúde e a gestão participativa. Outros elementos importantes da identidade local parecem encontrar-se tanto num extremo como em outro da costa de Icapuí: de um lado, a estreita ligação com o vizinho estado do Rio Grande do Norte e, de outro, o projeto de ser diferente de Aracati, Canoa Quebrada e outros.

No extremo leste de Icapuí, a divisa com o Rio Grande do Norte mais confunde do que delimita, mais une do que separa os dois estados. Um morador de Icapuí que trabalhou como pesquisador no recenseamento da população descreveu a dificuldade enfrentada para definir o limite físico entre “os dois Tibaus”. Havia um Tibau – depois designado Cuipiranga⁹ – do lado cearense e outro Tibau – que em 1995 desmembrou-se de Areia Branca (RN), passando de distrito a município – do lado potiguar. Tibau teve grande importância quando Icapuí não tinha estradas de rodagem. Quando havia necessidade de buscar recursos em uma cidade mais conectada aos centros urbanos mais desenvolvidos, os habitantes seguiam pela praia e atravessavam os bancos de areia – que se formavam

⁸ Em 1991, Prêmio Criança, Paz e Educação, concedido pelo UNICEF (pela primeira vez desde 1987 entregue a uma prefeitura brasileira), em reconhecimento pela totalidade das crianças na escola; em 1994, Prêmio 100% de cobertura vacinal, concedido pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará; em 1996, Prêmio Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), concedido pela Embratur, por estar entre os dez primeiros a implantar o PNMT; em 1996, prêmio de destaque em educação, concedido pela Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford, pela universalização do ensino no município; em 1999, Prêmio do Projeto Luz, concedido pela JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), pela implantação bem-sucedida de estratégias para a humanização do atendimento no setor de saúde (*Revista de Icapuí*, Icapuí, janeiro de 2000, p.25).

⁹ A mudança de nome foi implementada pelo Decreto N° 1.114 de 30-12-1943.

somente durante a maré baixa – com animais de carga e carroças, até atingir a ponta do Tibau, de onde partiam regularmente caminhões para os centros urbanos mais próximos, como Mossoró.

Entre outros motivos, a estreita e antiga relação com Mossoró, município do estado do Rio Grande do Norte, sempre contribuiu para manter em Icapuí fortes traços da cultura potiguar, especialmente o sotaque e algumas expressões típicas. Outra explicação dada para essa influência é que a colonização daquele ponto do território cearense se deu a partir do Rio Grande do Norte, por onde chegavam os tropeiros e as caravanas comerciais (Freitas Filho, 2003, p.100).

Há outra razão, contudo, para essa influência e, a nosso ver, talvez a mais forte, ainda que raramente lembrada. Uma parte do atual território de Icapuí, juntamente com o do novo Tibau (RN), município criado em 1995, e Grossos (RN) constituíram objeto de litígio entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e não seria de se estranhar se daí adviesse a referida “influência”, que nesse caso seria, mais propriamente, parte da constituição de uma identidade de lugar. Durante longo período¹⁰, o conjunto de áreas costeiras que incluía Tibau e Icapuí foi chamado de distrito de Praias, e sua população, o “povo praiano”, ainda hoje parece aceitar bem essa identidade. Coincidência ou não, foi justamente evocando essa identificação que a União de Estudantes Praianos (Unep) liderou com sucesso o movimento que resultou na emancipação do município de Icapuí, em 1985.

No outro extremo do território, Icapuí faz limite com Aracati, município do qual se emancipou. Dos pesqueiros de Aracati, mencionados na *Enciclopédia de municípios brasileiros* (1959), Canoa Quebrada é um dos mais visitados por turistas que, a partir das décadas de 1960 e 1970, passaram a freqüentar o local, difundido como um povoado de

¹⁰ O distrito de Praias, criado em 17 de maio de 1833, com sede na povoação de Caiçara (futuramente Icapuí), incluía as localidades de Grossos, Matos Altos e Jurema, que, embora pertençam hoje ao estado do Rio Grande do Norte, eram parte do Ceará desde 1793.

pescadores numa praia paradisíaca. Desde então, Canoa Quebrada modificou-se muito, principalmente em consequência da exploração desordenada do turismo. Em outras praias do Nordeste, ocorreu deterioração semelhante, em alguns casos atribuída ao impacto da chegada de grandes hotéis transnacionais.

Em Icapuí, o modelo de exploração turística foi longamente discutido – ainda permanece em discussão – e, somente em 2004 começou a ser implementado, mas o exemplo de deterioração de Canoa Quebrada serve permanentemente de alerta e referência. Como afirma Sanys (1996), é pela e na diferença que se concebe a identidade. Nas palavras do autor (em tradução livre desta autora), “a identidade está sempre relacionada com o que alguém (ou algo) não é – o Outro” (p.47). A imagem da canoa veloz, significado da palavra Icapuí e associada à identidade local, é uma constante nas publicações apoiadas pela prefeitura de Icapuí.

A longa extensão de praias de Icapuí – desde a Barrinha de Manibu até a enseada do Retiro Grande – só é interrompida pela desembocadura de três cursos d’água e, entre Ponta Grossa e Picos, por um trecho de falésias rente ao mar. Desse modo, quando a maré está baixa, pode-se percorrer praticamente toda a costa icapuiense pela areia ou pela beira-mar (a pé ou em veículos adequados para areia). Esse caminho, que já foi vital para a população quando não havia transporte público e estradas, agora só é utilizado em pequenos trechos pelos moradores da orla, ou, nos trechos de interesse turístico, pelos visitantes, que, no entanto, precisam respeitar o horário imposto pelo movimento das marés.

A foz do rio do Arrombado é fechada por barragens, e a do rio Gango, na altura da praia de Tremembé, também esteve fechada, mas por dunas de areia que ali se depositaram. No início de 2004, a força das marés e a água das chuvas intensas da temporada provocaram sua reabertura, depois de anos de represamento e conseqüente

degradação, possivelmente representando novas esperanças para a pesca no lugar. A desembocadura seguinte, em frente à qual se encontra um grande banco de areia e um extenso manguezal (com as espécies *Rizophora mangle*, *Avicenia shaueriana* e *Laguncularia racemosa*), bem como carnaubais e áreas com capim-agulha, entre outras espécies, é a do chamado rio Barra Grande, que é, na verdade, um braço de mar abastecido também pela água das nascentes nas épocas chuvosas. Dos três, este é o único curso d'água navegável e serve de porto para os barcos de maior porte.

A construção das estradas de asfalto – CE-040 e CE-261 – alterou todo o movimento de entrada e saída de Icapuí, que deixou de depender do caminho da praia e da maré. Agora, vindo de Mossoró ou de Fortaleza, chega-se a Icapuí pela CE-261, a partir da estrada litorânea CE-040 (Fortaleza-Aracati). A fazenda Belém, onde se vêem altas torres de telefonia e poços de extração de petróleo (que rende *royalties* para o município), é passagem obrigatória tanto para quem entra na estrada que leva à praia da Redonda quanto para quem segue em direção ao alto da serra da Mutamba, de onde se avista o vasto coqueiral que esconde as casas baixas do distrito-sede de Icapuí.

A CE-261 desce a serra, depois de deixar para trás a região das praias de Retiro Grande, Ponta Grossa, Redonda, Peroba, Picos e Barreiras, além dos bairros de Ipaumirim, Belém e Copan. Chega, então, à praça da Liberdade, tradicional ponto de partida das passeatas populares, como a que comemorou, em janeiro de 2004, o vigésimo aniversário da vitória no plebiscito pela emancipação de Icapuí. Antigo local onde a população se reunia para esperar os resultados das eleições, a praça hoje ostenta um monumento que reproduz a pomba branca do primeiro prêmio internacional recebido pelo município, em clara demonstração da ênfase que a gestão municipal dá aos prêmios e ao reconhecimento internacional recebidos e que se empenha em rememorar para a população local.

Deixando a praça da Liberdade, a estrada corta o bairro da Mutamba, com suas antigas casas de taipa com alpendre e a serra da Mutamba acima, à direita. Avança, delimitando, do lado esquerdo, o imenso coqueiral de Cajuais e as praias de Barrinha e Requenguela, e, do lado direito, a serra de Cajuais. As propriedades rurais nesse trecho são minifúndios e constituem faixas estreitas (cerca de cinquenta por setecentos metros) que vão desde a beira-mar até a serra, cortadas pela via asfaltada no primeiro décimo do terreno. A estrada prossegue até passar o bairro de Morro Alto e encontrar, depois da curva perto da escola estadual e de uma das escolas municipais, a praça principal, com a igreja católica, o mercado municipal, a agência dos correios, a prefeitura, a rádio municipal, a agência bancária.

O trecho entre a praça da Liberdade, no bairro Mutamba, e o distrito-sede de Icapuí é ponto de partida de três longos “corredores”, para usar a palavra consagrada pelo uso local, ou três longas vias quase paralelas que terminam na rua da praia, que ora é caminho de areia batida com pouco tráfego, ora asfalto recentemente recuperado, ora, ainda, trecho urbanizado com um calçadão de pedras portuguesas, como ocorre em Barreiras. Nos trechos de pouco tráfego, a estrada é invadida pelas dunas, recobertas pela salsa (*Ipomoea pescaprae* Sweet), planta verde, rasteira, de ramos longos que se alastram com suas flores cor de lilás em forma de sino. Os três corredores, na verdade, dão entrada a um sem número de propriedades que, no conjunto, vistas do alto da serra, parecem um grande e único coqueiral ao longo da praia. O terceiro corredor leva à praia (e bairro) da Barrinha, perto de Requenguela.

Depois de tocar os corredores, a estrada estadual atravessa, sinuosa, o centro do distrito-sede. Quando deixa a praça em frente à igreja e se vira para a reta da subida da serra, a CE-261 toca antes o pé da escadaria que chega ao “mirante da santa”, uma gruta com a imagem de Nossa Senhora, de onde se vê boa parte de Icapuí. No alto, atrás do

mirante e ao longo de toda a elevação, se estende o bairro da Serra, atravessado por uma rua reta e comprida que vai encontrar a estrada logo após a subida. Seguindo pela estrada, agora sobre a falésia, avista-se abaixo, na direção (e no nível) do mar, os bairros de Berimbau, Olho D'Água (e, acima, Olho d'Água da Serra), além da praia de Quitérias. Todas essas comunidades, como também o trecho conhecido como Morro Pintado, se encontram já no distrito de Ibicuitaba.

Antigamente chamada Areias, Ibicuitaba sediou, de 1875 a 1942, a paróquia e o distrito a que pertencia o atual território icapuiense. Em 1943, cedeu território para a criação dos dois novos distritos – Caiçara e Tibau – e, em seguida, teve o nome alterado para Ibicuitaba, enquanto Caiçara passou a chamar-se Icapuí, sendo simultaneamente elevada a distrito-sede. Também há registros do soterramento, na década de 1960, de trechos do pequeno núcleo povoado de Ibicuitaba pela areia das dunas transportada pelo vento. Recortes de jornais de Fortaleza reproduzidos no livro de Freitas Filho (2003) noticiam o soterramento da casa paroquial (até o telhado) e de outras propriedades na vila, que tiveram de ser temporariamente abandonadas.

O distrito de Ibicuitaba abrange ainda – além de Morro Pintado, bairro situado no caminho para a sede do distrito, e da vila que um dia esteve soterrada – as praias de Tremembé, Melancias, Melancias de Baixo, Peixe Gordo (e o bairro do Peixe Gordo) e Gravié. Finalmente, o terceiro e último distrito de Icapuí (e do Ceará), no limite com o município de Tibau RN, é formado pelas comunidades de Manibu¹¹ (vila), Barrinha de Manibu, Praia de Manibu e Córrego do Sal.

¹¹ Manibu substituiu o nome Cuipiranga, que nunca foi adotado pela população.

4.4. Contribuição icapuiense

Em 2003, técnicos da Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Sedema) de Icapuí, juntamente com outros profissionais da administração municipal e lideranças de diferentes comunidades, promoveram uma pesquisa – *Levantamento participativo de prioridades para conservação do patrimônio natural e cultural de Icapuí*. Além de pesquisas bibliográficas, foram realizadas consultas informais a diversos atores sociais e consultas públicas em cinco comunidades rurais e na sede do município. A qualidade das informações compiladas e sua metodologia participativa indicam ser adequada a inclusão, neste trabalho, de um breve resumo do relatório, que faz um inventário dos acidentes naturais, mas também dos marcos históricos e culturais, inclusive aqueles construídos com a participação da população.

Em um processo também participativo, desta vez num projeto apoiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2001, foi traçada a “Linha da vida de Icapuí”, uma cronologia icapuiense, que optamos por incluir em anexo (Anexo 1). Para produzir essa cronologia, foi igualmente usada metodologia participativa, no entanto restrita aos participantes do projeto conduzido pelo PNUD e planejadores da administração municipal. Mencionar de forma breve estas duas valiosas contribuições dos gestores locais nos parece importante para esta tese, que procura justamente dar voz aos métodos e processos locais para construir identificação.

4.4.1. CULTURA E PATRIMÔNIO CULTURAL ICAPUIENSE

As entrevistas para o *Levantamento participativo de prioridades para conservação do patrimônio natural e cultural de Icapuí* (LPPCPNCI, 2003) foram realizadas entre março e maio de 2003, e a pesquisa bibliográfica teve como principais fontes o documento do *Plano de Ação Turística* (PAT), os livros de Freitas Filho (2003) e José Airton Félix Cirilo da Silva (1998), além do relatório da Aquasis, organização local, intitulado *Inventário turístico de Icapuí: a zona costeira* (s/d). As consultas públicas foram realizadas em seis oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo, com uma manhã de duração cada, onde, além de apresentar o projeto *Esse mar é meu* e suas metas de gestão ambiental, foram coletadas informações sobre prioridades para conservação do patrimônio natural e cultural do município, em trabalhos de grupo.

Também foi feita uma reflexão sobre os usos e o estado de conservação dos ambientes naturais apontados como prioritários para conservação pelos participantes, residentes nas comunidades de Ponta Grossa, Redonda, Barreiras da Sereia, Icapuí (sede), Córrego do Sal e Morro Pintado. Como resultado desse esforço, foram listadas as prioridades para conservação de bens naturais e culturais. É interessante que, nesse relatório, as falésias tenham aparecido como único elemento da paisagem natural revestido de valor histórico-cultural e turístico. Os demais elementos aparecem como ambientes naturais, todos, de algum modo, ameaçados pelas atividades predatórias: as dunas de Retiro Grande a Barreiras da Sereia, as praias e bancos de areia, o mar, com as zonas de pesca artesanal e as rochas de praia, como são conhecidos os blocos destacados das falésias que salpicam de pontos a orla do mar e contribuem para a fixação de espécies marinhas.

As águas de Icapuí se encontram em fontes (vertentes), riachos (correntes) e lagoas costeiras. As fontes e correntes, em diferentes períodos históricos, foram pontos de encontro das pessoas, para lazer e lavagem de roupas, entre outras coisas, como é o caso do riacho de Marcelo e do Bambô, em Peroba, e de Izim em Redonda. Entre as fontes, destaca-se primeiramente a vertente de Ponta Grossa, que abastece aquela comunidade com água potável e tem importância histórica. Os mais velhos dizem que o primeiro habitante de Ponta Grossa, Manuel Pindu, se fixou na região por causa desta vertente. Segundo se conta, Manuel Pindu vinha caminhando pela praia à procura de um bom lugar para construir sua casa e, ao passar pela vertente, ouviu o barulho de rãs, descobrindo, assim, que havia uma fonte de água no local.

O Canal é uma lagoa costeira em Ponta Grossa. Segundo o relatório, faz parte do ecossistema da região, onde existem espécies de mangue, peixes pequenos e caranguejos, que os moradores pescam. O Gango é uma lagoa costeira situada em Tremembé, cujas fauna e flora encontram-se ameaçadas pelo lixo e outros despejos, além de conflitos pelo direito ao uso da área. A ligação do Gango com o mar foi restaurada pelas chuvas pesadas em 2004. Outra lagoa temporária é o Canal do Arrombado, no Córrego do Sal, importante devido ao lazer e à possibilidade de abrigar projetos de piscicultura. Levada é o nome dado ao canal que nasce na base da serra de Mutamba e deságua na Barra Grande. Este canal deve ser preservado porque regula o escoamento superficial da área e é importante para a agricultura.

A vegetação icapuiense congrega manguezais, matas de tabuleiro e matas de borda de tabuleiro. As pequenas formações de mangue de Retiro Grande, Ponta Grossa e Peroba abrigam algumas espécies de mangue (dos tipos botão e vermelho), encontradas em volta do canal e na faixa de praia, de Ponta Grossa a Retiro Grande. Outra formação conhecida entre os habitantes de Peroba é o chamado Mangue da Ponte, de valor histórico-cultural e

que no passado já foi ponto de desova de tartarugas marinhas. As matas de tabuleiro se estendem em várias partes do município. Elas abrigam espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, como o veado-mateiro, o gato maracajá, o jacu e a aroeira, e são fonte de diversos recursos naturais para as comunidades rurais, que dali extraem madeira, inclusive lenha, remédios naturais, frutos e caça, entre outros. A mata de borda de tabuleiro se estende de Retiro Grande a Barreiras, protegendo as falésias da erosão e abrigando a avifauna.

Os coqueirais se espalham ao longo da orla marinha de Barreiras a Manibu, o que significa dizer quase a costa de Icapuí inteira, e têm importância econômica, ambiental, histórica e cultural. As dunas, encontradas desde Ibicuitaba até Manibu, merecem menção pela beleza paisagística, mas também pelo valor ambiental e até histórico, pois foram dunas de cor diferente que deram origem ao nome da comunidade de Morro Pintado, por exemplo. As dunas devem ser preservadas para evitar a movimentação das dunas móveis, o que pode provocar o soterramento de algumas comunidades, como, por exemplo, Córrego do Sal. Mas as dunas são também fonte de plantas medicinais, como a papaconha, e estão ameaçadas pela ocupação desordenada e a especulação imobiliária. Os carnaubais, encontrados na entrada de Morro Pintado, em Berimbau e no canal do Arrombado, são fonte de diversos recursos, como madeira, palha para extração de cera e artesanato. Além disso, eles dão beleza à paisagem e têm valor por constituírem parte da paisagem típica da região e por abrigarem a avifauna. Conhecedores do tema afirmam que a graúna faz ninho nas carnaúbas.

Manguezais mais extensos se encontram na Barra Grande e na Foz do Arrombado. Esses manguezais dão sustentabilidade ao ecossistema marinho; são berçário de muitas espécies de peixes e aves, inclusive o peixe-boi. Além de serem fonte de recursos naturais (alimento, madeira, lenha) para as populações locais (consumo próprio e renda), protegem

a costa da ação das marés. Em Barreiras, Barrinha e Placa encontram-se bancos de algas, berçário de peixes e lagostas, além de fonte de renda para as comunidades locais.

Não se encerra aqui ainda a lista apurada pelo levantamento participativo, em que se destaca a necessidade de proteger as aves, o peixe-boi, as centenárias árvores de tamarindo de Ibicuitaba e outros símbolos da flora e da fauna. Das espécies vegetais mencionadas, menciona-se o cacto cabeça-de-frade, típico das dunas de Ibicuitaba a Manibu, de valor medicinal, paisagístico e ecológico, e o pau d'arco roxo, encontrado no trevo para Tremembé, tradicional ponto de encontro da população. Por fim, o relatório menciona a lagosta – principal espécie pescada no Ceará e atualmente ameaçada pela pesca predatória e pela degradação dos ecossistemas aquáticos – e a ainda mais rara aruanã, espécie de tartaruga que continua a ser pescada e comercializada, principalmente na região de Redonda.

Na parte que trata da cultura icapuiense, como assinalamos antes, o relatório destaca as falésias, que se estendem desde a praia de Ponta Grossa até a de Barreiras. Essas formações muitas vezes passaram milhares de anos sob a ação das marés, do vento e da chuva, que as esculpiu em desenhos e cores diversificados. São, no entanto, extremamente frágeis e podem ser destruídas em pouco tempo. Os nomes dados a essas porções das falésias, destacadas ou não, guardam relação com lendas e com a história das comunidades e daí parece advir seu valor histórico-cultural, além da sua importância turística. Por tudo isso, o relatório inclui as falésias no item intitulado construções e locais históricos.

Alguns exemplos de porções de falésias destacadas no relatório são: Ponte dos Cachorros, Apertado da Hora, Ponte Encantada e Ponte de Viajante, em Ponta Grossa; Ponte do Vigário, entre Redonda e Peroba; Ladrilho, em Peroba. Uma das mais conhecidas é a Pedra da Moça, entre Ponta Grossa e Redonda, associada à lenda de uma sereia que, aprisionada com seus tesouros dentro da pedra, espera que alguém quebre o feitiço e a

liberte. Na pedra existe uma marca em forma de pegada humana. Segundo a lenda, se alguém pisar e o pé se encaixar na pegada, a sereia será libertada. Situado entre Redonda e Ponta Grossa, o Apertado da Hora é um atalho no mar, um trecho, contudo, de passagem perigosa, por onde o navegador sabe que só é possível passar até determinado momento do movimento da maré.

Ainda no que diz respeito aos aspectos culturais, foi destacada no relatório a existência, em todo o município, de casas de alpendre, em especial as mais antigas, algumas delas de taipa¹², nos bairros de Mutamba e Cajuais, por seu valor histórico-cultural e turístico. O relatório afirma que elas se encontram ameaçadas porque vêm sendo substituídas por casas novas, de alvenaria. Uma das mais destacadas é a chamada Casa Grande, na salina, na Barra Grande, pois é da época do ciclo do sal na região e tem por isso valor histórico e turístico. A casa do Sr. Luís, em Morro Pintado, é a mais antiga, datada de 1915, e também ganha destaque no relatório. Nesta construção, uma das primeiras da comunidade, aconteciam os eventos da comunidade: missas, reuniões comunitárias, festas. Rodeada de alpendres, essa construção típica de Icapuí faz parte do patrimônio histórico do município.

Outras construções nas quais se preserva a arquitetura típica do passado são as casas de alpendre dos Srs. Luiz Toinho e Vicente da Lua, em Barreiras da Sereia, a Casa Grande de Felismina, no Córrego do Sal, e o Casarão da Família Holanda, em Ibicuitaba, uma das primeiras casas de alvenaria da região, em bom estado de conservação. O levantamento menciona ainda o Farol da Serra de Cajuais, monumento e sinalização de segurança para as embarcações, o Engenho do Sítio Holanda, as casas de farinha (de Cajuais, Ibicuitaba,

¹² Taipa, pau-a-pique ou estuque é o nome dado ao processo de construção de paredes que utiliza barro amassado para preencher os espaços criados por um gradeamento feito de bambus ou caules de arbustos (Houaiss, 2004).

Melancias, Redonda e Gravier) e os muitos engenhos de cana-de-açúcar (Cajuais, Mutamba, Ibicuitaba, Gravier).

Em Ponta Grossa, existem sítios arqueológicos com fósseis e artefatos de origem indígena e européia, testemunhos das comunidades originais e da história local, tanto dos índios que habitavam a região quanto do processo da colonização européia. Eles têm valor histórico-cultural e turístico. No acervo arqueológico da Associação Manuel Pindu, em Ponta Grossa, encontram-se vasos de porcelana, garrafas, moedas, colheres e outros artefatos de origem européia, bem como peças indígenas (cachimbos, pilões) feitas em pedra, barro e madeira. Por falta de recursos e de capacitação, o material se encontra armazenado em condições desfavoráveis à sua conservação, apesar dos esforços do pescador Josué Crispim, que coletou e mantém o acervo. Também em Ponta Grossa, na enseada de Retiro Grande se situa o ponto que teria sido visitado por Pinzón, no início de 1500, primeiro contato dos europeus com o Brasil (Silva, 1998 e Freitas Filho, 2003).

Outro tipo de marco cultural é o Cacimbão Comunitário, em Morro Pintado, ponto de encontro de lavadeiras, transformado em ponto de partida da organização comunitária ao ser construído em mutirão na década de 1960, com apoio do Padre Diomedes, para abastecer a comunidade. Nessa linha, há ainda os salões comunitários, os postos de saúde e as escolas, muitos dos quais construídos também em mutirões, e que são, portanto, frutos da organização comunitária e motivo de orgulho das comunidades. Outros marcos culturais ligados à cidadania são a Escola Mizinha, em Icapuí (sede), marco dos primeiros passos da educação no município, o Salão Comunitário e o Posto de Saúde de Morro Pintado (distrito de Ibicuitaba), ambos marcos históricos na organização e união da comunidade.

Em Redonda, o marco da organização da comunidade é a Casa de Monsenhor Diomedes. A atividade religiosa é forte nas comunidades do município e marca a vida

comunitária. Além disso, alguns núcleos populacionais se formaram a partir da construção das igrejas, como a comunidade de Ibicuitaba, que se consolidou em torno da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Há diversas igrejas, capelas, casas de oração e locais religiosos, entre os quais se podem mencionar a Capelinha e a Igreja de Vila Nova, locais de oração e novenas, e o Cruzeiro, uma cruz em cima da duna de Córrego do Sal, marco religioso a partir do qual se construiu a igreja, além da Gruta, que se eleva na serra junto de Icapuí (sede), de valor paisagístico, religioso e cultural. A gruta foi feita com pedras trazidas da praia de Ponta Grossa e abriga duas imagens sacras. O início de sua construção é desconhecido. As pessoas mais velhas da cidade contam que lá no alto da serra foram encontrados uma cruz e um alicerce e que, anos depois, se deu continuidade à construção.

No conjunto de construções arquitetônicas ligadas às atividades religiosas, pode-se mencionar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Ibicuitaba, cuja construção data da fundação de Areias, por volta de 1870. Destacam-se também seus objetos sacros, que reúnem um órgão musical, uma Bíblia em latim, um ostensório e candelabros, além da imagem de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos, doada por José Pedro Celestino, em meados do século XX. A Capela da Mata Fresca, embora não esteja no território de Icapuí, e sim de Aracati, também é mencionada porque tem grande relação com a história local. A capela foi construída em meados do século XVIII, por iniciativa do português Antônio de Sousa Machado, sobre uma base de pedras trazidas da praia de Ponta Grossa por uma antiga vereda que ligava o litoral norte de Icapuí às regiões interioranas do Ceará, via Mata Fresca (Freitas Filho, 2003).

Conhecida como Igrejinha, a Casinha do Menino Jesus de Praga, em Barra Grande, também tem valor cultural e religioso. A capela foi construída por volta de 1978 por Pedro Aniceto e João Tana. A idéia da construção da Capela do Menino Jesus de Praga partiu de uma promessa feita pela mulher do dono da salina, na época, chamado Roberto. A família

estava passando por dificuldades financeiras e a mulher fez uma promessa para o santo: caso melhorasse de situação, construiria uma capela ao lado da casa grande da salina. A morte repentina da mulher impediu que ela pagasse a promessa. A família cumpriu o prometido e construiu a Igrejinha.

A Casa Paroquial de Morro Pintado ou Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1985, é o local onde se realizam os encontros comunitários e atos religiosos. De construção anterior é a Capela de São Francisco, em Morro Pintado, datada de 1980. Mais antiga é a Igreja de São Pedro, em Tremembé, construída em 1951 por membros da comunidade com pedras do mar trazidas em catraias e carregadas também por pessoas do local. O padre Marcondes Cavalcante foi o idealizador da construção dessa igreja. Por fim, a Casa do Vovô, de Raimundo Crispim de Freitas, em Ponta Grossa, foi mencionada por ter sido a primeira igreja da comunidade, onde foram realizados os primeiros cultos.

Entre as manifestações culturais, foram destacadas as festas religiosas, que ocorrem em diversas comunidades de todo o município. Segundo o relatório, a população dá grande valor à religiosidade, principalmente os moradores das comunidades rurais, onde a religião cumpre um papel suplementar junto aos fiéis, pois

os encontros religiosos são importantes instrumentos de incentivo à organização comunitária, de promoção do lazer e da integração social; e da preservação da Identidade Cultural da população. Assim, através do resgate e da preservação das festas religiosas pode-se preservar diversas tradições das comunidades e contribuir para seu desenvolvimento, porque estas possuem valor histórico, cultural e turístico. (LPPCPNCI, pp.7-9).

Depois de destacar que as festas religiosas estão sendo esquecidas em detrimento de outras mais novas, são citadas e descritas as principais. A Festa de Santana, realizada no dia 26 de julho em Vila Nova, Barreiras e Picos, ainda é uma das maiores, com novenas, leilão e festa dançante. A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, comemorada entre 15 e

22 de agosto em Barreiras e Redonda, inclui atividades desportivas, missa, leilão e festa dançante. Na Festa de Santo Antônio, que vai de 1º a 12 de junho em Peixe Gordo, a comunidade prepara novena, faz leilão e festa dançante.

Na Paixão de Cristo, nas ruas de Barreiras e outras comunidades locais, costumava haver uma grande encenação da morte e ressurreição de Jesus entre o fim da década de 1980 e o início da de 1990, contando com mais de cem atores, figurantes e diretores locais. Segundo o relatório, o período de encenação da Paixão de Cristo pela população foi um dos grandes momentos do povo de Icapuí. A Festa de Nossa Senhora do Rosário, na última semana de outubro em Ibicuitaba, é das mais tradicionais. A comunidade faz novenas e reúne prendas para o leilão. No dia da festa acontece missa, leilão, barracas e dança.

O Reizado, de 1º a 6 de janeiro em Icapuí-sede, Redonda e Barreiras, é um festejo religioso no qual um grupo de jovens e mulheres sai durante a madrugada e canta músicas típicas do Reizado, de porta em porta. Em Icapuí-sede, a tradição do Reizado é mantida por Chagas, Altair e Maria de Afonso. A festa da coroação de Maria, no dia 31 de maio em Morro Pintado, Melancias, Peixe Gordo, Tremembé, Icapuí-sede e Redonda, encerra o mês mariano, com procissões vindas dos bairros e comunidades. A imagem santa passa todo o mês de maio em peregrinação nas casas e volta à igreja no dia 31 para ser coroada pelas crianças da comunidade, vestidas de anjos.

Outra grande comemoração é a Festa de São João, a 24 de junho em Córrego do Sal, Mutamba e Barrinha de Manibu, com festa na praça da igreja, missa, quadrilha, comidas típicas em barracas e forró. A Festa de São Pedro, em Tremembé, é comemorada com três noites de novena. Na última noite há leilão e barracas com comidas típicas, finalizando com um forró. A Festa de São José, no dia 19 de março em Icapuí-sede e Córrego do Sal, tem novena, procissão, missa e leilão. Na comunidade do Córrego do Sal, faz-se também

uma grande festa dançante. A Festa de São Sebastião, no dia 20 de janeiro em Manibu e Córrego do Sal, começa no início do mês, com novenas e leilões.

Na Festa de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro em Morro Pintado, a comunidade realiza uma novena que termina com missa. A Festa de São Francisco, a 4 de outubro em Morro Pintado, é puxada principalmente por uma família, que foi responsável pela construção da Igreja. O ponto alto da festa é a missa.

Os festejos populares se espalham por todo o município e expressam a maneira de ser e representar o mundo dessas comunidades, segundo o relatório, guardam raízes históricas e simbolizam conhecimentos adquiridos. O relatório também menciona a observação, feita pelos participantes residentes em Redonda, de que assim como as festas religiosas, os festejos populares se encontram muito ameaçados. A maioria destas tradições permanece apenas na memória dos mais velhos, diz o levantamento.

Entre os festejos populares, destaca-se o Pastoril, realizado em Redonda, Peroba, Picos, Morro Pintado, Serra de Mutamba, Córrego do Sal e Berimbau, que consiste em uma dança, geralmente feita por mulheres, que também cantam, acompanhadas por um sanfoneiro e um palhaço que anima a festa, o Joça. Não tem época determinada. Em geral, quando alguém realiza um pastoril, outra pessoa também o faz, para fazer oposição a ele. Nas músicas, alguns pastoris enfatizam a rivalidade entre os dois partidos, um de cor vermelha e outro de cor azul; no centro fica o Joça, um palhaço que anima a festa.

O Papangu, em Redonda, Peroba, Picos e Mutamba, é comemorado durante o Carnaval, em algumas comunidades, e, em outras, durante a Semana Santa. Na brincadeira, os homens da comunidade vestem roupas velhas que cobrem todo o corpo, inclusive o rosto, e, com máscaras artesanais, saem mexendo com as pessoas, que não podem reconhecê-los. São muito animadas as Festas Juninas, que acontecem durante todo o mês de junho, em todo o município, comemoradas com barracas, comidas típicas e

apresentação de quadrilhas. Atualmente, estes festejos são puxados principalmente pelas escolas das comunidades.

O Coco de Roda, de Redonda, Peroba, Picos e Serra de Cajuais, era uma dança popular, de provável origem negra, na qual um grupo de homens batia palmas e cantava emboladas. Como instrumento, utilizava-se um caixão de madeira para fazer o som. Segundo o levantamento, esse tipo de dança realizava-se nas comunidades praianas e nos engenhos nos finais de semana, mas hoje a tradição está quase extinta no município, mantendo-se apenas na Serra de Cajuais. Também se encontram ameaçadas, principalmente pela televisão, que transmite novos hábitos às crianças, as brincadeiras infantis em todo o município, como o esconde-esconde, o cai-no-poço, macaca, pegar pedra, entre outras.

No artesanato desenvolvido nas diversas partes do município e que tem valor cultural, econômico e turístico, destaca-se o labirinto, a renda de bilro e os artefatos de coco e de palha de carnaúba, como chapéus e bolsas, entre outros. É tradicional em Icapuí o teatro de bonecos – também conhecido como Calunga em todo o município –, atividade lúdica conduzida há muito tempo por Gilberto Calungueiro, que apresenta o teatro nas residências das famílias, durante o ano todo. Gilberto utiliza bonecos já bem conhecidos e queridos da população local: Batazá, o preferido, é um mocinho que sempre se dá bem. Os calungas de Gilberto Calungueiro há muitos anos divertem a população do município e, mesmo mantendo a mesma trama desde o início, há muitos anos atrás, ainda atraem um grande público.

As embarcações artesanais de todas as comunidades litorâneas são parte da cultura de Icapuí, bem como os utensílios de pesca, equipamentos rústicos, de baixo custo econômico e ambiental, geralmente construídos pelos próprios pescadores. As embarcações artesanais são fruto de uma evolução histórica que tem origem na mistura das diferentes culturas que

povoaram a região, mas a cultura indígena foi a que deixou o maior legado para a pesca artesanal, principal fonte de alimentação e renda dos atuais habitantes. Conforme dados do *Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil* de 1999, neste período havia em Icapuí 537 embarcações cadastradas¹³, das quais cerca de 63 % artesanais.

O Barco Monsenhor Diomedes, pertencente à Associação de Moradores de Redonda, foi comprado em 1995 – com o apoio de pescadores de outras comunidades, do IBAMA, da Prefeitura de Icapuí e do Governo do Estado – e ajuda a combater a pesca predatória da lagosta. A produção dos pescadores normalmente é familiar e não está organizada em grande escala. O proprietário da embarcação quase sempre é também um dos pescadores. A pesca artesanal confere uma relação particular do ser humano com a natureza, que se cristaliza no conjunto de conhecimentos, respeito e crenças relacionadas com o reconhecimento direto dos limites e recursos naturais. A agricultura de subsistência, presente em diversas comunidades, tem grande papel no fornecimento de uma alimentação sadia aos seus habitantes e pode proporcionar renda complementar para as comunidades. Culturas como a do feijão, do milho e da mandioca, já eram desenvolvidas pelos índios que povoaram a região; outros produtos foram se incorporando durante a colonização européia e por influência da cultura africana e, hoje, a agricultura de subsistência apresenta uma diversidade de espécies: melão, batata, batata-doce, cana-de-açúcar, melancia, jerimum, algodão e diversas outras espécies frutíferas. Cabe destacar que uma série de conhecimentos sobre o meio ambiente e os ciclos naturais acompanha esta atividade. Além disso, os produtos agrícolas constituem a base para uma rica diversidade de pratos típicos da região.

¹³ Nesta época, Icapuí era o município com a maior frota, cerca de 10% das embarcações do Ceará.

Dentre as comidas típicas, algumas são próprias de poucas comunidades, outras se encontram em todo o município e na região nordestina, de modo geral, como é o caso da tapioca, por exemplo, alimento feito com goma de mandioca e coco muito apreciado na região como complemento para o café e comum em todo o Nordeste. Segundo o levantamento,

Preservar o conhecimento da confecção destes pratos é valorizar as raízes históricas e culturais do município e de cada comunidade, o que pode ser um importante atrativo turístico. Estas receitas, normalmente, refletem a disponibilidade dos recursos naturais e a produção agropecuária local. Assim, a preservação desses conhecimentos deve ter estreita relação com a preservação dos ecossistemas e dos produtos necessários para a confecção de cada prato.

Algumas das comidas típicas de Icapuí são o grude, tipo de tapioca feita com coco e goma de mandioca, o pé-de-moleque e a cocada. A galinha com coco é um prato feito, principalmente, no Córrego do Sal, por Francineide. O peixe amoquenhado (cioba, dentão, pescada ou guaiúba, na brasa) é um prato das comunidades praianas, notadamente Picos. A farofa de coco é feita principalmente por mulheres de pescadores, normalmente para acompanhar peixe assado. A farofa fria é feita com farinha de mandioca, coco e batata-doce cozida.

O pirão, feito com o caldo do peixe e farinha de mandioca, serve como complemento da alimentação. Na região, encontram-se dois tipos de pirão: o pirão coberto, feito sem cozinhar a farinha no fogo com o caldo, que fica mais consistente, e o pirão mexido, em que se cozinha a farinha com o caldo no fogo, deixando-o com consistência mole. O pão de arroz é feito com arroz dormido e normalmente é servido com peixe durante a Semana Santa na comunidade de Tremembé. O peixe pode ser saúna, pescada ou agulha, de preferência frita.

O feijão verde com maxixe, o pirão de café, alimento feito com farinha de mandioca e café, o ensopado de búzios e o ensopado de ibarana feito no restaurante de D. Dolores na praia de Barreiras completam a lista dos alimentos tradicionais das comunidades de Icapuí. O ensopado de búzios é feito nas comunidades litorâneas, nas épocas de coleta dos moluscos, com taioba, sururu, verduras e leite de coco. Por fim, o caldo da caridade é um alimento para dar ânimo.

O ovo batido é uma comida feita o ano inteiro, geralmente por mulheres. O chibé, normalmente feito por homens, consiste em colocar a rapadura de molho até derreter e ficar uma espécie de caldo. O baldeado é um alimento rápido feito principalmente por pescadores e agricultores, resultado da mistura da farinha de mandioca com açúcar. O fubá, que pode ser de gergelim, milho ou castanha de caju, é preparado no pilão por agricultores, durante o inverno ou na safra da castanha de caju. O açúcar preto é um doce que consiste simplesmente no açúcar sem refino, o mesmo que açúcar mascavo.

A cajuína é uma bebida feita com o suco do caju. O mel de caju é muito utilizado para curar anemias. Chamam-se lambedores os xaropes feitos à base de mel e plantas medicinais, como boldo, romã, pepaconda, aroeira, etc. O bolo de carimã é tradicionalmente feito na época do Natal, com uma massa de mandioca de origem indígena.

4.4.2. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES LOCAIS

Enquanto finalizo o capítulo sobre Icapuí neste trabalho, penso no ofício do pesquisador sem poder evitar a recordação da anedota exemplar citada por Jacyara

Nasciutti (1996). No laboratório de pesquisa, um rato cobaia diz ao outro: “condicionei esse cara direitinho. Toda vez que pressiono a barra, ele me dá uma gota d’água” (p.113). O conjunto de anexos que se junta a este trabalho foi o modo que encontrei de mostrar como a reflexão é incentivada entre os cidadãos de Icapuí, que documentam esses processos e os divulgam, inclusive em relatórios de pesquisa como este. Posso afirmar que assim como têm conduzido o destino de seu município, de certo modo, os icapuienses conduziram também esta pesquisa, para minha satisfação, pois isso contribuiu para a superação da grande distância física que separa o Rio de Janeiro, onde vivo hoje, e o Ceará, onde estão os parceiros locais da pesquisa.

O Anexo 1 mostra, em cinco páginas, o que os autores chamaram *Linha do Tempo de Icapuí*, produto de uma oficina de gestores e lideranças apoiada pelo PNUD e pela Administração Municipal de Icapuí. O Anexo 2 é uma exposição bastante completa da situação das rendeiras em Icapuí. O relatório *Passos do labirinto* foi produzido de forma participativa pelo grupo de artesãs (labirinteiras) de Morro Pintado, Icapuí. O Anexo 3 reproduz a monografia escrita por uma moradora de Icapuí, estudante de Serviço Social na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, sobre o papel das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na formação política do município. O trabalho contém trechos de entrevistas com lideranças de várias comunidades de Icapuí e da Igreja Católica, constituindo um material que a nosso ver muito enriquece o presente estudo.

4.5. Chico Bagre e a invenção das tradições

Em 2004, a festa dos vinte anos do plebiscito que decidiu pela emancipação de Icapuí incluiu a divulgação de um *compact disc* (CD) com antigas e novas gravações de canções locais, num panorama abrangente da produção musical icapuiense. Na verdade, trata-se de um pequeno álbum, com o CD encartado num livreto no qual se encontram a biografia (algumas com fotografia) dos compositores e as letras das canções. Doze faixas do CD são gravações remasterizadas de um *long-play* (LP) lançado em 1992. Esse disco de vinil foi um dos resultados do mapeamento cultural então promovido pelo município para resgatar músicos e canções da cidade. Entre clássicos icapuienses do LP incluídos no recente CD merecem destaque o *Hino de Icapuí*, composto por Marcondes de Oliveira e Orlando Rebouças, líderes da primeira emancipação, na década de 1950, e o hino consagrado pelos construtores da emancipação definitiva, em 1985, *Pra alcançar*, de Célio Augusto, Asarias e Paulo Mamede. O álbum traz também Chico Bagre, Zé do Cosmo, Taumaturgo, Cícero do Sul, Carlinhos de Melancias, a dupla Cláudio e Leandro, entre outros, compondo um diversificado painel musical da Icapuí de ontem e de hoje. Esse tipo de iniciativa, já vimos, tem o poder de esticar o tempo, estendendo a história de Icapuí pelo menos até 1920 ou 1930, quando Chico Bagre produziu sua obra.

Sancler Boiron, consultor de arte de um documentário em DVD sobre a região, precisou ouvir apenas uma vez o disco para descobrir mais um dos muitos prodígios de Icapuí nas jóias musicais do compositor Chico Bagre, que viveu até a década de 1950. Sua obra foi conservada por Zé do Cosmo, falecido em 1996, intérprete das canções incluídas no LP. Filho do violeiro Cosmo Francisco da Silva, Zé do Cosmo nasceu em 1941 e bem cedo começou a tocar violão e a compor. Conheceu na infância Chico Bagre e aprendeu

suas canções, tornando-se, como diz a nota biográfica do CD, um “acervo vivo da obra do poeta Chico Bagre”. Pescador e mestre de barco, Zé do Cosmo é um intérprete tão singular quanto é singular a obra do compositor de *Três Maieiros*, *Casa da Ilha*, *Jucá* e *Canjiquinha*, as quatro de suas incontáveis canções que foram incluídas no CD *Icapuí, 20 anos*.

Para um estudioso da região, a letra de algumas canções do CD permite interessantes observações, como, por exemplo, a seriedade dos problemas ambientais, vista como de tal ordem que se tem que apelar para a intervenção sobrenatural. A canção *Praia nordestina*, composta e interpretada por Dadá de Ponta Grossa, testemunha o pavor das famílias que moram nas praias quando a maré avança além do habitual. Situada na área de falésias vivas do litoral icapuiense, Ponta Grossa é uma comunidade conhecida pelo predomínio de protestantes na população local¹⁴. Dadá compôs, na verdade, uma prece coletiva¹⁵, muito representativa dos hábitos de Ponta Grossa, mas também das imposições da natureza em muitas comunidades icapuienses de beira-mar. Em 2004, por exemplo, verificava-se intensa erosão pela maré, afetando áreas habitadas da praia de Barreiras e das falésias de Picos.

Outro aspecto da relação do homem com as forças da natureza aparece na canção *Jucá*, de Chico Bagre, que reproduz a previsão de um profeta das chuvas respeitado na área de “Russas, União e Mossoró” por volta de 1939. Russas e União (atual Jaguaruana) eram municípios do Ceará, e Mossoró, do Rio Grande do Norte. A menção conjunta dos três municípios, situados em estados diferentes, mostra que parece existir uma “região

¹⁴ Mesmo um visitante tem condições de perceber essa religiosidade da população local, seja nas meninas que vão para o banho de mar vestidas de bermuda e camiseta e não em roupas de banho, seja na tabuleta que, num quiosque da praia, pede que não se ouça música em alto volume, constituindo por isso uma exceção nas praias do Ceará, onde o som alto em geral faz parte da diversão coletiva de beira-mar.

¹⁵ Eis alguns trechos da letra de *Praia nordestina*, composta por Dadá de Ponta Grossa: *Vamos orar / Pra essa maré se afastar / Pra nossos prédios deixar / Porque deus o mar domina / [...] / Se nós orar e em Jesus confiar / Nós veja a maré deixar / A nossa praia nordestina*.

imaginária” em torno de Icapuí em que se esfuma a linha divisória entre os dois estados, pois situa Mossoró ao lado dos municípios cearenses que respeitavam as previsões daquele profeta das chuvas. Nesses dois exemplos de ameaças ambientais (a inundação pelo mar e a seca do sertão) encontramos a dualidade sertão-praia que marca a cultura e a geografia da região¹⁶.

Tendo como guia somente as letras de quatro músicas de Chico Bagre incluídas no CD pode-se, além de conhecer melhor a Icapuí de hoje, fazer uma viagem no tempo, pela geografia do local no início do século XX. O compositor cria verdadeiras narrativas musicais situadas num espaço definido ou resumido em nomes de lugares, às vezes claramente datados, como no caso citado de União, que teve o nome alterado para Jaguaruana em 1943. No trecho a seguir, o compositor se apóia nos quadros espaço-temporais sugeridos pela toponímia para descrever as principais características da geografia humana da região dos Três Maieiros, tema da canção (e possivelmente topônimo designativo de uma propriedade rural). Assim se inicia a canção *Três Maieiros*.

Mossoró, alto louvor
Fortaleza é o curral
Areia Branca é a favela
Perdição do pessoal
Da casa de Antônio de Zé de Nel
Morro Alto é arraial

Mossoró e Areia Branca eram (e são) nomes de municípios do Rio Grande do Norte, muito próximos do Ceará, e Fortaleza é a capital cearense. Morro Alto, como diz o verso, era um arraial, e em 2000 era o nome de um dos bairros do distrito-sede de Icapuí, situado entre Mutamba e Cajuais. Nesse mapeamento *bagreano* das localidades próximas, alguns

¹⁶ Outra demonstração da dualidade sertão-praia se revela quando, após divulgar uma primeira lista, o governo federal altera a classificação e passa a incluir Icapuí (e Aracati) no rol dos municípios considerados da região do “semi-árido” e, conseqüentemente, incluídos como beneficiários de programas de

versos depois, ainda aparece o nome “vazante das *Barrêra*”, provavelmente correspondente à região da atual praia de Barreiras, no trecho: “Besouro de Chico Cunha / Vinha doido na *carrêra* / Com um saco de batata / Da vazante das *Barrêra*”.

Em outro trecho em que cita topônimos, Chico Bagre traça um mapa bem mais amplo, nomeando localidades distantes¹⁷ para falar pleonasticamente da origem dos presentes que chegavam para os moradores dos Três Maieiros: França, São Paulo e Rio de Janeiro, ou o mapa do mundo inteiro na geografia de Chico Bagre. Mais adiante, nesse mapeamento do mundo exterior à própria localidade, aparecerá também a África, nos versos “Tinha dinheiro na África / Muito mais que ‘Rotshila’¹⁸”.

A geografia do mundo de Chico Bagre também aparece na canção *Casa da ilha*. Segundo informou, em 2002, Arimatéia, filho de Zé do Cosmo, Chico Bagre costumava ser generoso nas imagens com que descrevia poeticamente as pessoas e os lugares de seu agrado. Assim, transformou com sua poesia um bordel pobre num lugar de sonho, em que até goteiras que caíam do telhado se transformaram em cachoeiras. Dos topônimos da geografia regional (mais próxima) encontrados nessa letra¹⁹, destacam-se, além da ilha de Mampará, onde se situa a casa, também as “Frechêra”, provavelmente uma alusão a Flexeiras, praia cearense um tanto distante que, segundo o verso, se avista do terraço: “De lá dum grande terraço / Que se avista as *Frechêra*”. Bem mais distante se encontra o Rio de Janeiro, de onde veio “o televisão elétrico” que “todas seis horas da tarde” exhibe um filme brasileiro. Os telefones, imaginários, como, aliás, também a energia elétrica em

desenvolvimento voltados para a região. (Cf. Anexo 4: “Governo federal oficializa nova área do semi-árido” (Folha Online, www.fsp.com, acesso em 10 de março de 2005.)

¹⁷ Eis o trecho da canção *Três Maieiros*: *Agora vamos falar / Com tamanho desespero / Dos presentes, mais presentes / Que vinha pros Três Maieiros. / Vinha presente da França, / São Paulo e Rio de Janeiro.*

¹⁸ Provável referência à família Rotschild, na época conhecida mundialmente pela fortuna que possuía.

¹⁹ Eis os trechos da canção *Casa na Ilha*, de Chico Bagre: *Lá em cima do telhado / Canta um galo de rapina / Mas o prédio é muito alto / Se ‘ouce’ muito a buzina / De lá vê Minas Gerais, / Europa, França e a China. / [...] / Tem dois telefone elétrico / Falando pra lá oceano // Todas seis horas da tarde / Passa um filme brasileiro / Num televisão elétrico / Que veio do Rio de Janeiro / Se avista um navio no mar / Com todos seus passageiro.*

Mampará, falam “pra lá [do] oceano”. Do telhado, avistam-se lugares mais e mais distantes: Minas Gerais, Europa, França e China.

Na canção *Canjiquinha*, Chico Bagre menciona várias vezes um único topônimo, Serra. Serra é o lugar de onde o poeta desce (e onde mora, possivelmente) antes de arranjar briga com o personagem Canjiquinha: “Desci de cima da Serra” é o verso de abertura de quatro das seis estrofes. As demais expressões ligadas a lugares mencionadas são a “casa de Xoxó” e o “hotel de Zé Teixeira”, esta última, ainda segundo Arimatéia, um eufemismo então usado para falar dos que acabavam a noite de farra presos na cadeia do lugar. Zé Teixeira era o nome do delegado de polícia. Diz o compositor, no verso final da canção que narra o dia em que “se atracou” com Canjiquinha: “E hoje me acho hospedado no hotel de Zé Teixeira”. Trata-se do cognome de um lugar e, portanto, variante toponímica.

Partindo do princípio de que “Um lugar é uma descrição de aspectos do espaço e possui identidade própria” (Souza, Delboni *et al.*, 2005), os autores descrevem a ontologia de lugar exposta nos trabalhos de Alani *et al.* (2001) e Jones *et al.* (2002), entendendo ontologia como a descrição de “uma certa realidade com um vocabulário específico, usando um conjunto de premissas de acordo com o sentido intencional das palavras do vocabulário” (Souza, Delboni *et al.*, 2005, p.3). Essa ontologia descreve acidentes naturais, objetos ou lugares que têm significado para uma comunidade urbana, incluindo os relacionamentos entre eles. Os autores afirmam que o lugar é mais que uma geometria ou uma topologia, pois inclui um aspecto cognitivo e reflete como as pessoas percebem e usam a informação geográfica.

O desenvolvimento de sistemas de localização de pontos de interesse a partir de endereços ou de referências, apoiados em ferramentas que materializam conceitos de raciocínio espacial qualitativo, pode contribuir para a compreensão da forma como as pessoas se referem a lugares e situações espaciais. Uma das aplicações visadas é o uso

desse conhecimento na identificação de contexto geográfico em páginas da internet. A modelagem conceitual de um banco de dados geográfico pode basear-se na ontologia de lugar (Souza, Delboni *et al.*, 2005).

Chico Bagre pode pertencer a um tempo em que não havia a Icapuí emancipada, mas sua música, resgatada num mapeamento cultural promovido pelos icapuienses dez anos depois da emancipação, mesmo sendo jovem o município, lhe empresta antiguidade e sugere tradição. O vocabulário toponímico pode, numa abordagem como esta, ser equivalente a um mapa histórico verbal – na verdade, expressão dos diversos grupos aos quais uma pessoa se filia. Usamos aqui o conceito de grupo da memória coletiva formulada por Halbwachs (1999) e também sua idéia de que a memória está situada em quadros espaciais.

O nome de Icapuí é uma bem-sucedida tradição inventada em tantos sentidos que justificaria o aprofundamento de seu estudo como topônimo. Primeiramente, por ser um topônimo de suposta origem indígena cunhado em 1943²⁰, integra um vocabulário nacional de nomes de municípios rico em nomes em línguas ameríndias. Em segundo lugar, por ser Icapuí um nome que se associa hoje a valores construídos depois da emancipação, merece ser abordado: internamente, na compreensão do significado de canoa veloz, e, externamente, no valor agregado pela fama associada aos prêmios nacionais e internacionais pelos resultados dos trabalhos empreendidos em educação, saúde e gestão participativa.

Passaremos, agora, ao Capítulo 5, à nossa pesquisa de campo, em que as questões teóricas até então por nós tratadas serão trabalhadas a partir da fala dos próprios habitantes de Icapuí.

²⁰ Icapuí aparece pela primeira vez na Divisão Territorial Brasileira em 1943, em substituição ao nome Caiçara.

5 PESQUISA DE CAMPO

Icapuí é lindo, tem uma natureza linda. Tem também um povo muito acolhedor. Tem educação. Tem saúde.

Trecho de entrevista com morador de Icapuí, 2002

5.1. Procedimento

5.2. Análise dos resultados

5.2.1. IDENTIFICAÇÕES LOCAIS EM PROCESSO

5.2.1.1. Nascer, crescer, viver no lugar

5.2.1.2. Valores ligados à família

5.2.2. IDENTIFICAÇÃO COM AS TRADIÇÕES

5.2.2.1. Construindo a nova tradição

5.2.2.2. Memória e identidade icapuiense

5.2.3. IDENTIDADE E MUDANÇA SOCIAL: O OUTRO EM TRANSFORMAÇÃO

5.3. Conclusão

5 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo utilizou como entrevistados vinte pessoas residentes em Icapuí em 2002 e nascidas antes de 1984, data da realização do plebiscito que decidiu pela emancipação do município. Na data das entrevistas, a idade dos entrevistados variava entre 21 e 75 anos, e sete deles eram mulheres e treze homens. Aproximadamente um terço dos entrevistados tinha idade superior a 60 anos; outro terço tinha idade entre 40 e 60 anos; e a terça parte restante tinha entre 21 e 39 anos.

Dentre os sete entrevistados nascidos antes de 1950 (dois homens e cinco mulheres), cinco nunca viveram fora de Icapuí. Entre os que nasceram depois de 1951, ao contrário, verificou-se que a maior parte passou muitos anos fora de Icapuí. Em ambos os grupos se verificou forte identificação com o lugar, expressa no discurso, mesmo no caso daqueles que passaram grande parte da infância, da juventude e/ou da vida madura fora de Icapuí, principalmente devido à falta de escolas e de emprego no lugar.

Todas as entrevistas foram feitas por mim durante a primeira viagem de campo, em 2002, e duraram de vinte a trinta minutos, com exceção de três delas, que duraram pouco mais de uma hora. Antes de iniciar cada entrevista, procurei descrever brevemente o trabalho que estava conduzindo, mostrando que dependia de uma série de entrevistas, inclusive aquela. Usei o gravador com o consentimento dos entrevistados e sempre os informei de que eu estava ouvindo várias outras pessoas do lugar, pois o trabalho era sobre um conjunto de entrevistas. Alguns entrevistados chegaram a expressar preocupação com relação à forma de utilização de suas declarações. Nesses casos, informei que não pretendia divulgar as transcrições completas das gravações, mas selecionar os trechos significativos das entrevistas para citar nos resultados da pesquisa, sem identificar o entrevistado a não ser em código.

Todos os entrevistados concordaram com a divulgação de declarações isoladas e sem identificação, somente com os códigos, como as apresentamos ao longo da análise a seguir. Informaremos somente a idade dos entrevistados em 2002, ano em que se realizou a pesquisa de campo.

Para efeito da análise das entrevistas, inicialmente pensamos que poderia haver um ganho se classificássemos os entrevistados em dois grupos: os cidadãos que participaram diretamente da emancipação do município e os cidadãos que não participaram diretamente desse processo político. A classificação se basearia na auto-declaração ou, no caso dos mais jovens, na inferência a partir da data de nascimento, muito próxima de 1984, evidenciando que eram crianças ou quase crianças na ocasião do plebiscito. Contudo, a escuta atenta dos discursos coletados, realizada antes da análise, nos levou a desistir de distinguir essas duas classes, uma vez que a distinção não se mostrou relevante.

Para explicar brevemente as razões dessa decisão, observamos que, entre aqueles entrevistados que julgávamos serem muito jovens para terem participado da emancipação, alguns evocaram lembranças da campanha do plebiscito, um deles por meio da participação em eventos em companhia dos pais. Um entrevistado se lembrou dos muros pintados com as palavras *sim* e *não*; outro, que também era uma criança na ocasião, se lembrou do refrão contra a criação do novo município, pois foi repetido muitas vezes por um grupo na carroceria de um caminhão – ‘Icapuí é capoeira’. A palavra *capoeira*, no caso, representava o oposto de urbano, e o refrão aproveitava a semelhança dos sons entre as palavras *Icapuí* e *capoeira* para provocar os partidários da emancipação.

Mais de metade dos entrevistados não tinha qualquer atuação direta na gestão municipal quando foram feitas as entrevistas. Apenas nove dos vinte entrevistados trabalhavam na gestão do município de Icapuí, entre gestores eleitos (1), nomeados (7) e concursados (1), no momento da entrevista.

5.1. Procedimento

As entrevistas foram realizadas durante um período de pouco mais de um mês que passei em Icapuí, em 2002, cerca de um ano depois da marcante visita de apresentação, quando lá estive por dois dias, no intervalo de uma prolongada viagem de trabalho para Fortaleza e outras capitais da região Nordeste. Ao longo de toda a pesquisa, tanto no Rio de Janeiro, quanto em Icapuí, contei com a assistência permanente da educadora Rosiane Ferreira Rebouças, de sua irmã, Rosinere Ferreira da Costa, e do marido da primeira, Francisco Rebouças Neto¹. Neto foi o principal responsável pela forte impressão em mim causada pelo município no primeiro contato, quando me “apresentou” a Icapuí do alto da falésia. Em todos os sentidos, encontrei em Icapuí um ambiente extremamente favorável ao trabalho da pesquisa. Graças a isso, e com a valiosa ajuda dessa equipe, muitas informações importantes puderam enriquecer este trabalho. O Anexo 6 traz mais detalhes dos primeiros passos da pesquisa de campo para os leitores que se interessarem.

Recebi também apoio permanente no planejamento e na logística da pesquisa de campo, de Rosiane Rebouças, que me apontou todas as opções de hospedagem em Icapuí, das quais escolhi o aluguel por temporada da casa de praia de um conhecido da família dela, situada na praia da Barrinha, bem perto do bairro de Requenguela, onde as salinas estão sendo substituídas por viveiros de camarão. Por ser utilizada pelos donos nos fins de semana, a casa estava mobiliada satisfatoriamente. A copa-cozinha era equipada com fogão, geladeira, armário de cozinha, mesa, cadeiras. Em cada quarto havia uma cama de

casal de alvenaria e ganchos de rede, encontrados, aliás, na casa inteira, inclusive nas paredes do corredor (mais largo que um corredor residencial comum, para comportar as redes), da cozinha e da varanda. Considerando a quantidade de ganchos, e sabendo que muitos icapuienses usam regularmente a rede para dormir, a casa podia abrigar facilmente mais de dez pessoas para um pouso noturno.

O terreno da casa era um típico minifúndio do lugar. Formava uma faixa de cerca de cinquenta metros de largura que começava na praia e se estendia indefinidamente para o interior. Enquanto estive lá, houve a visita praticamente diária de uma pessoa que ligava e desligava a água das mangueiras de irrigação dos coqueiros, ainda jovens, mas em plena produção, que circundavam a casa e chegavam a centenas quando atingiam a serra, bem mais para o interior. Mais que casa de praia, portanto, tratava-se de um sítio de produção de coco. Isso me garantiu ainda abastecimento de água de coco sem limite!

A casa também era bem típica, com o tradicional alpendre e, no jardim, mesas e bancos entre duas mangueiras maduras. Tinha todas as principais características das habitações do lugar, embora mais despojada que o habitual. Além das camas, os armários dos dois quartos eram de alvenaria, e o telhado era aparente. Por não haver forro ou laje, o ambiente interno ficava totalmente “integrado” ao coqueiral que circundava a casa. O vento, que na praia é praticamente ininterrupto, mantinha as folhas dos coqueiros em movimento, produzindo um murmúrio que se confundia com o do mar, penetrando pelos cômodos da casa. Na cozinha, por exemplo, era difícil manter aceso o fogão e até mesmo o forno, por causa do vento forte e constante.

O alpendre em forma de U contornava toda a frente da casa e protegia do vento a sala e o corredor. Só o quarto maior ficava na lateral da casa, sem proteção, de tal modo que, nele, o vento penetrava pelas frestas da janela e pelo vão do telhado com a mesma força

¹ A lista de agradecimentos inclui a família de Rosinere e a de Neto, além dos amigos do casal Aninha e

com que movimentava as folhas dos coqueiros. Na varanda dos fundos, como é comum nas casas de Icapuí, havia uma cozinha ao ar livre, com pia, bancada, mesa e bancos.

A maioria das pessoas entrevistadas que participaram de forma direta da emancipação fazem parte do grupo selecionado por Rosiane Rebouças, que se tornou uma assistente de pesquisa cada vez mais necessária. Muitas vezes discutimos temas relativos aos métodos, e nela encontrei sempre uma interlocutora qualificada e interessada, fossem quais fossem as demandas. Nas questões mais práticas, ela também compareceu sempre com as melhores soluções, auxiliada pelo marido Neto e pela ampla rede de amigos que angariou numa vida de participação e cuidado com os aspectos humanos das questões políticas. É irresistível mencionar também o mais que correto peixe na brasa feito por Neto, marido de Rosiane, acompanhado da típica farofa de coco feita por dona Raimunda, mãe de Neto, que considero o maior achado em termos gastronômicos em Icapuí.

Muitas vezes, Rosiane me cedeu o amplo quintal de sua casa, no bairro de Cajuais, para realizar as entrevistas e gentilmente promoveu todas as operações de transporte, fosse o meu ou o das pessoas entrevistadas. Também me emprestou sua bicicleta por todo o período em que lá estive. Isso representou uma grande ajuda, pois o deslocamento é, muitas vezes, o maior obstáculo a vencer numa cidade de área considerável e comunidades distantes umas das outras. Também por isso, a ajuda de Rosiane foi extremamente valiosa. Os entrevistados que selecionei por outros meios me receberam em casa ou no trabalho. Para esses deslocamentos, usei a bicicleta emprestada ou o bugre emprestado do Neto. Usei também a alternativa de tomar um moto-táxi, praticamente uma instituição no local, embora ignorando normas básicas de segurança, como o uso de capacete.

As entrevistas foram semi-dirigidas e incluíram basicamente três blocos de questões: (1) bloco de identificação pessoal (nome, local, data e circunstâncias do nascimento,

descrição da família e da época da infância); (2) bloco sobre história, memória e identificação com o lugar; (3) bloco sobre o nome do município (se gosta ou não do nome dos municípios, se sabe quem escolheu o nome Icapuí ou o que quer dizer). A intenção desde o início era concentrar a análise de discurso no segundo bloco, mas, como prevíamos, também foi possível colher material pertinente às questões do bloco 2 nas duas “extensões” da entrevista representadas pelos blocos 1 e 3. Seguindo o acordo feito com os entrevistados, as declarações não são nominalmente identificadas, nem reproduzidas integralmente. A idade de cada entrevistado é informada, ao lado de iniciais parcialmente fictícias.

Todas as entrevistas gravadas foram transcritas na íntegra, inclusive para utilização de trechos nesta análise. Buscou-se ao máximo a fidelidade da transcrição, em que se procurou expressar quando houve sorriso ou manifestação de cansaço, por exemplo, lapsos, pausas, hesitações, expressões coloquiais e gírias, ênfase, entre outros aspectos. A partir das gravações, com o apoio das transcrições, as entrevistas foram analisadas segundo as categorias que a seguir especificamos: (1) identificações locais em processo; (2) identificação com as tradições; e (3) identidade e mudança social: o Outro em transformação.

Descrevendo sucintamente os entrevistados, temos primeiramente I.B., parteira e trabalhadora rural, aposentada, que tinha 75 anos de idade em 2002. M.A., também com 75 anos, e D.I., com 64 anos, são mulheres dedicadas às prendas do lar. D.M., que tinha 64 anos na data da entrevista, é educadora. I.L., de 63 anos, também é educador. D.L., com 60 anos na data da entrevista, é funcionária pública aposentada e artesã. Com 59 anos, M.O. era funcionário público. Tinham 45 anos de idade na data das entrevistas os entrevistados A.R., agricultor, E.A. e C.R., gestores públicos nomeados. Também era gestor público nomeado o entrevistado Z.A., de 44 anos. Pescador aposentado e gestor público nomeado,

o entrevistado R.C. tinha 43 anos na data da entrevista, a mesma idade de N.E., educadora. Com 41 anos na época da entrevista, D.X. era gestor público eleito, enquanto M.R., com 36 anos, era gestora pública nomeada. N.T., administrador de empresas e líder de uma organização da sociedade civil local, tinha 34 anos. Z.V., pequeno empresário e eventual prestador de serviços, D.U., que prestava serviços de consultoria a projetos da administração municipal, e A.E., funcionário concursado da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tinham 26 anos na data das entrevistas. Por fim, A.L., pequeno empresário, tinha na época 21 anos.

5.2. Análise dos resultados

Minha vida não mudou nada e mudou muita coisa.

I.B., 75 anos

O critério básico adotado para analisarmos os dados foi o de selecionar os segmentos das entrevistas em que os entrevistados faziam referência direta ou indireta às formas de identificação de lugar descritas anteriormente e que constituem nossas categorias de análise. A partir do texto transcrito das entrevistas, recortamos os trechos para a análise e orientamos os comentários de acordo com os fundamentos teóricos já expostos (ver Capítulo 2).

Seguindo a linha adotada por Rocha-Coutinho (1994), lembramos que a análise de discurso recentemente tem sido entendida como um campo interdisciplinar capaz de abranger uma variedade de abordagens teóricas e descritivas. Por isso, as mais diversas disciplinas têm apoiado seus estudos na análise de entrevistas e narrativas orais, entre as

quais a antropologia, a lingüística, a psicologia, a sociologia, a comunicação social, para citar apenas algumas. Também lembramos Fairclough (2001) para argumentar que, sendo uma atividade multidisciplinar, a análise de discurso demanda alguma experiência prévia em lingüística, mas pode se inter-relacionar com outros campos, como a sociologia, a psicologia e a política, sem exigir um conhecimento aprofundado desses assuntos.

Na mesma orientação exposta por Rocha-Coutinho (1994), usaremos a análise de aspectos lingüísticos e semânticos, sintáticos e estilísticos quando isso se fizer necessário para esclarecer ou reforçar nossas afirmações. O foco principal desta análise, contudo, será a investigação, a partir da fala dos entrevistados, de “exemplos da presença de diferentes comportamentos e de sistemas de idéias distintos, mais ou menos visíveis, coerentes ou conflitantes, que se escondem por trás do comportamento das pessoas ou grupos” (Rocha-Coutinho, 1994, p.171). A opção pela análise de discurso se deve ao fato de que por meio dela é possível “inferir do discurso dos entrevistados não apenas seu comportamento efetivo, como também os diferentes sistemas de idéias que convivem, em harmonia ou conflito, no interior desses sujeitos e que estão subjacentes a seu comportamento” (Rocha-Coutinho, 1994, p.172).

A análise das entrevistas se subdivide em três itens, que correspondem às categorias de análise propostas: identificações locais em processo; identificação com as tradições; e o outro em transformação.

5.2.1. IDENTIFICAÇÕES LOCAIS EM PROCESSO

*Eu não me vejo filho de outra cidade, morador de outra cidade. Eu sou Icapuí,
pela essência, pelas minhas raízes, de família, de pessoa que eu sou.*

E.A., 45 anos

Na primeira categoria de análise, as formas de identificação local foram expressas no discurso dos entrevistados principalmente quando estimulados por perguntas ligadas ao sentimento de ser icapuiense ou às principais características que teria o icapuiense. O conjunto consistente de declarações positivas, e até enfáticas, com relação a considerar-se icapuiense, independentemente do local de nascimento ou moradia dos sujeitos, foi tomado aqui como indicador de forte identificação com o lugar.

Isso nos permite entender que a definição de icapuiense e a descrição das principais características do lugar são uma referência à identidade do próprio entrevistado e à sua forma de se identificar com o local atual. Podemos resumir essa forma de identificação numa palavra, freqüentemente mencionada, orgulho, em dois sentidos, que são o orgulho de ser icapuiense, indicador da auto-estima dos moradores, e o orgulho como altivez, no sentido de valorização da autonomia.

Na tentativa de definir o icapuiense e o sentimento de ser icapuiense, a referência física, territorial, é uma das mais presentes no discurso, de várias maneiras. Em geral, mencionam-se as belezas e riquezas naturais, como as praias, o sal, a pesca, mas também as transformações trazidas pelo crescimento econômico, como as estradas, que alteram totalmente a ordenação dos espaços. Um dos entrevistados expressou com especial delicadeza a percepção do lugar por meio dos elementos da natureza. A partir da lembrança da sensação do contato dos pés descalços com a areia fria de orvalho, ao

amanhecer, reconstruiu um dos seus motivos de orgulho: o radicalismo das mudanças verificadas em Icapuí. O entrevistado assim sintetiza as mudanças trazidas pelo desenvolvimento, simbolizadas pela substituição da carnaubeira (e da areia fria sob os pés) pela moderna estrada estadual:

essa palavra, icapuiense, na verdade, como eu até falei, que dá orgulho, até porque, de certa forma, tem [...] um diferencial pelo ritmo da história da gente. Para você ter uma idéia, quando eu lembro... o que eu tô na minha memória, criança pequeninha... A frente da minha casa só tinha areia. Eu lembro, quando eu acordava de manhãzinha. E a areia, branquinha. E tinha uns pés de carnaubeira na frente. E eu ia para lá brincar. Aquela areia friinha, geladinha, porque tinha passado a noite. Hoje em dia está tudo mudado isso aí: passa uma CE, moderna, na frente (D.U., 26 anos).

O modo como o entrevistado constrói sua declaração, apoiada primordialmente na lembrança do contato com a areia sob os pés, revela a profundidade e a anterioridade da relação afetiva, emocional, com os elementos da natureza que caracterizam o lugar com o qual alguém se identifica. As lembranças de infância têm esse poder, como vimos, de reconstruir um cenário, reconstituindo também as emoções que contribuíram para fixá-lo na memória (ver Halbwachs, 1999). Muitas vezes, os nomes também conseguem deflagrar emoções e atuar como pontos de apoio de lembranças. É o que pode revelar esse discurso de um entrevistado sobre a cidade em que viveu durante muitos anos na sua juventude, Fortaleza.

Acho lindo o nome de Fortaleza! Muito bonito o nome de Fortaleza! Quando eu morava no Sul, que sempre que falava o nome de Fortaleza, aí os olhos mareja. Eles dizem: é só porque tu é cearense. Eu digo: é não, é porque o nome é bonito mesmo (M.O., 59 anos).

A emancipação é o principal ponto de referência das mudanças dos sentimentos dos entrevistados em relação a Icapuí. Muitos se orgulham das mudanças na administração, na

educação e na saúde, antes submetidas às forças da natureza e ao abandono pelo poder público:

E eu me sinto orgulhoso, porque Icapuí tem dado, tem sido, tem feito grandes coisas pela educação e pela saúde, tem ganhado até prêmio. E a gente se orgulha de ser de Icapuí. E é uma cidade quieta, bonita (C.R., 45 anos).

Este mesmo entrevistado mostra como fizeram falta, em seu tempo de criança, a educação e a saúde no bairro onde mora que, sem estradas, se encontrava totalmente isolado pelas marés. As mulheres e as crianças eram as mais prejudicadas e muitas perdiam a vida por falta de pronto atendimento no parto. Há localidades, como Ponta Grossa, povoado muito religioso e até pouco tempo atrás também isolado, em que constantes casamentos entre as mesmas famílias provocam problemas genéticos nas atuais gerações. Vejamos os dois trechos em que o entrevistado trata da saúde, mais especificamente relacionada ao atendimento às parturientes:

O meu nascimento, e o dos outros daquela época, era meio drástico. Porque era o seguinte. A parteira, era uma assistente que dava aqui... não era muito bem... Trabalhava com orações, com essas coisas assim, sabe? E a medicina era muito atrasada naquele tempo. Mas eu nasci assim mesmo [riso baixo] (C.R., 45 anos).

Assim, coluna baixa, e complicação... No quarto também, quadril... [...] Não tinha estrada. A única estrada que tinha era o mar. E a praia. Quando enchia, acabou-se. Então... é... muitas mulheres morreram de parto, sabe, nessa época, porque não tinha acesso, sabe? E o problema deu sair daqui pra fora, pra estudar, era muito sacrificoso. A gente perdeu quase tudo, eu fui só até a quarta série. E foi uma “ruinheza”.[...] Tá melhor. Porque hoje em dia, em todo canto tem acesso aí.(C.R., 45 anos).

Ainda o mesmo entrevistado assim se refere a Icapuí após a emancipação, usando a palavra orgulho, que tantas vezes vai aparecer nas entrevistas:

Um pedacinho do Brasil, que tá aí, quase excluído, mas tá dando um exemplo pro mundo todo, sabe? Um grande trabalho administrativo. E isso é um orgulho pra cada um de nós (C.R., 45 anos).

A relação com o território se impõe também em muitas outras memórias relacionadas com as mencionadas dificuldades de transporte, pois não havia estradas e em certos locais a maré isolava as comunidades. Novamente, a emancipação é tida como marco da mudança dessas condições e início de “outra história”, com a construção de estradas em geral, ainda que caiba ressaltar que as estradas não dependem somente da gestão municipal:

À época que eu estudava em Mossoró, por exemplo, nós andávamos pela maré. Nós só viajavamos quando a maré estava seca, né? Nós não tínhamos estrada, né, nem aquela estrada, a BR-304, que hoje, né, liga vários estados, né, nem também tínhamos essa CE aqui, que é coisa, obra mais recente, né, e que eu considero, assim, uma bênção. Você já passou, aqui, nessa pista, né, que ainda está um verdadeiro tapete, né, tapete de cimento, mas um tapete. Então, nó... a nossa, o nosso itinerário era esse. Quem queria viajar pro lado do Rio Grande do Norte, tinha que esperar pela maré, né. Por aqui também, mas aqui você já tinha uma estrada carroçável, né, chamadas de estradas vicinais, né, que lhe levava até Aracati. E Aracati era o centro, né. É uma das cidades mais antigas do estado do Ceará, né, mas que já foi, inclusive, capital do estado, mas que é uma cidade que não evoluiu. Uma cidade que viveu uma política partidária, sempre, e que não conseguiu evoluir. [...] Nós, hoje, nós temos várias entradas, né? Àquela época, nós só tínhamos a entrada que vem de cá, pelo mar, né? (D.M., 64 anos).

Uma estrada, em especial, é o tema central de um dos episódios mais simbólicos do movimento de emancipação. A estrada entre Tremembé e Morro Pintado, que foi construída pela população local em mutirão, depois de enfrentar muitas dificuldades, pois os opositores da emancipação tentaram esvaziar a iniciativa de todas as maneiras. Mesmo assim, a estrada ficou pronta e foi inaugurada no mesmo dia de um importante comício dos adversários. A inauguração foi incluída entre os eventos memoráveis da cidade por três entrevistados.

O mar, ao mesmo tempo que podia atrapalhar os deslocamentos, é lembrado como fonte de vida e de recursos. Um entrevistado resume assim a relação do icapuiense mais pobre com o território, do qual depende para o extrativismo, a pesca e a agricultura de subsistência:

Aquele pessoal humilde, mas que vai tocando a vida. Tem a praia, tem a serra, tem um bocado de coisa pra se sustentar, né? (A.L., 21 anos).

Outro entrevistado destaca mais especificamente o valor dos produtos locais no mercado global, como o turismo, a lagosta, a castanha de caju, o petróleo, o sal, o camarão, entre outros:

Potencialmente, turisticamente, vamos dizer, as belas praias de Icapuí, um grande visual, belo potencial turístico e paisagístico [...] é uma cidade rica em recursos naturais que podem ser bastante aproveitados se administrados corretamente. Nós temos a lagosta, temos os grandes recursos mais valorizados no mercado internacional, podemos até dizer assim. A castanha, nós temos muita castanha, também, que eu acho que na pauta de exportação é um dos grandes produtos... Petróleo também, nós temos uma base da Petrobrás.[...] O sal foi uma grande atividade econômica. Ainda hoje existem salinas. Tem uma salina. Existiam mais e que agora estão sendo transformadas num viveiro de camarões (Z.V., 26 anos).

Em seguida, porém, o mesmo entrevistado aponta o custo socioambiental das salinas de ontem e dos viveiros de camarão de hoje, pois os tradicionais pescadores e coletores de mariscos dependem da mesma área que é explorada atualmente também por grandes empresas.

é uma área em que as pessoas tiravam seu alimento, o búzio, o sururu, o peixe, o siri e vários outros crustáceos, que estão diminuindo. Eu acho que ainda não desapareceram, mas estão diminuindo (Z.V., 26 anos).

Também outros entrevistados mencionam a importância da produção econômica local – coco, lagosta, sal, petróleo – em contraste com o abandono da população pelo poder público antes da emancipação.

Icapuí antes era um distrito da cidade de Aracati e como nós ficávamos um tanto quanto afastados do centro de Aracati, é, ficávamos relegados a segundo plano. E éramos ainda de interesse para as administrações públicas, naquela época lá de Aracati, porque nós sempre produzimos bastante coco, já fomos considerados a capital da lagosta e somos uma das únicas, se não a única, cidade do Ceará a produzir sal, e também uma das únicas, aí eu volto a dizer, se não a única, a produzir petróleo. Então, quer dizer, Icapuí, tinha ... tinha, não, tem um valor econômico muito grande. Mas valor econômico esse que não era repassado para a população com bens sociais, com crescimento econômico também para a população, com a geração de emprego de renda, com a divisão dessa renda e uma distribuição dessa renda. E nós não tínhamos estradas, não tínhamos escolas, nós não tínhamos hospitais, quer dizer, toda uma estrutura social deficitária e a população sofria muito com isso (D.U., 26 anos).

Outro entrevistado reforça o que foi dito:

porque o pessoal de Aracati tinha Icapuí como... Eles tinha assim, é, a galinha dos ovos de ouro. Porque aqui tinha sal, vixe! Essas salinas aqui – eu não sei se você passou – produção estrondosa. Esse rio, aqui... Era barçaça e, naquela época do sal, sal que ia pra Ásia, pra não sei pra onde. E o movimento mexia muito com a economia da... do estado do Ceará, do estado... do Nordeste, que é... Rio Grande do Norte e Ceará a maior fonte de exportação do programa (E.A., 45 anos).

Vimos que a identificação com o território é imediata e freqüentemente se liga ao ambiente físico, marcado pela praia, pelo clima e pelos produtos locais, mas pode haver outras formas de identificação mais ideológicas, ou simbólicas, representadas pela família, pela comunidade (ou pela povoação) e pelas novas tradições que fortalecem a comunidade local imaginada. Entre as novas tradições, encontramos a instituição do município, cujo marco é a emancipação, simbolizada no plebiscito rememorado em 22 de janeiro, bem como o nome da cidade, Icapuí, e o gentílico (ou etnônimo) dos seus habitantes, icapuienses. A nova tradição se mistura com a memória e é perpetuada com a ajuda de

discursos sobre personagens e datas, instituindo os marcos dos diferentes momentos e interpretando-os de acordo com a necessidade atual.

As referências territorial e institucional parecem ter papel determinante na construção das identidades. “Eu sou Icapuí na minha fala”, afirmou M.R. (36 anos), que participou do movimento de emancipação. Sua frase se referia à sonoridade do linguajar regional, mas também pode ser interpretada em outro sentido, pois estamos supondo que as pessoas expressam também sua identidade de lugar por meio do seu discurso.

Icapuiense... Eu penso, assim, que é ser alguém com... que expõe com naturalidade, né, assim, a sua cultura, o seu jeito de ser, a forma da gente falar cantando, né? As pessoas... Nós temos o... O som da nossa fala é muito diferente, né? É um som, assim, cantado, né? E assim, eu sou dessa forma em todo lugar. Então, eu sou Icapuí na minha fala, em qualquer lugar do mundo que eu esteja (M.R., 36 anos).

As identificações podem se expressar também de forma indireta, como quando um entrevistado fala sobre algumas características dos icapuienses e depois diz “eu tenho essa característica”. Desse modo, indiretamente, o sujeito se conecta à coletividade, ligando-se a um imaginado “ser icapuiense”. Vejamos um exemplo da presença simultânea do coletivo e do individual no discurso do entrevistado acima:

As pessoas em Icapuí são muito solidárias, muito companheiros, né? Se... se conhece todo mundo, e gostam, inclusive, de se envolver, de estar perto das pessoas. Eu acho que isso é uma característica, né, de Icapuí. Eu sou desse jeito (M.R., 36 anos).

Nas entrevistas, foram muitas as menções ao orgulho de ser de Icapuí em razão das mudanças políticas e sociais conquistadas, mas não faltaram comentários sobre a generosidade da terra, do mar e dos habitantes. Um entrevistado resumiu esse conjunto de canais de identificação na sua descrição do que é ser icapuiense, destacando os “67

quilômetros de costa”, fonte de identificação pelo aspecto territorial, já várias vezes mencionada, bem como o fato de o icapuiense ser uma pessoa muito forte, batalhadora, ainda que, por vezes, sofredora:

O icapuiense é uma pessoa forte, lutadora, sofredora muitas vezes, que já foi muito mais sofredora. Hoje, nós vivemos numa cidade que se supera a cada instante, né? Nós temos uma administração que vale a pena, que é importante por todos os seus aspectos, e também porque na cidade nós não temos uma pobreza extrema. Nós temos pessoas pobres, mas não pessoas miseráveis, né? E a gente, até certo ponto, nós consideramos que vivemos com um certo conforto. Haja vista que nós temos 67 quilômetros de costa, de onde a maioria das pessoas, no começo, né, da cidade tiravam toda a sua subsistência. Hoje, não, já diversificaram pra outras áreas. Mas antes o mar representava nossa única fonte de vida, né? O mar e a terra, né? O coqueiral, por exemplo... (D.M., 64 anos).

A única fonte de vida no passado era representada pelo mar, segundo essa entrevistada, que, em seguida, se lembra de mencionar também a terra. Duas vezes a terra é mencionada ao lado do mar, no passado. No tempo presente, porém, só o mar mantém essa qualidade de “fonte de vida” para três gerações sucessivas pois “a terra já não dá mais”, segundo esta mesma entrevistada:

Meu pai foi um dos homens que... Nos criou, né, modestamente mas.. é... sem... sem carência, sem sofrimento, sem necessidades maiores, né, tirando a sua subsistência, né, da terra e do mar. Ele sempre teve armadilhas de pesca, como hoje os meus irmãos têm, o meu sobrinho tem, né, enfim, e também hoje a terra já não dá mais. O coqueiro pra nós hoje é um marco saudosista (D.M., 64 anos).

Para outros, diferentemente, é a emancipação do município que traz vida para o lugar. Antes das melhorias sociais trazidas pela emancipação, como resumiu, com simplicidade, a entrevistada M.A., “Era uma vida sem vida!” Segue o trecho de sua fala:

Aqui era muito parado. Aqui a gente não tinha médico. Era a coisa mais difícil. Não tinha aquele posto ali. Era, aqui era município, era esse posto aí. Vinha médico aqui. E a gente... Era uma vida sem vida! A gente não tinha diversão de

nada, ninguém nun... Era muito parado aqui, o lugar. Aí, depois de cidade, melhorou (M.A., 75 anos).

Também outro entrevistado associa as características do icapuiense ao fato de ser muito batalhador, como a seguir:

Eu acho o pessoal de Icapuí muito batalhador, vividor (A.L., 21 anos).

Foi nesta fala acima a única vez que ouvimos a expressão *vividor*, que o entrevistado assim definiu:

Vividor é não estar pe... como eu falei, não estar pedindo as coisas a ninguém. Tentar trabalhar para... [...] É... se sustentar. Porque eu vejo muita gente que vem de fora aí, em carro, ou andando a pé mesmo, com um papelzinho na mão. Pessoas que não são doentes e aí fica pedindo esmola pra... Ah, meu parente tá doente, eu tô pedindo uma ajuda, não sei o quê... Por que não vai trabalhar? Eu sei que hoje em dia tá difícil arrumar emprego mas, de um jeito de outro, dá pra arrumar alguma coisa, dá (A.L., 21 anos).

Nas entrevistas, houve outras menções espontâneas às pessoas que pedem esmola, sempre para dizer que não são encontradas em Icapuí. A ausência de pedintes foi descrita pelo entrevistado A.L. como um aspecto da própria cidade, devido às condições favoráveis criadas pela possibilidade de explorar os recursos do mar:

A cidade também ajuda, por ser uma cidade praiana, tem a pesca. E... Já no Rio Grande do Norte [em Mossoró], já não tem isso. São mais empresas, comércio, em geral, já não tem praia. Aí, Icapuí já ajuda mais, né, pela praia. É outra fonte de renda (A.L., 21 anos).

Outro entrevistado declarou não acreditar que a explicação para esse orgulho se encontre na simples ausência de pobreza, mas, antes, está na altivez da população, no “nariz empinado”, na consciência de seu potencial para a autonomia²:

Icapuiense [...] é uma pessoa que não quer sair do seu município, é uma pessoa extremamente orgulhosa, tão orgulhosa que ele não pede esmola. Você vai notar que, vendo aí, que ninguém te pediu uma esmola. Se você andar em qualquer outra cidade do Ceará, na hora que você desce do transporte, alguém lhe pede. E aqui não tem. É por que não tem pobreza? Não, é porque aqui nós somos orgulhosos, nós temos os narizes muito empinados e, outra coisa, nós sabemos o que queremos (Z.A., 44 anos).

Ainda outros entrevistados chegam a estabelecer também uma relação entre a autonomia municipal e a autonomia pessoal dos habitantes do município, que se comprovaria não só pela ausência de pedintes mas também de moradores e crianças de rua:

Nós fazíamos parte do município de Aracati. Era um distrito de Aracati, mas nós somos diferentes da comunidade de Aracati em todos os aspectos, tudo que se levantou... O Unicef, quando fez um trabalho sobre crianças nas comunidades pesqueiras, detectou isso. Claro que detectou também o papel político e a vontade política da nossa gestão. Mas nós temos uma característica peculiar, um povo de... altivez muito grande, muito, sabe? Cabeça erguida, né? Isso ajuda no processo de auto-estima, né? (D.X., 41 anos).

tem diferença, sim. Porque aqui as pessoas, mesmo que não tenha um trabalho, que ganhe bastante dinheiro, mas sempre não está precisando estender a mão, pedindo esmola... Tem as casas, cada um tem suas casinhas, quando não é boa, mas tem uma casinha razoável. E ninguém mora, assim, embaixo de ponte, nem em casa alugada. Aqui as pessoas moram em casa própria. E que nós temos assim, alimentação. Pouca gente, pouca gente mesmo... Aqui na minha comunidade a gente não vê nenhum mendigo, não. Nem criança... (D.L., 60 anos).

Destacamos que todos os entrevistados mencionaram espontaneamente a ausência de pedintes em Icapuí. A menção dessa ausência, indiretamente, sugere a comparação com outros lugares, nos quais se verifica o oposto, ou seja, a existência de pedintes. A busca da

² É interessante observar que a imagem do orgulho ou da altivez é explorada no *Hino de Icapuí* (cf. epígrafe do Capítulo 4), como demonstra o uso de palavras como *ideal*, *altaneiro*, *elevamos*.

diferença em relação ao outro para se explicar faz parte dos processos de identificação. Um entrevistado lembrou, inclusive, que muitas pessoas visitam Icapuí para conferir de perto essa “diferença”.

As pessoas vinham ver porque que aqui é diferente... Não, a cidade, diz que aqui não tem menino... Você senta numa praça e não aparece, o cara não chega te pedindo dez centavos, pedindo um prato de comida [...] maioria que visita Icapuí, elas já vêm com essa história na cabeça. Alguém contou que lá é diferente, e funciona, e que as pessoas têm direitos, que as pessoas, é, têm auto-estima, e que as crianças sorriem. Então, essa coisa, Icapuí é uma coisa forte, muito forte (N.T., 34 anos).

5.2.1.1. Nascer, crescer, viver no lugar

Quase sempre, o nascimento e a permanência têm peso na identificação com o lugar, como se depreende do uso, por vários entrevistados, da formulação que os define como icapuienses por meio dos verbos, às vezes em seqüência, nascer, crescer, viver (ou morrer) ou ficar, permanecer em Icapuí. Esses discursos permitem inferir a existência de resquícios da idéia iluminista da unidade e da solidez da identidade vinculada ao lugar de origem. Revelam também o desejo de acreditar que é possível o sujeito nascer, viver e morrer segundo um roteiro previsto e cumprido rigorosamente, mantendo assim inalterada sua identidade em qualquer tempo e lugar.

Com base nos discursos de nossos entrevistados, observamos que a identidade local parece fortalecida quando se preenchem todas as propostas expressas na fórmula “nascer, crescer, viver bem e permanecer no lugar” para se considerar icapuiense. As pessoas mais velhas apresentam a própria longevidade e disposição de permanecer como sinal de identificação com o lugar.

Nasci e me criei. Daqui para outro canto nunca fui (I.B., 75 anos).

Foi onde eu nasci e me criei. Gosto daqui (M.A., 75 anos).

Nasci, cresci, vou morrer aqui. Agora, não sei se é em hospital fora daqui, não sei onde é, não. Mas até... Eu gosto de morar é aqui, nessa casa aí, que foi onde eu vivi com ele, aqui. Ele morreu... Vivi com ele 54 anos. Era o meu amor da minha vida. Meus pais, meus irmãos, ele, meus filhos. As pessoas da minha família (M.A., 75 anos).

Nos trechos citados acima, as entrevistadas usam a primeira pessoa do singular, mas outros informantes afirmaram o mesmo sobre o icapuiense em geral, na terceira pessoa, ainda que, em algum momento, se incluindo na fala, como acontece com A.L., abaixo:

[Ser icapuiense] É se criar aqui. Não nascer, que eu não nasci. [...] Não tenho vontade de sair (A.L., 21 anos).

Houve quem falasse da sua identificação com Icapuí e do amor pelo local como algo que lhe foi passado por algum membro da família, como é o caso da entrevistada abaixo, que fala do amor pela cidade que lhe foi passado pelo pai:

eu comecei a me empolgar com Icapuí foi desde que eu nasci, pelo amor que meu pai tinha a essa cidade, né. Meu pai dizia que quando subia ali a serra já estava com vontade de voltar, né. E isso é forte, né? Quando subia ali a serra, já estava com vontade de voltar. Portanto, o canto dele era ali (D.M., 64 anos).

Além da identificação que se expressa, como nesse caso, por meio de um deslocamento que a transforma em vontade de voltar para Icapuí, encontramos uma infinidade de formas de expressão da identificação com o local. Em algumas, merece realce um falar regional muito significativo, como nas duas citações que se seguem.

Eu me dou aqui. Acho bom (M.A., 75 anos).

Não tenho falta para botar em Icapuí (I.B., 75 anos).

Houve também algumas definições mais abrangentes para o “ser icapuiense” e que envolvem a participação ativa nos destinos da cidade:

icapuiense é todo cidadão que nasce em Icapuí, que tem as origens aqui, moram aqui ativamente, participam das decisões, e querem o bem estar da cidade, querem o bem estar da população e tentam fazer alguma coisa de uma maneira ou de outra para melhorar a vida de todos. Também todo mundo tem o seu particular e também quer viver bem. Talvez nós saibamos coletivizar os interesses (Z.V., 26 anos).

Outras definições, ainda, foram declarações apaixonadas de amor à cidade:

Ser de Icapuí é ser apaixonado é... por uma terra bonita, é... se apaixonar pelo seu povo, o povo é muito bom, é bom demais e viver, assim, em intensa harmonia porque, é como assim, um colírio. Icapuí é uma coisa boa. Viver aqui é muito bom (D.X., 41 anos).

Os entrevistados que se declararam icapuienses mas, de alguma maneira, não preenchiam todos esses “requisitos” – *nascer, crescer, viver* – procuraram estabelecer a ligação que faltava por meio de uma narrativa. Restabeleciam, assim, sua condição de icapuienses, por meio do necessário esclarecimento das circunstâncias que o impediram de preencher um desses requisitos, como o fato de não ter nascido na cidade:

É se criar aqui, né? Não nascer, que eu nasci em Aracati, mas desde meu primeiro dia, meu segundo dia de vida foi aqui, em Icapuí (A.L., 21 anos).

Eu nasci em Fortaleza mesmo só pelo simples fato de ser um centro médico melhor e minha mãe tinha problema de pressão, mas eu sou icapuiense nato (D.U., 26 anos).

Fizeram o mesmo os que passaram a maior parte da infância ou da vida fora de Icapuí, em razão de mudança dos pais para fugir da seca, da falta de escolas e de trabalho.

Ah, eu me considero [icapuiense], sabe? Assim... Quando eu fui embora daqui, né, as dificuldades eram minhas (N.E., 43 anos).

Passei 45 anos fora da minha cidade, né? Por uma questão de sobrevivência. Estudar, melhorar, enfim, né? (D.M., 64 anos).

A possibilidade de sair para estudar, cuidar da saúde ou mesmo trabalhar não se apresentava para todos, no entanto. Alguns entrevistados nunca estiveram numa escola, presos à antiga realidade do lugar. Os entrevistados que cursaram o nível superior quase sempre tiveram de passar muitos anos fora de Icapuí para frequentar a escola e a faculdade, como mostram os dois trechos a seguir.

A gente fez o primeiro grau, até o final do primeiro grau aqui em Icapuí, aí meus pais acharam por bem que a gente continuasse os nossos estudos em Mossoró pela questão, não do segundo grau simplesmente porque Icapuí já tinha segundo grau, mas já com vistas à Universidade. Então, nós dois terminamos o segundo grau em Mossoró, onde eu passei no Vestibular de Administração, terminei Administração, sou administrador. Minha irmã hoje cursa Turismo na Universidade do Vale do Jaguaribe em Aracati. Eu voltei para cá no ano em que eu terminei minha faculdade, eu terminei em fevereiro quando foi em março eu estava aqui em Icapuí, de volta para casa (D.U., 26 anos).

Eu sou icapuiense, eu ... eu, eu só saí daqui na época que meu pai saiu, porque, com 2 anos, não tem ... a gente não tem referência. E quando retornei... Saí em 70 [1970] e... em 70, por causa de estudo, porque aqui não tinha estudo. Eu fui pro Aracati, estudar lá nos irmãos maristas, o Colégio Marista de Aracati, estudei até 75 [1975]. Em 75, fui para Fortaleza e estudei até 84 [1984] e retornei para Icapuí exatamente no movimento de emancipação política do município de Icapuí (Z.A., 44 anos).

Caso interessante foi relatado pelo entrevistado Z.A. que, segundo dados colhidos no primeiro bloco da entrevista, apesar de ter nascido em Mossoró (RN), foi registrado em Icapuí (CE).

Na época era... nós não tínhamos assistência médica aqui, né? E como minha mãe teve um parto complicado, ela teve que se deslocar até Mossoró, que fica aqui a

sessenta quilômetros para poder ter assistência no hospital, mas em seguida veio, e o registro, tudo é feito em Icapuí (Z.A., 44 anos).

Em Icapuí, este entrevistado viveu até a idade de dois anos, quando se mudou com os pais para Santarém (PA), por causa da seca:

Eu morei 5 anos em Santarém. Eu ‘tive até 64 [1964], até 65 [1965], aliás, eu morei em Santarém, no estado do Pará, porque meu pai e minha mãe se mudaram para lá, porque a situação aqui, de seca, foi muito ruim. [...] Nós voltamos... voltamos já no ano de 66 [1966] porque começou a melhorar. Já foram anos melhores, né? (Z.A., 44 anos).

Este entrevistado voltou viver em Icapuí dos oito aos doze anos de idade, quando saiu novamente, desta vez para estudar, e só retornou ao concluir o nível superior, com 26 anos, exatamente na época da campanha do plebiscito.

Longe de constituir exceção, esse é o perfil biográfico da maioria dos entrevistados que se auto-declararam icapuienses e tinham pelo menos o nível médio completo. A explicação, como se viu, está no fato de não haver escolas, além das primeiras quatro séries, em Icapuí antes da emancipação, o que forçava as crianças a se afastarem do lugar natal – às vezes a família inteira – quando era possível dar prioridade aos estudos dos filhos. Muitos só retornavam a Icapuí depois de completar o nível superior, como mostra este trecho já mencionado acima:

Eu voltei para cá no ano em que eu terminei minha faculdade, eu terminei em fevereiro quando foi em março eu estava aqui em Icapuí, de volta para casa (D.U., 26 anos).

Outro forte motivo apontado para o afastamento de Icapuí foi a seca, uma realidade que várias vezes se impôs de maneira dramática sobre todas as comunidades que hoje formam Icapuí:

58 [1958] foi uma seca danada. Meu pai teve que sair daqui para trabalhar nos outros cantos. E sair da pesca para trabalhar em estrada aí, do governo, sabe? Minha mãe ficou (C.R., 45 anos).

Depreende-se desses casos que, apesar de geralmente aceita a fórmula identitária iluminista simplificada na seqüência *nascer, crescer, morrer em Icapuí*, a definição do que seria *nascer* ou *crescer* precisa ser bem elástica, de modo a permitir incorporar um forte componente ideológico – ou imaginado, para manter a nomenclatura usada para as comunidades locais a partir daquela sugerida por Anderson (1989) para as comunidades nacionais. A narrativa preenche o vazio da falta de referência territorial, causada muitas vezes pelos rigores da seca ou pela falta de escolas de nível médio e superior, como vimos acima, entre outros motivos.

Alguns entrevistados, ao se referirem à sua condição de icapuienses, fizeram uma ligação direta entre ser de Icapuí e lutar pela autonomia de Icapuí, isto é, ter uma postura política mais atuante:

sou icapuiense de bandeirinha e carteirinha (D.U., 26 anos).

Ser de Icapuí é ser uma pessoa guerreira, é ser uma pessoa que tem muitos sonhos e procurar sempre realizar esses sonhos. Em prol desta cidade (A.R., 45 anos).

Eu definiria ser um batalhador. Certo? Assim, um guerreiro mesmo (N.E., 43 anos).

5.2.1.2. Valores ligados à família

Muitas, vezes a identificação local se expressou por meio de metáforas e imagens ligadas à família:

[Ser icapuiense...] É a gente viver bem, no lugar onde a gente nasceu. Gostar de todo mundo. Todo mundo é amigo. E ser fraterno com toda a humanidade de Icapuí (D.I., 64 anos).

A família pode ser o valor implícito nas expressões *menino-homem* e *menino-velho*, usadas por um dos entrevistados como sinônimo de *jovem* e *adulto*, respectivamente, no contexto da emancipação, que foi fortalecida pelos filhos das lideranças mais velhas da localidade. Muitas vezes, se encontra também no discurso dos entrevistados o uso de metáforas alusivas às relações familiares para descrever relações institucionais, como, por exemplo, *cidade-mãe* para se referir a Aracati:

Aracati, que era nossa cidade-mãe, significa... Aracati significa bons ventos. É uma cidade importantíssima, de um importante valor histórico. Ela foi capital do estado do Ceará. Ela tem um patrimônio histórico impressionante. O museu é belíssimo, as construções coloniais todas feitas em azulejos portugueses. Talvez seja umas das cidades do Brasil que tenha maior densidade de igrejas. Uma cidade pequena, de 45.000 habitantes. Deve ter dezessete igrejas dentro da cidade. Igreja de 1754, como tem a Igreja Matriz (Z.A., 44 anos).

Icapuí foi um distrito dominado há muitos anos pel'uma oligarquia que existia na cidade-mãe, que era o Aracati, não é? Quando... Quando esse grupo de pessoas resolveu que Icapuí merecia a emancipação, a gente fez uma luta muito grande. Uma luta muito grande. E aí esse povo veio junto, todo mundo veio junto. Quando foi conclamado, todo mundo veio junto. Uma pequena parte ficou ainda com o outro pessoal que era da cidade-mãe (A.R., 45 anos).

Outra imagem de família muito presente foi o uso de *filho* ou *filha* como sinônimo de *habitante* do município, ou seja, para se referir a alguém nascido, criado ou residente em Icapuí.

Eu não me vejo filho de outra cidade, morador de outra cidade. [... Ser] icapuiense é ser alegre, é ser uma pessoa... é... pessoa... eu digo assim... alegre, no sentido de vida, de cultivar a família, de cultivar o mais simples. Esse, esse pra mim é a essência, é trazer lá da raiz de sua família, levar pra você adulto, casado, pai de filho, neto, até, é engraçado, de menino velho até homem velho trazer isso, o simples, de seu pai, passar pra tua família, e isso é, assim, o central da coisa (E.A., 45 anos).

Este mesmo entrevistado afirmou que, ao se apresentar a alguém quando está fora do município, acrescenta ao seu primeiro nome sua procedência, na forma “Sou X de Icapuí”, como se fosse um sobrenome ou nome de família:

Eu tenho muito orgulho mesmo.[...] Eu chego: X Y Z de Icapuí. Às vezes, até no comércio, ali em Mossoró e tudo: Amigo, manda uma peça. É pra X? Eu digo: É pra X de Icapuí (E.A., 45 anos).

Outro entrevistado também recorre a uma metáfora ligada à família para se referir ao primeiro prefeito, José Airton, segundo ele, *filho* de Icapuí:

Assim: quando o Zé Airton chegou por aqui, né? Que foi ele quem desbravou, como se isso aqui fosse... [risos] Ele era uma p... Assim... Ele sempre foi filho daqui, saiu pra estudar, voltou. E logo, assim... Na época, a gente, eu era casada de bem novinho e ele sempre chegava aqui na frente, pessoal de frente, aí, a minha sogra, a minha cunhada. Tudo é família (N.E., 43 anos).

A frase final desta última fala (“Tudo é família.”) mostra outro modo freqüente de evocar a identificação com o grupo social, que se expressa na menção, de várias maneiras, da célula familiar. Dois entrevistados, inclusive, disseram que em Icapuí todos são, ou senão parecem ser, da mesma família:

uma das características nossas é a familiaridade. Eu tenho um parente que diz que no pé da Serra de Mutamba até o Manibu ninguém pode falar mal um do outro porque se você não estiver falando do irmão você está falando de um parente próximo (D.U., 26 anos).

Porque aqui é uma família só. É espalhado por muitos canto, as família, a gente não pode dizer nada de ninguém daqui, porque é quase uma família só, conhecido, todo mundo sabe... A gente se conhece, e tudo... Sabe das pessoas de bom predicado, também sabe das que não têm. A família, assim, o lugar, assim (M.A., 75 anos).

Talvez por considerarem mesmo os habitantes locais como uma extensão da família, muitos afirmam que o “pessoal” de Icapuí é caracteristicamente hospitaleiro, acolhedor, atencioso, pacato, trabalhador, honesto, tranqüilo, entre outras coisas, como mostram as falas a seguir:

Hospitalidade é... Espontaneidade – o pessoal de Icapuí tem muito isso, né? (D.X., 41 anos).

O pessoal de Icapuí é muito receptivo e atencioso (Z.V., 26 anos).

Pessoal muito hospitaleiro, muito, assim, dado, com as pessoas. Chega uma pessoa, assim, de longe, aí faz logo amizade, chama logo pra ir pra casa, oferece um café, um copo d’água, uma água de coco. Isso aí é muito legal. Eu acho muito legal porque, fora, não encontrei essas coisas (M.O., 59 anos).

Agora, é um povo hospitaleiro. O povo de Icapuí é um povo hospitaleiro, é uma cidade pacata, é um povo muito, é, vou te falar assim, um povo trabalhador, um povo honesto, né? É um povo tranqüilo. Não existe muita violência. Por exemplo, ainda não... mas já está começando a haver... mas ainda não. Ainda é um pessoal muito tranqüilo (I.L., 63 anos).

Alguns, como o entrevistado M.O., acima, se valem da possibilidade de comparação, pois conheceram outros lugares. É de se destacar, contudo, tanto na fala do entrevistado I.L., acima, quando na fala a seguir, o uso do advérbio *ainda*, parecendo indicar a crença de que a deterioração desse quadro é inevitável.

Mas na minha opinião nós somos um povo hospitaleiro, um povo calmo. Eu conheço cidades menores do Rio Grande do Norte, onde eu já tive oportunidade de realizar alguns trabalhos, que, bem menores que Icapuí, com um nível familiar até mais próximo [...] Mas que, nessas cidades do Rio Grande do Norte, você tem um nível de violência bem maior, de bandidagem e tudo. Em Icapuí, não. Tem, sim, seus problemas sociais, é claro, óbvio, mas com certeza é uma cidade que tem a paz e tranquilidade, esses laços familiares ainda muito vivos nas pessoas, nas famílias, nos núcleos populacionais (D.U., 26 anos).

A menção do icapuiense hospitaleiro e acolhedor não foi, contudo, uma unanimidade, como se pode ver na fala abaixo, na qual o entrevistado Z.A. afirma que as pessoas vindas de fora têm de conquistar seus espaços:

Isso é muito próprio de Icapuí. Em outros municípios se chega um médico, um juiz, todo mundo vai lá para dar aquele jeitinho. Aqui tanto faz como tanto fez [bate as mãos no sentido de indiferença]. Se ele não se ajeitar e souber procurar os seus espaços, ele está fora da história de Icapuí, aqui todo mundo tem que conquistar seus espaços, seja qual for seu cargo ou função (Z.A., 44 anos).

5.2.2. IDENTIFICAÇÃO COM AS TRADIÇÕES

Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”.

Stuart Hall

Pode-se dizer que um lugar ganha identidade e se torna uma instituição quando é elevado a vila ou a município ou, alternativamente, quando é citado ou representado num mapa ou documento de grande disseminação. A metáfora do nascimento de uma cidade é lugar comum e expressão tão aceita que praticamente todas as cidades comemoram seu aniversário de nascimento e, quando ele é desconhecido, inventa-se e justifica-se uma data

oficial. Nessa mesma sintonia, usa-se a metáfora da família para expressar a relação entre sujeito e território (ser *filha* de Icapuí), mas também entre território e território, como na expressão *município-mãe*, usada por mais de um dos entrevistados para se referir a Aracati, como se pôde observar na análise da subcategoria anterior (item 5.2.1.2). Nos processos de institucionalização, em geral, também se aceita como adequada a metáfora da “inclusão no mapa” para se referir ao reconhecimento da existência de um lugar, ou de sua importância como instituição.

Vários entrevistados falaram dessa “passagem”, quando Icapuí se tornou um município e deixou de ser um lugar totalmente ignorado, abandonado pelos poderes públicos, o que, por vezes, se confunde com outra condição de outrora, quando era um lugar sem memória, sem registro. Alguns entrevistados, todos nascidos na década de 1960, usaram a idéia do estar/não estar no mapa para falar da importância/desimportância do município. As menções ao mapa foram espontâneas, em resposta à pergunta se gostavam do nome de Icapuí, como se o topônimo nesses casos tivesse tido o poder de deflagrar a evocação do mapa para expressar a identificação com o lugar. É interessante destacar que a pergunta se referia à opinião do entrevistado sobre o nome do lugar, que, nos casos destacados, foi explicitamente intermediada pelo mapa.

Teve um tempo também que eu trabalhei no hotel Ceará, e as pessoas quando telefonavam e alguém perguntava: Mas onde é que fica aí, esse lugar onde você está? Aí eu dizia assim: É onde o cão perdeu as esporas. Que é um lugar que não se sabe nem localizar. Há pouco tempo não existia nem no mapa, Icapuí (M.R., 36 anos).

Tanto que, nesses anos, Icapuí hoje é uma cidade pequena, porque era fim de linha e hoje é uma cidade conhecida no mundo inteiro, né? Aquela história do homem... entrou no mapa, certo? A partir desse processo, né? Pegou a população que estava ali, parada, e [emite um som, dando a impressão de subida] jogou ela para ela fazer parte desse... desse dia-a-dia (D.X., 41 anos).

É interessante destacar que foi observada certa confusão no uso das palavras *município* e *distrito*, *cidade* e *vila*, em relação a Icapuí. O mesmo desvio do uso foi observado (informalmente) em vários outros pontos do Brasil, é bom que se mencione, especialmente entre pessoas menos cultas, e pode ser atribuído à própria fragilidade do sistema educacional. Pode, contudo, ser revelador da falta de expressão das instituições e dos vários níveis das políticas que afetam os cidadãos. A ordenação territorial do Brasil ainda hoje segue a sistematização determinada no Decreto-Lei Nº 311, de 2 de março de 1939, o qual dispõe que a cidade é a sede de um município e a vila é a sede de um distrito. O município pode ter vários distritos – Icapuí tem três distritos – mas terá sempre no mínimo um, o distrito-sede (o centro, ou a cidade), que tem o mesmo nome do município. Outra forma de afirmar isso seria: os distritos, inclusive o distrito-sede, pertencem ao município e nele estão contidos (IBGE, 1997, p.XI).

A construção de uma frase como “Icapuí era município de Aracati” permite duas leituras, tornando o sentido ambíguo. Tanto se pode entender que aqui era um lugar (como sinônimo de distrito ou localidade) pertencente ao município de Aracati, quanto pode dar a entender que Icapuí era ele mesmo município. A confusão chega ao grau máximo quando a frase é reduzida (“Icapuí era município”), suprimindo parte da informação, como ocorre no discurso de alguns entrevistados.

Aqui era município de Aracati. A gente vivia aqui... Tudo aqui era o Aracati, porque aqui era município. Aí, tornou-se cidade e, pronto, melhorou tudo (M.A., 75 anos).

Nasci em Icapuí. Quando era município (I.L., 63 anos).

Quando Icapuí se tornou uma cidade, tudo melhorou, diz a entrevistada M.A., sugerindo que a mudança teria sido instantânea. “Pronto” é uma expressão muito usada localmente

nesse sentido de passagem rápida de tempo ou para uma conclusão ou solução final. Há outros entrevistados que se referem a essa passagem como uma transformação rápida e radical, como se verifica no trecho a seguir, outro exemplo da falta de esclarecimento sobre a noção de município no discurso da mesma entrevistada.

Acho que tudo tornou-se fácil. Mais fácil de que em Aracati. [...] Porque a gente não tinha assistência como nós temos hoje aqui. [...] Mudou no movimento da... de tudo. Mudou. [...] Que aqui... Aqui era muito parado. Aqui a gente não tinha. Médico, era a coisa mais difícil, não tinha aquele posto ali. Agora, esse posto era do tempo de Aracati. Era aqui, era município, era esse posto aí. Vinha médico aqui. E a gente... Era uma vida sem vida. A gente não tinha quase diversão de nada, ninguém num... Era muito parado aqui o lugar (M.A., 75 anos).

A passagem de Icapuí a município também foi sentida como uma mudança radical pelas pessoas que dependiam do comércio ambulante, nas festas no centro:

Porque no tempo em que eu nasci, Icapuí era muito diferente. [...] Era... Nada tinha. Eu mesma vendi muito bolo em Icapuí quando tinha festa, no chão, sentada. Com três trempes, fazendo café para vender. Hoje em dia, não se fala mais nisso, né? Hoje em dia Icapuí é cidade, né? [...] Olha, mudou muita coisa! [...] Mudou que o pessoal lá nada tinha e hoje em dia tudo é rico, tudo tem o que é bom. Mudou pra tudo no mundo Icapuí. Porque era muito diferente, como eu tô dizendo à senhora, que a gente chegava lá, contava as casinhas. Não tinha uma casinha que valesse. O que valia mais lá era a igreja. E mais nada. E hoje em dia a gente chega lá e não sabe mais nem onde tá. Eu, pelo menos, não conheço mais (I.B., 75 anos).

Na continuação deste trecho, de novo aparece a fórmula de identificação com o local baseada no fato de ter nascido e se criado no atual município:

É, nasci e me criei, e continuei a vender bolo lá, e hoje não conheço mais Icapuí. Porque quando eu andava lá, não era daquele jeito! Hoje eu não conheço nada lá. Somente o banco e a igreja, que eu ainda sei onde é, mas as casas das conhecidas, não conheço. Então, tá diferente (I.B., 75 anos).

A rapidez com que ocorreram as mudanças no município constitui uma das narrativas da nova tradição e foi freqüentemente citada, tanto por pessoas que participaram diretamente como também pelos que não participaram do movimento de emancipação. Grande parte do discurso que exalta Icapuí como um município com gestão eficiente reproduz a versão de que em Icapuí as transformações foram muito rápidas e palpáveis. Alguns entrevistados, contudo, atribuem a aparente velocidade da mudança à imensa carência que vigorava no município em todos os setores e/ou à intensa vontade de mudar:

Talvez pela história assim tão rápida, né, assim, pela mudança tão rápida. Porque quem conheceu Icapuí em... até 1970, digamos, e vem a Icapuí depois de dez anos, a 80, em 80 [1980], já vê Icapuí, uma outra cidade. Né? Uma outra cara. Não é que seja extraordinário. É porque aqui era TÃO [ênfase] subdesenvolvido, certo?, que não tinha nada que... Assim, de repente, não sei como, essas coisas aparecerem assim. E aí... [...] Eu acho que a nossa vontade de mudar. Humm... Nós sofremos demais com as administrações que tinham aí, né? Quando apareceu uma pessoa que quis, assim, que nos deu a oportunidade, a gente não quis mais parar, né? Continuou e não vai deixar cair, não (N.E., 43 anos).

Eu acho que é um povo aguerrido mesmo, né. É um povo que amadureceu mesmo quase que no carbureto.[...] Carbureto é um... é um material que você põe para amadurecer banana, lar..., maracujá. Porque vai mais rápido. É um produto químico. [...] [riso] O carbureto, no caso, é a pressa com que nós entendemos a situação, entendeu? É a pressa com que nós nos... nos fizemos notar no mundo. Por que Icapuí, hoje, não é uma cidade... somente uma cidade de referência no Brasil. Em alguns outros países Icapuí, já foi citado (D.M., 64 anos).

E se nossos entrevistados dizem que é como se Icapuí nascesse com a emancipação, este é também considerado o marco do nascimento do icapuiense de hoje – feliz, diferente, ousado, criativo, lutador, segundo as qualidades listadas por um entrevistado:

Um icapuiense [pausa]... é uma pessoa feliz e uma pessoa diferente até. [...] Pensa diferente, age diferente, faz as coisas primeiro de que todo o mundo, busca as coisas, luta pelo que quer, acho que isso define.[...] É lutar pelo que quer. [...] É por que, é isso que eu disse, que luta pelo que quer, que chega primeiro, que faz primeiro, que é ousado, que... criativo. Não estou dizendo que os outros não são, mas a gente sempre sai na frente (A.E., 26 anos).

Ao lado da velocidade da transformação, alguns entrevistados mencionam freqüentemente a posição de vanguarda ocupada pelo lugar e seus habitantes, saindo na frente e sendo os primeiros a avançar em setores muito importantes para o pleno exercício da cidadania, como se pode observar na fala a seguir:

E uma coisa interessante é que, assim, o nome Icapuí, por todo o processo, ele passou a ser também [ri] um patrimônio, assim, pra mim. Eu vejo Icapuí, assim, como uma coisa, quando fala Icapuí eu percebo como se fosse uma coisa boa, como se fosse uma coisa diferente, como se fosse uma coisa alegre (N.T., 34 anos).

Segundo alguns entrevistados, as rápidas transformações sociais por que passou o município trouxeram novo valor até para o nome de Icapuí, antes desconhecido:

É tanto [que se reconhece Icapuí] que pessoas estão colocando [o nome do município] em feijão, em sandálias. Sandália Icapuí, feijão Icapuí, arroz Icapuí, isso começou a ser até uma marca pra fazer marketing e vender produtos na região, porque é uma coisa que é, toda a região sabe (N.T., 34 anos).

Você é de Icapuí? Sou. Ah, aquela cidade assim, assim, assim, assim. Ah, parabéns, e tal (N.T., 34 anos).

Uma vez, eu estava, eu estava na rodoviária, aí perguntaram pra onde é que eu vinha. Eu disse que vinha pra Icapuí. Aí: Icapuí! [tom de incompreensão] Onde é Icapuí? Passou. Depois de muito tempo, né? Aí, numa... lá, também em Fortaleza, me perguntaram de onde eu era. Eu disse que eu era de Icapuí. Aí a pessoa: Ah, Icapuí! [tom de aprovação] Sou louca pra conhecer Icapuí. É assim. Há tão pouco tempo ninguém conhecia Icapuí, né? E de repente todo mundo já queria conhecer Icapuí, gostava (N.E., 43 anos).

Destacamos a seguir a menção, feita pelo mesmo entrevistado N.T., de que o “valor agregado” ao topônimo – como vimos, de grande aceitação pelo público devido aos resultados obtidos pela gestão do município – vem sendo usado por pessoas e/ou grupos que não têm qualquer relação com o projeto que deu fama ao município, como é o caso de um revendedor de mercadorias de Juazeiro:

Então, teve um cara lá de Juazeiro, que é muito lo... lá do outro lado do Ceará, que pegou isso. Ele tem, ele tem um, um grande depósito que ele compra e revende essas mercadorias, compra em grosso e depois passa para o varejo, e ele colocou essa marca. [...] sandália Icapuí, não-sei-o-quê Icapuí, feijão Icapuí. Então, hoje passou a ser uma marca explorada economicamente também (N.T., 34 anos).

Ao acrescentar a palavra “também” no final da última frase, o entrevistado parece sugerir que há outras formas de explorar a marca inspirada no nome geográfico. A satisfação de receber os parabéns por ser de Icapuí, mencionada por alguns entrevistados, parece ter muito valor “também”.

5.2.2.1. Construindo a nova tradição

Depois da criação do município, a nova administração mudou nomes de ruas, de escolas. A antiga praça da Mutamba, situada na entrada de Icapuí, teve o nome modificado para praça da Liberdade. A mudança do nome da praça se associa à grande reunião desde então promovida ali todos os anos, no dia do aniversário da vitória do *sim* no plebiscito:

A emancipação do município, que é em janeiro, nós trabalhamos um cortejo que sai da praça da Liberdade até a praça Central. São seis quilômetros a pé, e a gente expressa nessa caminhada, no dia 22 de janeiro, expressa movimentos, arte, as pessoas. Todo mundo andando, caminhando, falando da importância que foi a nossa liberdade (D.X., 41 anos).

Também os nomes das escolas foram modificados e hoje homenageiam professores e professoras do lugar, reconhecidos por manterem a educação nos tempos mais difíceis daquelas praias isoladas:

a escola foi... que hoje é Mizinha, mas antes era Zita Costa Lima, foi onde eu estudei (N.T., 34 anos).

Nem todos os topônimos foram alterados. Alguns, entre eles o próprio nome de Icapuí, tiveram, em lugar disso, seu significado renovado, a fim de transmitir a mensagem da administração municipal. Um dos entrevistados, diretamente envolvido no movimento de emancipação, rememorou as circunstâncias do surgimento da tradição da “canoa veloz”, de que foi testemunha:

essa definição da canoa veloz foi o Napolini, que... que atualmente é o secretário de educação do estado, foi ele que foi lá procurar, pesquisar essa definição de Icapuí (A.R., 45 anos).

Antes do momento descrito, as duas expressões – *Icapuí* e *canoa veloz* – ainda não estavam associadas. Teria começado, portanto, nessa pesquisa, a construção de um novo sentido para a palavra Icapuí, abrindo espaço para novas construções de sentido também em torno do município e de suas características. Além de estimular a associação da velocidade da canoa com a rapidez com que o município empreendeu suas conquistas, os novos administradores municipais comparavam seu ofício ao do timoneiro, que deve saber o rumo a tomar, para usar as palavras empregadas por um de nossos entrevistados, outra liderança da primeira hora:

a gente sempre usa, certo? A gente diz que se estamos nesse barco, o barco veloz, que sabemos o rumo que ele quer chegar e precisa ter os timoneiros que somos nós... da administração (D.X., 41 anos).

Outro entrevistado, líder comunitário e educador, lembra como a tradução foi disseminada. Cabe observar aqui que ele usa a frase na voz passiva (“era dito”), o que esconde o seu agente:

isso era dito: Icapuí, canoa veloz [...] Canoa veloz na linguagem indígena (I.L., 63 anos).

De maneira semelhante, um dos entrevistados faz uso de uma oração sem sujeito para se referir ao fato, novamente tornando o agente indeterminado:

Existem livros, um livro, Canoa Veloz, que a gente lê e pessoas ligadas diretamente ao movimento, este movimento mais recente de 80 [1980] para cá (Z.V., 26 anos).

Um dos líderes do movimento de emancipação se estende mais na explicação da apropriação desse significado de canoa veloz pelos gestores do município para o fortalecimento desta identidade associada ao nome do município, que evoca, segundo ele, essa tradição, descrita como um “resgate”. O verbo usado, *resgatar*, ajuda a sugerir a antigüidade da tradição que, apesar disso, como vimos, é recente. Seguem alguns trechos de sua fala:

nós resgatamos um pouco isso, dessa história do nome, né? Canoa veloz, né? Canoa ligeira. [...] Esse nome, Icapuí, nós resgatamos muito na escola (D.X., 41 anos).

A gente trabalhou muito nas músicas, né, no sentido que ela é que a barca tá .. que o povo [...] O tema de um ano foi que o povo tomou a direção a barca, a barca que era canoa veloz e tal e que não pode sofrer desvio, tem que ter um leme forte. Desenvolveu um pouco essa coisa, assimilando. Associamos muito ao nome Icapuí. Quer dizer, nós trabalhamos, estamos trabalhando muito bem esse nome, né? Da canoa que tem que ser ligeira mas tem que ter um leme forte, não pode sair do rumo porque... Essas coisas assim, né? Na história você vai perceber isso, nas músicas... Muita coisa aí que fizeram (D.X., 41 anos).

eu acho que tem que ser alguma coisa mais ligada a raiz, a terra, a coisa, né? Icapuí tem a ver com o índio, a canoa, né? Quer dizer, o modo de vida, de pesca, era isso. Eu acho que isso é muito importante (D.X., 41 anos).

Os novos líderes políticos, entre os quais um auto-declarado representante da “segunda geração” de estudantes partidários da emancipação, também participam do

esforço para associar Icapuí e a canoa veloz. Eles representam um grupo que não participou diretamente da emancipação mas apoiou o movimento, contribuindo para consolidar suas bases.

Icapuí significa é... é... canoa veloz, né? E aí, assim, eu já... eu vejo em Icapuí essa canoa veloz, mesmo, né? Que... que navega numa velocidade, né, que... que ela não... não pára, né? E aí, assim, dentro de um mar que é muito amplo, né, e que inclusive essa amplitude, ela não se restringe só a Icapuí. Ela pode ir muito além. Eu a... Eu acho fantástico, assim, o nome de Icapuí. Eu adoro dizer essa palavra: Icapuí [...] significa canoa veloz, então ela tem que estar sempre veloz (M.R., 36 anos).

o nome Icapuí hoje empurra essa cidade pra frente (N.T., 34 anos).

A canoa é um signo forte em Icapuí, pois a cidade se identifica com a praia, onde a atividade mais visível é a pesca, corporificada nos barcos e pescadores, além dos currais, como são chamadas as armadilhas para peixes, e a coleta de algas marinhas e moluscos nos bancos de areia. A fama de que goza a vizinha praia de Canoa Quebrada pode bem ilustrar a força que tem a imagem da canoa localmente. Para constatar a atração que desperta também fora da região, basta conferir os dados que situam Canoa Quebrada como principal destino turístico no Nordeste brasileiro. Quanto ao adjetivo *veloz* associado a canoa na “tradição de tradução” do nome Icapuí, são muitos os entrevistados que procuram confirmar sua pertinência.

Quinze entre vinte entrevistados fizeram a associação do nome Icapuí com a idéia de canoa veloz, às vezes até indiretamente, ao expressar a velocidade com que o município faz avanços, como na última fala, acima, do entrevistado N.T., em que ele sugere que o nome, tal qual a vela de um barco, ajuda a cidade a avançar rapidamente. Trata-se, assim, de um caso de tradição inventada, no sentido dado por Hobsbawm & Ranger (1984), construção recente mas com o indispensável sabor de antiguidade exigido pela tradição,

promovida pela prefeitura de Icapuí de várias maneiras e repetida pelos entrevistados à guisa de “comprovação” do dinamismo local.

Os trechos a seguir foram extraídos das entrevistas com entrevistados que não tiveram participação nem na emancipação, nem nos primeiros anos da construção do município, exceto como cidadãos e estudantes da rede pública. Nascidos entre o fim da década de 1970 e o início da década de 1980, tinham no máximo quinze anos de idade na data do plebiscito e, no momento da entrevista, menos de trinta anos. Estes entrevistados reproduzem a tradição que “traduz” o nome *Icapuí* como *canoa veloz* e, praticamente no mesmo nível de importância, também a tradição que rememora o nome anterior, *Caiçara*, marco do início da institucionalização de Icapuí, e a tradução do nome *Caiçara* como *cerca indígena*:

vem de uma palavra indígena chamada igara-puí e significa canoa veloz (N.T., 34 anos).

[Icapuí significa] Canoa veloz [...] Igarapuí. Aí, fizeram uma mudança, uma adaptação no nome (Z.V., 26 anos).

Icapuí no passado, eu até poderia citar datas, mas é que eu não estou lembrando, era conhecida como Caiçara. Caiçara é a cerca que cerca a tribo indígena que depois, por força de um decreto-lei, passou a se chamar Icapuí. Icapuí é uma corruptela de uma palavra indígena “igarapuí” que quer dizer coisa ligeira, e Icapuí, na verdade, quer dizer canoa veloz, ou canoa ligeira, como queira (D.U., 26 anos).

Dizem é que é canoa veloz [...] da língua tupi-guarani e quer dizer “alguma coisa ligeira” e depois tendo a denominação canoa veloz.[...] Eu li isso há poucos dias até. Eu sei que era Caiçara. Aí, houve uma mudança... eu li há poucos dias, mas eu não me recordo bem. Mas eu sei que é canoa ligeira, estava lendo, acho até que tem até um documentário sobre isso (A.E., 26 anos).

uma cidade que tem como sinônimo, como tradução, canoa veloz, a embarcação que corre veloz no mar e o mar é nosso bem mais precioso (D.U., 26 anos).

Verifica-se que, entre os entrevistados mais jovens e que não participaram diretamente da emancipação, encontra-se bem fixado esse significado de canoa veloz, construído, como se disse, mas disseminado como tradicional ao ganhar roupagem indígena. Falamos em roupagem porque, até onde se pôde pesquisar, o nome Icapuí, como a maior parte dos topônimos alterados a partir da chamada Lei Geográfica do Estado Novo, por volta de 1943, não foram absolutamente colhidos no lugar, nem escolhidos ou referendados pela população ou poderes constituídos dos municípios e distritos afetados, e não têm relação necessária com os nomes tradicionais. Citamos pelo menos um caso, talvez dois, de municípios renomeados que declararam claramente ter sido a alteração feita sem respeito à vontade da população (ver Capítulo 2).

Mais de um entrevistado mistura as informações disseminadas pela administração municipal e trata as expressões *Canoa Veloz* e *Igara-puí* como se ambas fossem nomes que antecederam a denominação Icapuí.

O nome inicial era Igara-puí, né? Que significa canoa veloz, né? E de Igara-puí, eu não sei se foi uma comunidade indígena que deveria viver por essas margens aqui, que transformou em Icapuí (D.M., 64 anos).

Verificou-se alguma confusão dos nomes e dos significados atribuídos a eles até entre entrevistados que participaram da emancipação. Isso mostra que a “lição” sobre a tradição da canoa veloz, em alguns casos, não chegou a ser bem assimilada, ainda que esteja presente a idéia de identificação dos habitantes com o avanço rápido:

Até pelas raízes, é que Icapuí é pedra... é barco veloz, tem muito a ver aqui. Já Caiçara era pedra. Quer dizer, é muito nativo, muito nosso (E.A., 45 anos).

É canoa veloz. [Quanto a quem escolheu esse nome...] Um antropólogo que estudou esse tipo de coisa. E aí Zé Airton declarou isso aí. Ele fez um livro até. Também um livro. E publicou que Icapuí é canoa veloz. [...] porque é uma coisa que não pára. Sempre é indo, é indo, é indo (C.R., 45 anos).

Antes era Canoa Veloz, Icapuí, o nome dela (N.E., 43 anos).

Numa análise mais atenta, é possível verificar que não fazem menção à “canoa veloz” justamente as pessoas mais velhas e as lideranças comunitárias mais antigas de Icapuí. Pode-se arriscar a interpretação de que isso indica o limite do alcance da disseminação dessa “tradução” do nome Icapuí pela administração do município, que não foi repetida por essas pessoas, todas com mais de sessenta anos de idade. Não afirmamos, porém, que se deva à idade, mas sim à falta de acesso à disseminação da tradição promovida pela administração municipal, especialmente por intermédio das escolas do município e da publicação de livros e cartilhas.

Encontram-se, assim, num extremo dessa escala, entrevistados mais velhos que nem tomaram conhecimento da “descoberta” da tradução de canoa veloz, e, no outro extremo, os que crêem na tradição, como se tivesse sido sempre conhecido o significado de canoa veloz para Icapuí. É aceita em geral entre os entrevistados a tradição de ter sido o topônimo criado por um grupo indígena que teria habitado o lugar anteriormente. O desconhecimento de detalhes sobre o suposto grupo indígena tradicional e sobre a tradição ligada aos topônimos – tanto Caiçara quanto Icapuí – sugere que repousa unicamente no fato de serem palavras em língua indígena a crença dos entrevistados nessa tradição.

Vimos que a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas sugere uma continuidade histórica, um passado antigo (Hobsbawm & Ranger, 1984). O contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social torna a invenção da tradição importante numa discussão sobre identidade de lugar, ou pertencimento a uma “comunidade de imaginação” (ver Baczko, 1984, em Carvalho,

1990). A idéia de tradição e história contida no nome do município se expressa na seguinte fala do entrevistado N.T.:

E uma coisa interessante é que, assim, o nome Icapuí, por todo o processo, ele passou a ser também [ri] um patrimônio, assim, pra mim. Eu vejo Icapuí, assim, como uma coisa, quando fala Icapuí eu percebo como se fosse uma coisa boa, como se fosse uma coisa diferente, como se fosse uma coisa alegre (N.T., 34 anos).

5.2.2.2. Memória e identidade icapuiense

Na construção da identidade de lugar, vimos que os símbolos desempenham um papel de destaque. “Tradições inventadas”, lembra-nos Hall (2000), “tornam as confusões e os desastres da história inteligíveis, transformando a desordem em ‘comunidade’” (p.55). Vimos também as três categorias de tradição superpostas de que tratam Hobsbawm & Ranger (1984): as que simbolizam o pertencimento ao grupo, as que legitimam instituições e relações de autoridade, e as que têm por objetivo a socialização e a inculcação de sistemas de valores e padrões de comportamento.

Assim, como se calçassemos as botas de sete léguas evocadas das lendas por Halbwachs (1999, p.120), com a ajuda dos marcos firmados pelas narrativas da tradição, podemos promover a passagem instantânea do ano de 1500, quando começa a história de Icapuí, com a visita de Pinzón, para 1984, ano em que se (re-)instituiu o cidadão icapuiense. Os marcos podem ser datas, personagens, famílias, edificações, nomes, mudanças de nomes, tradições ligadas aos nomes. Eles vão nos interessar à medida que em torno deles se articulam as narrativas da tradição.

Alguns entrevistados situaram o marco histórico mais antigo de Icapuí em 1500, na visita de Pinzón àquela costa:

antes de Cabral chegar aqui, chegou um espanhol, Vicente Yañez Pinzón, que chegou aqui e aportou na região de Ponta Grossa. Não tem dados comprovados cientificamente, mas alguns estudos levam a crer isso, né? (A.E., 26 anos).

na história que eu tenho, um livro antigo, que Pinzón passou aqui, descobriu antes de que Cabral lá na Bahia, Tem um livro aí, feito por Tomás Pompeu... até hoje (C.R., 45 anos).

No discurso da maioria dos entrevistados, a tradição que se promove é a da passagem a município, que cada um representa de acordo com a memória de seu grupo. Quase todos evocam o plebiscito como o momento inaugural. Outros, especialmente do grupo dos participantes da emancipação, recordam uma época anterior, quando da primeira eleição de José Airton Cirilo da Silva para vereador de Aracati. Seleccionamos alguns segmentos de discurso ilustrativos destas tradições; todos eles fazem referência a José Airton Cirilo da Silva, vereador e, depois, primeiro prefeito de Icapuí:

O nosso primeiro prefeito, o doutor José Airton, conseguiu se eleger vereador de Aracati. E com esse, com esse passo que ele deu, ele começou a ter uma outra visão. E foi aí que nós começamos uma nova história em Icapuí (D.M., 64 anos).

Zé Airton, que foi o primeiro prefeito. E inclusive, antes dele ser o prefeito de Icapuí, nós o elegemos vereador em Aracati. Aí, já foi mais... Foi o primeiro passo para que desse passo a gente conseguisse ter, assim, uma referência... de uma pessoa dentro do grupo que pudesse lutar muito mais porque já tinha mais uma... uma questão assim de... de... de entendimento na política e tal. E foi daí... Aí começamos. Começamos a luta e... Deu no que deu. [Riso] Fomos... ganhamos o plebiscito, com muita luta. Depois, fomos para a primeira prefeitura, primeiro prefeito, conseguimos eleger. Que foi esse que iniciou, conseguimos eleger. E daí foi muita luta, muita determinação, passou-se à prioridade número um dele, como primeiro prefeito, foi que toda criança tivesse escola. Ninguém poderia ficar sem estudar (A.R., 45 anos).

em 82 [1982], aconteceu um fato interessante, tem um amigo nosso, que é o Zé Airton que ele se candidatou a vereador em Aracati, por que aqui era distrito, mas

representando Icapuí. Aí disseram: Não, não vai ser eleito. Foi o segundo vereador mais bem votado da região, deu 625 votos, e a força dele era menor, não tinha dinheiro, não tinha nada. Eu me lembro que nós fizemos uma cota, compramos uma Brasília velha e botamos duas bocas em cima e todo o final de semana a gente fazia comícios aqui nas comunidades, quando o pessoal vinha para beber uma cervejinha, uma cachacinha, a gente vinha para fazer comício. Isso em 82 [1982], Zé Airton foi eleito (Z.A., 44 anos).

Outra entrevistada, que declarou ter participação na emancipação, mas com menor grau de envolvimento que os três mencionados nas falas acima, conta sua versão dessa fase. Falando sobre seu processo de adesão às campanhas, a entrevistada mostra como o movimento inicialmente liderado por José Airton foi capaz de contagiar a população com entusiasmo crescente, e assim o descreve:

quando o Zé Airton chegou por aqui, né? Que foi ele quem desbravou, como se isso aqui fosse... [risos] Ele era uma p... Assim... Ele sempre foi filho daqui, saiu pra estudar, voltou. E logo assim na época a gente, eu era casada de bem novinho e ele sempre chegava aqui na frente, pessoal de frente aí, a minha sogra, a minha cunhada. Tudo é família. E ele chegava e estava eu, meu marido e minhas cunhadas. Aí ele, a pé, perguntando se a gente não, assim, não gostaria de, junto com ele, a gente emancipasse Icapuí, que isso aqui não estava... estava nos domínios de Aracati. Isso aqui nunca ia pra frente. Então a gente começou... E ele falava assim tão empolgado que isso foi, assim, tomando gosto, né? E... No mesmo ano, ele foi candidato e eleito a vereador daqui. Daí ele foi pra Aracati, por Aracati. Lá em Aracati, ele começou, pela emancipação. Conseguiu. E daí. Foi quando ele prefeito... com dois anos já.... Assim, de, de... Com dois anos de vereador, ele já se candidatou a prefeito e ganhou, né? E daí pra lá continuou a luta. E nós estamos, assim, cada vez mais empolgada com ela [risos] (N.E., 43 anos).

Entrevistados que não acompanharam de perto esse primeiro momento narram seu encontro com José Airton quando ele já havia sido eleito vereador:

Aí, tinha um vereador, Zé Airton Cirilo, que era um que estudou e tinha essa previsão de um dia mudar, mudar uma cidade, ficar independente do Aracati. Então ele viu que isso era uma... era... dava... dava certo... e ele combinou-se com as pessoas, com a associação de liderança e moradores, e surgiu de fazer o plebiscito, então, que mudou a cidade (C.R., 45 anos).

Eu abri a carta, a carta era uma carta de recomendação. Pedia na carta que eu desse todo o apoio a àqueles dois rapazes. Um deles era José Airton, que era vereador de Aracati, eu nem conhecia. Eu disse, vocês são o quê? Ele disse: eu sou Zé Airton, vereador pelo PMDB, moro a... sou daqui de Icapuí, mas eu sou vereador no Aracati. E o outro, ou era o Dedé Teixeira, que é o atual prefeito, ou era o Antônio César. Não me lembra bem, mas parece que era o Dedé Teixeira. Eu disse: o que que você quer que eu faça? Ele disse: quero que você me dê apoio, quero que você me ajude nessa luta da emancipação de Icapuí. E eu disse: e eu vou começar por onde? Ele disse: vamos às... quero que você me mostre as lideranças do município, pelo menos da região onde eu moro. Aí eu fui com ele, num carro velho, Fiat, que nem dele era (I.L., 63 anos).

Nos trechos abaixo, vemos os dois lados de um movimento de coleta de assinaturas em favor da lei de criação do município. De um lado, o depoimento de um ativista que trabalhou ao lado de José Airton e assim se refere à época:

Zé Airton foi eleito. Quando foi em 82 [1982], 83 [1983], nós preparamos o terreno, fizemos abaixo-assinatura, fizemos a Assembléia Legislativa para apresentar o projeto de lei de criação do município, e tinha que ser de um deputado. Deputado Castelo de Castro fez isso, né? E nós, claro, evidente, por trás, aí a famí ... a nossa família, que era o poder local, nos apoiou nesse momento, achou que era importante a criação o município. Todo mundo nos apoiou e a gente sentiu força e quando foi em 84 [1984] teve o plebiscito e aí nós ganhamos o plebiscito. O “sim” ao município ganhou com uma pequena margem acima do “não”, porque o prefeito de Aracati claro que não queria, porque a maior fonte de renda do Aracati era Icapuí, e a maior fonte eleitoral também (Z.A., 44 anos).

De outro lado, o depoimento de um entrevistado, na época uma liderança comunitária, que, ao se referir à coleta de assinaturas para a emancipação do município, numa festa local, menciona as dificuldades enfrentadas pelo movimento:

Quando eu lembro-me que uma festa do dia das mães aqui na comunidade, quando José Airton – na época ele era ainda um jovem, ainda não tava na política – pedia assinatura, se a gente concordava em fazer esse trabalho de emancipação. [...] minha companheira, professora, assinou e chegou uma pessoa: não assina, não, que vai... isso não vai ser bom, Icapuí passar a cidade, nós vamos sofrer. Aí a mulher ficou chorando, pra não... pra desmanchar o nome que tava na assinatura, né? Isso é comunidades que resistiam. Ainda hoje tem comunidades que resistem, aquelas comunidades que não tão ainda...(D.L., 60 anos).

José Airton é personagem de menção obrigatória, não apenas na história da emancipação, mas também na tradição de participação popular na gestão municipal:

E na década de 80 [1980], Zé Airton, hoje vereador em Fortaleza, foi um dos baluartes da emancipação, conseguiu fazer... reunir popularmente a cidade com estudantes, com lideranças comunitárias e aí, nesse tempo, também a Igreja Católica tinha um trabalho de base popular já bem fundado, já bem concreto no município e tudo isso influiu para que se criasse um movimento popular. Esse movimento popular surgido daí fez com que Icapuí se tornasse de fato município em 1984. Daí a história da participação popular no processo histórico de Icapuí. A prefeitura quando iniciou não tinha estrutura nenhuma, não tinha um prédio para funcionar, não tinha recursos financeiros, o que fez com que o gestor naquela época, Zé Airton, necessitasse da aprovação popular para tudo o que ele fosse fazer, porque se não ele não ia conseguir governar coisa nenhuma, sem estrutura alguma. Aí essa participação popular foi fundamental na construção da estrutura administrativa do município e na condução dos primeiros passos do município e desde então a gente ganhou a fama de gestores com participação e então o processo se deu através disso aí (D.U., 26 anos).

E aí, Icapuí começou a luta. E aí, quando Icapuí emancipou-se, todo mundo se sentiu responsável. E como todo mundo se sentiu responsável, muito embora lhe apareceu um líder, que era o Zé Airton, né? Ele realmente foi o cara que fez o movimento. Não foi sozinho, não foi só ele. Icapuí chegou onde chegou, que é referência para o Nordeste, para o Ceará, em termos de educação e saúde, não foi só por Zé Airton. Zé Airton foi um dos... um dos tais... mas não foi só por Zé Airton. Foi todos nós (I.L., 63 anos).

A tradição inclui a narrativa de duas tentativas anteriores de emancipação de Icapuí, às quais muitos se referem como se pudessem delas se lembrar. De Halbwachs (1999), é oportuno evocar agora a descrição da mistura, promovida pela memória coletiva, dos sentimentos individuais com os do grupo, a tal ponto que o entrevistado quase sempre não se dá conta de que muitas de suas idéias são, na verdade, do grupo, e que ele apenas as reaviva de acordo com a necessidade e o lugar em que se encontre. As tentativas anteriores de emancipação são “lembradas” como parte da estratégia de mostrar a emancipação de 1984 como ponto culminante de uma antiga luta do povo do lugar. Vejamos um exemplo dessa narrativa de lugar:

Como eu já lhe falei, Icapuí foi uma terra muito sofrida, abandonada pelos poderes públicos de Aracati. Acontece que houve alguns movimentos, bem antes da emancipação, para emancipar Icapuí. Esses movimentos não tiveram êxito, não tiveram resultado. [...] Não, tinha... O que... É que tem um grupo de pessoas que tentaram emancipar. Mas eu acho, eu nem acho que as pessoas mesmo... O povo de um modo geral não tinha nem muito essa consciência. Eles tinham uma consciência que eles sofriam o desprezo de Icapuí... [corrige-se] Aracati. Como emancipar, não sei. Isto, mas a emancipação de Icapuí, ela tem detalhes que não é contada, que não foi contada (I.L., 63 anos).

Quando se diz que há detalhes da emancipação de Icapuí que não foram contados, se está sugerindo que novas narrativas podem ser descobertas ou reveladas, passando a compor os discursos. Como vimos, as narrativas têm o poder de interligar os marcos, as datas, e tendem a unificar os esforços anteriores em uma trajetória compreensível, como se pode observar na fala a seguir:

Nós passamos assim... por esses dois fracassos. Isso criou o estigma do fracasso da emancipação. Em 1980, nós [...] começamos a vir todos os finais de semana para cá e começamos a colher assinaturas das pessoas que acreditavam na gente e que poderíamos tornar Icapuí independente do Aracati.[...] E participei ativamente do plebiscito, foi em 85 [1985], eu já tinha terminado meu curso, tinha vindo para cá e eu vivi basicamente 24 horas o plebiscito, certo? Aí, a gente recebeu um certo apoio de alguns colegas nossos, né? (Z.A., 44 anos).

Muitas vezes, essa narrativa contribui para consagrar nomes e valores que moveram a emancipação. Observa-se que o nome da família Costa Lima representa o adversário político e a força das oligarquias nordestinas. Do lado dos emancipados, José Airton é o nome de menção obrigatória, mas também se mencionam outros, inclusive os nomes dos que passam a ser considerados “antecessores”. A narrativa de lugar apresenta José Airton (muitas vezes ao lado de Dedé Teixeira e Antônio César) no ponto culminante de um esforço iniciado por outros defensores da idéia de emancipação, em épocas anteriores.

A luta do município foi muito grande. Há muito tempo lutavam para que o município fosse instalado e nunca conseguiu, porque o Aracati tinha umas pessoas muito forte, a política de lá era umas pessoas tudo forte. Lá era quem mandava,

era os Costa Lima, os Porto, e ali tudo era forte. Eles era que mandavam e dizia: é fazer assim e faziam mesmo. E tudo o que faziam para o município, eles engavetavam, e nunca saía. Depois começou a oportunidade de dizer vamos passar isso aqui a município mesmo e saíram os jovens daqui do nosso município, como José Airton, Dedé Teixeira, e diversos que acompanharam eles, muitos jovens aqui. Acompanharam numa luta muito grande e enfrentaram mesmo com garra pra que isso fosse... passasse a município. E eles também, Aracati, lutando contra, pra que não passasse. Tanto que muitas pessoas ainda votaram contra. Porque achavam que era uma ilusão isso aqui passar pra município. Porque as coisas iam piorar, as coisas não iam dar certo, porque ia ser manobrado por pessoas daqui, e tudo ia ficar pior ainda. Mas, ao contrário. Acho que tivesse passado pela... pela primeira vez que foram lutar, tivesse passado, já tinha melhorado muito. Mas com essa luta de Zé Airton, e os menino, Dedé Teixeira, graças a Deus melhorou muito (D.I., 64 anos).

O entrevistado acima usa a palavra *menino*, expressão local que é sinônimo de *filho* ou *criança*, para se referir aos líderes da emancipação, caracterizando-se mais uma vez a idéia de que o grupo era jovem, ou filho de pessoas já conhecidas. Dos que empreenderam esforços no passado, foram citados: Orlando Rebouças, Marcondes Oliveira, José Ferreira. Destacamos algumas falas:

Teve aquelas pessoas que encabeçaram a emancipação, como antes, assim, muito antes, foi doutor Orlando Rebouças, foi... é que agora eu tô esquecendo o nome do... que ele era... E José Ferreira. E aí depois veio o jovem, José Airton, que tinha os mesmo ideais de emancipação. Eles lutaram, lutaram, esses mais velhos, mas não conseguiram, né? Porque acho que o grupo ainda era muito restrito, tinha o ... O nosso município era muito atrelado a Aracati, tinha os... aquelas pessoas que eram político lá. Eles conseguiam manipular a nossa, o nosso município, que era Aracati, mas era essa região de Icapuí (D.L., 60 anos).

Em outras épocas, assim, teve já uma outras pessoas. O seu José Ferreira, também, que foi uma pessoa que começou. Marcondes Oliveira, também, foi um dos pioneiros. Mas começou e não continuou, né. E daí só mesmo em... em 83 [1983], por aí, foi que, foi que o Zé Airton começou mesmo e foi pra valer. Então, eram essas duas pessoas: o José Ferreira, que eu conheço, e o Marcondes de Oliveira também deram o pontapé inicial mas não, não passou daquilo ali, não. Só com o Zé Airton mesmo (N.E., 43 anos).

Eu sei que houve assim umas lutas anterior a essa, eu acho que foi em 49 [1949] se eu não me engano, teve um pessoal que era o José Ferreira, um juiz federal que é daqui de Icapuí, que é o doutor Orlando. Então eles lutaram algumas vezes para essa emancipação e não conseguiram. Aqui era a família Costa Lima que governava Aracati, como aqui era distrito de Aracati, então eles mandavam em tudo, aquele coronelismo mesmo. E aí, houve em 84 [1984] um plebiscito, né?

Para ... que era sim ou não – eu lembro dessa época, eu era pequeno, mas eu lembro – para que fosse emancipado. Então, a população quis e aí Zé Airton liberou isso. E hoje a gente tem o nosso município (A.E., 26 anos).

Nem todos, contudo, citaram os nomes quando lembraram os movimentos do passado:

Se deu desde décadas bem mais atrás o interesse de emancipar, tornar Icapuí município mas idéias essas que sempre, não conseguiam se concretizar a ponto de tornar Icapuí um município (D.U., 26 anos).

A emancipação foi um processo difícil, pelo que eu escutei falar. Eu acho que eu... Eu era garoto e participava um pouco, de uma forma afastada, mas o movimento mesmo, segundo pessoas que passaram participaram ativamente, foi difícil. O José Airton, dizem que ele... houve um movimento anterior, historicamente anterior a esse e que eu li, só não lembro qual ano, que Icapuí já tinha sido cidade, e aí por força de um decreto ele deixou de ser cidade, e teve uma outra pessoa que estava envolvida, o nome da pessoa eu não lembro no momento. E aí depois retornou o movimento com o José Airton, então houve sempre muitas brigas com a questão da emancipação, que Icapuí, sendo rico mesmo em recursos naturais, eles tinham muito interesse de Aracati não deixar Icapuí se emancipar (Z.V., 26 anos).

A memória dos entrevistados não parece ter firmado o marco da elevação da povoação de Caiçara a distrito, ocorrida em 1943. No entanto, um evento registrado praticamente na mesma data foi mencionado espontaneamente por quase todos os entrevistados em sua narrativa das tradições de Icapuí: a mudança do nome do distrito de Caiçara para Icapuí, como se viu anteriormente. Cabe destacar aqui que os mais velhos se lembraram de episódios em que se usava ainda o nome Caiçara.

Eu não sei quem que mudou esse nome de Icapuí. Porque aqui nós conhecia como Caiçara. Se chegava o fim do mês de dezembro, tinha o Natal, mês de festa: ‘mbora, Fulano, tudo pra Caiçara. Ninguém falava em Icapuí [...] Nesse tempo também não era cidade, hoje é (I.B., 75 anos).

Eu ‘tava em Fortaleza, quando eu descobri esse nome, Icapuí. Eu tomei até um susto, assim: Icapuí?! Não, é Caiçara. Não, mudou. É Icapuí, agora (M.O., 59 anos).

Os mais novos se lembraram da menção, pelos mais velhos, do nome Caiçara para se referir ao atual centro de Icapuí. A idade não permite a esse grupo mais do que “rememorar” por meio de uma lembrança emprestada dos mais velhos, uma vez que eles não chegaram a viver no lugar quando ele ainda se chamava Caiçara:

algumas pessoas chamavam aqui de Caiçara. Tanto é que ainda tem uns mais velhos que ainda chamam de Caiçara (R.C., 43 anos).

A referência territorial dá outra demonstração de sua força no caso do nome do antigo distrito de Praias. O historiador Freitas ainda pretende explorar o tema, segundo nos disse em conversa informal em 2004, mas já adianta que o nome de Praias só pode ter sido dado pelos freqüentadores que vinham do ambiente não-praiano, das fazendas de Mossoró. As Praias, no caso, se opunham ao sertão. O nome deixou de ser oficial, quando o nome de Caiçara, que era cabeça do distrito de Praias, tornou-se o nome do distrito. O gentílico praiano, usado para designar os habitantes de Caiçara, foi citado tanto como memória quanto como gentílico em uso atualmente.

eles fundaram uma associação, chamada UNEP, que era União dos Estudantes Praianos, porque aqui antes o pessoal chamava as Praias. Então, todo mundo era praiano, não era icapuiense. Então era praiano (N.T., 34 anos).

É praiano, é alegre... É praiano, praiano todo ele é alegre. Se acham todos felizes (D.I., 64 anos).

Somente um entrevistado, em dois momentos, usou a forma alternativa “praieiro”:

era do estado do Rio Grande do Norte, de uma cidade chamada... é... Augusto Severo, que fica no interior do Rio Grande do Norte. E meu pai era praieiro de Icapuí. (D.M., 64 anos).

Olha, eu acredito que o icapuiense, ele tem características muito próprias. Por exemplo: você sabe que todo, é considerado no mundo que todo praieiro é indolente, né? Entendeu? Eu não percebo os nossos conterrâneos como pessoas indolentes, né? (D.M., 64 anos).

Os topônimos se apresentam aqui como pontos fulcrais de representação de mudanças nas identificações locais, sendo simultaneamente marcos temporais:

Conheci Icapuí quando era, antigamente, né, era Caiçara. Chamava-se Caiçara. [...] Com esse nome. Caiçara. Depois... Eu era muito criança. Mas depois foi, a gente, foi passando o tempo e deu esse nome de Icapuí. Mas sempre com as dificuldade, muito grande. Porque sempre, era, tudo era Aracati (D.I., 64 anos).

Outros marcos podem ser a data inaugural – estipulada pelo município de Icapuí em 22 de janeiro de 1984, quando se realizou o plebiscito –, as festas populares, ou ainda os vários símbolos erigidos pela administração municipal em torno do nome de Icapuí. Um deles é o monumento que a prefeitura instalou na praça de Liberdade: uma réplica em tamanho maior do Prêmio Criança e Paz, recebido da Unesco em 1991. Estrategicamente localizada, no entroncamento da estrada com o corredor que leva às praias, desde Barrinha até Ponta Grossa, a Praça da Liberdade é o espaço público urbano mais próximo da estrada para Aracati. Por ter sido o local em que foi recebida a notícia da vitória do “sim” no plebiscito, a praça simboliza ainda hoje a idéia de participação política, pelo voto e pela passeata que parte dali e segue por seis quilômetros até o centro de Icapuí.

Ao narrar a história do lugar quase sempre a partir da emancipação, nossos entrevistados consolidam a divisão local do tempo entre antes e depois da emancipação do município de Icapuí. Assim, a história de Icapuí salta do momento inaugural do Brasil com a visita de Pinzón, ou a visita de Cabral, em 1500, para o reconhecimento do distrito, em

1943, com a quase imediata mudança do nome de Caiçara para Icapuí, para a emancipação de 1959, cancelada pela ditadura militar em 1965, e, finalmente, para a emancipação de 1985, com os prêmios recebidos desde então. Esses marcos, nomes e datas conectam presente e passado e vão construir sentido a partir dos discursos que se articulam a seu redor. É o que se pode depreender da constante menção, pelos entrevistados, das mudanças radicais nas condições de cidadania, como o maior e melhor acesso à saúde, que se pode observar na fala a seguir:

Era muito tirano aqui, os tempo. História, a gente tem que contar do tempo aqui que a gente passou, do sacrifício que a gente fazia. Isso aí. Tinha muito, muito sacrifício. A gente sofria muito. E hoje, à vista de hoje, desses tempo [...] Precisão. Pobreza. Doença. Tudo isso. Doença, se tinha doença dentro de casa, sofria, porque não tinha um doutor. Não tinha nada. Não tinha hospital. Fazia chá de tudo que encontrava, tomava, e era com que escapava, poder de Deus, porque remédio, essas coisas, não existia. E hoje a gente acha diferente, acha muito bom Icapuí porque na hora que tem um doente é só pegar um carro, é só pegar no telefone e o cartão, e liga pra mandar o transporte, de toda qualidade, e se não der jeito lá eles botam pra outro lugar de fora. E são muito boas pessoa. Por isso que eu digo: acho diferente isso aí. Porque no tempo que nós vivia, aqui nos começo, logo, que não tinha, que Icapuí não valia nada, mulher ia pra descansar [parir], acabava morrendo. Muitas morria. Só que [...] dizia, o pessoal diz... Eu, como confio em Deus, eu dizia que morria porque tinha de morrer, mas... O pessoal dizia: morre é por causa da falta de diligência, certo? Certo. Falta da diligência, não tem quem cuide, morre dentro de casa. Mas eu mesmo penso que morre porque Deus quer (I.B., 75 anos).

Também se faz referência à dificuldade de acesso à educação:

a gente sempre dependia de Aracati. E eles nunca fazia nada pra cá, pra Icapuí, pra melhorar a situação de Icapuí. E eles nunca faziam nada pra melhorar Icapuí. Sempre, sempre, eles só queriam as coisa, mas eles não fazia o que precisava pra cá, de escola... No meu tempo, eu não estudei. A bem dizer, quase não estudei. O que eu sei é pouco. Dá p... Eu sei mais ou menos, mas não é o que eu queria. Não tinha escola naquele tempo. Eles não fazia assim com que a gente aprendesse, colégios como tem hoje, pra gente aprender mais, pra gente desenvolver, conhecer mais as coisa. Eles não procurava fazer essas coisas (M.O., 59 anos).

De qualquer modo, todos os entrevistados se referem às insatisfatórias condições de vida que vigoravam antes da emancipação, e à mudança dos costumes e da cidade que se deu desde então:

Em Icapuí antes existiam poucas escolas, não existia tanta assistência à saúde, não existia tantos programas. Urbanisticamente, ele vem mudando, ele não era urbanizado, ele tá mudando, estão chegando novas pessoas na cidade, e também estão implantando também novos costumes. Tem muitas pessoas já também, principalmente na área de praia, os veranistas, que influencia diretamente no modo de cada um. Os interesses, os hábitos, os costumes também mudaram, o pessoal que vive da pesca quem era filho de pescador já tá procurando rumo novo, quem era filho de salineiro, hoje também não existem mais salinas, estão procurando novos mundos. Tudo muda o costume, muda a cidade (Z.V., 26 anos).

Para ilustrar a mudança, cita-se principalmente a nova infraestrutura de estradas, calçamento de ruas, escolas, habitações, postos de saúde, hospital e médicos:

Se vinha um médico, tinha que atender todo mundo, que não era. Vinha um méd... aqui uma escola, aí só estudava quem era filho de compadre. Se for filho de Fulano, estuda, se não, não estuda. Então, essa mentalidade, a gente quebrou (E.A., 45 anos).

Icapuí era uma cidadezinha pacata, assim, calma. Não tinha essa pista que tem hoje. As casinha era assim... Muitas casa era de taipa, era de palha. Era uma cidadezinha assim meia... Era engraçadinha, era legal, mas era uma cidadezinha muito engraçadinha, Icapuí (M.O., 59 anos).

Eu lembro que não tinha praça, não tinha calçamento na rua, a gente brincava e era tudo areia, ah ... não tinha o hospital, era só um posto que a gente chamava de CESPE ... Escola também só tinha uma, aqui na sede, não tinha essas escolas grandes e não tinha segundo grau também, não tinha muitos médicos, era médico era vez por semana, acredito que era isso. E hoje assim, durante esses dezesseis anos mudou, completamente, hoje a gente tem tudo isso (A.E., 26 anos).

Ao falar da mudança radical no acesso à educação pública, alguns entrevistados se referem às escolas sob as árvores, que, por falta de prédios apropriados na época da emancipação, tentaram atender ao objetivo de universalização da educação, com todas as crianças na escola:

Mas não tem prédio.. Mas tem coqueiro, tem sombra, cara. Bota cadeira, bota aí e tem aula. Vamos pagar o professor e ele vai. Mas não tem professor. Traz o professor e vamos ter aula. Então, essa mentalidade, muito bonita, na época, que conseguiu... Aí, quando terminou o mandato de Zé, já com as escolinhas, já, umas dentro e outra parte fora, mas com todo um acompanhamento, uma melhoria de qualidade de ensino, com concurso, aperfeiçoando os professores (E.A., 45 anos).

se funcionava a sala de aula, não tinha o prédio, debaixo de pé de manga, debaixo de coqueiro, quer dizer, isso tudo era uma fantasia real, uma coisa, não era só da fantasia. Era que todo mundo tinha que estudar, porque não estudava. Todo mundo era, tem direito à escola. Aqui não tinha (E.A., 45 anos).

até aula debaixo de cajueiro teve (Z.A., 44 anos).

Outra narrativa freqüentemente evocada é o “recrutamento” de educadores na época entre os próprios administradores municipais, por falta de pessoas com nível educacional suficiente para a atividade:

foi quando eu fui ser professor, o prefeito foi ser professor, todo mundo foi ser professor nesse momento. Foi uma história muito interessante, foi uma construção por demais interessante, todo mundo trabalhava na administração e de noite ia para a sala de aula. Só tinha duas pessoas de nível superior na Secretaria de Educação (Z.A., 44 anos).

Quase todos os entrevistados expressaram satisfação com a universalização da educação no município, atingida antes da década de 1990, bem antes, portanto, da universalização da educação no Brasil, em 1999. Um exemplo é a própria menção, com orgulho, ao prêmio do Unicef, considerado por todos o prêmio mais importante recebido pela administração municipal:

O Unicef pesquisou a situação das crianças em comunidades pesqueiras do Ceará em 88 [1988] e detectou um a coisa totalmente diferente da comunidade vizinha, que era a de Aracati. Em que aspecto? Na questão da... quando se perguntava o que que a criança gostava... o que ela queria ser. Totalmente diferente. Eles detectaram que nós já estávamos na administração há dois anos, dois anos e pouco, três anos, né? Notaram uma diferença extraordinária nas respostas e vi ..

Detectaram, né? Esmiuçaram mais essa realidade e detectaram é... a forte intervenção política, daquele nosso grande anseio que era toda criança na escola, era a universalização, que a gente começou do início, assim, escanca... radicalizando nisso. E aí mudou um pouco o cenário, né? Já em 86 [1986], isso, quer dizer, era revolucionário (D.X., 41 anos).

A premiação pelo Unicef, que representou a consolidação do reconhecimento da valorização da educação no município por representantes de um universo maior, externo, “fez que Icapuí fosse conhecido no mundo inteiro” (D.X., 41 anos). Este e outros prêmios se tornaram importantes matrizes de identificação:

o prêmio Criança, Paz e Educação em 91 [1991], que foi o prêmio que lev... que fez que Icapuí fosse conhecido no mundo inteiro, foi um prêmio do Unicef, um prêmio nacional, que nós ganhamos por unanimidade, né? Acho que a partir daí Icapuí ficou conhecido, né? Como eles diziam, nós colocamos microfones em Icapuí e alto-falantes no mundo inteiro para dizer que é possível, numa cidade pobre, do Nordeste, com as mesmas condições – do litoral, claro, muito mais privilegiado do que o sertão – mas, nessas condições, era possível botar as crianças na escola, construir essa auto-estima, esses valores, dentro da sociedade. Então, nós ganhamos o prêmio Criança e Paz por esse aspecto (D.X., 41 anos).

O mesmo entrevistado conta que, em 1998, a administração recebeu reconhecimento formal também das autoridades federais, às quais o Partido dos Trabalhadores, que governava Icapuí então, fazia oposição, na época.

O governo federal, em 98 [1998], até convidando a gente, convidou nós, de Icapuí, para lançar o Projeto Toda Criança na Escola a nível nacional. Estivemos lá em Brasília com a primeira dama, com os prime... ministros e tudo, que Icapuí era uma... foi uma experiência piloto no Brasil de universalização do ensino (D.X., 41 anos).

A comparação de Icapuí com o Brasil pode não ser explícita mas está sugerida na narrativa do convite do governo federal aos representantes do município para lançar o projeto “Toda Criança na Escola”. No discurso dos entrevistados, a seguir, podemos observar uma comparação entre a história de Icapuí, que só começou a ser contada depois da emancipação, e a história do Brasil (e do índio), que só agora está sendo recontada do

ponto de vista de seus habitantes, e não mais a partir do discurso de seus descobridores, os portugueses (ou os europeus):

Porque a história de Icapuí, antes da emancipação não é contada, assim como a história do índio não foi contada, assim como hoje está se procurando recontar a história do nosso índio, porque naquela época foi contada pelos portugueses, à sua maneira (I.L., 63 anos).

assim como os portugueses foram pro Brasil, Aracati está pra Icapuí. Acho que foram os exploradores, os caras que sugaram tudo daqui, e de bom que não trouxeram nada (N.T., 34 anos).

Gostaríamos de lembrar aqui os elementos principais que Anderson (1989) seleciona entre os muitos aspectos das estratégias discursivas de construção da nação e da cultura nacional. O primeiro é a narrativa da nação, de que compartilhamos todos, membros da “comunidade imaginada”, e que conecta nossa vida cotidiana com um destino nacional que nos antecede e nos ultrapassa. No discurso, isso aparece sob a forma de ênfase na tradição e na herança, mas, sobretudo, na continuidade, que permite ver a cultura presente como o momento culminante de uma longa e orgânica evolução. (Schwarz, 1986, em Hall, 2000)

Ao narrar a história do lugar sempre a partir da emancipação, os entrevistados consolidam a divisão local do tempo entre antes e depois da instituição do município de Icapuí. Assim, a história de Icapuí tem início com a emancipação, votada em 1984, e vai construir sentido a partir das memórias que conectam seu presente e seu passado.

Isso nos conduz à segunda categoria de análise, ou identificação com as tradições. Voltamos a falar aqui daquela “segunda natureza” emprestada pela comunidade imaginada aos sujeitos. Seja essa identidade apoiada em aspectos físicos ou em aspectos simbólicos, ela é interpretada pelo sujeito como primordial, anterior a tudo, como se sempre tivesse estado ali e apenas aguardasse o momento fantástico da revelação, levada a extremos no trecho da fala do entrevistado E.A., a seguir:

natureza, que foi muito, muito legal com a gente. Eu acho que Deus deu uma grande... Viu Icapuí assim e disse, pronto, eu vou botar ali uma linda praia, um visual bonito, um pessoal pacato, uma cidade que assim uma cidade pequena, muito pequena, mas que traz em si um povo, assim, feliz ainda, com isso tudo que tem aí, ainda é um povo feliz, com uma natureza fantástica, com a administração que a gente tem (E.A., 45 anos).

Na última frase, a “natureza fantástica” é situada em nível de igualdade com “a administração que a gente tem”, como se a administração municipal também resultasse de um ato divino de criação. Em parte, é essa natureza fantástica que se evoca quando se usa a tão repetida expressão que resume os recursos marinhos de Icapuí, os decantados “mais de sessenta quilômetros de litoral”.

Além da narrativa do lugar, há outra estratégia discursiva mencionada pelos autores citados (Carvalho, 1999; Anderson, 1989; Hall, 2000): a “invenção da tradição” (também em Hobsbawm & Ranger, 1983, p.1). Um exemplo de tradição consolidada é a menção, por quase todos os entrevistados, da “lembrança” da emancipação anterior, que não resultou na instalação do município, ocorrida entre 1959 e 1965. A tentativa de autonomia do município, frustrada pela ditadura, foi transformada pela história num marco, um epitáfio, com poucas informações além do nome dos libertadores dessa época, Orlando Rebouças e Marcondes de Oliveira, autores também do *Hino de Icapuí*. Outros exemplos são as “tradições” da canoa veloz e dos prêmios internacionais, um dos quais transformado em estátua na praça da Liberdade, com placa de reconhecimento aos libertadores de Icapuí. A canoa veloz serve para forjar a identidade pela diferença das “outras canoas”, localidades da região Nordeste, como Canoa Quebrada. Os prêmios internacionais permitem falar de uma Icapuí global, para além do mercado mundial de lagosta e de petróleo. As festas populares também contribuem para essa estratégia de inventar tradições.

O mito fundacional é ainda outra estratégia de construção da nação que pode encontrar paralelo local em nossa análise de discursos no contexto de Icapuí. Em parte, o mito fundacional de Icapuí é forjado nas versões da visita de Pinzón a Ponta Grossa, na época da segunda viagem de Colombo à América. Pinzón seria, assim, o “verdadeiro” descobridor do Brasil ao chegar ao Ceará, em substituição ao mito fundacional de Pedro Álvares Cabral, na Bahia.

antes de Cabral chegar aqui, chegou um espanhol, Vicente Yañez Pinzón, que chegou aqui e aportou na região de Ponta Grossa. Não tem dados comprovados cientificamente, mas alguns estudos levam a crer isso, né? E aí depois, tem uma história da .. de uma questão holandesa, e com essa holandesa, também nessa região de Ponta Grossa, que trazia contrabando, escondia na região das dunas e daí teve a chegada de alguns evangélicos (A.E., 26 anos).

O mais vigoroso mito fundacional, porém, parece ser a vitória no plebiscito de 22 de janeiro de 1984, data do definitivo *sim* da população à criação do município. Muito festejada, a data da emancipação é considerada o dia de aniversário do município, quando se realizam vários eventos comemorativos. Mesmo os que eram muito jovens nesta época conseguiram evocar lembranças da campanha do plebiscito, às vezes por meio da participação com os pais em carreatas, comícios e festas:

Minha participação era acompanhando o pessoal, minha família, nas passeatas, nas carreatas. [...] Ia, participava, subia nos carros, ia junto. [...] Entendia em parte que queria se livrar de Aracati, que queria sair dos Costa Limas que comandavam há muito tempo e não traziam benefícios para o município (Z.V., 26 anos).

Um entrevistado, muito novo na época, lembrou-se do refrão que ouviu, contra a criação da cidade, dizendo “Icapuí é capoeira”:

era sim ou não, eu lembro dessa época, eu era pequeno mas eu lembro, para que fosse emancipado. Então a população quis e aí Zé Airton liberou isso e hoje a

gente tem o nosso município. [...] Eu me recordo uns caminhões que passavam, cheios de gente, eu era pequenininho mas eu lembro que passavam cheios de gente, o pessoal de Aracati gritava: Icapuí é capoeira. Assim, nos meus três anos. [...] Capoeira, Icapuí é capoeira. Era o pessoal do não, né? Todo mundo era do sim, então era a briga do “sim” e do “não”, do “sim” e do “não”. Mas aí o sim venceu (A.E., 26 anos).

5.2.3. IDENTIDADE E MUDANÇA SOCIAL: O OUTRO EM TRANSFORMAÇÃO

Mudou pra tudo no mundo, Icapuí.

I.B., 75 anos

Linhas de tensão criadas pela mudança social encontram expressão nos discursos e, tendo observado a repetição de certos lapsos, inconsistências e contradições na fala dos nossos entrevistados, passamos a comentar alguns deles. Vamos abordá-los como possíveis indicadores da transição das identificações dos sujeitos em sua dimensão de lugar. De modo geral, destacamos o uso repetido dos advérbios de lugar (*lá*, *aqui*) em contradição com as posições observadas dos entrevistados ou com sua inserção geográfica, como se vê no trecho a seguir, no qual se usa a palavra “*lá*” – por nós sublinhada – para falar de Icapuí:

O que que eu posso dizer [de Icapuí]? Só que eu [...] gosto muito de lá, gosto do pessoal (I.B., 75 anos).

Esse uso pode ser indício da existência de identidades locais bem delimitadas e vigorosas. Comunidades tradicionais, como Mutamba, Redonda e Ibicuitaba, para citar algumas das mais notáveis, precisaram se conformar com “subdivisões” de um todo maior quando se criou o município a partir de distritos e localidades diferenciadas de Icapuí-sede, como pode denunciar o uso da palavra *lá* nesse discurso.

Houve entrevistados que trocaram os dois nomes, ora chamando Icapuí de Aracati, ora chamando Aracati de Icapuí. Não é desnecessário reconhecer que os dois nomes têm sonoridade bem semelhante. As duas palavras – Aracati e Icapuí – têm quatro sílabas, são oxítonas, iniciadas e terminadas com vogal, além de serem ambas terminadas com a letra i. O fenômeno se reveste de interesse especial quando se constata que, nesse primeiro momento, Aracati é o outro de Icapuí. Os lapsos poderiam ser vistos como indicadores de uma fase de transição de Icapuí a município pela distinção, separação de sentido em relação a Aracati, representada no discurso, como se pode observar nas falas a seguir:

Eles tinham uma consciência que eles sofriam o desprezo de Icapuí, [corrigindo-se] Aracati. Como emancipar, não sei. Isto, mas a emancipação de Icapuí, ela tem detalhes que não é contada, que não foi contada (I.L., 63 anos).

Antes da emancipação vivia assim, como distrito de Icapuí... de Aracati. Não tinha água, não tinha energia. A... como é que é... estrada, limpeza das ruas, é, alguns, algum comércio que gera emprego... Não tinha nada disso (A.L., 21 anos).

Essa indicação é reforçada quando se constata que dois outros lapsos ocorreram com a palavra *prefeito*. No caso da primeira fala, o entrevistado disse “prefeito do Aracati”, mas estava se referindo a José Airton, prefeito de Icapuí, e corrigiu o erro a seguir:

Aí vem depois o prefeito do Aracati, [corrigindo-se] de Icapuí, que era o Zé Airton. (I.L., 63 anos).

Na segunda, deu-se o contrário, e o entrevistado disse, por engano, ter sofrido represália do “prefeito de Icapuí”, quando se referia ao prefeito de Aracati, sem, no entanto, corrigir o lapso de imediato:

Ah, labirinto eu faço desde sete anos de idade. [...] Aprendi. Minha mãe fazia. Ela era professora. Ensinava um expediente e trabalhava no labirinto noutro expediente. [...] E eu continuei. Quando eu saí, o prefeito de Icapuí me botou pra fora, aí eu fui fazer artesanato, num projeto da Caritas Diocesana. Porque eu tinha uma família muito grande, que estava passando dificuldades e fui pra trabalhar. Um expediente eu trabalhava com artesanato (D.L., 60 anos).

A correção foi feita, contudo, em seguida, com grande ênfase:

Não, não... De Aracati. Ai! Se estiver gravando, aí... [...] Pelo amor de Deus. Foi o de Aracati, na época (D.L., 60 anos).

Ao comentar sobre as principais características de Icapuí e do icapuiense, os entrevistados reconhecem que a identidade icapuiense precisou se sobrepor e abrigar várias identidades locais de comunidades ou distritos:

E essa coisa foi constituída até porque, quando mudou, quando se emancipou e tal, e aí diz: Icapuí. Icapuí e tal. Não, mas Icapuí é o centro, que é antiga Caiçara. Aqui é Cajuais, aqui não é Icapuí. Aqui é Mutamba, aqui não é Icapuí. Então, a gente, nós tivemos também um período de bairrismo, assim, muito intenso (N.T., 34 anos).

Na fala a seguir, o entrevistado chega a sugerir que a resistência dos opositores se devia ao “nome de Icapuí”, querendo com isso expressar o questionamento da localização da sede do novo município. Contudo, ao que parece, os habitantes de Ibicuitaba, antiga Areias, localidade mais importante que Caiçara/Icapuí até 1943, não se conformaram facilmente com a emancipação porque ela representava a consolidação de uma posição mais elevada de Icapuí em relação a Ibicuitaba:

Inclusive, o pessoal de Ibicuitaba, votaram contra a emancipação.[...] Muita gente votou contra a emancipação por conta do nome de Icapuí. [...] Foi, teve essa resistência porque tinha rivalidade, a rivalidade entre Icapuí e Ibicuitaba era muito grande. Hoje, não, por conta do município acabou unificando, criou certa solidariedade, mas antes tinha rivalidade das comunidades... era muito elevadas. Eu vi muita resistência. O pessoal votou “não” porque era Icapuí.[...] Icapuí é

que começou todo o movimento. Não sei quantas pessoas aqui de Icapuí começaram o movimento de emancipação (R.C., 43 anos).

O atual território icapuiense apresentava um mosaico de identifições muito localizadas, em grande parte devido ao isolamento imposto pelas dificuldades de transporte.

Dessas identidades, mais ou menos localizadas, ainda sobrevivem algumas. O caso mais notável se revela no saudosismo dos moradores de Ibicuitaba, que já foi o distrito mais estruturado dos três que hoje formam Icapuí. Ibicuitaba, a antiga Areias, foi sede da paróquia e do distrito antes de perder o posto para Caiçara/Icapuí. O historiador Manuel de Freitas Filho, morador de Ibicuitaba, fornece uma prova da existência dessa nostalgia ao dar a seu livro, publicado pela prefeitura de Icapuí, o título *A aldeia do areal: história e memória de Ibicuitaba – Icapuí – CE*.

O caso específico do distrito de Ibicuitaba sobressai também porque, durante a campanha do plebiscito de 1985, as autoridades de Aracati, para fortalecer sua posição, praticamente instalaram em Ibicuitaba a “máquina administrativa” do município, segundo relata o entrevistado N.T. Desse modo, Ibicuitaba foi a base territorial de uma estratégia que chegou a representar uma ameaça aos planos de emancipação do conjunto dos três distritos. Alguns entrevistados mencionam a rivalidade entre Icapuí e Ibicuitaba, e dizem que ela permanece.

havia uma rivalidade, como ainda há, uma rivalidade entre Ibicuitaba e Icapuí (I.L., 63 anos).

antes de emancipar, a igreja matriz de Icapuí era em Ibicuitaba, né? E me parece que foi um padre que, e aí, trouxe a igreja pra cá, né, e a partir daí ficou a matriz sendo aqui em Icapuí. Então, como a matriz, a igreja ficou aqui no centro de Icapuí, as coisas começaram a se... E Icapuí foi se vendo como um centro, né?, da comunidade, não mais Ibicuitaba. O cartório, eu lembro, o cartório eleitoral, o cartório de nascimento que nós tínhamos, era em Ibicuitaba. [...] Eles conseguiram ter um cartório aqui em Icapuí e o de Ibicuitaba ficou. Eu, inclusive,

eu sou registrada.... não, eu sou registrada aqui... Mas tem alguns irmãos meus, que é registrado no cartório de Ibicuitaba. [...] E ainda existe uma rivalidade muito grande. Eles [riso] Eles não... Eles não... Eles têm raiva, assim, o povo mais antigo de Ibicuitaba, né? Você acaba passando essa rivalidade, né, pros filhos, né, pras... (M.R., 36 anos).

Tanto que as pessoas, hoje, a maioria, principalmente os que são da oposição, eles não conseguem dizer assim, eu vou pra Icapuí. Hum, hum [negativamente]. Eu vou pra Ibicuitaba, eu vou pra Redonda, eu vou pra Melancias. Eles... Os distritos, pra eles, é... ainda representam coisas do passado. E quando eles vêm para o centro da cidade, eles dizem: Eu vou pra Icapuí. Tu vai pra Icapuí hoje? Não é assim que a gente fala? (D.M., 64 anos).

São muitos, porém, os que já pensam no icapuiense como o novo sujeito que surgiu depois da emancipação, com autonomia, direito à educação, à saúde e à participação política em todos os três distritos atuais. O Outro, nesse caso, pode ser entendido como sendo o sujeito mesmo, porém transformado por condições mais dignas de exercício da cidadania em âmbito local, conquistadas pela participação política. O conjunto das atitudes individuais modifica o conjunto do tecido de que é feita a cidade, afirmação que pode ser ilustrada pela fala a seguir:

As pessoas em Icapuí são muito cheias de direitos, né. São pessoas muito autônomas. Não são pessoas submissas, né. Nós somos um município pobre mas as pessoas aqui não são pedintes (M.R., 36 anos).

Com frequência, aparece a consciência política e a participação cidadã para descrever a identificação com a população icapuiense e, em alguns trechos, com o próprio município de Icapuí:

Ah, me considero e sou muito feliz. [...] Ah, um icapuiense é, assim, tem que ser uma pessoa de luta, de garra, que tenha assim, seja companheira, saiba transmitir a... faça um trabalho de conscientização com aquelas pessoas que têm uma visão mais curta. O icapuiense gosta muito de fazer isso (D.L., 60 anos).

Ser um icapuiense é uma coisa muito boa, acredito eu. Porque Icapuí é uma cidade hoje que... Tem muitas histórias, né? Uma cidade de muita luta, que foi

criada com muito sacrifício, e a gente, e eu acho que, não só eu mas a grande maioria dos icapuienses gostam muito da cidade. É uma cidade que além de ser de luta, muito bela também. Eu acho que a gente representa essa cidade, a gente gosta. O que a gente fez por essa cidade hoje a gente se sente gratificado porque é um povo muito bom, um povo humilde, um povo trabalhador. E eu acho que isso é muito importante. Eu gosto muito da cidade de Icapuí. [...] Ser de Icapuí é ser uma pessoa guerreira, é ser uma pessoa que tem muitos sonhos e procurar sempre realizar esses sonhos. Em prol dessa cidade (A.R., 45 anos).

São muitos os entrevistados que se referem aos icapuienses como cidadãos atuantes e ao município de Icapuí como o resultado de sua luta renhida pela emancipação. Sempre mencionam também as realizações da administração municipal participativa nos campos da educação e da saúde. Provavelmente, contudo, a mais importante matriz de identificação é o desejo de libertar-se, representado na luta coletiva pela autonomia municipal. Em nossa análise, algumas vezes encontramos comparações com outros municípios, salientadas as diferenças sempre a favor de Icapuí, inclusive no quesito participação política e cidadania.

Olha, eu definiria hoje um icapuiense como uma pessoa, é, de luta. Uma pessoa politizada de certa forma, né? Politizada entre aspas, mas, de certa forma, se você comparar com alguns municípios que eu conheço, Icapuí é muito mais politizado. Porque Icapuí, a história de Icapuí, é uma história diferente da história dos outros municípios. Daí o povo ser um povo politizado (I.L., 63 anos).

E foi essa convicção de esquerda que fez o diferencial de Icapuí, porque mesma época que Icapuí se tornou cidade, dez municípios e Icapuí se tornaram, Icapuí e mais nove. Todos os outros estão tão atrasados quando os outros municípios do Ceará, só quem se destacou na educação, na saúde, na geração de trabalho, na construção da cidadania foi Icapuí, e o diferencial, não tenho dúvida, é porque nós somos do Partido dos Trabalhadores. Isso aí é evidente, certo? (D.X., 41 anos).

Alguns entrevistados estabelecem uma comparação entre os icapuienses de hoje e a antiga dependência em que viviam os moradores quando a área pertencia a Aracati:

Nós vivíamos uma situação de dependência absoluta, né? Nós éramos uma colôniazinha bem pequenininha, que dependíamos absolutamente de Aracati pra tudo, né? (D.M., 64 anos).

a população toda dependia de Aracati e duma política obsoleta, né, uma política de coronéis que não transferia para Icapuí nenhum valor, nenhum futuro, né, nenhuma esperança. A partir da emancipação, nós começamos a viver uma outra história (D.M., 64 anos).

É possível que o entrevistado acabe por encontrar o outro em si mesmo, como sugere a última frase acima – “começamos a viver uma outra história” – ou, ainda, como se pode ver na referência a uma “nova história” feita pelo entrevistado E.A., abaixo:

aí veio a emancipação, que não era mais só nós, já era o... a cidade, uma grande parte da cidade somou com a gente, e aí sim, começou essa nova história, uma história curta, de dezessete anos de administração. Comparado com outras cidades, é, nasceu ontem (E.A., 45 anos).

Podemos encontrar também de outras maneiras a expressão dessa descoberta do outro no próprio lugar ou em si mesmo, como nas falas abaixo:

Icapuí hoje é muito diferente do tempo em que eu nasci. Porque no tempo em que eu nasci, Icapuí era muito diferente (I.B., 75 anos).

quem conheceu Icapuí em... até 1970, digamos, e vem a Icapuí depois de dez anos, a 80, em 80 [1980], já vê Icapuí, uma outra cidade. Né? Uma outra cara (N.E., 43 anos).

Também alguns entrevistados se referem à descoberta, que resultou de um afastamento físico, que permitiu olhar de outro lugar para Icapuí e dizer: “terra mesmo é a minha”, como na fala abaixo:

adoro a minha terra. Não saio daqui por nada, né. Assim, gosto, como eu já lhe disse... Meu marido é pescador. Sempre ele sai, pesca em outros estados. Eu vou. Tenho oportunidade de ir a todos eles. Constato a realidade de lá e vejo que a terra mesmo é a minha [risos] (N.E., 43 anos).

Um dos entrevistados faz um resumo completo das tradições e identidades construídas para as comunidades do mosaico icapuiense:

antes de Cabral chegar aqui, chegou um espanhol, Vicente Yañez Pinzón, que chegou aqui e aportou na região de Ponta Grossa. Não tem dados comprovados cientificamente, mas alguns estudos levam a crer isso, né? E aí depois, tem uma história da .. de uma questão holandesa, e com essa holandesa, também nessa região de Ponta Grossa, que trazia contrabando, escondia na região das dunas e daí teve a chegada de alguns evangélicos, do povoamento de Cajuais e que... foi... a primeira comunidade de Icapuí foi Cajuais. Tem também a história ... [...] Sim, [evangélicos] chegaram na região de Ponta Grossa, né? [...] Tinha também muitos engenhos na região de Cajuais [...] tinha-se engenhos e tinha-se escravos. Dizem até que a influência dos negros na Serra de Mutamba era que os escravos moravam em cima da Serra e os donos de engenho moravam embaixo [em Cajuais] (A.E., 26 anos).

A lista de fontes de identificação pode incluir, portanto, além de Ibicuitaba, Redonda, com seu povo muitas vezes descrito como aguerrido, Ponta Grossa, com sua coesa comunidade religiosa, Mutamba, um dos bairros mais antigos, Serra da Mutamba, onde viviam os escravos, e Cajuais, com os senhores de engenho. Além de ser a mais antiga comunidade de Icapuí, Cajuais é, segundo um entrevistado, “a Aldeota de Icapuí”. A referência ao bairro de Aldeota, em Fortaleza, alude ao alto poder aquisitivo dos moradores desse bairro:

Cajuais. É um bairro vizinho, na área urbana da sede. Assim, a gente chama, até, assim, a Aldeota do Icapuí. Porque é uma área assim que por mais que a prefeitura aqui invista e tudo, mas ela parece que não carece, ou não precisa, porque encheu as vagas de casa. Então você vê que a, assim, a obra pública, o serviço público, é mais nas pontas: sede, ou Mutamba, ou Barreira e tudo, mas a nossa Cajuais... Tem algumas carências, é verdade, mas é mais assim pra Serra. Ali, a gente chama, o pessoal fica assim meio com beicinho, mas... E a gente acha lindo também Cajuais (E.A., 45 anos).

A Redonda é uma das comunidades mais notáveis em termos de coesão identitária, conforme verificamos na análise do conjunto dos discursos. Segundo monografia intitulada *CEBs e emancipação: a formação da experiência política de Icapuí a partir das*

Comunidades Eclesiais de Base (Anexo 3), apresentada por Marta Sileda Rebouças *et al.* (2004) na Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na Redonda também foi mais forte o impacto das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que muito contribuíram para a criação de uma consciência política e adesão ao movimento de emancipação de Icapuí. A situação geográfica da Redonda se combina magnificamente com outros atributos da povoação, inclusive o grande número de jangadeiros pescadores entre os moradores. O resultado é um cenário “digno de um cartão postal”, como afirma a entrevistada D.M., em que a falésia avança sobre a praia em curva, num trecho com grande quantidade de jangadas no mar. Ao descrever o modo de ser dos “redondeiros” – pessoas destemidas, que se impõem –, um entrevistado precisou começar pela visão do território em que vivem, para depois de referir a seus moradores:

o visual da Redonda, quando você vai descendo ali, né? Aquilo ali é digno de um cartão postal pra posteridade. E os redondeiros sempre viveram daquele jeito. Eles evoluíram um pouco. Agora... É... Politicamente, socialmente, eles talvez tenham dado a maior contribuição na história política dessa cidade. [...] Porque eles são homens destemidos, certo? Eles não temem a nada. Então, quem foi contra, eles desmontaram, com a própria garra deles, até, a gente poderia dizer, a agressividade que eles tinham, de mudar aquela situação em que eles viviam. Eles hoje vivem ainda com hábitos muito parecidos com o de cinquenta anos atrás, né? Mas, por exemplo, a melhor escola que nós temos na cidade está situada lá na praia da Redonda. [...] Pessoas firmes, que defendem seus pontos de vista, entendeu? Que não... Que não são fáceis de serem manipulados. Eles não são fáceis de serem manipulados (D.M., 64 anos).

Outra indicação da forte identidade de lugar entre os “redondeiros” é a menção à existência de um modo local de falar, encontrado somente na Redonda, segundo a mesma entrevistada, que assim descreve uma liderança do lugar.

Ele é redondeiro nato, de alma, corpo, coração e vida. [...] Ele conhece todas as leis do município, entendeu? Ele conhece a Bíblia de trás pra frente, de frente pra trás, mas ele é incapaz de, por exemplo, uma palavra que ele diz muito, ele usa

muito, que, ele não usa o R. Lá, eles não usam o R, eles usam o S. Por exemplo: José Aiston. Ele não chama José Airton. Ele sabe como chama. Ele chama José Aiston. Ele acompanha o povo dele. Certo? [...] Que eu saiba, essa é uma característica da Redonda (D.M., 64 anos).

Outro entrevistado aponta diferenças entre a Redonda e as demais comunidades de

Icapuí:

A Redonda, ele tem uma diferença à vista de todo Icapuí. No jeito do povo, ou seja, cultura ou costumes, mas eles são um pouquinho diferentes, sabe?[...] É... porque... Já é uma comunidade grande que já está se poluindo (C.R., 45 anos).

Além de superar todas as diferenças internas, Icapuí precisou se diferenciar de municípios vizinhos, entre os quais hoje se encontra Aracati, ao qual antes pertencia:

Nós fazíamos parte do município de Aracati. Era um distrito de Aracati, mas nós somos diferentes da comunidade de Aracati em todos os aspectos, tudo que se levantou... O Unicef, quando fez um trabalho sobre crianças nas comunidades pesqueiras, detectou isso. Claro que detectou também o papel político e a vontade política da nossa gestão. Mas nós temos uma característica peculiar, um povo de... altivez muito grande, muito, sabe? Cabeça erguida, né? Isso ajuda no processo de auto-estima, né? Acredito ser um povo inteligente, né? O pessoal... eles dizem que o pessoal, quando nasce na praia, é muito inteligente, porque come muito peixe. Tem esse legado aí, né? O Unicef pesquisou a situação das crianças em comunidades pesqueiras do Ceará em 88 [1988] e detectou uma coisa totalmente diferente da comunidade vizinha, que era a de Aracati. Em que aspecto? Na questão da... quando se perguntava o que que a criança gostava... o que ela queria ser. Totalmente diferente (D.X., 41 anos).

Em algumas falas, percebe-se também a dificuldade de distinguir claramente o Outro, uma vez que o território de Icapuí se encontra no confronto das influências do estado do Ceará e do estado do Rio Grande do Norte. Como afirma uma entrevistada,

eu não sei se é assim porque é já o começo, ou o fim, do Ceará. Porque aqui nós estamos, é o começo do Rio Grande do Norte, né, aí já é o fim do próprio Ceará (M.R., 36 anos).

O praiano, pescador, às vezes parece ser visto em oposição ao sertanejo, agricultor. No entanto, em vez de se caracterizarem mutuamente como um Outro, ambos os lados parecem conviver na identidade icapuiense tradicional – a velha identidade “praiana” – substituída pela icapuiense, do município criado em 1985, mas perpetuada pelo discurso dos mais velhos e dos que estão ligados aos mais velhos pelas tradições também da pecuária, da agricultura.

Trabalho do meu pai era o roçado. [...] Agricultura. [...] Feijão e roça e... Roça, feijão, algodão, essas coisas memo (I.B., 75 anos).

Até meu estilo de ser, porque eu, eu, meu, minha vida, meu jeito de ser é de interiorano, eu sou do interior, assumido, agricultor assumido, então, eu, eu, sou de Icapuí (E.A., 45 anos).

Tem uma parte que é sertão, tem outra parte que é praia. Então, junta as duas coisas e forma uma característica que é muito boa (A.R., 45 anos).

Um entrevistado se referiu ao nível de consciência política dos moradores e sintetizou em poucos itens o que almeja a população de Icapuí – desenvolvimento sustentável, sociedade atuante e moderna –, como se pode ver no trecho a seguir:

A gente tem exatamente a nossa missão em Icapuí e, eu acho que nós sabemos aquilo que queremos hoje, tá bem definido na nossa cabeça. Nós queremos uma Icapuí que tenha desenvolvimento, mas desenvolvimento sustentável, nós queremos que tenha uma [...] sociedade atuante, uma sociedade moderna, uma sociedade que influencie na gestão, gestão pública. [...] eu acho que o que mais, assim, nos diferencia da região, aqui, é o nível que consciência que nós alcançamos (N.T., 34 anos).

5.5. Conclusão

Podemos afirmar que as entrevistas permitiram detectar alguns processos de identificação dos entrevistados com o município de Icapuí. A evocação do lugar foi freqüentemente associada às características do território (praia, clima, riquezas naturais), matriz de identificação que se fortalece quando é agregada a valores ligados à família e à comunidade. Importante matriz de identificação é também o bem-sucedido processo de criação do município, na década de 1980, narrado como uma construção liderada por jovens e apoiada pela participação popular. A emancipação do município ganha força quando se menciona o reconhecimento representado pelos prêmios nacionais e internacionais da gestão municipal e os resultados alcançados na educação e na saúde.

A memória participa da construção da identidade local ao interligar os dois tempos, o antes e o depois da emancipação de Icapuí. Alguns entrevistados apontam, de um lado, forças globais que influenciaram esse movimento, como o incremento da produção de petróleo e de lagosta, e do próprio turismo na região Nordeste. Com o valor definido pelo mercado internacional, esses itens representam muitos recursos em *royalties*, impostos e geração de empregos, tanto diretos quanto indiretos. Ao mesmo tempo, os entrevistados revelam que a identificação precisou unir identidades mais localizadas, ou, conforme descreveu o entrevistado N.T., “bairrismos” tiveram de ser contidos para haver a união em torno de uma Icapuí como lugar de participação e cidadania para todos.

Sabemos que as identificações se dão em processos relacionais que distinguem o Eu do Outro, ou, nos sujeitos pós-modernos, os múltiplos Outros. Em Icapuí, os Outros abrangem, inicialmente, todas as identidades das comunidades que, mesmo diferenciando-se entre si, se fundiram em torno de uma identidade única para construir a nova identidade

icapuiense. Uma das justificativas da utilidade do mito fundacional é justamente estabelecer a distinção com o Outro. Pelo marco da emancipação, portanto, o Outro do icapuiense é o aracatiense. Eles são diferentes, segundo alguns entrevistados, porque o primeiro se libertou depois de muita luta e continua a lutar, enquanto em Aracati se assiste à desintegração e enfraquecimento do município, um dos mais antigos e fortes do Ceará.

Também é um Outro do novo município de Icapuí a velha localidade designada Caiçara, que ao ser mencionada lhe empresta antigüidade, um Outro antigo do qual se diferencia. Quando o assunto em discussão é turismo, o Outro se desloca para a vizinha Canoa Quebrada, no município de Aracati, modelo de turismo predatório rejeitado pelos planejadores icapuienses. Em alguns momentos, o Outro de Icapuí são todas as localidades miseráveis do Ceará e do Nordeste, ainda à espera de políticas públicas eficazes nos campos da saúde e da educação.

O Outro que deve se destacar para nossas finalidades, contudo, é o Outro cidadão local, que encontra na cidade seu caminho para o exercício da cidadania: ele constrói a cidade onde vive e é construído por ela. Trata-se de um modelo de cidadão desconhecido dos brasileiros antes da década de 1980, quando teve início a abertura política do regime militar que governou o país por mais de vinte anos. O Brasil e o mundo viviam, em meados da década de 1980, o início de uma importante transformação que, em Icapuí, foi de primeira hora pois houve intensa participação da juventude – os jovens que saíram para os estudos universitários, em vez de se lançarem em direção a um futuro fora de Icapuí, optaram por um mergulho radical na realidade local, transformando-a e projetando-a num contexto muito mais amplo.

Vemos, portanto, o município emancipado como forte fonte de identificação dos entrevistados, que se diferenciam e expressam sua inserção no contexto mundial não apenas por meio dos produtos locais valorizados internacionalmente, mas também pelo

reconhecimento internacional representado pelos prêmios nacionais e mundiais que recebeu em razão das realizações da gestão municipal no campo da educação e da saúde. Ao lado disso, persiste a identificação com os grupos mais restritos, representados pelas comunidades locais, bem como por grupos sociais unidos por outros motivos que não a vizinhança, como os grupos familiares, religiosos, e os grupos dos jovens, participantes ativos das transformações que permitiram construir a identidade do município.

Entre as identificações que se constroem em oposição a aspectos diferenciados da realidade local, podemos distinguir o caso de Ibicuitaba, antiga sede da paróquia e núcleo do distrito até a ascensão de Caiçara/Icapuí como novo centro administrativo e religioso. Foi em Ibicuitaba que se verificou a maior resistência à proposta de emancipação do município, pois seus moradores entenderam que, mais uma vez, o antigo centro era preterido em favor do novo centro de Icapuí. Nos bairros de Cajuais, Redonda, Ponta Grossa, entretanto, embora também se verifique forte identificação dos entrevistados com a comunidade local, não houve tanta oposição à idéia de Icapuí como centro do novo município. Assim, podemos supor que os processos de identificação local estão associados à idéia de pertencimento de um indivíduo ao grupo (ou aos grupos), mas se atrelam também à idéia coletiva com relação ao pertencimento do próprio grupo àquele território institucionalizado, no caso, o município.

O sentido de pertencimento ao município pode ser observado principalmente em sua expressão no discurso sobre participação e cidadania. A participação é focalizada primordialmente no movimento de emancipação, mais especificamente na campanha do plebiscito e no próprio plebiscito, mas também nos movimentos que se seguiram. A cidadania se observa nos testemunhos sobre a transformação havida, após a emancipação, na educação e na saúde. Mas ela surge, principalmente, na identificação com o lugar, que transparece quando entrevistados afirmam sentir orgulho ao se declararem icapuienses.

A cidadania é, sem dúvida, uma conquista que nunca se completa, devendo ser cotidianamente reclamada e mantida, mediante participação política e cidadã, bem como exercício de direitos, mas acreditamos que o orgulho de sempre se declararem icapuienses pode contribuir para manter viva a instituição representada por este gentílico. Alguns jovens adultos lamentaram que isso não estivesse tão claro para os mais jovens, pois não precisaram enfrentar as grandes dificuldades iniciais da luta para implementar direitos básicos, embora conheçam a história por meio dos relatos dos mais velhos. Como afirmou um de nossos entrevistados,

é um povo também que tem muita esperança. As pessoas aqui, elas sempre estão pensando, trabalhando e, e, e, se portam, no seu dia-a-dia, apesar das dificuldades, com aquela coisa do que, não, amanhã vai ser melhor. Se não deu certo hoje, amanhã dará. E... e vamos... Então, essa é uma coisa também que eu considero positiva, além da exigência que as pessoas aqui tem, na qualidade das coisas que são direitos, eles têm essa expectativa. E eu acho que precisam aprender um pouco mais sobre deveres. Eu acho que, ensinaram muito direitos, direitos, direitos, até porque eles tinham muito pouco, né, antes da... antes disso aqui se transformar em cidade, mas eu acho que a gente tem que agora, é, estabelecer um pouco mais essa questão dos deveres (N.T., 34 anos).

Assim, os direitos mínimos – como, não morrer antes dos cinco anos de idade, estudar até o nível médio sem precisar se afastar de casa, ter direito a tratamento de saúde digno e gratuito – se tornaram realidade para todos os cidadãos em Icapuí, mas, como disseram alguns entrevistados, é preciso continuar a conquista. O cidadão, para eles, não deve se acomodar, pois de sua participação – à qual o entrevistado N.T. parece se referir quando fala em *deveres* – depende a construção das instituições que podem consolidar o jovem município. O Outro é visto agora em cada uma das comunidades e municípios miseráveis do Nordeste, inclusive de Aracati, que vivem ainda a situação da qual Icapuí se libertou quando conquistou a autonomia municipal e perseguiu com determinação os objetivos propostos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos em nossas considerações sobre a memória e a identidade local, vimos que em Icapuí, antes de existir uma identidade icapuiense, havia uma identidade praiana, tradicional, formada no Distrito de Praias, criado em 1833. O gentílico sobreviveu à mudança do nome para Caiçara, pois os habitantes da nova Caiçara continuaram a se dizer praianos. Mais tarde, mudado o nome para Icapuí, institui-se o gentílico icapuiense para os habitantes do município, mas, na prática, coexistem os dois gentílicos e sobrevive a referência ao primeiro nível territorial ali instituído, usado principalmente pelos mais velhos, ainda que não apenas por eles, Praias e praianos.

Quase todos os significados sugeridos para Caiçara, por sua vez, pertencem a esse mesmo campo semântico da beira-mar: pescador, armadilha de pesca, cercado. A exceção é a tradução como simples cerca ou curral de bois. Neste ponto, ainda é tempo de comentar um aspecto interessante que corrobora a idéia de convivência do sertanejo e do praieiro na identidade icapuiense, pois os pescadores e extrativistas desenvolveram um vocabulário que espelha seu modo de conviver com a larga faixa de águas rasas em que se podem ver, à semelhança de um campo coberto de relva, as algas que recobrem o fundo de areia escurecida pela matéria orgânica que ali se deposita e que às vezes emerge aqui e ali em bancos de areia e coroas.

Os grupos de extrativistas que coletam algas e moluscos desde a entrada da Barra Grande até Barreiras usam um vocabulário do campo para descrever a larga faixa submersa na qual colhem o “capim”, alimento apreciado pelo peixe-boi. Capim é o nome local usado para

designar as algas marinhas, ali muito abundantes, que são coletadas por catadores e vendidas para a indústria de alimentos. “Cisco” é o nome dado ao capim que seca e rola sobre a areia da praia impulsionado pelo vento constante.

O nome Caiçara, vimos antes, pode produzir o mesmo efeito do nome Praias, com a vantagem de ter a ligação com o ambiente reforçada, por ter sido usado um nome indígena que, como vimos, tem o poder de sugerir uma origem antiga, por mais que seja recente, como parece ser o caso de Icapuí, Ibicuitaba e Cuipiranga, criados todos na mesma lei. A grande disseminação da “tradução” de Icapuí como *canoa veloz*, cunhada para veicular e simbolizar o projeto dos emancipadores, possivelmente reside na manutenção desse campo semântico reforçada pela propaganda da administração municipal.

A associação com o mar parece ser a razão da empatia conseguida pela “tradução”, que permitiu criar uma nova tradição local. Depreende-se que ser veloz é qualidade positiva para uma canoa e, ao que parece, também o é quando associada à consciência política acelerada pela participação e pela consciência dos direitos de exercício da cidadania. A principal razão do fenômeno observado em Icapuí deve ter sido a grande vantagem obtida pela largada antecipada na corrente da redemocratização do país na década de 1980 e a firmeza que se seguiu na defesa dos valores fundamentais que orientaram a transformação da gestão local.

Ao revisar os estudos sobre memória, Bosi (1994) cita Bartlett (1932), que, tendo lido Halbwachs (1999), cita W. H. R. Rivers (1914), etnólogo que utilizou pela primeira vez o conceito de convencionalização, considerado chave para conectar o processo cultural de um dado momento histórico ao trabalho da memória. Para Rivers (1914, em Bosi, 1994), convencionalização é o processo pelo qual as imagens e idéias recebidas de fora por um certo

grupo indígena acabam assumindo uma forma de expressão ajustada às técnicas e convenções verbais já estabelecidas há longo tempo por esse grupo.

O psicólogo considerou o tratamento recebido por uma imagem nova na memória do indivíduo análogo à modelagem que uma determinada forma cultural civilizada recebe ao ser transferida para um grupo indígena. Nesse caso, como enumera o autor, o nativo pode, alternativamente: (1) simplesmente incorporar a forma estranha, por assimilação; (2) despojá-la de alguns aspectos e conotações, numa simplificação; (3) apreender e dar relevância a um aspecto em si desimportante no contexto (retenção parcial com hipertrofia do detalhe); ou (4) construir outra forma simbólica que resultaria das interações do próprio grupo receptor, capaz de incutir-lhe o sentido de uma prática social específica. Falávamos provavelmente do quarto caso, tanto no caso de Icapuí como nome traduzido para Canoa Veloz, quanto no caso do resgate de novos sentidos e traduções para Caiçara, a fim de investi-los de significação no contexto do projeto local.

Da identidade de lugar, podemos dizer, como se disse da cidadania, que existirá somente enquanto for reclamada. Vemos, portanto, que o pertencimento a um lugar, ou identificação com o local, ou, como chamaremos, a identidade local, tenha a designação que tiver, existe à medida que existe o espaço do cidadão, seja como partícipe na construção das instituições, inclusive pelo voto, seja como beneficiário da eficiência equânime das instituições. A importância das instituições se deve ao fato de que só por meio delas se poderia prover igual acesso ao usufruto do território e das riquezas, serviços e produtos, de um lugar ou de uma determinada localização.

Existem autores que atribuem às mulheres um valor especial na fundação e manutenção das cidades, entre eles Lewis Mumford (1961, em Freitag, 2002). Segundo esse historiador

das cidades, as mulheres teriam interesse na proteção oferecida pela vida urbana e pela vida sedentária para poder gerar e criar seus filhos em paz, proteger seus familiares e plantar produtos para garantir sua alimentação. Além disso, seriam as mulheres as organizadoras do culto aos mortos, às vítimas de guerras e de doenças. Seriam igualmente elas as incentivadoras da volta aos locais de culto aos mortos no período de transição da vida nômade à sedentária (Freitag, 2002).

Citando, ainda, em favor dessa idéia, Freud (1912) e Weber (1964), Barbara Freitag (2002) usa essas informações, em parte, para neutralizar algum ataque de feministas à sua interpretação das cidades “dos homens”, como afirma, mas em parte para dar como comprovada a tese de que os seres humanos adquirem força na união e na solidariedade. Em nome da igualdade e da fraternidade, continua a autora, conseguem vencer o medo em face do inimigo mais forte quando têm o respaldo da cidade. A cidade é o lugar dos indivíduos unidos, solidários, iguais, dispostos a estabelecer regras e leis de comportamento que valham para todos indiscriminadamente, resume Freitag (2002), que ainda completa: “Juntamente com a cidade emerge a cidadania e o cidadão” (p.13).

A cidade representa a segurança, a dignidade, a possibilidade de unir forças, de participar, de ser cidadão, mas serve principalmente para a proteção dos mais vulneráveis, dos mais fracos – principalmente mulheres e crianças, como preconizam todas as regras de socorro e segurança. Daí, como argumentam os defensores da municipalização ou da descentralização, a importância do município e da reforma municipal, da descentralização e de todos os meios para fortalecer os poderes locais com espaços de participação, servindo à cidadania e à inclusão social.

Com efeito, a esfera de poder municipal tem crescido mais e mais em importância na execução das políticas públicas, o que vem transformando a participação cidadã e a competência na gestão pública em fatores condicionantes de aspectos decisivos da qualidade de vida usufruída, coletiva e individualmente, pelos cidadãos que vivem fora das áreas altamente urbanizadas, ou seja, fora do núcleo das capitais e grandes cidades. São lugares onde é central o apego ao território, à família e à união pela crença nas tradições, valores que, se observados e operacionalizados, contribuem para a formulação de políticas públicas adequadas para cada realidade e para a disseminação da cultura da gestão participativa.

Santos Jr. *et al.* (2004) assim descrevem o ambiente em que se desenvolve a participação cidadã:

Atualmente, a questão-chave para entender o processo participativo está na nova esfera pública criada pela interação entre o governo e a sociedade civil organizada; na interação entre os representantes da população e os representantes dos poderes constituídos. Um novo sujeito social emergiu a partir das múltiplas redes sociopolíticas acionadas. Denominamos o novo processo de participação cidadã; ela joga luz sobre a gestão pública e corresponde a mudanças no processo de fazer política dos grupos e entidades organizados, assim como o fazer política no dia-a-dia da própria administração pública. A gestão pública adota formas colegiadas e uma das questões-chave será obter altos índices de representatividade entre os atores que interagem. Com isso, criam-se oportunidades para alterar a relação sociedade civil e Estado (Santos Jr. *et al.*, 2004, p.89).

Programas que apostam na municipalização e em parcerias com a sociedade civil têm mostrado resultados bem expressivos nas experiências realizadas no Brasil. O município insere o cidadão e lhe dá referência ou localização, permitindo sua participação na formulação, na execução e no monitoramento das políticas públicas, representando-o num nível capaz de sustentar o diálogo com os poderes centrais. A abordagem municipalizada, com mecanismos de controle local, pode ser a chave também para o aprimoramento da qualidade

dos dados relacionados ao ambiente e à cultura de uma população. Existem relatos da contribuição de pesquisas feitas junto aos municípios no monitoramento mais efetivo de dados nacionais na gestão ambiental e cultural.

Na diferenciação proposta por Milton Santos (1997), localização é o lugar num tempo, com suas forças sociais e retroalimentadoras de aspectos da própria localização. Seguindo por esse caminho, propomos que o município pode fornecer uma localização para fins de integração a uma rede mundial de cidadania que dialogue com o contexto global e os contextos locais para construir parcerias.

O município tem o potencial de inserir o cidadão e lhe dar referência territorial. Evidentemente, pode-se dizer o mesmo sobre a rua, ou a casa, ou qualquer espaço em qualquer tempo, porque tem o potencial de inserir e dar aos indivíduos referência territorial e temporal. Aparentemente, o município, como espaço institucionalizado, situa o cidadão no mapa global quando lhe dá referência em outros espaços. Falamos anteriormente da comunidade geográfica e da comunidade psicossocial, que quase se confundem em determinadas situações. A geografia e a psicossociologia podem, no entanto, estar excessivamente distanciadas se for reduzido o espaço de cidadania e participação, como ocorria antes da emancipação de Icapuí, naquela área periférica do antigo município de Aracati.

A geografia é um campo de representação e, nesse contexto, os nomes geográficos têm um papel interessante. Eles concentram forças de representação ligadas tanto aos princípios que resultam na organização das formas das diversas atividades dos processos de trabalho e as fases de seu desenvolvimento quanto explicam e “legitimam o lugar e a posição dos indivíduos em face das realidades que são permitidas, impostas, proibidas” (Diegues, 2004,

p.64). Já em 1984, Godelier (*apud* Diegues, 2004, p.65) conclui que a linguagem deve ser incluída entre as forças produtivas. Assim como os mapas, quando se sabe estudá-los e dialogar com eles, os nomes geográficos podem ser explorados como uma enciclopédia dos povos através dos tempos, pois transmitem todo o valor de tradição e memória que se constrói em torno de lugares, de pessoas e de entidades sobrenaturais.

Se o que se espera de um trabalho como esse é que aborde questões relevantes ainda inexploradas, lembramos que, no cenário global, acaba de ser editado o documento que foi apelidado de “Protocolo de Quioto da Cultura”, voltado para a proteção de bens tradicionais e a indenização pelo seu uso, o que pode perfeitamente se aplicar aos nomes geográficos locais. Se é desejável que um trabalho como esse aponte caminhos, sugerimos políticas públicas que contemplem a necessidade de dedicar atenção aos temas culturais e de se aproximar da solução das principais questões dos direitos a ela associados. É preciso decidir, por exemplo, de quem devem ser os benefícios decorrentes do uso dos nomes de lugares. Uma pessoa pode ter esse direito ou deve ser sempre o direito de um grupo? Nesse caso, que grupos (ou que pessoas) têm direito de explorar o nome de um lugar?

Entendemos que essas perguntas devem ser consideradas como questões de cidadania, pois afetam todas as pessoas que têm algum vínculo com determinado nome. O caso do filme intitulado *Cidade de Deus* é exemplar do uso não indenizado do nome de um lugar com prejuízo para seus habitantes, que passaram a enfrentar maiores dificuldades de crédito e emprego depois que o nome do bairro foi associado à violência retratada no filme. O nome parece ser, além disso, um forte elemento de identidade para os habitantes de um lugar. Lembramos que as questões de direito ao nome se vinculam também ao direito de nomear e de

renomear um lugar, pois a cada troca perde-se um patrimônio considerável em termos históricos e culturais, com implicações que podem ter muito maior extensão.

Neste trabalho, que aqui se conclui, a intenção foi pouco mais que iniciar a discussão sobre a idéia de município proposta e realizada em Icapuí. Um historiador poderá sentir-se estimulado a pesquisar em maior detalhe certos problemas apontados, mas não aprofundados, como a extinção em massa dos municípios que se registrou no Ceará nos primeiros anos do governo militar iniciado em 1964. Outros estudiosos podem, e devem, buscar o elo que interliga as duas emancipações. Nesse caso, acredito, a pista a seguir se inicia em Marcondes de Oliveira e Orlando Rebouças, já aqui citados.

Recomendamos que sejam ouvidos o quanto antes os contemporâneos da primeira emancipação, pois detêm a única chave que ainda resta dessa fase. Essa pesquisa é urgente pois só será possível recuperar essa história enquanto ainda existir essa memória viva. Os documentos, que constituem a outra alternativa de recuperação de informações para a história, são escassos e, em alguns casos, são mesmo sabotados e destruídos pelos inimigos da vertente de pensamento para a qual aquela informação contribui. Temos um exemplo concreto na própria lei de criação do município de Icapuí em 1959, que um relatório do IBGE da década de 1960 já reporta como impossível de ser localizada, ou desaparecida. Nesse caso, pode até não ter sido sabotagem planejada, mas o abandono a que foi relegada a documentação pelas instituições de governo já terá em si conseqüências muito nefastas.

Nossa proposta, porém, não é a mesma do historiador, nem a mesma do antropólogo, embora seja intensa a troca com os antecedentes e os métodos dessas disciplinas. Na posição interdisciplinar de analista do discurso, busco a contribuição do olhar local, tanto quanto

possível, para interpretar as fontes, que serão igualmente apontadas pela comunidade em foco. A idéia é reforçar a identificação local por meio desses recursos.

A percepção, pelo indivíduo contemporâneo, de aspectos dessas comunidades “imaginadas” onipresentes que são os estados nacionais pode, em vez de transformá-los nessa espécie de segunda natureza às vezes percebida como excessivamente ampla para se sentir inserido (pertencido), estimular um permanente diálogo com as comunidades locais e/ou pequenos grupos identitários (seresteiros de Conservatória, bordadeiras de Florianópolis, labirinteadas de Icapuí, por exemplo). Se for disseminado como uma busca recompensadora, o encontro generalizado dos indivíduos com a comunidade imaginada no nível local pode desempenhar um papel revelador, comparável ao da descoberta da subjetividade que aos poucos se disseminou ao longo da consolidação das visões permitidas pela nova revolução copernicana, quando não mais se crê no objeto para informar o sujeito, mas no sujeito para informar o objeto.

Teóricos que profetizam a pulverização da força concentrada nos estados nacionais pelas forças atuantes na chamada globalização desconsideram provavelmente a contradição entre esta tendência e a exigência de um estado algo centralizado até mesmo para se promover os exigidos ajustes econômicos para o ingresso no clube dos beneficiários da globalização (na segunda linha). De resto, é mais que conhecida a fórmula da criação da comunidade imaginada da instituição dos estados nacionais, que sempre residiu na promoção das representações culturais formadoras de identidade nacional com o apoio de práticas sociais e eventos discursivos às vezes expressos por signos, às vezes pelo silêncio.

É ao silêncio que ainda permanecem relegados nomes geográficos tradicionais que poderiam trazer novas esperanças de reencontro e resgate de identidade, de releitura de

aspectos esquecidos da cultura passíveis de conter soluções para importantes problemas enfrentados na atualidade pelas comunidades. Tomando o exemplo de Icapuí, a leitura que trazemos de Diegues (2004) do nome tradicional, Caiçara, pelo que soubemos, é desconhecida da população, mas pode tornar-se objeto de reflexão e, quem sabe, conter soluções para os problemas ambientais em torno da pesca, dos mangues ou dos campos de capim, por exemplo. Depois, no espaço do município e da identidade local simbolizada no nome geográfico, como se percebeu em Icapuí, tornou-se possível concentrar todo o esforço de disseminação de um conceito, trabalhando-o para que fosse percebido como aquela segunda natureza que era sentida em relação ao estado nacional.

Depois de observar o deslocamento constante do Outro reconhecido por nossos entrevistados, vemos que ele está fixado geograficamente no Nordeste, no Ceará, mas psicossociologicamente numa esfera de poder global que interfere em seu destino. A partir da análise do deslocamento ocorrido no reconhecimento do outro, talvez seja possível traçar a trajetória da construção da identidade icapuiense e interpretá-la à luz das reflexões expostas sobre a globalização.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Briguier, 1930.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário onomástico da língua portuguesa*. Coordenador-geral: Antônio José Chediak. Rio de Janeiro: A Academia, 1999.

ALENCAR, José de. *O guarani*. São Paulo: Ática, 1995.

ALMEIDA, Marco Antônio de. *Estudos de gestão*: Icapuí e Janduís. [Revista *Pólis*, no. 11] São Paulo: Publicações Pólis, 1993.

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres-Nova York, Verso, 1991.

-----, *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

BARUS-MICHEL, Jacqueline. *O sujeito social*. [Le sujet social. Tradução de Eunice Galery & Virgínia Mata Machado] Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1972.

-----, *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. São Paulo: Global, 2002.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa. “Pelos domínios da toponomástica”. Em *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia* [volume 2, pp.164-178]. Rio de Janeiro, 1916-1918.

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. [Tradução de Milton Person (5a. edição)] Porto Alegre: L&PM, 1991.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Estudos sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FALCÃO, Málio Fábio. *Gentílicos nacionais e internacionais*. Fortaleza: UFC Edições, s/d.

-----, *Pequeno dicionário toponímico do Ceará*. Fortaleza: Quadricolor, 1993.

FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. *Renda de bilros, renda da terra, renda do Ceará: a expressão artística de um povo*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

FREITAG, Bárbara. *Cidade dos homens*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

FREITAS FILHO, Manuel de. *A aldeia do areal*. História e memória de Ibicuitaba – Icapuí – CE. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

FURTADO, Sebastião da Silva. *A toponímia e a cartografia*. RJ: Oficinas Gráficas da DSG, 1960.

GAMA, Márcia Silveira & TORRES, Maria Helena. *Nísia Floresta: a arte do rendar*. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. [Self and society in the late modern age. Tradução de Plínio Dentzien] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. [La Mémoire collective. Tradução de Laurent Léon Schaffter] São Paulo: Edições Vértice e Editora Revista dos Tribunais, 1999.

-----, *Morfologia social*. [La Morphologie Sociale. Tradução de Francisco Pina] Mexico, DF: Ed. America, 1944.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. [The question of cultural identity. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro (4a. edição)] Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. [The invention of tradition. Tradução de Celina Cardim Cavalcante] Série Pensamento Crítico, v. 55. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. [2a. edição] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

-----, *A sociedade global*. [8a. edição] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Designação das sedes municipais em 1º-VII-1950 com indicação dos nomes que tinham em 1º-IX-1940*. [Do Recenseamento Geral do Brasil de 1º de julho de 1950] Rio de Janeiro: IBGE, 1951.

----, *Divisão Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1939-1943, 1944-1948, 1942, 1949, 1950, 1951, 1954, 1955, 1961, 1963, 1965, 1968, 1980, 1997.

----, *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, vol. XVI (Ceará). Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

----, *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. [Le droit à la ville. Tradução de Rubens Eduardo Frias] São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES JR. R. *Como você se chama?* Estudo socio-psicológico de prenomes e cognomes brasileiros. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1974

MENDONÇA, Valdemar Paranhos. *A toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Coleção Saúde em Debate 46. São Paulo / Rio de Janeiro: Hucitec / Abrasco, 1996.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. [La Tête bien-faite – Repenser la réforme, réformer la pensée. Tradução de Eloá Jacobina (3a. edição)] Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli Orlandi. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1984.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. *Protohistória cearense*. (2a. edição) Fortaleza: UFC, 1980.

RIBEIRO, Berta G. *O índio na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

RIBEIRO, Darcy & MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A fundação do Brasil: testemunhos 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1993.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

SAMPAIO, Teodoro. *O tupi na geografia nacional*. Bahia, 1928.

SANTOS, Milton e Silveira, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. (2a. edição) Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. [Coleção Milton Santos] São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002a.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. [Coleção Espaços] (4a. edição) São Paulo: Nobel, 1997.

-----, *O espaço do cidadão*. [Coleção Espaços] (6a. edição) São Paulo, Studio Nobel, 2002b.

-----, *O país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002c.

-----, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. (4a. edição) Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS JR., O.; Azevedo, S.; Ribeiro, L. (orgs.) “Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil”. Em *Governança democrática e poder local*. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2004.

SANYS, Madan. *Identity, culture and the postmodern world*. Athens: Georgia Press, The University of Georgia, 1996.

SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ. *Icapuí, 20 anos. Construindo cidadania*. [livro e compact disc com canções de músicos locais] Icapuí, 2004.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ. *Levantamento participativo de prioridades para conservação do patrimônio natural e cultural de Icapuí*. Relatório produzido pela equipe da Secretaria de Meio Ambiente de Icapuí, Ceará, 2003.

SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. [Tradução: Geraldo Carneiro] Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1991.

SILVA, José Airton Félix Cirilo da. *Autonomia municipal: Icapuí, experiência inspirada na pólis*. Fortaleza: Gráfica Expressão, 2002.

-----, *Icapuí: uma história de luta*. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 1998.

SOARES, Maria Dione (org.). *Canoa veloz: a história de Icapuí*. Icapuí: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Icapuí, 1994. (Este livro foi escrito pelos alunos da turma de 1989, primeira do curso de magistério para o primeiro grau do município de Icapuí: Edmilson, Rosa Maria, Francisco José, Maria Helena, Elzimar, Juraci, Jurandi, João Francisco, Francinilson, Mário, Evandro, Patrícia, Liduína, Rosário, Iranildo, Hélio, Célia, Maria das Dores, orientados pela professora Maria Dione.)

Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho, José Corrêa Leite. (2a. edição, 1a. reimpressão) São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. (5a. tiragem) São Paulo, Martins Fontes, 1996.

Artigos de periódicos e capítulos de livros:

ARNT, Ricardo. “Comunicação e meio ambiente: desafios para o desenvolvimento. A experiência brasileira”. Em LABORATÓRIO AMBIENTAL. *Comunicação e meio ambiente: desafios para o desenvolvimento*. Relato. Macapá: IEA/KAS, 1993.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. “Toponímia mineira”. Em MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Volume XX [p.139-151], 1968.

BURKE, Peter. “A alma encantadora das ruas”. Em *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais, 31 de julho de 2005.

BUSTAMANTE, Ana Goulart & SANTOS, Cláudio João. “O cidadão cartógrafo”. Em BUSTAMANTE, Ana Goulart & BUSTAMANTE-CELES, Fatita (orgs.). *Arigó*. Volta Redonda: Fancine, 2004.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. “Psicologia cunitária, cultura e consciência”. Em CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CARDOSO, Gustavo. “Introdução” ao volume XVI (Ceará) da *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

GOHN, Maria da Glória. “Os conselhos municipais e a gestão urbana”. Em SANTOS JR., Orlando Alves dos, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz & AZEVEDO, Sergio de (orgs.). *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

HOUAISS, Antônio. "Prefácio-Estudo". Em CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, Editora UNB, 1999.

HERRERA, Ma. Carmen. "La normalización de los nombres geograficos y los usuarios". Em *Segunda Reunión Regional de la División de America Latina del Grupo de Expertos de las Naciones Unidas en Nombres Geograficos*. Aguascalientes, México, 3-5 de setembro de 1986.

IRVING, Marta de Azevedo *et. al.* "Governança e áreas protegidas". Em -----, *Parques Nacionais e governança*. Rio de Janeiro: EICOS, 2006 (no prelo).

MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. "Caiçaras no Rio Grande do Norte." Em *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

NASCIUTTI, Jacyara C.R. "Reflexões sobre o espaço da psicossociologia." Em *Série Documenta*. N. 7. Rio de Janeiro: Programa EICOS, 1995.

-----, "A instituição como via de acesso à comunidade." Em CAMPOS, Regina Helena de Freitas (org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Referências em meio eletrônico:

CARTA DE GOIÂNIA. 1º Encontro Nacional do Ministério Público na Defesa do Patrimônio Cultural. Goiânia: 22 e 23 de outubro de 2003. Disponível em <http://www.pgj.ma.gov.br/ambiente/moca.html>. Acesso em: set. 2004.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.05. Rio de Janeiro: Objetiva, set. 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. "O país que vendeu seu nome à TV (datado de 8 de outubro de 2000)." [Trecho de RIBEIRO, Renato Janine. *O afeto autoritário: televisão, ética, democracia*. Rio de Janeiro: Ateliê Editorial, no prelo.] Disponível em: <http://www.renatojanine.pro.br/TV/vendeu.html>. Acesso em: 14 nov. 2005.

SOUZA, Ligiane A. de, DELBONI, Tiago M. *et al.* *Locus: um localizador espacial urbano*. Belo Horizonte: UFMG e Prodabel, 2005. Disponível em <http://www.geoinfo.info/geoinfo2004/papers/6400.doc>. Acesso em: 10 mar 2005.

UNITED NATIONS. *Resolutions Adopted at the Eight United Nations Conferences on the Standardization of Geographical Names 1967, 1972, 1977, 1982, 1987, 1992, 1998, 2002, prepared for the United Nations by Natural Resources Canadá*. New York: 2004. Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/geoinfo>. Acesso em: jan. 2005.

ANEXO 1

Linha da vida de Icapuí, 2002.
Período: 1982-1986 (página 1/5)

LINHA DA VIDA DE ICAPUÍ

1982

- ❖ Eleição de José Airton para vereador
- ❖ Construção da primeira escola em mutirão
- ❖ Formação das Lideranças comunitárias
- ❖ Trabalho educativo da Igreja Católica
- ❖ UNEP – União dos Estudantes Praianos – Papel Fundamental
- ❖ UNEP – Inquietação e movimento político

1984

- ❖ Emancipação política
- ❖ Vontade popular
- ❖ Criação da ACICA
- ❖ Busca de parcerias para apoiar o projeto
- ❖ Lema: Fazer e Mobilizar

1985

- ❖ Primeira Eleição direta da Prefeitura

1986

- ❖ Posse de José Airton
- ❖ Educação para todos
- ❖ Vontade e Disposição para Fazer
- ❖ Paixão: força mobilizadora



ANEXO 1

Linha da vida de Icapuí, 2002.

Período: 1986-1989 (página 2/5)

LINHA DA VIDA DE ICAPUÍ

1986

- ❖ Posse de José Airton
- ❖ Educação para todos
- ❖ Vontade e Disposição para Fazer
- ❖ Paixão: força mobilizadora

1987

- ❖ Ruptura: família X projeto
- ❖ Momento difícil – divisor de águas
- ❖ Primeira avaliação da administração
- ❖ Primeiro Segundo grau de Icapuí
- ❖ Formação política em sala de aula
- ❖ Sobrecarga – desestímulo com o projeto

1988

- ❖ Disputa de hegemonia
- ❖ Filiação do prefeito no Partido dos Trabalhadores
- ❖ Guerra no mar e tribunal popular

1989

- ❖ *Persona* não grata ao Juiz
- ❖ Nova Constituinte
- ❖ Processo de cassação
- ❖ Primeiro plano do SUS
- ❖ Prestação de contas na parede
- ❖ Criação do primeiro conselho de saúde

ANEXO 1

Linha da vida de Icapuí, 2002.

Período: 1990-1994 (página 3/5)

LINHA DA VIDA DE ICAPUÍ

1990-91

- ❖ Municipalização do FSESP (pioneiros)
- ❖ Criação dos fundos municipais
- ❖ Lei orgânica copiada – baixa participação
- ❖ Premiações – UNICEF: Criança, Paz e Educação
- ❖ Aprovação dos alunos para o vestibular
- ❖ BTNização dos salários
- ❖ Mapeamento cultural da cidade

1992

- ❖ Reeleição de José Airton
- ❖ Primeiro plano de educação construído participativamente
- ❖ Criação dos conselhos escolares

1993

- ❖ Plano estratégico-Icapuí: rumo a 2010
- ❖ Tudo passa a ser trabalhado a partir deste planejamento
- ❖ Visão de planejamento estratégico
- ❖ Criação do CMDS de Icapuí
- ❖ Surgimento do Plano dos Estado e CMDS
- ❖ Discutir planejamento com as comunidades
- ❖ Momento de trabalhar as relações interpessoais
- ❖ Criação do fundo rotativo

1994

- ❖ Agentes Municipais de Saúde
- ❖ Festa de 10 Anos da Emancipação

ANEXO 1

Linha da vida de Icapuí, 2002.

Período: 1995-1998 (página 4/5)

LINHA DA VIDA DE ICAPUÍ

1995

- ❖ O veto da Câmara
- ❖ Momento mobilizador
- ❖ Formação das Associações e da Cooperativa Turismo
- ❖ Obstrução do Orçamento
- ❖ Eleição difícil
- ❖ Plano de Ação
- ❖ Programa da Saúde da Família – PSF: Pioneiros

1996

- ❖ Reelection de Dedé Teixeira
- ❖ Foi ao ar a FM Educativa
- ❖ Maioria na Câmara
- ❖ Premio Gestão Pública e Cidadania

1997

- ❖ Orçamento Participativo
- ❖ Criação da ORGAPE
- ❖ Primeiro Acampamento Latino da Juventude
- ❖ Interação entre comunidades e instituições
- ❖ OP: Maior oportunidade de participação da população

1998

- ❖ Rede de Cidade Habitat
- ❖ Reconhecimento da Fundação Getulio Vargas : Toda criança na escola
- ❖ Curso de Graduação para professores

ANEXO 1

Linha da vida de Icapuí, 2002.
Período 1999-2001 (página 5/5)

LINHA DA VIDA DE ICAPUÍ



Passos do labirinto

ANEXO 2 (página 1/4)

1º Escolha do tecido e do tamanho das peças;

2º Corte das peças para definição da malha (tela) a ser trabalhada.

Caso deseje detalhes de tecido, risca-se antes do corte. Inicialmente, puxa-se alguns fios. Depois, com a ajuda de agulha apropriada, conta-se os fios igualmente para definir a malha e corta-se deixando pronto para desfiar.

3º Retirada dos fios cortados preparando a tela para o enchimento;

4º Estica a tela numa grade [feita] de madeira para esta finalidade com ajuda de fios;

5º Escolha do desenho a ser trabalhado e contagem de fios para que haja compatibilidade entre o desenho escolhido e o tamanho da peça a ser trabalhada. Essa é uma etapa que exige muita criatividade e habilidade matemática;

6º Enchimento da peça: os fios são trançados milimetricamente num vai e vem planejado definindo o desenho escolhido anteriormente. É usada linha de algodão fina da qual dependerá a qualidade do trabalho;

7º Perfilado: caseado delicado que contorna as bordas da peça, dando um acabamento que impede que o trabalho se desmanche ao recortar;

8º Milindro: ponto auxiliar para enriquecer a peça (opcional), feito com os fios que não foram utilizados no enchimento;

9º Torcimento dos fios: os fios que não foram aproveitados no enchimento são todos torcidos com linha fina;

10º Palhetão: ponto feito com linha mais grossa para contornar e dar mais detalhes à peça.

11º Caseado (feito em trabalhos com detalhes de tecido) acabamento nas bordas do tecido que evita o esgarçamento dos fios;

12º Lavagem das peças: lava-se a peça e enxágua com água de grude (feito com fécula de mandioca) deixando secar no varal;

13º Esticamento da peça num esticador, feito de madeira, com tamanhos variados, estica-se o trabalho com o auxílio da água de grude dando um acabamento impecável que valoriza a peça;

14º Retirada da peça das grades com cuidado para não amassar;

15º Corte das sobras de tecido definindo as bordas do trabalho.

2. Dificuldades:

- falta de valorização do trabalho que é bastante metódico;
- mercado;
- falta de financiamento;
- falta de compreensão e conhecimento do material utilizado na confecção das peças e perfeição dos detalhes desvalorizando o empenho de algumas artesãs;
- atraso e retardamento de pagamento (CEART);
- comunicação entre CEART e artesãs;

3. Propostas de melhoria:

- Valorização do trabalho: exposições, mostra, inovações;
- Abertura de mercados;
- Financiamento com juros mínimos e sem tanta burocracia;
- Acompanhamento aos grupos de artesãs;
- Pontualidade nos pagamentos.

Tabela de preços dos labirinto desde 2000 CEART**ANEXO 2**
(página 3/4)

-

Especificação	Todo trab.	Barra Trabalhada
Caminho 1,00x0,40m	30,32	27,00
Caminho 1,50x0,40m	45,63	35,00
Caminho 2,00x0,40m	60,64	52,00
Caminho 2,50x0,40m	75,80	65,00
Bandeja G Toda Trab.	15,00	11,00
Bandeja (M) Toda Trab.	13,00	9,00
Bandeja (P)	11,00	8,00
Jogo americano 2 peças	20,40	18,00
Guardanapo 0,42x0,42m		5,00
Enrola pão 0,50x0,50m (G)		14,84
Enrola pão 0,40x0,40m (M)		10,20
Toalha lavabo (G)		16,00
Toalha lavabo (M)		13,00
Toalha lavabo (P)		12,00
Toalha mesa 1,50x1,50 + 6 Guard.		142,00
Toalha mesa 2,50x1,80 8 Guard.		240,00
Toalha mesa 3,00x2,00m 12 Guard.		282,00
Toalha mesa 2,10 diâmetro 8 Guard.		208,00
Toalha mesa 1,80 diâmetro 8 Guard.		178,00
Colcha casal 2,50x2,10		290,00
Colcha solt 2,50x1,70		235,00

Obs: O tempo de execução das peças depende da habilidade de cada artesã.

Devido o preço, desde 2003 paramos a confecção de peças grande, pois estava dando prejuízo ao grupo.

Em recente reunião de avaliação das artesãs da comunidade de Morro Pintado – Icapuí, diagnosticamos como principais dificuldades no relacionamento com a CEART os seguintes pontos:

- . atraso de pagamento
- . defasagem no preço da linha e linho
- . defasagem no preço dos trabalhos, em especial os trabalhos grandes.

A partir daí, o grupo definiu algumas propostas para superação das dificuldades objetivando uma satisfação mútua, dentre elas :

- . pagamento no prazo máximo de 40 dias;
- . reavaliação dos materiais e das peças.

Gostaríamos que a CEART olhasse com bons olhos nossas reivindicações e continuasse mantendo uma relação solidária e responsável com o grupo que tem primado sempre pela pontualidade nas entregas e qualidade dos trabalhos.

Ratificamos o desejo de continuar com o projeto já que o mesmo constitui uma renda importante nas famílias dos pescadores das quais somos oriundas, representando uma ajuda significativa na renda familiar.

Aguardamos ansiosas uma resposta da CEART. Gratos pela atenção nos despedimos desde já.

Representantes do Grupo de Artesãs de Morro Pintado – Icapuí – CE

Maria de Lourdes Rebouças da Silva
Maria Dalva Rebouças Pereira
Maria de Fátima de Oliveira Cunha
Maria do Socorro Rebouças
Maria do Socorro da Silva
Maria José de Oliveira Rebouças
Maria Marleide da Silva
Lucila da Silva Lina
Lucinete Marques da Silva
Maria Mairla de Oliveira
Maria Francisca do Nascimento
Maria Rosilene Rebouças
Maria das Graças Rebouçass
Maria de Lourdes Melo
Maria Lúcia Rebouças
Maria Lúcia da Costa

dodora@secult.ce.gov.br

Secretaria cultura – Telefone de Dodora (Trabalho)
452 9470

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS – FAFIC
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DCS

CEB’S E EMANCIPAÇÃO: A FORMAÇÃO DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA
DE ICAPUÍ A PARTIR DAS COMUNIDADES ECLECIAIS DE BASE

Carlos Alberto Pereira da Silva
José Luiz Rebouças Viana
Marta Silêda Rebouças

Mossoró-RN, setembro/2004

Carlos Alberto Pereira da Silva
José Luiz Rebouças Viana
Marta Silêda Rebouças

**CEB'S E EMANCIPAÇÃO: A FORMAÇÃO DA EXPERIÊNCIA POLÍTICA
DE ICAPUÍ A PARTIR DAS COMUNIDADES ECLECIAIS DE BASE**

Trabalho apresentado como requisito
parcial da 3ª avaliação da disciplina
Introdução à Antropologia ministrada pelo
Prof. Ms. José Glebson Vieira.

Mossoró-RN, setembro/2004

SUMÁRIO

Introdução.....	04
Aspectos históricos do município de Icapuí.....	05
Surgimento da Teologia da Libertação.....	06
Comunidades Eclesiais de Base como consciência política	08
CEBs a experiência de Icapuí.....	10
Considerações Finais.....	13
Referências Bibliográficas	14
Anexos	15

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa apresentado como requisito parcial da 3ª avaliação da disciplina Introdução à Antropologia, busca em primeiro lugar compreender a experiência política de Icapuí-Ceará a partir das Comunidades Eclesiais de Base. O município de Icapuí, local onde se deu a pesquisa de campo, tem 20 anos de emancipação política e vem se destacando nacional e internacionalmente por seu compromisso político tendo como seu suporte a busca da participação popular. Durante o processo que antecedeu a emancipação e, até mesmo, durante todo o processo em busca da independência política do município de Aracati, muitos foram os atores sociais que deram sua contribuição.

O trabalho de pesquisa buscou descobrir se as Comunidades Eclesiais de base contribuíram ou não no processo de formação política de Icapuí. Nesse sentido elaboramos o objetivo geral e os objetivos específicos para orientar nosso trabalho de campo da seguinte forma:

Objetivo Geral: Compreender as mudanças e as organizações que se deram a partir das Comunidades Eclesiais de Base e de que forma o envolvimento da população na busca da sua independência política foi influenciado pela Ceb's.

Objetivos Específicos:

- Averiguar se as Comunidades Eclesiais de Base foram preponderantes ou não no processo de emancipação política de Icapuí;
- A contribuição da Teologia da Libertação na participação popular em Icapuí;
- Compreender o processo de Formação Política e de Cidadania em Icapuí.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ¹

O município de Icapuí é uma cidade do estado do Ceará, distante a 200 quilômetros de Fortaleza. Está localizada no litoral leste do Estado do Ceará, fazendo fronteira com o Rio Grande do Norte, com o município de Tibau. Com o total de 429,3km² e 64km de praia, Icapuí situa-se na micro-região baixo do Jaguaribe, limitando-se, ainda, ao sul e a oeste com município de Aracati e ao norte com o Oceano Atlântico.

Antes de sua emancipação política Icapuí tinha por nome Caiçara (cerca de galhos para proteção das tribos indígenas),teria seu nome modificado por Decreto, em 1943, isso cinco anos após ter sido criado.

O Distrito de Icapuí foi elevado à condição de município pela Lei nº 4.461, de 15 de janeiro de 1959, porém, não chegou a se instalar porque foi impedido pela Lei nº 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Icapuí é um dos mais novos municípios do Estado do Ceará com apenas 20 anos de emancipação, sendo oficializado pela Lei nº 11.003 de 15 de janeiro de 1985, após o plebiscito de 22 de janeiro de 1984, quando deixou de ser distrito de Aracati, após mais de 20 anos de luta. Conquista essa que foi esperada e festejada por muitos icapuienses.

“Já se fazia madrugada de 23 de janeiro de 1984. a praça de Mutamba, mais tarde reconhecida como Praça de Liberdade, testemunhava a euforia do povo que saiu de casa e andou até seis quilômetros a pé, em verdadeira romaria, para comemorar o resultado final do plebiscito do dia 22. A maioria da população sufragara o SIM (...) as pessoas pulavam, gritavam, rezavam, apertavam-se as mãos, trocavam beijos. Ao choro misturavam-se lágrimas e sorrisos, o que só fazia ressaltar o entusiasmo transbordando o rosto de cada um, como a ensaiar o grito de liberdade até então emudecido e fazendo luz sobre o caminho pelo qual iniciaríamos longa jornada.” (SILVA, 1998, p.27-28)

¹ Pelo que se supõe, Icapuí é uma corruptela da palavra IGARAPUÍ que significa Coisa Ligeira, logo adaptado para Canoa Veloz.

O SURGIMENTO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A palavra teologia vem da conjugação de *TEOS* e *LÓGOS*, dois termos gregos. Podemos dizer, então, que teologia é todo discurso voltado acerca de Deus. Assim, por exemplo, foi denominado por Aristóteles em seu livro “Filosofia Primeira”, que hoje se conhece com o nome de *metafísica*. Somente no final do século XIX a igreja começa a inserir-se nos tempos modernos, com a Carta Encíclica ***Rerum Novarum***, do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1891. A Igreja Católica começa, embora timidamente, a refletir e discutir acerca do papel dos cristãos na sociedade e no mundo, tendo em vista as transformações ocorridas com a chegada da indústria, fator marcante no mundo moderno.

Com a Carta Encíclica, a igreja Católica dá um salto qualitativo entre o liberalismo e o socialismo, propondo uma via própria guiada nos princípios cristãos. Durante todo o século XX a caminhada foi sendo duramente trilhada e construída. Tomou mais fôlego, depois do ***Concílio Vaticano II*** que ajudou a impulsionar as grandes mudanças.

Especificamente na América Latina, não se pode esquecer que a igreja católica entrou de companheira da Europa, no processo de colonização, sendo conivente inclusive, com a escravidão. Mas, se olharmos com um pouco mais atenção é, justamente na América Latina que nasce a Teologia da Libertação, surgida através de quatro Conferências realizadas pelo Episcopado da América Latina: no Rio de Janeiro, 1955; Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingos, 1992.

Essas Conferências foram marcos profundos da vida eclesial do continente latino-americano e dignificado pela dimensão histórica, teológica e renovadora. Durante mais de cinquenta anos, estas quatro Conferências transformaram-se em fonte de reflexão teológica e de fomento que impulsiona processos de renovação, dentro de uma visão libertadora e inclusiva de todos os povos, principalmente dos pobres e excluídos.

A temática da libertação aflorou no Brasil, nos primeiros anos da década de 60, com a problemática da Ditadura Militar, no contexto da análise do fenômeno do subdesenvolvimento.

O povo oprimido, juntamente com os movimentos populares ligados aos interesses da libertação², começou a reunir-se e formar cristãos comprometidos e sobretudo organizados em grupos, pastorais e Comunidades Eclesiais de Base.

A Teologia da Libertação está inserida na fase da valorização da história, da cultura e da diversidade de formas de manifestação do encontro do homem com Deus. Ela utiliza a Bíblia como pressuposto necessário de seus discursos. A própria expressão “teologia da libertação”, já mostra o sentido norteador do discurso teológico.

A Teologia da libertação torna-se força geradora de ações que viabilizam uma práxis libertadora, segundo as necessidades advindas das diversas circunstâncias sob as quais um povo está submetido.

“A teologia da libertação é um movimento teológico que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora” (MONDIN, 1980, p. 25).

O termo libertação foi cunhado a partir da realidade cultural, social, econômica e política sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das décadas de 60/70 do século XX. Os teólogos deste período, católicos e protestantes, assumiram a libertação como paradigma de todo fazer teológico.

O quadro de degradação apresentado na América Latina é o fundamento gerador do conceito de libertação. A libertação, então, é toda “ação que visa criar espaço para a liberdade” (BOFF, 1980, p. 87).

Devido à pobreza e à exclusão do povo latino-americano, a libertação deve ser entendida como superação de um processo de exclusão. Desta forma compete à teologia da libertação a tarefa de discursar sobre Deus a partir da ótica de um processo excludente e a partir da realidade concreta dos excluídos. O teólogo da libertação, portanto, deve ter este duplo olhar: olhar para Deus e olhar para o excluído. Olhar para Deus é a fonte de toda

² Para os Teólogos da Libertação, o mais importante não é a teologia, e sim a Libertação concreta dos oprimidos. Sempre que isso acontece, é sinal de que o Reino de Deus já se

caminhada para tomar consciência da situação social e política do, até então, distrito.

Com o trabalho em comunidade surgiram muitos questionamentos, porque as pessoas começaram a estabelecer relações e contatos entre si e entre outras comunidades, tanto da paróquia como de outras paróquias.

CEBs A EXPERIÊNCIA DE ICAPUÍ

“As CEBs foi fundamental. Hoje eu vivo porque participei da CEBs, fiz parte dessa formação, dessa caminhada. Se não tivesse participado, não sei o que seria da minha vida. Tenho muita alegria em recordar as lutas, os bons momentos, as descobertas, as conquistas, derrotas... não era fácil, a gente chorava e se alegrava. Para mim foi tudo na minha vida.” (Fátima, 62 anos, Tremembé)

Por volta de 1970 Icapuí sendo distrito de Aracati, estando como vigário Pe. Diomedes de Carvalho, iniciou um processo de organização nas comunidades a partir das CEBs. O distrito vivia sem nenhuma condição básica para sobrevivência, muitas mulheres e crianças morriam por falta de assistência médica, não havia escola. Existia somente em algumas comunidades pessoas que ensinavam em suas próprias casas usando a Cartilha do ABC. As comunidades não tinham conhecimento de higiene nem de alimentação, foi então que o Pe. Diomedes começou a criar grupos nas comunidades e ali as pessoas se encontravam para fazerem suas orações. A partir do evangelho se discutia a realidade local, lutando por melhores condições de vida.

As pessoas se reuniam em grupo e formavam mutirão para construir espaços que eram usados para reuniões, celebração, alfabetização, atendimento dos primeiros socorros, capacitação. Na mesma dinâmica de mutirão também foram feitas hortas comunitárias, bodegas comunitárias, farmácias comunitárias, limpeza das praias, poços e cacimbões comunitários, estradas de acesso as comunidades que praticamente inexistiam. Foram capacitadas pessoas das próprias comunidades para prestarem serviços básicos de saúde, como as parteiras, as agentes de saúde. Não havia estradas de acesso as cidades próximas, o transporte

libertação possível e o olhar para o excluído identifica onde há necessidade de libertação. É preciso compreender os fenômenos da opressão e da exclusão. Estes devem ser compreendidos através de uma mediação sócio – analítica, *‘Libertação é libertação do oprimido. Por isso, a teologia da libertação deve começar por se debruçar sobre as condições reais em que se encontra o oprimido de qualquer ordem que ele seja.’* (BOFF, 1986, p. 40).

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE COMO CONSCIÊNCIA POLÍTICA

Tendo como instrumentos de apoio alguns artigos e livros de escritores e teólogos fica difícil para nós estabelecer, com precisão, o momento exato do surgimento das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil. Sabe-se que muitos foram os fatores que propiciaram o surgimento das CEBs, dentre eles, no caso do Brasil, está o período da ditadura militar que massacrava, excluía o povo das discussões e decisões políticas em detrimento do favorecimento da classe dominante do país. A busca por liberdade de expressão, por espaços de discussões e reivindicações era constante, e apenas os mais fervorosos habilitavam-se a tal façanha, pois a reclusão era tida como certa.

Neste contexto surge as Comunidades Eclesiais de Base. Eram grupos de pessoas que, morando no mesmo bairro ou nos mesmos povoados, se encontravam para refletir e transformar a realidade à luz da Palavra de Deus e das motivações religiosas. Daí o nome de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

Em Icapuí também existia reflexo da situação vivida pelo país, sendo apenas um distrito de Aracati era totalmente desassistido pela administração aracatiense. Com a chegada do Pe. Diomedes de Carvalho, em 1975 começou-se um trabalho de organização das comunidades, visando melhorias básicas para todos ao mesmo tempo em que se iniciava uma

utilizado era cavalo, depois de algum tempo foi que se colocou um ônibus que levava em média 4 horas de viagem até Aracati.

Na comunidade de Redonda existia um problema muito sério com a criação de porcos soltos na beira da praia, causando muitos problemas de saúde, ali o Pe. Diomedes fez um projeto de construção de banheiro e de filtros, foi criado um pequeno laboratório de exames visando detectar doenças relacionadas à falta de saneamento básico e sua profilaxia.

Nas reuniões da comunidade se denunciava os problemas e o povo começou a despertar para uma visão crítica, uma consciência política. Muitas pessoas se destacaram como lideranças, começaram a ter vez e voz e despertaram o sonho de se libertar de Aracati. As pessoas envolvidas nas CEBs foram envolvidas na emancipação. Quando os líderes políticos que estudavam em Fortaleza tentaram mais uma vez iniciar a luta pela emancipação de Icapuí, encontraram nas CEBs um fortalecimento, uma organização e conscientização da necessidade de travar essa luta. Em 1980 o distrito de Icapuí elegeu José Airton vereador do município de Aracati. E este apresentou um decreto para criação do município de Icapuí.

Na ausência do poder público as CEBs ocuparam um espaço fundamental na vida das pessoas de Icapuí e os depoimento constata que só foi possível a viabilização da emancipação através do processo de conscientização realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base. *“Se não fosse as CEBs que nos deu uma visão critica, ainda hoje nós estávamos com a venda nos olhos”*. (D. Lourdes, 61, Morro Pintado).

O município de Icapuí nasceu de uma parceria com as CEBs, as pessoas que participaram da primeira administração foram todas pessoas vindas das comunidades eclesiais de base, por causa de toda capacitação e formação recebida pela Igreja.

As CEBs hoje não se encontram com tanta efervescência como antes, segundo os relatos. As lideranças ocuparam cargos na administração pública deixando, assim, um vazio no processo atual das CEBs. Os agentes não conseguiram conciliar o trabalho na administração, estudos, com o serviço pastoral. Ainda se encontram, porém, voltado apenas para a parte celebrativa e o fortalecimento de sua fé.

A participação antes da emancipação era mais forte, tinha um caráter reivindicatório e decisório das necessidades básicas a qualquer cidadão, hoje as pessoas estão apáticas, acomodadas no processo, os espaços de participação se restringem à informações, pouco se escuta a população. O enfoque da participação popular se perdeu na gestão de Icapuí, hoje a participação popular não é mais determinante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa que desenvolvemos foi possível constatar que em Icapuí o processo das Ceb's foi determinante na emancipação e experiência política. Através dos depoimentos ficou claro que todo trabalho desenvolvido pelas Comunidades Eclesiais de Base, como: organização e capacitação da comunidade para os serviços básicos, antes inexistentes; a formação recebidas pelos líderes comunitários no que diz respeito a consciência política; os trabalhos desenvolvidos em mutirão que visavam a participação popular, entre os outras atividades foram preponderantes para emancipação política, todos os relatos das pessoas entrevistadas alegaram que a formação recebidas pela Igreja foi fundamental na consciência crítica dos agentes de pastoral, como também o desempenho da administração que tem sido uma referência em políticas públicas.

Para nós foi muito importante a pesquisa, pois nos proporcionou o contato com as pessoas que participaram dessa história, fazendo todo um resgate histórico do surgimento da nova cidade, das dificuldades enfrentadas pelas pessoas, e nos ajudou a ter uma idéia, que precisa ser aprofundada, para compreendermos porque a participação popular não é tão vivia como antes, tanto na administração como na Igreja.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____ & BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: vozes, 1986.

MONDIN, B. *Os teólogos da libertação*. São Paulo: Paulinas:, 1980.

SILVA, José Airton Félix Cirilo da. *Icapuí: uma história de luta: município modelo do Ceará, um exemplo para o Brasil*. 1ª ed. Fortaleza: Gráfica Expressão, 1998.

ANEXOS

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E SUAS RESPECTIVAS COMUNIDADES

- **PEIXE-GORDO:**

Selma Oliveira (Professora, 46 anos)

José Marques (Aposentado, 64 anos)

Zélia Marques (Dona de Casa, 58 anos)

- **MELANCIAS DE CIMA:**

Francisca Helena (Professora, 48 anos)

Maria Alice (Agente de Saúde, 54 anos)

- **MORRO PINTADO:**

Maria do Carmo de Alencar (Funcionária Pública, 52 anos)

Maria de Lourdes Rebouças (Aposentada, 58 anos)

- **TREMEMBÉ:**

Maria de Fátima (Aposentada, 62 anos)

- **MUTAMBA:**

Rita Soares (Agente de Pastoral, 40 anos)

- **BARREIRAS:**

Maria José da Costa (Funcionária Pública, 40 anos)

- **REDONDA:**

Raimundo Bonfim Braga (Superintendente Regional do IBAMA-CE, 44anos)

QUESTIONÁRIO APLICADO NA ENTREVISTA

COMUNIDADE:

NOME:

SEXO:

IDADE:

1. COMO SE DEU O PROCESSO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS CEBs?
2. QUAL O PAPEL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE ICAPUÍ?
3. QUAL O PAPEL DA IGREJA DURANTE O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO?
4. QUE ANÁLISE VOCÊ FAZ DA PARTICIPAÇÃO POPULAR ANTES, DURANTE E DEPOIS DA EMANCIPAÇÃO?
5. EM QUE MOMENTO AS CEBs TIVERAM SEU AUGE? POR QUÊ?
6. AS CEBs, HOJE, ESTÃO COMO ANTES? POR QUÊ?
7. QUAIS AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS AGENTES DE PASTORAL/CEBs?
8. O QUE AS CEBs TROUXERAM PARA A SUA VIDA, PARA A IGREJA?
9. VOCÊ VÊ ALGUMA RELAÇÃO ENTRE AS CEBs E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE ICAPUÍ? QUAL?
10. O QUE MUDOU NA VIDA DAS PESSOAS? E NA SUA?
11. QUAL O PONTO DE DISCUSSÃO MAIS IMPORTANTE?
12. VOCÊ ACHA QUE HOJE AS CEBs ESTÃO MAIS FORTE? POR QUÊ?
13. COMO VOCÊ VÊ A IGREJA LIBERTADORA E A IGREJA CONSERVADORA?

Governo federal oficializa nova área do semi-árido

da **Folha Online**

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, assinou na manhã desta quinta-feira, em Almenara (MG), portaria que estabelece a nova delimitação do semi-árido brasileiro e aumenta o número de municípios da região de 1.031 para 1.132.

Os municípios da região recebem alguns benefícios, como o desconto de 25% na taxa de juros dos financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. No restante da região, o desconto é de 15%. Esses municípios também têm direito a pelo menos metade dos recursos do fundo, de acordo com a Constituição. Em 2005, esse valor chega a quase R\$ 2,5 bilhões.

Grupo de Trabalho Interministerial, instituído em março de 2004, reuniu durante 120 dias representantes de 12 instituições do governo federal, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, para definição dos novos critérios de delimitação.

A partir de agora, além do índice pluviométrico, são analisados o índice de aridez (relação entre a quantidade de chuva e a evaporação de água) e o risco de seca, que deve ser maior que 60%.

Semi-árido

Com a atualização da relação dos municípios, a área classificada oficialmente como o semi-árido brasileiro aumenta de 892.309,4 km² para 969.589,4 km².

Minas Gerais teve o maior número de inclusões de municípios na nova lista. "É o atendimento de uma antiga reivindicação, que os novos critérios de distinção provaram ser justa", disse o secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, Antônio Galvão.

A portaria com a relação dos 1.132 municípios deverá ser publicada no Diário Oficial da União da próxima semana.

FSP, 10/03/2005 - 18h08

Saiba quais são os novos municípios do semi-árido brasileiro

da **Folha Online**

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, assinou na manhã desta quinta-feira, em Almenara (MG), portaria que estabelece a nova delimitação do semi-árido brasileiro e aumenta o número de municípios da região de 1.031 para 1.132.

Saiba quais são os 101 novos municípios que integram a lista:

Os novos municípios do Semi-Árido Brasileiro

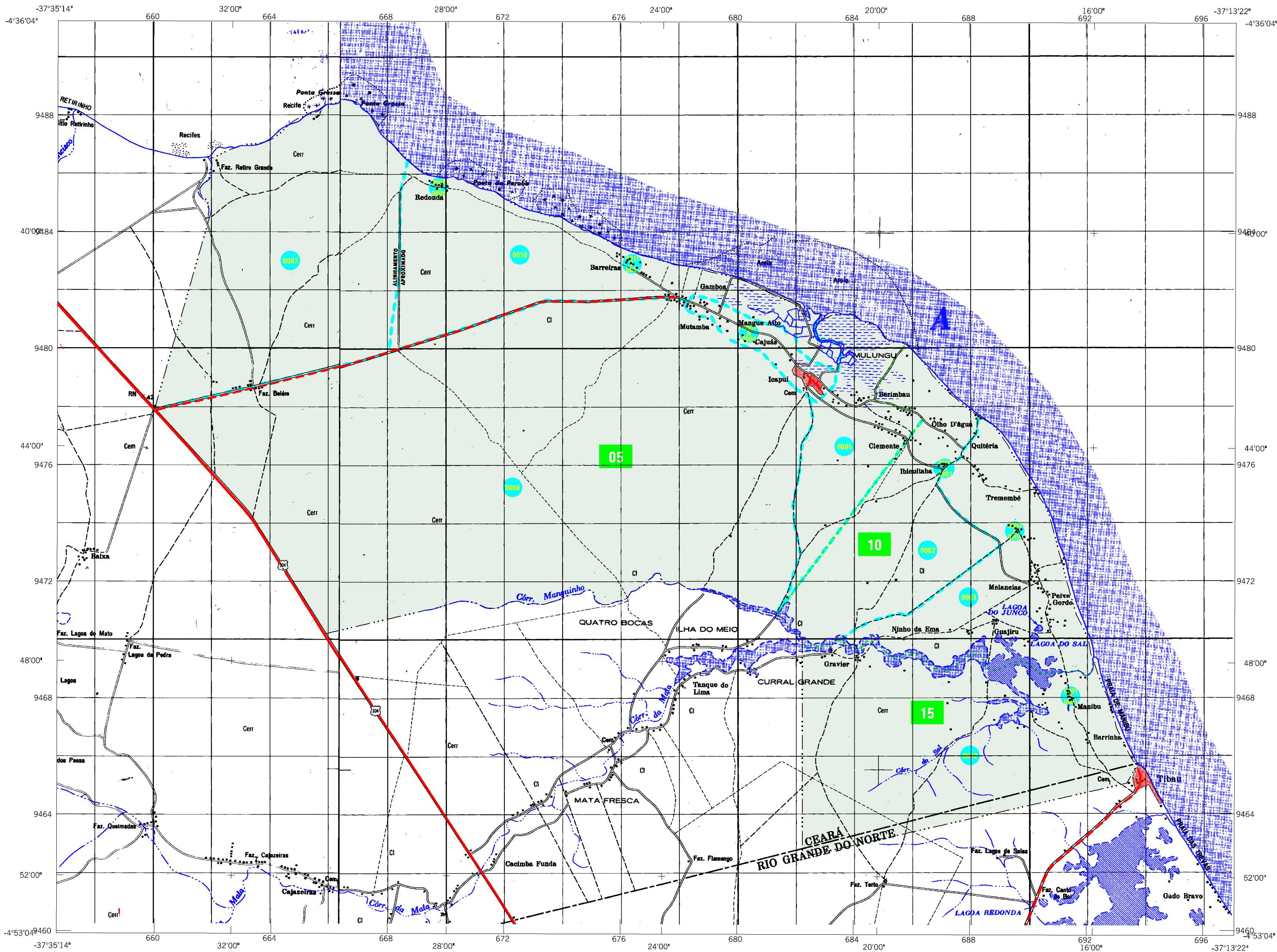
Nº	Município	Estado
1	Carfanaum	PB
2	Antônio Cardoso	PB
3	Vista Serrana	PB
4	Vieirópolis	PB

5	São José da Lagoa Tapada	PB
6	São João do Rio do Peixe	PB
7	Aroazes	PI
8	Bertolândia	PI
9	Canavieira	PI
10	Itaueira	PI
11	Manoel Emídio	PI
12	Nazaré do Piauí	PI
13	Novo Oriente do Piauí	PI
14	Palmeira do Piauí	PI
15	Redenção do Gurguéia	PI
16	Santa Cruz dos Milagres	PI
17	São Francisco do Piauí	PI
18	São João da Serra	PI
19	Sebastião Leal	PI
20	Valença do Piauí	PI
21	Alcântaras	CE
22	Aracati	CE
23	Baturité	CE
24	Frecheirinha	CE
25	Guaramiranga	CE
26	Icapuí	CE
27	Itapipoca	CE
28	Maranguape	CE
29	Meruoca	CE
30	Mulungu	CE
31	Pacoti	CE
32	Palmácia	CE
33	Tianguá	CE
34	Ubajara	CE
35	Umirim	CE
36	Uruburetama	CE
37	Brejinho	RN
38	Lagoa de Pedras	RN
39	Macaíba	RN
40	Monte Alegre	RN
41	Passagem	RN
42	Várzea	RN
43	Vera Cruz	RN
44	Chã Grande	PE
45	Correntes	PE
46	Palmeirina	PE
47	Coité do Nória	AL
48	Igaci	AL
49	Quebrangulo	AL
50	Macambira	SE
51	Amargosa	BA
52	Cabaceiras do Paraguaçu	BA
53	Elísio Medrado	BA
54	Iguaí	BA
55	Itagi	BA
56	Nova Canaã	BA
57	Potiraguá	BA
58	São Félix do Coribe	BA
59	Almenara	MG
60	Cachoeira de Pajeú	MG
61	Araçuaí	MG
62	Bandeira	MG
63	Berilo	MG
64	Capitão Enéas	MG

65	Caraí	MG
66	Chapada do Norte	MG
67	Comercinho	MG
68	Coronel Murta	MG
69	Cristália	MG
70	Divisópolis	MG
71	Felisburgo	MG
72	Francisco Badaró	MG
73	Francisco Sá	MG
74	Grão Mogol	MG
75	Itaobim	MG
76	Itinga	MG
77	Jacinto	MG
78	Japonvar	MG
79	Jenipapo de Minas	MG
80	Jequitinhonha	MG
81	Joáima	MG
82	Jordânia	MG
83	José Gonçalves de Minas	MG
84	Josenópolis	MG
85	Lontra	MG
86	Mata Verde	MG
87	Medina	MG
88	Monte Formoso	MG
89	Novo Cruzeiro	MG
90	Padre Carvalho	MG
91	Padre Paraíso	MG
92	Patis	MG
93	Pedra Azul	MG
94	Ponto dos Volantes	MG
95	Riacho dos Machados	MG
96	Rubelita	MG
97	Rubim	MG
98	Salto da Divisa	MG
99	Santa Maria do Salto	MG
100	São João da Ponte	MG
101	Virgem da Lapa	MG

ANEXO 5

Mapa Municipal Estatístico. Icapuí-CE. IBGE, 2000.



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

ELEMENTOS PLANIMÉTRICOS

Igreja, Escola, Mina
Moinho de vento, Moinho de água
Campo de emergência, Farol
Zonas urbanizadas

Linha transmissora de energia, Cerca
Linha telefônica

Rodovias

auto-estrada
pavimentada
sem pavimentação
sem pavimentação
caminho carroçável
trilha, caminho e picada
prefeitura de estrada: federal, estadual

Ferrovias
bitola larga
bitola estreita

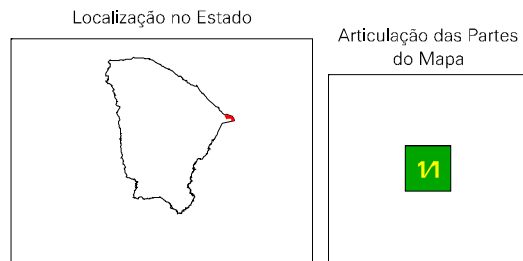
ELEMENTOS ALTIMÉTRICOS

Ponto trigonométrico, Referência de nível
Ponto astronômico, Ponto barométrico
Cota comprovada
Superfície deformada, Área

ELEMENTOS DE HIDROGRAFIA

Curso d'água intermitente
Lago ou lagoa intermitente
Terreno sujeito a inundação, Salina
Brejo ou pântano
Poço (água), Nascente
Rápidos e cachoeiras
Rápidos e cachoeiras
Rocha submersa e a descoberto
Molhe e represa: terra e alvenaria
Ancoradouro, Rio seco ou de aluvião
Recife rochoso

Convenções Temáticas			
Limite			
Distrito	Sub-Distrito	Sector Censitário	
Identificação			
Distrito	Sub-Distrito	Sector Rural	Sector Urbano Aglomerado Rural
05	06		



LIMITES
Internacional
Intermunicipal
Áreas especiais

Mapa Municipal Estatístico

SISTEMA DE PROJEÇÃO UTM
Origem da submerseção UTM: Equador e Meridiano 38 W Gr.
Acrescidas as constantes de 10.000 e 600 Km respectivamente.
DATUM HORIZONTAL: SAD 69
Mapa Municipal elaborado em ambiente digital pela junção das folhas do Mapeamento Sistemático Brasileiro, produzidas pelo IBGE, DGE e outros, em formato matricial (raster) referenciado pelo método "projective".

Este Mapa Municipal objetiva a coleta do Censo 2000.
Produto cartográfico híbrido, oriundo de documentos cartográficos diversos, não mantendo a precisão do mapeamento topográfico.

Escala 1 : 100.000
2.000 0 2.000 4.000 6.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

A DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS agradece a gentileza da comunicação de falhas ou erros, verificadas neste mapa.
AV. BRASIL, 15.671 - PARADA DE LUCAS - CEP 21.241-051 RIO DE JANEIRO-RJ
© IBGE - DIREITOS DE REPRODUÇÃO RESERVADOS

Divisão Política-Administrativa	
GEOCÓDIGO	NOME
Distrito	Subdistrito
05	ICAPUI
10	IBICUITABA
15	MANIBU

Divisão Administrativa e documentação cartográfica utilizada na elaboração	
0752-A	
0823	0824
0896	0897
0898	

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS NA COR LILÁS
INDICAM ATUALIZAÇÃO CARTOGRÁFICA OBTIDOS POR MEIO DE COMPILAÇÃO DE DIVERSOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS OU CROQUIS, SEM COMPROVAÇÃO DE CAMPO

Icapuí-CE	
ASPECTOS FÍSICOS	
Microrregião : JAGUARIBE	
Microrregião : LITORAL DE ARACATI	
Altitude da Sede : 428,0 Km2	Área : 428,0 Km2
COORDENADAS DA SEDE	MC
Latitude : -4,713	E : 682458
Longitude : -37,355	N : 9478943
39	
CRONOLOGIA	
Execução : Jul 2000	
Atualização : 1998 - 2000	
Reprodução : 08/11/2001	
IMPLEMENTAÇÃO	
Planejamento, Desenvolvimento e Elaboração Final:	
DEPARTAMENTO DE CARTOGRAFIA	
Divisão Política-Administrativa e Cartografia:	
DEPARTAMENTO DE ESTRUTURAS TERRITORIAIS - DETE	
DIVISÃO DE GEOCIÊNCIAS DO NORDESTE-NE-3 - DIGNO/2-NE3	
DIVISÃO DE PESQUISAS - DPEQ/CE	
Atualização Cartográfica	
DECAR - DIGNO/2-NE3	
Disseminação:	
CENTRO DE DIVULGAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES-CDDI	

ANEXO 6

(5 páginas)

Trecho do projeto apresentado no exame de qualificação de doutorado, descrevendo os antecedentes e dando maiores detalhes sobre a pesquisa de campo em Icapuí, Ceará. Com o título provisório “A saída do labirinto: cidadania e identidade local em Icapuí, Ceará”, o projeto apresentado em 2004 por Ana Maria Goulart Bustamante para qualificação de doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ teve a professora doutora Maria Lúcia Rocha-Coutinho como orientadora, compondo a banca com a professora doutora Myriam Lins e Barros e a professora doutora Jacyara Rochael Nasciutti.

Excerto do item IV – METODOLOGIA

Quando conheci Icapuí, lamentei interiormente que aquela experiência de gestão municipal não fosse do conhecimento de todos. Desejei que pesquisadores se ocupassem do tema, que deveria interessar a gestores de cidades, pois tem-se a impressão de que toda a população participa e se sente responsável pelas decisões, absorvendo as alegrias e os desencantos que elas possam envolver. A população viveu de diversas maneiras a emancipação do município e, com suas ações, memórias e projetos de futuro, está construindo a identidade de um lugar cujo nome já se transformou em referência em métodos de gestão participativa e cidadania.

Antes de saber que seria eu mesma a referida pesquisadora, decidi ter Icapuí como tema de um trabalho para a disciplina de metodologia¹ e, depois, se fosse possível, também para a disciplina de Análise do Discurso. Convidei a professora Rosiane Ferreira Rebouças (Aninha) para trabalhar comigo nesse projeto. Como assistente de pesquisa, ela selecionou a amostra e aplicou o questionário para oitenta estudantes da segunda série do nível médio. Minha intenção era testar minha percepção da incomumente elevada auto-estima dos moradores de Icapuí, do sentimento de orgulho de ser icapuiense e da satisfação com seu modo de vida, e comparar com a auto-estima do brasileiro, uma das variáveis de uma extensa pesquisa sobre a

relação do brasileiro com o meio ambiente feita pelo Instituto Social de Estudos da Religião (ISER) em 1997².

Partindo de estudos em torno dos nomes próprios, entre eles o nome Brasil e seu gentílico, brasileiro, e da pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) sobre nomes de pessoas, o questionário perguntava sobre as origens e a disposição do nomeado em relação ao próprio nome. Em seguida, repetia as mesmas perguntas com relação ao nome do município (Icapuí) e o nome do país (Brasil). O nome Icapuí foi a única unanimidade em termos de aprovação. Todos declararam gostar do nome do município e, mesmo quando não sabiam, muitos tentaram explicar o significado do nome e a história da nomeação.

Transpondo livremente os resultados obtidos junto aos alunos de Icapuí para uma análise das identidades usando como indicador a aprovação dos nomes, em nossa pesquisa, tomamos o nome próprio como representativo da identidade do sujeito, o nome da cidade (ou seu gentílico) como representativo da identidade de lugar – que é uma das muitas faces da primeira – e o nome do país (ou seu gentílico) como representativo da identidade nacional. A força da identidade de lugar se destacou em relação aos outros dois, embora o município tenha sido criado há apenas vinte anos e nenhum entrevistado saiba exatamente de onde proveio o nome Icapuí.

Os líderes que fizeram a emancipação de Icapuí de mãos dadas com as comunidades podem se orgulhar de terem logrado forjar uma forte identidade de lugar, apoiados principalmente na associação do topônimo com o significado da palavra indígena Icapuí, ‘canoa veloz’. Os icapuienses de maneira geral têm consciência de que seu município está bem mais “avançado” em comparação com seus vizinhos nordestinos, se não na economia, certamente na cidadania e na participação.

¹ Curso de Metodologia e Técnica de Pesquisa em Comunidades e Meio Ambiente, ministrado pela professora doutora Jacyra Nasciutti no primeiro semestre de 2001.

² Trata-se de uma série de pesquisas do Iser, realizadas em 1992, 1997 e 2002.

Icapuí não resolveu todos os problemas de pobreza, mas há vinte anos a educação e a saúde são prioridades da prefeitura. A universalização da educação fundamental e da saúde já apresentou reflexos em vários indicadores de desenvolvimento social, como a redução da mortalidade infantil e a elevação da renda das famílias. Os icapuienses construíram essa forte identidade local com base principalmente no projeto (e em sua realização) de uma cidade com educação, cidadania e participação.

Pesquisa de campo

Depois de decidir que Icapuí e a construção da identidade de lugar seriam o tema de minha tese de doutorado, e escolhendo desde o princípio a análise do discurso, parti para a preparação da pesquisa de campo, em Icapuí CE. Para planejar a gravação de entrevistas, mais uma vez contei com a inestimável ajuda da professora Rosiane Ferreira Rebouças. Fiz metade das entrevistas por indicação dela, a partir de uma orientação geral de que eu buscava pessoas que tivessem participado do processo de emancipação do município. Aos poucos, esse recorte se ampliou para incluir cidadãos – homens e mulheres – jovens, adultos e da terceira idade. Vivi, entre julho e agosto de 2001, numa casa alugada na praia da Barrinha, em Icapuí, enquanto fazia as entrevistas com vinte pessoas residentes no município.

As entrevistas foram semi-dirigidas e seguiram, com alguma flexibilidade, um roteiro previamente delineado. O tema central das entrevistas foi sempre o processo de construção da identidade local em sua relação com a história do município. Entretanto, o primeiro bloco de perguntas, do mesmo modo que o bloco de encerramento, explorava os processos de identificação e de nomeação do sujeito e do lugar.

Muitos aspectos da vida de Icapuí levantados nas entrevistas despertaram minha atenção, mas cabe destacar aqui a situação das mulheres, pois sobre elas recaem as consequências da gestão pública precária em qualquer nível. Na seca, no desemprego, não é

movimentos emancipatórios. Os fundadores constituem o grupo de pessoas entrevistadas com participação direta no movimento que resultou na emancipação, em 1985. Finalmente, o grupo dos construtores se caracteriza por reunir a “segunda geração” de fundadores, ou seja, os consolidadores das conquistas da “primeira geração” .

Nossa análise vai se concentrar inicialmente nas entrevistas feitas com pessoas do primeiro grupo, porque vivenciaram os tempos do antigo distrito de Caiçara, a mudança de toponímia sem consulta à população, a emancipação decidida em plebiscito mas cancelada pela ditadura militar, além da passagem definitiva para a condição de município de Icapuí, quando foi implementada a gestão participativa. Os entrevistados de todos os grupos pertencem a níveis sociais diversos.

A seguir, será feita a análise das entrevistas realizadas com pessoas que estavam entre as lideranças do bem-sucedido movimento que culminou com a emancipação, em 1985. A chamada “primeira geração” é formada, em 1985, principalmente por jovens recém-formados ou estudantes universitários, além de autênticas lideranças de várias comunidades icapuienses. A “segunda geração” é formada por estudantes universitários um pouco mais jovens, além de jovens gestores municipais.

raro a mulher nordestina ser abandonada com os filhos pelo marido migrante que vai tentar a vida nos centros urbanos ou no mítico ‘Sul Maravilha’, de onde muitas vezes jamais retorna. Quando o marido permanece, o casal compartilha a pobreza e as condições de vida precárias, os serviços de saúde deficientes, mas, ainda assim, dos dois, é a mulher que está mais exposta ao peso da falta de infra-estrutura e mesmo ao risco de morrer antes de chegar à velhice.

Sensibilizada pelo curso “Gênero e desenvolvimento”³, concluído no semestre anterior, inclinei-me a prestar atenção também à perspectiva feminista no estudo da construção de identidade de lugar. Esse caminho foi se tornando mais forte à medida que, em quase todas as entrevistas, surgiram narrativas relacionadas à presença das mulheres nos movimentos sociais e aos gritantes problemas de mortalidade materno-infantil, eixo de uma das principais mudanças⁴ na realidade local após a emancipação do município. A análise do discurso poderá dar mais pistas sobre o reconhecimento da participação das mulheres nos processos de formação da identidade cultural no município cearense de Icapuí e a percepção das mudanças trazidas pela emancipação.

Na pesquisa de campo, entrevistamos vinte moradores da cidade de Icapuí. Uma forma de organizar o *corpus* pode ser classificar os entrevistados segundo uma linha de tempo definida em relação à emancipação de Icapuí. De acordo com essa referência, temos aqui designados três tipos de entrevistados: (1) precursores, (2) fundadores, (3) construtores.

No grupo dos precursores se incluem os entrevistados e entrevistadas que passaram a maior parte de sua vida como habitantes do antigo distrito de Icapuí, quando ainda pertencia ao município de Aracati, e nas condições de participação e cidadania que antecederam os

³ Curso ministrado pela professora doutora Maria Inácia D’Ávila no primeiro semestre de 2002.

⁴ Os resultados obtidos nos últimos vinte anos pela jovem administração municipal no campo da saúde assim foram divulgados no Jornal de Icapuí de janeiro de 2004 (p.5):

ÍNDICES DA SAÚDE DE ICAPUÍ SE COMPARAM AOS DO PRIMEIRO MUNDO

Dados do município divulgados na área da Saúde

95,75% de crianças até 11 meses com vacina em dia

3,83% de crianças com baixo peso ao nascer

0,78% de crianças desnutridas com menos de 1 ano de idade

69,57% de crianças até 04 meses só mamando

ANEXO EXTRA

(20 páginas)

Fotolegendas de campo. Icapuí, Ceará (slides e textos sobre Icapuí, Ceará), 2005.

EICOS - IP - UFRJ

Memória e identidade local em Icapuí, Ceará

(Tese)

Ana Maria Goulart Bustamante

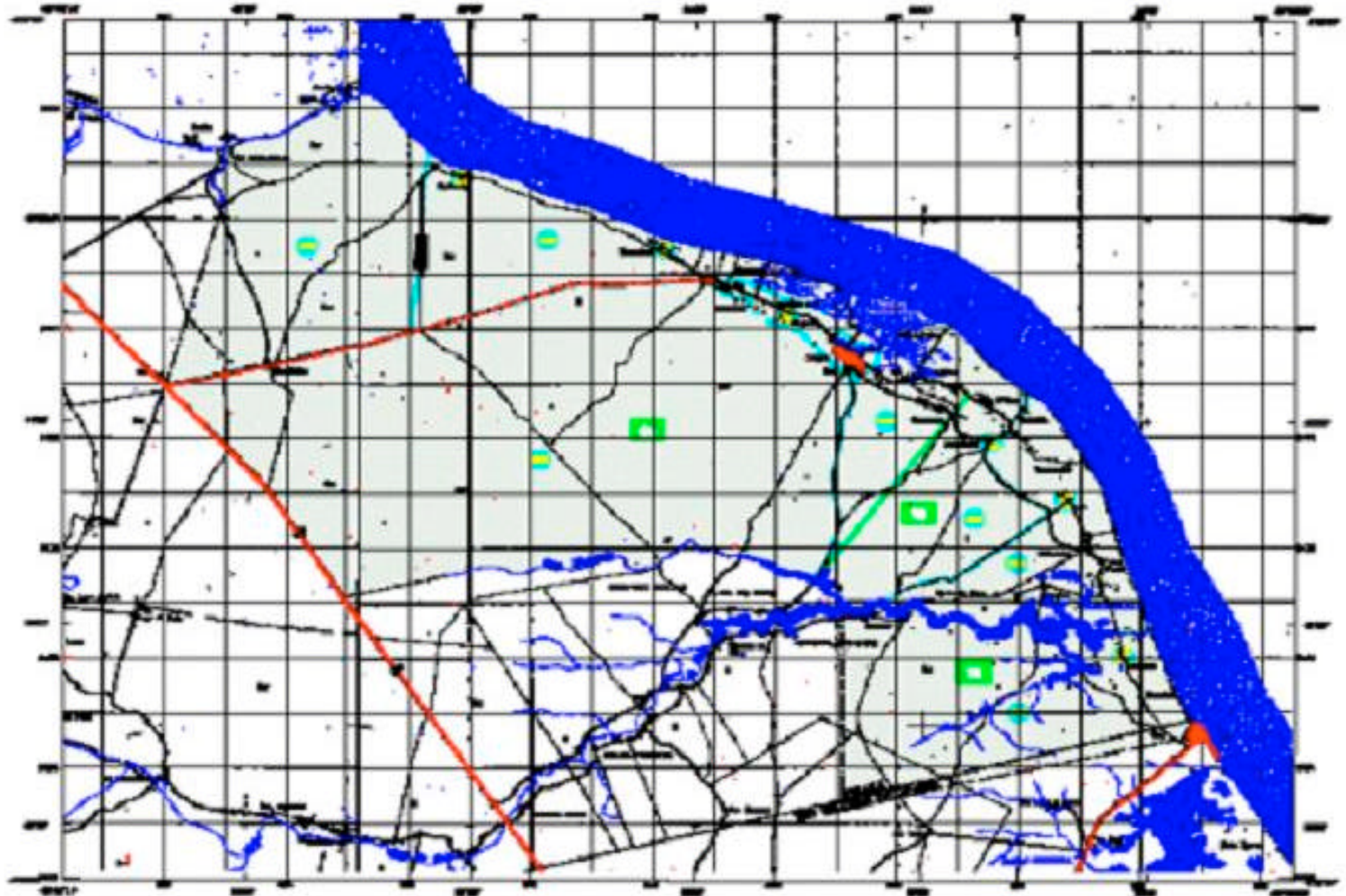
Orientadora:

Prof. Doutora Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Mapa municipal

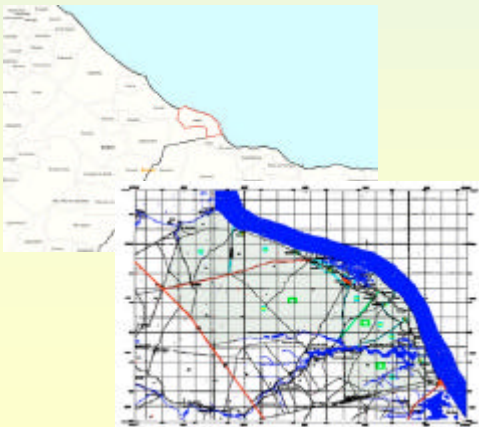


Mapa municipal

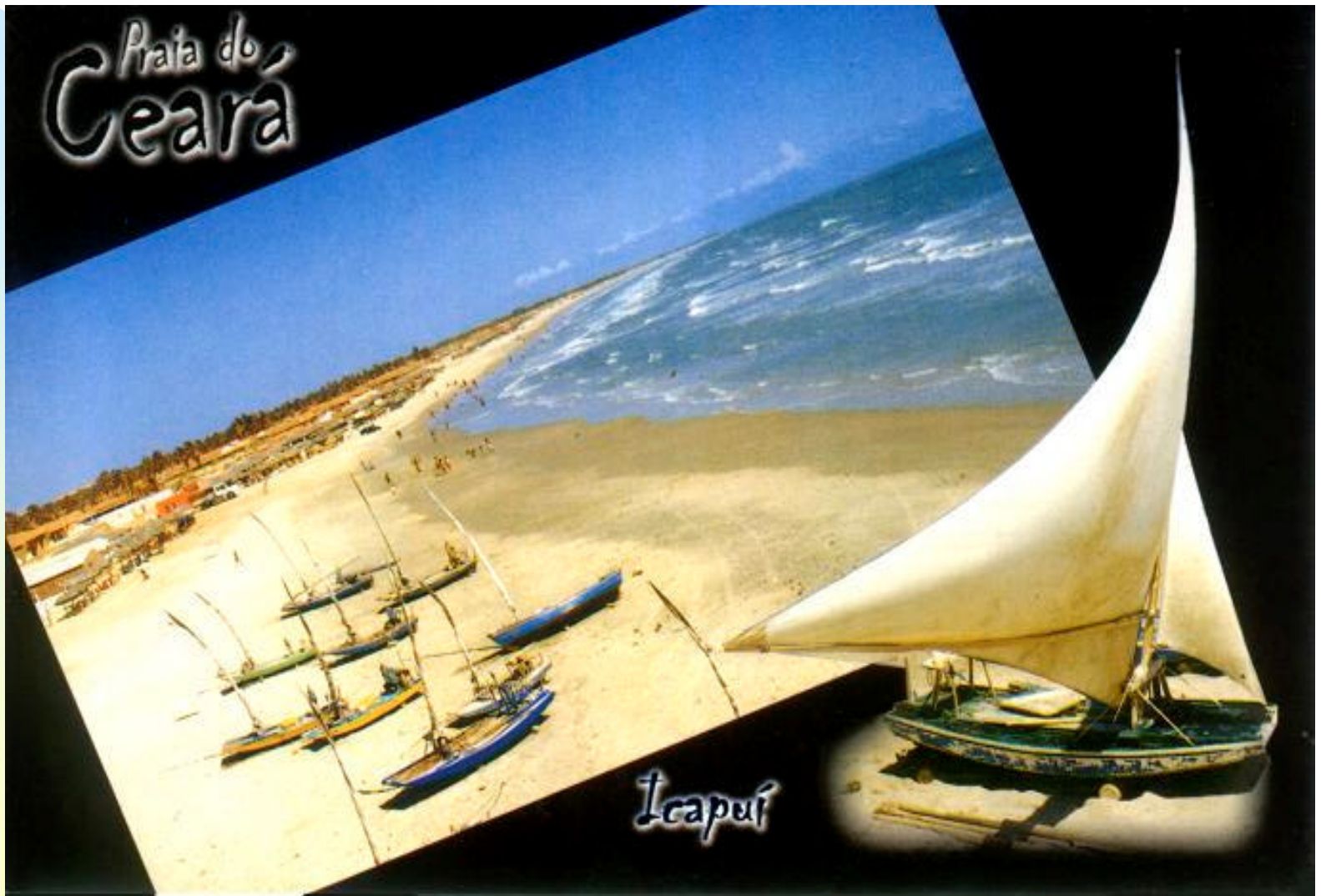


Mapa municipal

A partir de uma linha reta que marca a divisa com o estado do Rio Grande do Norte, o território do município de Icapuí se estende como uma faixa ao longo do litoral cearense. Após os primeiros trinta quilômetros do comprimento, essa faixa pende para o lado esquerdo e se alarga para o interior, antes de atingir o limite com Aracati, município com o qual Icapuí faz divisa a oeste e ao sul. Ao norte e a leste, Icapuí é banhado pelo oceano Atlântico. Ao ver o mapa municipal, uma professora do lugar comentou que o contorno era semelhante ao de uma lagosta, numa comparação provavelmente inspirada na importância da pesca da lagosta para a economia local. Além da lagosta, o petróleo, extraído na Fazenda Belém, pela Petrobrás, se junta à castanha de caju no conjunto de produtos locais cujo preço é fortemente influenciado pelo mercado mundial.



Fronteiras em discussão



Fronteiras em discussão

A linha reta que constitui a divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte foi decidida somente no início do século XX, depois de um embate entre notórios juristas. Rui Barbosa conseguiu a vitória para os potiguares e, com isso, o Ceará perdeu o direito à região de Grossos, que lhe pertencia desde 1793 e compunha, desde 1873, o distrito de Praias, com sede em Caiçara, atual Icapuí (distrito-sede). A Icapuí de hoje, portanto, é a parte cearense que restou do antigo distrito de Praias, aliás, nunca formalmente extinto. A Praia do Ceará, hoje também conhecida como Praia de Manibu, tem início na Ponta do Tibau, atualmente um marco de limite entre os dois estados.



Futebol coroados



Futebol coroadado

Desde Barrinha de Manibu, na divisa entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, até Ponta Grossa e Retiro Grande, no extremo oeste do município, Icapuí é uma longa extensão de praias marcadas não apenas pela faixa de areia, dunas, mangues e falésias, mas por grandes áreas de águas rasas que, quando a maré está baixa, se prolongam indefinidamente, pontilhadas às vezes de recifes e coroas, como esta, em que a parte seca tem o tamanho de um campo de futebol. A trave de madeira num dos extremos da coroa denuncia que o lugar é usado efetivamente como campo de futebol por grupos de jovens. Como em todas as atividades de beira-mar, o jogo de futebol obedece ao movimento da maré.



Areias caprichosas



Areias caprichosas

O constante e vigoroso movimento das marés determina toda a morfologia da costa icapuiense, desde as falésias, também batidas pelo vento e sol, mas extremamente erodidas pela maré, até os recifes e os delicados traços deixados na areia molhada pela maré vazante. Os desenhos caprichosos formados pela água sobre a areia brilhante podem sugerir bordados e rendas ancestrais, por sua vez inspirados em algas e corais, mas também exibem uma lição prática de geomorfologia em pequena escala, repetindo em miniatura e em alta velocidade o mesmo fenômeno da erosão que forma as magníficas falésias e os braços de mar. A areia de Icapuí é escura e brilhante devido à grande quantidade de material orgânico na região, principalmente algas marinhas.



Falésias vivas e mortas



Falésias vivas e mortas

Cobertas de dunas e matas de tabuleiro, as falésias vivas dominam o cenário da metade norte das praias de Icapuí, desde Barreiras até Ponta Grossa. Erodidos pelo vento, o sol e as águas, os paredões de arenito de diferentes cores se transfiguram em arabescos que se refletem no espelho de águas rasas ou de areia molhada, conforme a maré. Quando a maré está recuada ao máximo, surge junto do paredão da falésia uma estreita faixa de areia e pedras que permite passar diretamente de Redonda para Ponta Grossa (conhecidas como as duas praias mais belas de Icapuí) sem afastar-se do mar. No interior do território, menos submetidas à erosão pelos fatores naturais, encontram-se as falésias mortas, chamadas localmente de serra. A serra marca o início da vegetação de caatinga, que recobre todo o território interior de Icapuí e onde predomina a atividade agrícola e pecuária, enquanto, na praia, é a pesca a principal fonte de renda.



Território virtual



Território virtual

Duas vezes ao dia, o território de Icapuí parece ampliar-se. Junto com a longa faixa de areia molhada deixada à vista pela maré vazante, surgem os trabalhadores das atividades extrativistas: a cata de algas marinhas, localmente chamada de “capim”, e de vários tipos de mariscos. As mulheres são a grande maioria nessas duas atividades. As catadoras de alga contam que, ultimamente, é preciso ir muito longe para conseguir o “capim”, às vezes aos trechos mais fundos, onde não são incomuns os acidentes com lesões, especialmente quando o trabalho é noturno, o que é freqüente, pois precisam respeitar o horário imposto pela maré. O equipamento de coleta em geral inclui uma prancha de isopor sobre a qual flutua o saco que vai se enchendo de algas. A catadora afirma que só deve ser apanhado o “capim” que está solto da raiz. Segundo denúncias, a alga é muitas vezes colhida com a raiz; por isso, a espécie torna-se escassa nas águas rasas.



Caminhos em mutirão



Caminhos em mutirão

Concentrada na região da Barra Grande, entre Requenguela e a Barrinha, a atividade salineira de Icapuí já teve peso mais significativo na economia local. As salinas produzem um resíduo, um tipo de cascalho de sal, chamado carago, material alternativo usado na construção de uma estrada cuja inauguração é um dos marcos no caminho para a autonomia de Icapuí. Construída em mutirão, a estrada para a praia de Tremembé se junta aos grandes feitos das comunidades no período que antecedeu a emancipação. Foram várias as tentativas de evitar que fosse concluída, desde a intimidação até a alegação de que não atendia a critérios técnicos. Perto dali, em Morro Pintado, encontra-se outro marco da luta pela autonomia: a lavandeira comunitária, construída em mutirão.



Praias de Caiçara



Praias de Caiçara

A imagem mais típica das praias do Ceará é sem dúvida a jangada no mar, com as velas infladas pelo vento. Recolhida a jangada à praia, às vezes a vela é deixada aberta, para secar, mas a vela amarrada é sinal inequívoco de descanso do pescador. No *Ensaio etnográfico sobre a jangada* (2002), Câmara Cascudo afirma que *caiçara* é uma “barraca apenas com a cobertura vegetal [de folhas de coqueiro] e os lados livres” (p.22). Em obra anterior, encontra-se outro significado da palavra *caiçara*, no Nordeste, no século XVIII: “curral” (1972, p.222). No clássico *O tupi na geografia nacional* (1928) se encontra a versão defendida pelos habitantes: “Aos paus retirados da queimada e dispostos em cerca ou trincheira em torno da roça ou da habitação davam o nome – *caiçara*, que, muitas vezes, aparece sob forma contrata – *caiça* ou *caçá*, nos nomes compostos.” (1928, p.151) Em Diegues (2004), encontramos a descrição de *caiçara* como armadilha de pesca usada em lagunas e águas rasas, a qual se comporta como um recife artificial formado por galhos dispostos de maneira planejada.



A rede e a renda



A rede e a renda

As labirinteiras são o outro lado da vida do pescador, “complementando” a renda da família, que muitas vezes vai se reduzir à renda obtida pela mulher. Em Icapuí, a mulher do pescador será labirinteira, muitas vezes, às vezes catadora de algas marinhas ou de búzios, muitas vezes acompanhada dos filhos pequenos. O labirinto, ou renda de agulha, como a renda de bilro, chegou ao Brasil oriundo da Europa, tornando-se tradicional não apenas nas regiões de praia, mas também no interior do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Nordeste em geral, além de Santa Catarina. A renda branca, já se disse, quando feita na praia é mais branca, e as mulheres de pescadores precisam “passar o tempo” diante do mar, à espera do retorno do marido: “Onde há rede, há renda”, diz um velho ditado.

